UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

DINAH REIKO TUTYIA

ERNESTO CRUZ: UM DIÁLOGO ENTRE A HISTÓRIA E A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO PARÁ (1940-1960)

BELÉM-PARÁ
2023

DINAH REIKO TUTYIA

ERNESTO CRUZ: UM DIÁLOGO ENTRE A HISTÓRIA E A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO PARÁ (1940-1960)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História Social da Amazônia.

Orientador: Dr. Márcio Couto Henrique.

BELÉM-PARÁ

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

T966e Tutyia, Dinah Reiko.
Ernesto Cruz: um diálogo entre a história e a construção do patrimônio cultural no Pará (1940-1960) / Dinah Reiko Tutyia. — 2023.
295 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Márcio Couto Henrique
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2023.

1. Ernesto Cruz. 2. Política de preservação patrimonial no Pará. 3. História do patrimônio cultural na Amazônia. I. Título.

CDD 981.15

DINAH REIKO TUTYIA

ERNESTO CRUZ: UM DIÁLOGO ENTRE A HISTÓRIA E A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO PARÁ (1940-1960)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História Social da Amazônia.

Banca Examinadora:

_____
Dr. Márcio Couto Henrique (Orientador – PPHIST/FHIST/IFCH/UFPA)

_____
Dra. Franciane Gama Lacerda (PPHIST/FHIST/IFCH/UFPA)

_____
Dra. Celma de Nazaré Chaves de Souza Pont Vidal (PPGAU/FAU/ITEC/UFPA)

_____
Dra. Cybelle Salvador Miranda (PPGAU/FAU/ITEC/UFPA)

_____
Dra. Jane Felipe Beltrão (PPGA/IFCH/UFPA)

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente ao meu orientador, professor Dr. Márcio Couto Henrique, pelas orientações, sempre com generosidade, disposição, paciência e amizade ao esclarecimento das minhas questões acadêmicas;

Agradeço à Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), assim como ao colegiado do curso de Arquitetura e Urbanismo, do qual faço parte, por permitirem meu afastamento para qualificação docente por meio do Doutorado;

Aos professores, técnicos e colegas do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPGHIS/UFPA), pelo apoio ao longo deste percurso;

Ao acolhimento e amizade dos pesquisadores do Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural (LAMAMO/UFPA), sobretudo aos professores Dra. Cybelle Salvador Miranda, Dr. Ronaldo Marques de Carvalho e Me. Laura Costa;

Aos técnicos do Iphan-PA, Cyro Almeida, Denise Rosário e Maria Dorotéa de Lima, pelos comentários e discussões do meu projeto de pesquisa na disciplina Linha de Pesquisa, e meu agradecimento especial ao querido Fernando Mesquita, sempre acessível em viabilizar o contato com o Arquivo Noronha Santos, do Iphan-RJ para disponibilização de parte dos documentos desta pesquisa, assim como Carmen Miranda Davis, embora não pertença mais ao quadro de técnicos, concedeu sua pesquisa sobre o Cemitério da Soledade para meus estudos;

Aos técnicos e bibliotecários da Biblioteca Pública Arthur Vianna;

Ao Fórum Landi: Flávio Nassar (*in memoriam*), Beá Maneschy Faria, José Morgado Neto, e ao projeto Moronguetá, em especial, Elisangela Silva da Costa, pela disponibilização da documentação sobre Ernesto Cruz;

Aos meus pais, Leila e Junior, às minhas primas Elen, Elma e Erika Tutyia, aos meus irmãos, André e Thiago, aos tios e avós das famílias Tutyia e Jesus, pelo apoio incondicional ao longo de toda minha trajetória de vida e formação acadêmica;

Aos amigos, não são muitos nesta altura da vida, mas que de forma direta e indireta, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

Esta tese analisa as contribuições do historiador paraense Ernesto Horácio Cruz para a preservação patrimonial no Pará. Seu nome, dentre as várias associações culturais paraenses as quais pertenceu, encontra-se sempre atrelado à direção da antiga Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará (BAP) e ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), permanecendo sua face preservacionista, pouco evidenciada ao longo de sua trajetória de vida, exposta nos livros, em notas de jornais e homenagens, assim como nas falas de seus confrades. Porém, nos processos de tombamento de bens patrimoniais, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Pará (IPHAN/PA), ao longo dos anos 1940 a 1960, sua figura encontra-se presente, fato que motivou a incursão da história da preservação patrimonial paraense a partir da figura de Ernesto Cruz. Este trabalho tem como finalidade compreender as práticas e o conjunto de ações operados por esse sujeito nas ações de patrimonialização das décadas iniciais de atuação do IPHAN no Brasil, logo, propõe um estudo histórico da política de preservação patrimonial paraense. Nesse sentido, a originalidade desta tese é apresentar a dimensão preservacionista de Ernesto Cruz, aspecto ainda não explorado no campo da Historiografia amazônica nem na Arquitetura. A partir de sua atuação enquanto delegado do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Ernesto Cruz tornou-se uma figura fundamental no processo de institucionalização do patrimônio histórico no estado do Pará. A investigação encontra-se embasada em fontes do século XX, como a produção intelectual do historiador, o que inclui livros e artigos em jornais, além da documentação presente nos processos de tombamento do SPHAN e fontes que dialogam com os temas que emergiram do material, tais como a transformação da cidade, arquitetura e história de Belém.

Palavras-chave: Ernesto Cruz. Política de preservação patrimonial no Pará. SPHAN. História do patrimônio cultural na Amazônia.

ABSTRACT

This study analyzes the contribution of the historian, Ernesto Horacio Cruz, from the Brazilian state of Pará, to the patrimonial preservation in the state. His name, amongst various cultural associations in Pará, which he used to belong to, is linked to the management of the former Public Library and Archive of the State of Pará (BAP) and the Historical and Geographical Institute of Pará (IHGP), maintaining the preservationist aspect, not evidenced throughout his life story, exposed in books, newspaper notes, tributes, as well as in speeches of his colleagues. However, in the process of the listing of heritage assets of the National Institute of Historical and Artistic Heritage of Pará (IPHAN/PA), throughout the 40's and 60's, his name is constantly present, a fact which motivated the incursion of the history of the preservation of heritage in Pará through his presence.

The aim of his study is to understand the practices and set of actions taken by Ernesto Cruz towards heritagization, during the initial decades of IPHAN's operation in Brazil, devising a historical study of heritage preservation policy in the State of Pará. Consequently, the uniqueness of this study is to present the preservationist dimension of Ernesto Cruz, an aspect not yet explored in the field of Amazonian historiography or in architecture. From his role as delegate of the National Historical and Artistic Heritage Service, Ernesto Cruz became a key figure in the process of institutionalizing historical heritage in the state of Pará. The investigation is based on 20th century sources, such as the historian's intellectual output, which includes books, newspapers articles and documents found in the IPHAN's listings process, as well as sources that are linked to themes that emerged from his material such as the transformation of the city of Belém, its architecture and history.

Keywords: Ernesto Cruz. Cultural resourses management policies. SPHAN. History of cultural heritage of the Amazon.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ernesto Cruz na capa do catálogo da Exposição Biográfica de Ernesto Horácio da Cruz, realizada no Museu da UFPA em abril de 1979.....25
Figura 2 – Foto do arquivo permanente do Iphan com a legenda "Aspecto da chegada do delegado do SPHAN á cidade da Vigia. O sr. Ernesto Cruz está ao centro, assinalado. 2.4.946".....26
Figura 3 – Correspondência de Ernesto Cruz para o diretor do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com detalhe para uma de suas ocupações no Pará: despachante aduaneiro.....34
Figura 4 – Capa do livro "A água de Belém".....35
Figura 5 – "Belém Aspectos Geo-Sociais do Município", publicado um ano após "A água de Belém".....35
Figura 6 – Perspectiva da av. 15 de agosto, com a legenda original mencionando se tratar da principal avenida de Belém.....104
Figura 7 – Edifício Dias Paes, projeto do engenheiro Antônio Braga, foi utilizado para exemplificar a nova imagem da cidade de Belém. O gabarito elevado, a tecnologia empregada assim como a adoção de uma linguagem arquitetônica sem a ornamentação, características que distanciavam essa arquitetura dos "velhos casarões".....105
Figura 8 – Projeto em linguagem neocolonial de autoria do arquiteto David Lopes para a agência do Loide Brasileiro, que seria executado na antiga avenida 15 de agosto esquina com a rua Gaspar Viana.....106
Figura 9 – Edifício da empresa de navegação Booth Line, localizado na avenida 15 de agosto, com sua arquitetura de fachada e depuração das ornamentações.....108
Figura 10 – Postal da cidade de Belém com a vista das fachadas do Hotel Central, na avenida 15 de agosto. Percebe-se nessa tipologia arquitetônica, a supressão de ornamentações rebuscadas em suas faces, substituídas por marcações simplificadas e platibanda com escalonamento.....108
Figura 11 – Projeto de David Lopes para expansão do Palácio do Comércio, na avenida 15 de agosto, é um exemplo de edificações marcadas pelo aumento do gabarito naquela área da cidade.....111
Figura 12 – Anúncio de venda dos apartamentos do edifício Manoel Pinto da Silva. As imagens, quatro ao todo, ocupavam uma página inteira do jornal. Uma das fotos era a perspectiva do prédio, enfatizando a monumentalidade e os traços modernistas, as três outras, demonstravam as plantas baixas, acompanhadas de um texto descritivo da obra 112
Figura 13 – Perspectiva do Edifício Nossa Senhora de Nazaré, projeto de Judah Levy, que estampava o anúncio de venda de apartamentos da Imobiliária Sul América em 1955 no jornal "A Província do Pará".....117
Figura 14 – Vista do Reservatório Paes de Carvalho em 1954, a imagem trazia a legenda que o identificava como "símbolo da cidade".....118
Figura 15 – Capa do livro "Noções de História do Pará", de 1937, adotado na rede primária de ensino do estado.....123
Figura 16 – Foto no livro "Edificações de Belém" utilizada para ilustrar uma modelo de "Puxada" localizada na avenida Generalíssimo Deodoro esquina com a travessa Antônio Barreto.....134
Figura 17 – Foto no livro "Edificações de Belém" mostrando a vista do conjunto de sobrados localizados na Cidade Velha. Segundo Ernesto Cruz, o primeiro fora sua habitação quando tinha 8 anos de idade.....135

Figura 18 – Foto, com a legenda, divulgada na matéria sobre o engenho Murutucu. Detalhe da fachada da capela, cujo projeto é atribuído a Antonio Landi, entrelaçada por um apuizeiro.....139
Figura 19 – Capa da última publicação de Ernesto Cruz, em 1976, com detalhes fotográficos das edificações tratadas no livro.....142
Figura 20 – Capa do livro "As Edificações de Belém: 1738-1911", com a imagem do Palacete Bibi Costa.....144
Figura 21 – Casa com dois pavimentos, do tipo sobrado, destaca-se a escolha do autor por diferentes modelos de edificações não apenas os ricamente ornamentados, mas também edificações mais simples, mesmo que em menor número. Segundo a legenda, essa habitação havia sido construída no "tempo do Intendente Municipal de Belém Antônio Lemos (1905)", e encontrava-se na travessa Piedade.....146
Figura 22 – Casa denominada de sobrado, com dois pavimentos, porão alto e presença de um corredor lateral, localizada na avenida Generalíssimo Deodoro. Esse modelo se diferencia da figura 21 pela ornamentação e localização, estando atrelado à classe social mais abastada.....146
Figura 23 – Dentre as edificações de classe abastada que ilustram o livro, encontra-se este palacete, localizado na travessa Quintino Bocaiuva, segundo Cruz, do início do século XX, construído por A.C. Pina de Melo e de propriedade de José Rodrigues da Silveira. A casa de um pavimento e porão alto, apresenta ornamentos sobre as esquadrias e na platibanda, assim como gradil.....147
Figura 24 – Casa térrea, do tipo porta-janela, na travessa Piedade, entre as ruas Tiradentes e Riachuelo. Na legenda da fotografia, o autor menciona que essas edificações apresentavam, nas janelas, as urupemas "e tapagem de pano de algodão para evitar que os transeuntes, como acontecia nos séculos XVII, XVIII e XIX vissem o interior da casa e as mulheres que lá residiam".....147
Figura 25 – Fotografia de uma "das antigas Rocinhas". Segundo o autor, estava localizada na 16 de novembro, "na primitiva estrada do PIRY, depois chamada de São José", esquina com a rua Óbidos. A casa pertencia, na época, a uma ordem religiosa, que, segundo Cruz, estava demolindo a tradicional edificação. O registro fotográfico foi tirado em 17 de dezembro de 1970.....148
Figura 26 – Lista final dos proprietários das edificações construídas em Belém feita por Ernesto Cruz ao final de "As Edificações de Belém: 1783-1911".....149
Figura 27 – Capa do livro "Monumentos de Belém", publicado em 1945.....150
Figura 28 – Vista das fachadas da "Casa da Joaquim Távora".....200
Figura 29 – Recorte da planta de Belém datada de 1761. A imagem mostra parte da vista do bairro da Cidade Velha, e em destaque a área de localização da casa da Joaquim Távora.....204
Figura 30 – Recorte da planta de Teodósio Chermont, de 1791. A imagem, na mesma área da figura 29, traz em destaque o que seria a delimitação do lote de localização da casa da Joaquim Távora.....204
Figura 31 – Imagem de satélite da área onde está localizada a edificação em recorte espacial semelhante ao das figuras 29 e 30.....204
Figura 32 – Croqui da disposição das casas térreas no lote colonial.....206
Figura 33 – Croqui com modelos de casa térrea e sobrado. As coberturas podiam ter variações, como no sobrado, em que há o destaque para a presença da água furtada e na casa térrea, da camarinha.....206
Figura 34 – Edificação na rua Dr. Malcher, registrada por Robert Smith entre 1937 e 1947 207

Figura 35 – Conjunto de edificações da Praça do Carmo registrado por Robert Smith entre os anos de 1937 a 1947.....207
Figura 36 – Vista da fachada pela Praça do Carmo: lateral mais comprida do imóvel, com a presença de quatro vãos de janelas e um de porta e molduras no contorno dos vãos em arcos abatidos.....208
Figura 37 – Vista da fachada pela travessa Joaquim Távora, observa-se a presença marcante do beiral e o embasamento da edificação.....208
Figura 38 – Vista da fachada da travessa Joaquim Távora. Observam-se alguns detalhes do estado de conservação da edificação, como desgaste dos frisos da cimalha que apoiam o beiral, assim como as esquadrias em madeira com algumas peças faltantes.....209
Figura 39 – Vista interna, com detalhe para o estado de conservação. Os vãos eram em verga reta e as portas apresentavam bandeiras na parte superior. Outro detalhe é a presença de um pátio interno, posterior à mureta no primeiro plano da foto.....209
Figura 40 – Vista da fachada do Solar do Barão de Japurá, observam-se características neoclássicas da edificação, como a presença do frontão triangular, que esconde a cobertura em telhas; e o uso de esculturas ornamentando a platibanda, além da fachada simétrica.....218
Figura 41 – Foto vinculada na matéria sobre a demolição do Solar do Barão de Japurá, cujo recorte fora enviado à direção do DPHAN por Ernesto Cruz.....224
Figura 42 – Vista da alameda com os mausoléus com as características do Neoclássico 237
Figura 43 – Planta do Cemitério Nossa Senhora da Soledade com a localização das Irmandades.....238
Figura 44 – Reportagem do portal G1 dando ênfase ao processo de degradação do Cemitério Nossa Senhora da Soledade. Nas imagens, a repórter e o sobrinho-bisneto do general Gurjão junto ao mausoléu dele, que se encontrava violado e com os ossos expostos no chão.....243
Figura 45 – Reportagem do Portal G1 dando ênfase ao processo de degradação do Cemitério Nossa Senhora da Soledade. Nas imagens, a repórter e o sobrinho-bisneto do general Gurjão junto ao mausoléu dele, que se encontrava violado e com os ossos expostos no chão.....243
Figura 46 – Vista do pórtico de entrada do Cemitério da Soledade na vistoria de técnicos da Defesa Civil em 20 de março de 2021.....247
Figura 47 – Fotografias escolhidas por Cruz para destacar os vultos históricos e os valores artísticos tumulares da necrópole.....250
Figura 48 – Fotografias do pórtico de entrada do cemitério feitas por Pedro Pezerat. Essa imagem faz parte do “documentário histórico e fotográfico” que Cruz entregou ao SPHAN em 1946.....251

LISTA DE TABELAS, QUADROS E MAPAS

Tabela 1 – Sequência de artigos publicados por Ernesto Cruz no jornal “A Província do Pará” no ano de 1924.....32
Quadro 1 – Papéis timbrados e cartas utilizados por Ernesto Cruz nas correspondências com a sede do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.....185
Mapa 1 – Belém de 1868 presente no “Atlas do Império do Brasil”. Destaque em vermelho-claro para a localização do terreno do Cemitério Nossa Senhora da Soledade 233
Mapa 2 – Secção da “Planta da Cidade de Belém do Gram-Pará”, elaborada pelo engenheiro Edmund Compton, datada de 1881.....234

LISTA DE SIGLAS

ABL Academia Brasileira de Letras
APEP Arquivo Público do Estado do Pará
APL Academia Paraense de Letras
BAP Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará
BPAV Biblioteca Pública Arthur Viana
CEC-PA Conselho Estadual de Cultura do Pará
CFC Conselho Federal de Cultura
CHB Centro Histórico de Belém
CIAM Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CMB Câmara Municipal de Belém
CREA-PA Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agrimensura do Pará
DCR Divisão de Conservação e Restauração
DET Divisão de Estudos e Tombamentos
DIP Departamento de Imprensa e Propaganda
DNP Departamento Nacional de Propaganda
DPHAN Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DPHAC Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Pará
DPH Departamento de Patrimônio Histórico
ENBA Escola Nacional de Belas-Artes
FUMBEL Fundação Cultural de Belém
G.A.T.E.P.A.C Grupo de Arquitectos y Técnicos Españoles para el Progreso de la Arquitectura Contemporánea
IAB-PA Instituto dos Arquitetos do Brasil, Departamento Pará
IAPC Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários
IBICT Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICOMOS Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
ICCRON Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais
IEGSP Instituto de Estudos Genealógicos de São Paulo
IHGP Instituto Histórico e Geográfico do Pará
IGB Instituto Genealógico Brasileiro
IMN Inspetoria de Monumentos Nacional
IMS Instituto Moreira Salles
IPHAN Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IOEPA Imprensa Oficial do Estado do Pará
MESP Ministério da Educação e Saúde Pública
MHN Museu Histórico Nacional
MoMA Museu de Arte Moderna de Nova Iorque
MPEG Museu Paraense Emílio Goeldi
MPF-PA Procuradoria da República no Pará
MUFPA Museu da Universidade Federal do Pará
PMB Prefeitura Municipal de Belém
PPHIST/UFPA Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da UFPA
SECULT-PA Secretaria de Estado de Cultura
SENAC Serviço Nacional do Comércio
SEPLAN Secretaria de Planejamento do Governo do Pará
SPHAN Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPVEA Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
TCC Trabalho de Conclusão de Curso
UFSCAR Universidade Federal de São Carlos
UFPA Universidade Federal do Pará
UNIRIO Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

1 ERNESTO CRUZ: O HISTORIADOR 26

1.1 ERNESTO HORÁCIO DA CRUZ: O "HISTORIADOR DA CIDADE DE BELÉM" E SUAS FACETAS 26

1.2 O "HISTORIADOR DA CIDADE DE BELÉM": PELAS ENTRELINHAS DO TÍTULO 53

1.3 ERNESTO CRUZ E A ESCRITA DA HISTÓRIA 76

2 A BELÉM DE ERNESTO CRUZ: UM DIÁLOGO ENTRE A CIDADE, A ARQUITETURA E A TRADIÇÃO 94

2.1 A METRÓPOLE DA AMAZÔNIA: ENTRE A MODERNIZAÇÃO E A PRESERVAÇÃO 95

2.2 ERNESTO CRUZ: BELÉM, ARQUITETURA E TRADIÇÃO 123

3 A POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL NACIONAL NO PARÁ 156

3.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO NACIONAL: BREVE TRAJETÓRIA 156

3.2 ERNESTO CRUZ E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO PARAENSE 173

4 ENTRE O TOMBAMENTO E O APAGAMENTO: O OLHAR DE ERNESTO CRUZ PARA O PATRIMÔNIO PARAENSE 200

4.1 A CASA "COLONIAL" DA TRAVESSA JOAQUIM TÁVORA, CIDADE VELHA, BELÉM DO PARÁ 200

4.1.1 O bairro da Cidade Velha e a arquitetura colonial 201

4.1.2 A Casa da Joaquim Távora (travessa) nº 60 209

4.2 O SOLAR DO BARÃO DE JAPURÁ, AVENIDA NAZARÉ 219

4.3 ERNESTO CRUZ E A RETÓRICA DA PERDA: O TOMBAMENTO DO CEMITÉRIO NOSSA SENHORA DA SOLEDADE 232

4.3.1 O Cemitério de Nossa Senhora da Soledade 232

4.3.2 Ernesto Cruz e o processo de tombamento do Cemitério Nossa Senhora da Soledade 248

CONSIDERAÇÕES FINAIS 266

FONTES E REFERÊNCIAS 273

INTRODUÇÃO

Estudar sobre o patrimônio cultural paraense foi uma tarefa que veio sendo estimulada desde minha graduação em Arquitetura e Urbanismo, na Universidade Federal do Pará (UFPA), em 2003, quando me deparei com Ernesto Cruz pela primeira vez. Naquela época, percorria o livro "Ruas de Belém" (1970) como quem percorria um túnel do tempo, em busca da pretensa origem da cidade de Belém, de suas vias, estradas e seus bairros, informações que pudessem dar uma consistência histórica à pesquisa em Arquitetura. Por isso, observava as imagens de uma cidade longínqua, em "Edificações de Belém: 1783-1911" (1971), tentando compreender o processo de preservação de alguns daqueles objetos.

A problematização referente à cidade e seus remanescentes arquitetônicos de outras épocas foram sendo aprofundados no meu trabalho final de graduação[1] e na minha dissertação de mestrado[2]. Na graduação, fui bolsista de extensão do Fórum Landi[3], que me proporcionou um contato maior com o bairro da Cidade Velha por meio da atualização do levantamento de bens imóveis daquela área em maio de 2006, durante o evento "Landi: Cidade Viva"[4], cujo objetivo era a identificação e avaliação das edificações em relação a alguns aspectos arquitetônicos, além do registro fotográfico dos imóveis e da aplicação de questionário aos moradores, a fim de melhor conhecer a relação habitante/edificação/bairro.

---

[1] Trabalho produzido sob orientação e co-orientação, respectivamente, dos professores Dr. Ronaldo Marques de Carvalho e Esp. Flávio Sidrim Nassar.

[2] Trabalho produzido sob orientação da professora Dra. Cybelle Salvador Miranda.

[3] O Fórum Landi é uma organização sediada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA, a qual estive vinculada enquanto discente, na condição de bolsista entre os anos de 2006 a 2008. A organização – tendo como mote as obras construídas na cidade no século XVIII pelo arquiteto italiano Antonio Jose Landi – desenvolve, estimula e apoia pesquisas multidisciplinares sobre a História da Amazônia em seus aspectos sociais, religiosos, artísticos, arquitetônicos, urbanísticos, científicos, econômicos e políticos. A organização, por meio de um curso de pós-graduação e da realização de eventos, vem estimulando a recuperação, a revitalização e a conservação integrada do legado arquitetônico e artístico de Landi e do seu entorno urbano em Belém. Fonte: http://www.forumlandi.ufpa.br.

[4] "Landi: Cidade Viva" foi um evento de educação patrimonial desenvolvido pelo projeto no bairro da Cidade Velha, que consistiu em uma série de ações: exposição em um galpão (localizado no Largo do Carmo no bairro da Cidade Velha) de cópias de gravuras e desenhos do arquiteto Antonio José Landi; o "Circuito Landi: um roteiro pela arquitetura setecentista da Amazônia", visitas monitoradas às obras de Landi, a montagem do "Escritório Público de Arquitetura", integrado por professores e alunos do curso de Arquitetura da UFPA, que tinha como objetivo oferecer aos moradores do bairro informações a respeito da importância da salvaguarda do Centro Histórico, assim como a realização da atualização de informações tangentes ao patrimônio edificado da área e a formação de guias mirins com menores de baixa renda residentes no entorno da Praça do Carmo. A experiência, considerada exemplar pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), foi apresentada pelo coordenador do projeto, Flávio Nassar, no Fórum Universidade e Patrimônio, na cidade de Florença, Itália, em 2006.

No curso de mestrado, tive a oportunidade de adentrar ainda mais no bairro da Cidade Velha, na rua Dr. Assis, a partir de uma experiência etnográfica na rua, a qual possibilitou a quebra da rigidez do pensamento mecanicista, que tem seu lugar reservado dentro da área do conhecimento da Arquitetura, e relega, muitas vezes, a segundo plano, a dimensão simbólica e imaterial intrínseca dos processos de construção, de reconstrução e de ressignificação das formas arquitetônicas. O resultado final desta trajetória foi a dissertação "Rua Dr. Assis: uma incursão pela paisagem patrimonial transfigurada da Cidade Velha, Belém do Pará" (2013).

Na finalização da pesquisa de mestrado, buscando entender como se constituíram legalmente as instituições patrimoniais, deparei-me novamente com Ernesto Cruz, dando nome à biblioteca do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Pará (IPHAN-PA). Nessa biblioteca, um fato me chamou a atenção e me conduziu para uma nova jornada: a escassez de material sobre a história da institucionalização do patrimônio paraense. A única fonte naquele momento que tive em mãos, foi "Pedra & alma: 30 anos do IPHAN no Pará" (FIGUEIREDO; BRITO; LIMA, 2010), uma publicação do Iphan em comemoração aos 30 anos de sua atuação no Pará.

A publicação expõe um breve panorama da história da instituição e apontava para alguns dos sujeitos envolvidos com a causa preservacionista no estado nos primeiros anos de existência do instituto ainda nas décadas iniciais do século XX:

> Belém passa a ser [a partir de 1938] uma espécie de epicentro das atenções para o tombamento de vários acervos patrimoniais. Neste processo, além dos intelectuais do SPHAN, como Rodrigo Mello Franco de Andrade, Mário de Andrade, *atuarão em Belém Frederico Barata, Carlos Estevão de Oliveira, Ernesto Cruz, Jorge Hurley, Eládio Lima, Inocêncio Machado, Levy Hall de Moura e vários outros intelectuais apoiando e realizando os estudos e os pareceres dos primeiros tombamentos* [...]. Em 1941, Ernesto Cruz passa a atuar como representante do SPHAN em Belém, escrevendo inúmeros artigos na imprensa sobre a questão do patrimônio edificado paraense, ao lado de Arthur Ferreira e Maria Anunciada Chaves (FIGUEIREDO; BRITO; LIMA, 2010, p. 27).

A figura de Ernesto Cruz apareceu novamente e o material deixou muitos caminhos abertos para o aprofundamento de minhas pesquisas no campo da preservação patrimonial, e assim pude dar início à pergunta do projeto de pesquisa que culminou nesta tese: como se deu a construção do processo de institucionalização federal do patrimônio no estado do Pará? O questionamento, muito abrangente, necessitou de um recorte em diversos aspectos, dentre eles, nos múltiplos sujeitos envolvidos na preservação

patrimonial, assim como na delimitação de tempo e nos objetos institucionalizados a serem tratados na pesquisa.

A partir do mestrado, pude me aprofundar no processo histórico da política de preservação no Brasil, e a forma como foi construído o conjunto de bens patrimoniais por meio do instrumento do tombamento definido no Decreto-Lei n. 25, de 1937 (que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional). Esse conjunto de bens foi fruto das escolhas de uma comissão técnica do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)[5], que nas décadas iniciais de atuação do órgão apresentava um discurso para salvaguarda do patrimônio nacional.

A "retórica da perda" é apontada por Gonçalves (1996) como o discurso de convencimento de salvaguarda do bem ante o processo de destruição que vinha ocorrendo no Brasil. Os bens imóveis – que compõem o acervo do patrimônio nacional – foram escolhidos sob a crença da existência de uma autenticidade, e o autêntico, naquele momento, estava vinculado a uma arquitetura que se apresentava como brasileira. Elegeu-se, então, a arquitetura colonial, como excepcional, envolta de uma aura que transmitia a originalidade brasileira.

A fundamentação da identidade nacional está diretamente ligada à memória coletiva, dessa forma, a seleção dos símbolos e sinais é retirada de referências da história "dignas de serem recordadas" e, consequentemente, capazes de fortalecer a autoimagem da nação (ASSMANN, 2003).

Bispo (2011), ao se voltar para o estudo das memórias oficiais, destaca que elas são construídas e consolidadas a partir do trabalho de gestão do passado, que classifica e seleciona as memórias pertinentes a determinado fim, o que, por sua vez, passam a influenciar o horizonte cultural de determinada sociedade. O autor trabalha a atuação dos agentes do IPHAN, nos anos iniciais de criação do órgão (1930-1940), como um período em que a instituição foi marcada pelo predomínio de técnicos arquitetos e de vertente modernista.

---

[5] Atualmente, a instituição é conhecida como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), porém ao longo de sua história recebeu outras denominações, sendo a inicial Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, passando para Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) em 1946, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1970, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e Fundação Pró-Memória em 1979. No ano de 1990 houve a extinção do Ministério da Cultura, e a paralisação das atividades do SPHAN e extinção da Fundação Pró-Memória, sucedida pelo Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC). Em 1994 foi restabelecido o nome IPHAN, em substituição ao IBPC. Neste trabalho optei por utilizar a nomenclatura usual em cada período correspondente (MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980).

> Os modernistas ampliam seus interesses estéticos e históricos para toda uma coletividade, forjando uma memória que é coletiva porque emerge dos contatos entre esses intelectuais e seus pares, mas não nacional, na medida em que não é compartilhada diretamente pelo todo grandioso que a ideia de "povo brasileiro" (BISPO, 2011, p. 38).

Os agentes do patrimônio daquela época acreditavam estar elegendo bens que representassem a nação, a coletividade cultural do povo brasileiro, porém estavam muito longe de abranger a diversidade do país, submetendo-a a uma memória coletiva de um grupo, um risco incutido quando se trata da elaboração de uma memória oficial: a supressão de outras memórias, o esquecimento. Nesse processo de formação da memória nacional brasileira pela eleição desses símbolos materiais, surge o que Fonseca (2005) caracterizou como "patrimônio em pedra e cal"[6], bens que foram escolhidos nessa concepção de arquitetura histórica autêntica brasileira.

Surgia então a possibilidade desta tese, e com isso todas as dificuldades metodológicas enfrentadas por uma arquiteta inserida em um novo campo de abordagem, com métodos e discussões rigorosas, que aos meus olhos, estavam distantes daqueles com os quais trabalhava. O percurso no doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da UFPA (PPHIST/UFPA) exigiu que eu entendesse o que seria uma pesquisa dentro desse campo de conhecimento, fazendo com que o projeto de pesquisa, com o qual ingressei no curso, fosse totalmente reformulado.

Logo de início, a disciplina "Linha de Pesquisa", realizada com o professor Márcio Couto, apontou todas as fragilidades do projeto, sobretudo naquilo que os historiadores mais prezam: as fontes. Desde a investigação pelas fontes nos arquivos da cidade até a seleção de informações sobre o passado, a análise crítica delas e o estabelecimento de diálogos entre os conceitos da área, foram etapas, que parecem simples, à primeira vista, mas que demandaram um longo processo de amadurecimento para entender o ofício dos historiadores. Esta tese passou pelo enfrentamento de dificuldades, primeiramente com o próprio de construção textual e "adaptação" ao método da pesquisa em história, assim como o acesso aos arquivos em meio a pandemia da Covid, os quais estiveram fechados ao longo dos anos 2020 e parte de 2021, com limitações de tempo para pesquisas.

---

[6] A arquitetura do período colonial brasileiro foi construída com a utilização de técnicas construtivas, como taipa, alvenaria mista, alvenaria em pedra seca, alvenaria em pedra argamassada etc. A argamassada, o material aglutinante das alvenarias, geralmente era constituída de cal, areia, água ou gordura de origem animal.

Tal processo dentro do PPHIST/UFPA possibilitou uma nova forma de olhar e trabalhar o conjunto documental, com senso crítico, sendo ele constantemente questionado e problematizado, contribuição que levarei para o meu campo de origem, e que me auxiliou a produzir conhecimento sobre a Arquitetura e Patrimônio Cultural.

Assim, esta tese foi construída pela necessidade de explorar como os sujeitos que atuaram nos processos de tombamentos de bens no Pará dialogavam com o Decreto-Lei 25 e com a equipe técnica da capital federal, surgindo um caminho para refletir sobre o processo de institucionalização patrimonial no Pará a partir de Ernesto Cruz. O historiador paraense, a partir de 1946[7], foi escolhido como representante do SPHAN no Pará, ficando responsável pela intermediação com a sede do órgão, localizada no Rio de Janeiro.

É no recorte de tempo entre o final dos anos 1930 e os anos 1940 que se inicia a produção de uma Belém dotada de patrimônios, assim como outras capitais no Brasil, aqui houve os primeiros tombamentos do SPHAN, em ordem cronológica: a Coleção Arqueológica e Etnográfica do Museu Paraense Emílio Goeldi (1940), as igrejas de São João Batista, da Sé, de Nossa Senhora das Mercês, de Nossa Senhora do Carmo, de Santo Alexandre e o Colégio Jesuítico que ladeia essa última (1941), o Palácio Antônio Lemos (1942), o Palácio Velho (1944), o Solar do Barão de Guajará (início do processo em 1944 e tombamento em 1950), a igreja e o acervo de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (início do processo em 1948 e tombamento em 1950) e do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade (início do processo em 1948 e tombamento em 1963).

Dentre os bens imóveis citados acima, apenas dois não tiveram suas construções no período colonial: o Palácio Antônio Lemos e o Cemitério Nossa Senhora da Soledade, sendo que as edificações tombadas estão localizadas dentro do hoje chamado Centro Histórico de Belém (CHB) e do seu entorno (entorno do CHB), ou seja, é com o resguardo desses imóveis que se deu o percurso inicial do tombamento do conjunto do CHB[8] pelo município em 1993.

O Cemitério Nossa Senhora da Soledade foi o bem com o processo que levou mais tempo para receber o tombamento, sendo iniciado em 1948 e finalizado nos anos iniciais

[7] Na publicação "Pedra e alma: 30 anos do IPHAN no Pará" há uma menção de que Ernesto Cruz passara, no ano de 1941, a "atuar como representante do SPHAN", mas foi encontrada, ao longo da pesquisa desta tese, uma nota do próprio historiador publicada no jornal "A Província do Pará" – a ser tratada mais adiante no trabalho – afirmando que ele teria iniciado em 1946 sua atuação no órgão.

[8] É importante destacar que a colonialidade é tão marcante ao longo da história da política de preservação brasileira como parâmetro para tombamento que, na análise dos documentos do projeto de elaboração da Lei Municipal n. 7.709, de 1994, que regulamenta o CHB, constatou-se que a ambiência a ser preservada na lei estaria atrelada ao colonial.

da década de 1960. Contudo, nessa época, há dois casos que chamaram minha atenção: os tombamentos indeferidos pela instituição da "Edificação Casas da Travessa Joaquim Távora" e da "Edificação Solar do Japurá". Cada indeferimento se deu em virtudes específicas, que se mostraram interessantes para reflexão das práticas patrimoniais no que se refere ao modo de operação e aos discursos envoltos entre a direção central e a representação local.

Dentre os bens citados, tombados, a necrópole da Soledade, foi aquela que demandou uma maior diligência por parte de Ernesto Cruz para que se conseguisse a inscrição no livro de tombo do Iphan. Diante das investidas de apagamento do cemitério criou-se uma mobilização de alguns intelectuais que constantemente, assim como Cruz, vinham com notas e artigos de jornais locais destacando a importância da preservação da necrópole. Fato sempre destacado pelo historiador por mobilizar o "clamor de parte da sociedade" (CRUZ,1947, p. 9), em carta enviada ao diretor-geral do SPHAN.

O processo de tombamento do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade apresenta-se rico em documentos, com informações que apontaram para temas aprofundados nesta pesquisa, contribuindo para delimitar as perguntas e o problema de tese. Um exemplo de temas que emergiram do processo foi a comoção popular nos jornais, percebi que não era apenas os que queriam manter a necrópole, mas o entusiasmo era grande por parte da ala que clamava pela modernização da cidade. A partir de colunas e publicações de notas em jornais, percebi que havia uma tensão entre as imagens da cidade, ou seja, uma que tentava resguardar alguns elementos do espaço urbano e outra que queria apagar os elementos considerados defasados para deflagrar a modernização. Esse fato levou à necessidade de explorar pontos que tangem à questão de como e qual era o discurso de preservação instaurado em meio ao processo de transformação de Belém ao longo das décadas do processo de tombamento do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade, além de questionar o que era a Belém, em sua materialidade edificada, que conduzia os discursos de permanências e transformações.

Considerando que os espaços das cidades que apresentam arquiteturas marcadas por uma estética historicista passaram a sofrer interferência em seus tecidos com a criação da instituição federal de salvaguarda patrimonial, a qual tinha o objetivo de resguardar alguns exemplares arquitetônicos por meio de um instrumento legal – o tombamento – pude apropriar-me das reflexões sobre análise do discurso de Foucault (1979) e considerar a instituição como um dispositivo de poder e saber, sendo que o dispositivo pode ser considerado como um "conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições,

organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas" (FOUCAULT, 1979, p. 244).

O SPHAN e sua rede de contato nos estados da federação passou, na década de 1930, a fixar suas práticas discursivas ao longo da história de preservação patrimonial no Brasil. Segundo Foucault (1979), em cada momento histórico, grupos sociais apresentam seus discursos, os quais produzem as verdades daquele período, tais discursos se envolvem, conectam-se em uma rede de signos e de outros discursos que contribuem para validar a sua verdade, dessa forma, ao nos voltarmos para as instituições patrimoniais, estamos diante de um dispositivo.

Vale se colocar diante das fontes e dos sujeitos, na atitude descrita por Le Goff (2003) ao tratar do documento-monumento, em que o olhar para aquele material não deve ser inocente, pois é preciso desmistificar o significado aparente que eles carregam. Para ler "a massa de elementos", a qual se refere Foucault (2008), vale fazer o esforço de desenrolá-la, isolá-la, reagrupá-la e fazê-la pertinente.

Os enunciados emitidos pelos órgãos de preservação patrimonial, a partir dos anos 1930, agruparam-se, formando o discurso das instituições de preservação, que por sua vez apresentam os sujeitos, ou seja, o quadro de funcionários atuante que emitiu pareceres, escolheu os bens e também produziu materiais, como artigos em revistas, jornais, livros etc., garantindo a perenidade da memória institucional.

Esses múltiplos sujeitos trazem em sua bagagem intelectual uma visão particular, as quais podem apresentar o discurso de outros dispositivos, e que influenciou as escolhas dos objetos a serem resguardados. Ernesto Cruz passa a ser um elemento desse dispositivo de poder a partir dos anos 1940, carregando com ele a sua perspectiva de valoração e eleição daquilo que poderia ser um bem patrimonial dentro do espaço da cidade.

Assim, o entendimento da concepção patrimonial de Ernesto Cruz passa pela exploração de sua faceta de historiador, do lugar social de sua produção e dos lugares aos quais esteve vinculado no Pará. Essa compreensão possibilitou a aproximação de seu olhar aos objetos que estiveram na pauta da institucionalização patrimonial entre os anos 40 a 60 do século XX.

Desse modo, discorrer sobre essa imagem, como também sobre sua concepção histórica, permitiu-me analisar a visão de mundo e as escolhas de seus sujeitos, que se refletem também nas escolhas dos objetos patrimoniais, possibilitando vislumbrar uma nova dimensão de Ernesto Cruz: a preservacionista.

Essa dimensão – ainda não explorada dentro do campo da Historiografia amazônica assim como da Arquitetura – encontra-se imbricada com a concepção de História de Cruz e também com a sua relação com a cidade e com a Arquitetura, que são dois outros pontos/temas a serem explorados neste trabalho. Com isso surgiram algumas indagações-guia para a construção do problema desta tese: qual a noção de História para Ernesto Cruz? Quais são as suas redes de poder? Qual seu campo de atuação? Qual a concepção de patrimônio de Ernesto Cruz? Quais os dados de sua biografia são importantes para compreensão de sua concepção de patrimônio?

A partir dessas perguntas, delineei como problema a seguinte questão: qual a contribuição de Ernesto Cruz para a construção do discurso patrimonial preservacionista no Pará ao longo de sua atuação como representante do Serviço de Patrimônio Histórico Artístico Nacional no estado do Pará?

Portanto, a originalidade desta tese é apresentar a dimensão preservacionista de Ernesto Cruz, aspecto ainda não explorado no campo da Historiografia amazônica nem na Arquitetura, a partir de sua atuação enquanto delegado do SPHAN, já que ele se tornou uma figura fundamental no processo de institucionalização do patrimônio histórico no estado do Pará. Dessa maneira, esta tese analisa as contribuições do historiador para a preservação patrimonial no Pará, a partir da compreensão das práticas e o conjunto de ações operadas para inserir o patrimônio do Pará dentro das concepções de patrimonialização em voga nas décadas iniciais de atuação do então SPHAN.

Outro ponto relevante sobre o historiador ocorre na construção de sua imagem como preservacionista, que permaneceu pouco presente ao longo de sua trajetória de vida exposta nos livros. Fato que não ocorre somente nos processos de tombamento dos bens, entre as décadas de 1940 a 1960, pelo SPHAN. O nome Ernesto Cruz, nos inúmeros documentos que compõem os processos[9], se faz presente. Logo, reitero que a dimensão preservacionista de Ernesto Cruz ainda é pouco contemplada pela produção acadêmica científica que aborda a história da política de preservação do patrimônio paraense, principalmente tendo o historiador como o sujeito desse processo. Dessa forma, saliento, mais uma vez, a relevância deste objeto de pesquisa para as discussões patrimoniais no Pará.

[9] A pasta de um processo de tombamento de bem material é constituída por diversos documentos, desde a solicitação para se tombar o bem como também o histórico, fotos, trocas de correspondências entre a direção nacional e as regionais, recortes de jornais sobre temas que envolvem o bem, recibos de serviços executados, memorando de solicitação de intervenção de qualquer natureza no objeto tombado etc.

Até o momento atual desta pesquisa apenas três publicações abordam objetos patrimoniais e a figura de Ernesto Cruz, embora significativos em seus conteúdos e objetivos, não discorrem sobre a construção da preservação patrimonial paraense a partir do protagonismo dele, são elas: "Pedra e alma: 30 anos do IPHAN no Pará" (2010), que faz um breve panorama da atuação do Iphan no estado do Pará ao longo de 30 anos, e situa o historiador no quadro de representante da instituição, mas pontualmente, indicando o início de sua atuação no órgão – outra data também fora encontrada ao longo da pesquisa para esta tese –, apontando para sua participação no Conselho Estadual de Cultura do Pará (CEC-PA), assim como a campanha feita diante da demolição do Solar do Barão de Japurá. A obra também indica "uma série de estudos sobre folclore, dedicados ao amigo Carlos Estevão Oliveira" (FIGUEIREDO; BRITO; LIMA, 2010, p. 25), na revista "A Semana" cuja fonte, infelizmente não foi encontrada nos acervos de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Viana (BPAV) nem na biblioteca do projeto "Memorial do Livro Moronguêtá", sediada no Fórum Landi, mas ambas têm os volumes da revista "A Semana", assim como a dissertação de mestrado de Rodrigues (2014): "Duas faces da morte: o corpo e a alma do Cemitério Nossa Senhora da Soledade, em Belém/PA", que reflete sobre a significância cultural atribuída à necrópole pelos seus usuários por meio da dinâmica social e prática cultural naquele espaço na contemporaneidade.

Com a finalidade de tratar da materialidade que constitui o cemitério, Rodrigues (2014) desenvolveu uma contextualização histórica do objeto, da data de fundação até o ano de 2014. Ela apresentou a importância do Cemitério da Soledade e os aspectos levados em conta no seu processo de tombamento, dispondo de 35 páginas do processo no anexo, em formato de imagem com legendas de modo descritivo, resumindo o conteúdo das fotocópias, sem centrar nas práticas do historiador Ernesto Cruz. Por fim, Túlio Chaves (2009) desenvolveu seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre o Solar do Barão do Japurá, mas focando nas repercussões das matérias dos jornais e não na documentação do processo de tombamento.

Dessa forma, dentro do recorte de tempo proposto, o intervalo entre os anos 1940 e 1960, período em que se encontram os processos de tombamento com densa qualidade de informações, e tomando a perspectiva de Ernesto Cruz, acrescento esse sujeito ao debate da História da Preservação Patrimonial no Pará por meio de um diálogo entre História, Arquitetura e Patrimônio.

Para esse fim, esta pesquisa assenta-se nas seguintes fontes: jornais e revistas do período estudado (1940-1960), produção bibliográfica de Ernesto Cruz, processos de tombamento dos bens do Iphan no estado do Pará, iconografias, além de bibliografia que discute as categorias História, Arquitetura e Patrimônio.

Esta tese apresenta-se em quatro capítulos: o capítulo 1, "Ernesto Cruz: o Historiador", aborda a dimensão de Ernesto Cruz como historiador, baseado na construção de sua face sob o título honorífico de "Historiador da Cidade de Belém", concedido pela Câmara Municipal da cidade em 1957. Analisando uma série de homenagens que passam a figurar em textos nas páginas dos jornais e revistas da cidade de Belém após o seu falecimento em 1976, são escritos de colegas de trabalho, amigos e admiradores do historiador, e esse conjunto de fontes auxilia na construção e compreensão de uma imagem, uma figura idealizada e legitimada como o "Historiador da Cidade de Belém", a qual se constituiu paralelamente ao longo dos anos de sua atuação no SPHAN no estado do Pará. O capítulo ainda aborda seu modo de fazer História.

O capítulo 2, "A Belém de Ernesto Cruz: um diálogo entre a cidade, a arquitetura e a tradição", apresenta Belém na primeira metade do século XX e na década de 1960, a partir de episódios presentes nas colunas e textos do jornal "A Província do Pará" que apontavam um tensionamento entre grupos sociais que almejavam a modernização total da cidade e aqueles que almejavam a preservação de determinados elementos do tecido urbano. Esse contexto é importante, pois é nele que as ações da política de preservação do patrimônio atuaram, e é no apagamento das estruturas antigas da cidade, mediante a modernização, que correntes preservacionistas passaram a reivindicar a permanência de estruturas arquitetônicas e espaços livres públicos.

Nesse capítulo é também exposta a relação do historiador Ernesto Cruz com a cidade de Belém, apontando para o papel que ela assume na sua narrativa histórica ao longo da sua produção bibliográfica. Belém do Pará delineia-se nas mãos de Ernesto Cruz por múltiplos aspectos, mas destaco nesta tese a Belém delineada por seus espaços públicos, monumentos e edificações. É feito um diálogo entre essa cidade, com os referenciais da História da Arquitetura e do Urbanismo brasileiro e da Literatura que tratam sobre a representação da cidade. O resultado desse debate recai no universo tradicional do historiador, no qual os objetos arquitetônicos escolhidos por ele para figurar em sua narrativa histórica arquitetônica ganham destaque e alguns deles farão parte de sua diligência no ofício de representante do SPHAN ao longo da primeira metade do século XX.

O capítulo 3, “A política de preservação patrimonial nacional no Pará”, traz um panorama geral da política de preservação patrimonial e sua trajetória no Brasil. Para esse tema, o enfoque é dado à criação do SPHAN pela Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937, como também para o Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de mesmo ano. O primeiro deu nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) e criou efetivamente o SPHAN, já o segundo documento organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, ficando conhecido como Lei do Tombamento, que mesmo com 84 anos, ainda é válido com suas disposições.

O Decreto-Lei n. 25 carrega um papel simbólico na estruturação da política preservacionista brasileira, uma vez que os objetos, para participarem do conjunto patrimonial nacional, precisavam/precisam ter a seguinte qualificação: “vinculados à fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (IPHAN, 2006, p. 99), tal classificação, por sua vez, foi/é atribuída por uma equipe que irá aferir a valoração. Como mencionado anteriormente, os modernistas apropriaram-se deste lugar na construção dos objetos de excepcionalidade histórico-artística, sendo esses intelectuais os homens públicos do SPHAN nas primeiras décadas da fundação da instituição e foram quem consolidaram o discurso preservacionista.

Chuva (2017), ao tratar da hierarquização presente nos bens tombados entre os anos de 1938 e 1946, destaca que nos primeiros anos de funcionamento do SPHAN, os próprios agentes do órgão fizeram as indicações do que deveria ser resguardado, uma vez que nos processos não havia a motivação da indicação, sendo que os bens arquitetônicos foram a maioria do patrimônio histórico e artístico nacional protegido.

As características arquitetônicas presentes nesses conjuntos, sobretudo nos conjuntos de Minas Gerais, com predominância da arquitetura do período colonial, podem ser consideradas como um possível modelo daquilo que seria o patrimônio autêntico brasileiro, e que fora delineado pelos agentes do SPHAN:

> o contexto de nacionalização do Estado brasileiro em que se inseriu a gestão estatizada de bens simbólicos encetada a partir do SPHAN caracterizou-se pelo projeto em que nacionalizar significou, antes de tudo, impingir unidade, impedindo qualquer feição plural da nação (CHUVA, 2017, p. 212).

Esses anos iniciais dos tombamentos em massa das cidades mineiras terminou por coroar seus objetos arquitetônicos, que vinham sendo evocados desde os anos 1920,

passando a ser o modelo de “arquitetura autêntica”, “arquitetura tradicional brasileira” (CHUVA, 2017, p. 9). Nesse sentido, a primeira metade do século XX no Pará contou com uma quantidade significativa de bens tombados pelo SPHAN, os quais contribuíram para forjar a memória nacional. Apresento no capítulo 3 a constituição do campo do patrimônio paraense nas primeiras décadas de atuação do representante do SPHAN, Ernesto Cruz, no Pará. Dentre os plurais olhares do “Historiador da Cidade de Belém”, o enfoque será dado para seu viés preservacionista, dimensão ainda pouco explorada na memória histórica.

O capítulo 4, “Entre o tombamento e o apagamento: o olhar de Ernesto Cruz para o patrimônio paraense”, trata sobre a concepção de Cruz sobre preservação e patrimônio, a partir de uma incursão em sua produção, assim como nos documentos que compõem os processos de tombamentos dos bens patrimoniais, centrando em três casos: a Casa da Travessa Joaquim Távora, o Solar do Barão do Japurá e o Cemitério da Soledade.

A discussão sobre os processos aborda também a forma de tramitação, a resistência dos pareceres que partiam da sede da instituição no Rio de Janeiro, ora negando o tombamento ora solicitando mais informações sobre o bem e, dentro dessas entrelinhas documentais, destaco a questão da hierarquização patrimonial presente nos anos iniciais do SPHAN, decorrente do juízo de valor dos objetos a serem tombados, o processo de escolhas com base em modelos idealizados que partiam da sede do órgão para as demais representações (CHUVA, 2017).

A base documental estudada foram os processos de tombamento do acervo do IPHAN, assim como artigos do jornal “A Província do Pará” que tratam dos objetos tombados. Esse material será analisado à luz da revisão bibliográfica que discorre sobre a política de preservação patrimonial no Brasil como também sobre a arquitetura e identidade nacional na primeira metade do século XX, estabelecendo o diálogo com a história paraense do referido período.

Dentro de cada caso, é possível avaliar diversos aspectos sobre o desenvolvimento da política de preservação patrimonial no Pará e a consolidação de uma memória arquitetônica e histórica atrelada aos bens e aos valores simbólicos que eles emanam.

Por fim, diante do conjunto de casos a ser discutido nesta tese, buscarei discorrer sobre a prática preservacionista oficial no Pará a partir da figura de Ernesto Cruz.

1 ERNESTO CRUZ: O HISTORIADOR

1.1 ERNESTO HORÁCIO DA CRUZ: O "HISTORIADOR DA CIDADE DE BELÉM" E SUAS FACETAS

Ernesto Cruz (Figura1) é um nome que se destaca como historiador paraense no século XX, porém há pouca produção acadêmica que se dedica à sua vida e obra, fato verificado na investigação desta tese. Os únicos materiais a respeito dele que se teve contato foram a apresentação da nova edição do livro "Procissão dos séculos: vultos e episódios da História do Pará", de 1999, feita pelo historiador Geraldo Mártires Coelho – que traz uma breve e significativa reflexão sobre Ernesto Cruz e seu modo de fazer história; o trabalho de Moraes (2006), que contribuiu para a análise sobre seu ofício de historiador, centrando a discussão nas comemorações dos 150 anos de Adesão do Pará à Independência do Brasil no ano de 1973 e em sua participação como conselheiro do CEC-PA; o artigo de Maurila Bentes de Mello e Silva, "Os 'Historiadores da Cidade': Ernesto Cruz, Augusto Meira e Carlos Roque" (2016), que indicou a existência da titulação concedida a alguns historiadores paraenses.

Figura 1 – Ernesto Cruz na capa do catálogo da Exposição Biográfica de Ernesto Horácio da Cruz, realizada no Museu da UFPA em abril de 1979



Fonte: Silva; Portela (1979)

Esses trabalhos, por sua vez, trouxeram informações importantes que foram aprofundadas ao longo da coleta e análise de fontes da pesquisa, assim surgiu um Ernesto Cruz com a vida pública marcada por participações em diversas congregações e instituições nas quais se reuniam a intelectualidade paraense. Tornou-se uma tarefa complexa delimitar qual dessas dimensões do historiador poderia auxiliar no objetivo desta tese, ou seja, pensar sua concepção e sua contribuição na preservação patrimonial paraense. Optou-se por uma abordagem com perspectiva biográfica, em um primeiro momento, que pudesse trazer Ernesto Cruz e seu diálogo com a cidade, dessa forma, partiu-se para a compreensão da construção de sua memória como o "Historiador da Cidade de Belém", uma vez que possibilitaria contextualizar sua atuação nos diversos meios nos quais circulava, como também compreender como seu trato historiográfico refletiria nas escolhas e valorações patrimoniais.

Tendo em vista a dificuldade de encontrar biografias sobre o historiador, essa tarefa tomou corpo pelos relatos em homenagens póstumas e necrológios publicados em jornais e revistas, assim como os resumos sobre sua filiação presentes em seus livros e também a documentação do Arquivo Noronha Santos, no Iphan-RJ, referente às notícias de seu falecimento, além do arquivo técnico-administrativo dos representantes do Iphan-RJ.

***

Figura 2 – Foto do arquivo permanente do Iphan com a legenda "Aspecto da chegada do delegado do SPHAN á cidade da Vigia. O sr. Ernesto Cruz está ao centro, assinalado. 2.4.946"



Fonte: Cruz (30 jul. 1946).

A foto acima traz Ernesto Horácio da Cruz, em trajes claros em pé e ao centro, segurando com uma das mãos a porta do carro *Hudson*, sua postura o destaca sobre os demais enquadrados na fotografia, que poderiam ser o motorista do carro de aluguel, o fotógrafo ou seu auxiliar ou outras pessoas que o acompanhavam em suas viagens pelo SPHAN. O cenário é composto por um conjunto edificado por casas térreas, marcadas pelos beirais aparentes em telhas cerâmicas e esquadrias de madeira com suas vergas retas e em arco abatido, características que hoje marcam a historicidade arquitetônica da representação colonial.

A fotografia foi tirada no ano de 1946, e enviada ao diretor-geral do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rodrigo Melo Franco de Andrade, como registro de sua visita à cidade de Vigia, Pará, na condição de delegado/representante da instituição, cargo assumido naquele ano.

A foto utilizada para apresentar Ernesto Cruz nesta tese não poderia ser outra: o registro de sua figura e seu trabalho para o conhecimento da instituição. Adentra-se nesse documento histórico para o conhecimento do sujeito, a partir de uma análise iconográfica da descrição feita da foto acima, considerando que é a "análise do registro visual, a expressão, isto é, o conjunto de informações visuais que compõem o conteúdo do documento" (KOSSOY, 2020, p. 83), ou ainda, segundo Panofsky (2007, p. 47), a iconografia "é o ramo da história da arte que trata do tema ou mensagem das obras de arte". Segundo Kossoy (2020), ao tomar a fotografia como um documento histórico, o artefato fotográfico oferece indícios, em seus elementos constitutivos – assunto, fotógrafo, tecnologia – como também um conjunto de informações implícitas em seu conteúdo. Para o autor, a imagem possibilita a leitura de microcenários do passado, porém a fotografia em si não tem a capacidade de reunir o conhecimento do passado, ela necessita de fontes de outra natureza para que o tema representado possa ser interpretado.

Assim, aquela imagem cristalizada em um determinado espaço e tempo do transcurso histórico, incentivou que, ao longo desta pesquisa, fosse evidenciada a dimensão preservacionista de Ernesto Cruz, como a retratada na fotografia (Figura 2). Dessa forma, o estabelecimento de conexões com outras fontes possibilitou a interpretação de uma leitura daquilo que naquele momento o historiador paraense passava a representar. Dessa maneira, ao longo deste trabalho, termina-se por tecer uma análise iconológica do registro inicial, embora a fotografia não seja o cerne deste estudo, mas sim a representação do sujeito que ali fora deixado.

O paraense, figura central desta tese, nasceu em Belém em 20 de novembro de 1898, filho de José Antônio da Cruz e Tereza de Jesus Horácio da Cruz, o pai era natural de Santana do Livramento (RS) e a mãe de Belém do Pará. Seu avô materno, João José Horácio e Silva, fora inspetor da Alfândega de Belém, professor de Retórica do Liceu Paraense e juiz de paz do "distrito da Sé" (RESUMO...,1973).

É com o título de "Historiador da Cidade de Belém" que Ernesto Horácio da Cruz faleceu aos 77 anos, em 16 de maio de 1976, daí surge uma série de homenagens em forma de textos nas páginas dos jornais e revistas em Belém e em outras cidades, como no Rio de Janeiro, escritos por colegas de trabalho, amigos e admiradores do historiador.

Homenagens que não cessaram desde o ano de sua morte até o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, resultando, inclusive, em uma exposição biográfica e de aspectos da cultura paraense, organizada pela Universidade Federal do Pará (UFPA), que elegeu a figura de Ernesto Cruz como significativa para o mérito das suas atividades.

Ricci (1998), ao realizar a biografia de Diogo Feijó[10], toma cada narrativa já realizada desse sujeito como uma evidência histórica, o que nas considerações de Thompson (1981), se apresentam impregnadas de sentidos e significados diferenciados construídos por cada autor em cada momento histórico. Assim, seguindo a lógica histórica, foram reunidos os pequenos relatos e as evidências da trajetória de vida de Ernesto Cruz, deixadas por aqueles que o homenagearam, para auxiliar na construção e compreensão da imagem dessa figura idealizada e legitimada como o "Historiador da Cidade de Belém" – titulação essa que se construiu paralelamente ao longo dos anos de sua atuação no SPHAN no estado do Pará.

O entendimento da concepção de Patrimônio em Ernesto Cruz passa pela exploração de seu título de "Historiador da Cidade", do lugar social de sua produção, aproximando-se de seu olhar para com os objetos que estiveram na pauta da institucionalização patrimonial brasileira entre os anos 1940 a 1960. Assim, tornar essa faceta inteligível, discorrendo sobre essa imagem como também sobre sua concepção histórica, permitindo analisar sua visão de mundo, as escolhas de seus sujeitos, algo que se reflete nas escolhas dos objetos patrimoniais, possibilitando vislumbrar a nova dimensão de Ernesto Cruz: o preservacionismo.

[10] Sobre o estudo de Ricci (1998), ver sua tese "Assombração de um padre-regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843)", disponível em: http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280059?mode=full.

Segundo Bezerra Neto (2007), ao lado de Arthur Cézar Ferreira Reis[11] e Arthur Vianna[12], Ernesto Cruz foi um dos mais produtivos historiadores da Amazônia, tanto em número de obras quanto em tratados, fato comprovado quando se verifica a quantidade de publicações do historiador. Moraes (2006) também menciona essa quantidade significativa de publicações, ressaltando que no campo das letras, ele abordou uma gama de temáticas diversificadas, citando como exemplo o livro "História do Pará", que reúne temas que "vão desde o 'patrimônio municipal', o significado das 'ruas de Belém', os 'conceitos e impressões da cidade de Belém' até 'evolução da medicina na Capitania, na Província e no Estado. Endemias, hospitais' e a 'abolição da escravatura'" (MORAES, 2006, p. 40).

Os registros póstumos em homenagem ao historiador demonstram sua grande produção, por exemplo, com a notícia, um dia depois do seu falecimento, no jornal "A Província do Pará", de 17 de maio de 1976:

> A perda um de seus maiores historiadores[...], pesquisador infatigável, Ernesto Cruz que durante longos anos dirigiu a Biblioteca e Arquivo Público do Pará, manipulou com carinho todos os códices existentes, enriquecendo as letras paraenses com os seus conhecimentos profundos, que também muito influíram para que a História da Amazônia fosse conhecida (O PARÁ..., 1976).

A figura do historiador é de um mensageiro da história da Amazônia, segundo o excerto, seu arcabouço de conhecimento construiu-se por pesquisas em todos os códices do acervo da instituição a qual dedicou um longo período de sua vida, ou seja, a BAP.

Annunciada Chaves[13], ao homenageá-lo, no terceiro ano de aniversário de sua morte, o intitula como "um dos mais respeitáveis vultos da intelectualidade de nossa

---

[11] Arthur Cézar Ferreira Reis, natural do Amazonas, bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, atuando posteriormente no magistério de História do Brasil no Amazonas. Ele exerceu diversos cargos no governo federal a partir da década de 1940, obtendo grande prestígio nos grupos de intelectuais no Brasil. Foi representante do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Pará em 1940. Escreveu artigos, prefácios, livros que versavam temas do universo amazônico e da História do Brasil (Fonte: https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/acfreis.html).

[12] Arthur Vianna, natural do Pará, nasceu em 1873. Diplomado na Escola Normal e na Escola de Farmácia do Pará, desenvolveu as atividades no magistério, na área da saúde e no serviço público. Foi diretor da Biblioteca Pública entre os anos de 1899-1906, reuniu o Arquivo Público à Biblioteca Pública do Pará. Escreveu artigos para jornais, livros, contribuiu para a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará em 1900, assim como a Academia Paraense de Letras, sendo patrono da cadeira de número 1 (BEZERRA NETO, 2007).

[13] Maria Annunciada Ramos Chaves nasceu em 1915 no estado do Pará, bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Pará. Foi historiadora e educadora, pertencendo ao corpo docente dos colégios Moderno, Gentil Bittencourt e Paes de Carvalho. Contribuiu para a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Pará, onde veio a se tornar professora titular da futura UFPA (FIGUEIREDO, 2010).

época [...], trabalhador incansável, que até o último alento se dedicou ao estudo da sua terra e da sua gente" (CHAVES, 1979, p.155).

Esses dois momentos demonstram dois aspectos que sempre serão destacados nas homenagens aqui apresentadas: o esforço e o trabalho incansável. O estofo intelectual de Ernesto Cruz – característica marcante nos registros consultados – iniciou-se com os estudos do curso primário no Grupo Escolar da Cidade Velha e no Colégio Sagrado Coração de Maria. O curso secundário foi feito no Ginásio Paes de Carvalho. Por fim, estudou na Escola de Agronomia do Pará, não finalizando o curso por falta de recursos financeiros (CHAVES, 1979).

Foi então que Cruz começa a trabalhar na imprensa de Belém, ainda jovem, com 16 anos de idade, em 1914, como redator-gerente do jornal "A Paz", ao lado do redator-chefe Eurico Dantas Cavalcante, uma publicação quinzenal de cunho literário, crítico e noticioso (PARÁ, 1985).

Dentre as atividades de Ernesto Cruz, uma pouco divulgada e relatada nas notas biográficas e autobiográficas foi a de militar. Quando jovem, em 1919, ele ingressou no 26º Batalhão de Caçadores de Belém, no posto de sargento, no qual tomou parte na Revolução de outubro de 1924[14], sendo preso na capital por três meses nos navios da Marinha de Guerra e depois na Polícia Militar e Civil em Belém (CRUZ, 1963), tendo sido anistiado com a vitória da Revolução de 1930[15].

Em 1924, o historiador escreveu dois artigos no jornal "A Província do Pará", que indicam sua passagem pelo Exército, trazendo as memórias de quando esteve na ativa no

[14] Sobre os episódios, há uma referência feita no livro "História do Pará" (1963), no segundo volume, em que o autor discorre sobre a "Revolta do 26º Batalhão de Caçadores, 26 de julho de 1924" e da "Revolta do 26º Batalhão de Caçadores, 5 de outubro de 1930". Não há referência à revolta do mês de outubro de 1924. No que tange aos episódios, Cruz (1963) afirma que não houve uma ligação direta ao movimento paulista e sergipano, sob o comando do general Izidoro Dias Lopes, que ocorria em outras cidades brasileiras naquela década, porém, havia um acolhimento daquele movimento, no 26º Batalhão, assim como em parte da população paraense. Na "Revolta do 26º Batalhão de Caçadores, 26 de julho de 1924" houve uma indisciplina no batalhão por parte de alguns soldados, que teve como consequência um combate entre a Polícia do Estado e o Exército, perdendo a vida nesse episódio Assis de Vasconcelos, dentre outros, como também alguns terminaram presos. A "Revolta do 26º Batalhão de Caçadores, 5 de outubro de 1930", segundo Cruz (1963), fora uma sublevação armada de alguns rebeldes do 26º Batalhão que comungavam dos mesmos princípios "revolucionários que começavam agitar o país [...] na tentativa de ocupar a cidade e reter a administração pública" (CRUZ, 1964, p. 756). Dentre os desdobramentos, ocorreu a vitória dos revolucionários paraenses em 24 de outubro de 1930, passando a eles o governo do estado.

[15] Chaves (1979) afirma que Ernesto Cruz havia participado da "Revolução de outubro de 1924", e permaneceu preso por três meses. Posteriormente fora anistiado na revolução de 1930, fato que coincide com as publicações feitas pelo historiador, no ano de 1924, nas páginas do jornal "A Província do Pará". Cruz publicou regularmente entre os meses de janeiro a julho e de novembro a dezembro, deixando uma lacuna nos meses de agosto, setembro e outubro.

Rio de Janeiro, expressando com pesar em ter demorado para poder explorar a então capital federal em virtude dos levantes tenentistas de 1922:

> O anno revolucionário de 1922 não me deixou gozar como devia, os encantos divinaes da bella cidade de S. Sebastião. As obrigações advindas da farda que visto, retiveram-me na caserna, enquanto lá fora, a natureza se expandia, e verde-matizava os morros, que víamos debuchados de uma frente a outra, da Villa Militar. Cessada a rebelião procurei enfronhar-me no contacto da cidade. (CRUZ, 23 jan.1924).

Com 25 anos, ainda no Batalhão da Capital, Ernesto já era considerado intelectual por seus colegas, ali ele dirigia o quinzenário "Eco Militar", que contava com a colaboração de Ignácio Moura, Augusto Meira, Carlos Nascimento, Ernani Vieira e também de sua futura esposa, Antonietta Cruz[16], que em algumas colaborações assinava A.S. (CHAVES, 1979).

A união matrimonial com Antonietta Cruz ocorreu em 1922, tendo o casal quatro filhos. A esposa teve um papel relevante na vida e na construção de Ernesto Cruz como estudioso e historiador. Em 16 de janeiro de 1983, o jornal "O Liberal" publicou "A poesia da saudade e do amor de d. Antonietta Cruz", uma produção da romancista.

O nome de Ernesto Cruz surge na entrevista, mas o protagonismo é de Antonietta, a qual se coloca como grande incentivadora e organizadora do ofício de historiador de seu marido. Esse fato foi reiterado por Chaves (1979), ao destacar os "dons intelectuais" do amigo, delegando a sua esposa o papel de incentivadora nos estudos e leituras, contribuindo para o autodidatismo de Ernesto Cruz.

Segundo Chaves (1979), Antonietta Cruz colaborou no método de trabalho e organização, passando a "ocupar na vida de seu marido um lugar importantíssimo, decisivo mesmo, segundo ele próprio afirmava, para sua realização intelectual e social" (CHAVES, 1979, p.157).

Essa observação veio no primeiro livro de Ernesto Cruz, "Da Roça" (1921), no qual faz a seguinte dedicatória: "Á minha amiguinha A.S [...] o livro é seu. Sendo você a estimuladora de meu trabalho, nada mais justo do que ser a merecedora da minha gratidão" (CRUZ, 1921, p.8). O historiador confirmava a importância que a companheira teve em sua formação.

[16] Antonieta de Clairefont de Souza Cruz faz parte do universo de mulheres escritoras paraenses dedicadas à produção de poesias. Publicou o livro "Amarantos em novembro", seu primeiro livro, em 1970. Ele traz uma compilação de trabalhos publicados em jornais, revistas etc. Originária da cidade de Cametá (PA), nasceu em 1903 e faleceu em 1986. Participou da Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil (SANTOS, 2010).

Segundo Antonietta Cruz (A POESIA...,1983, p. 1), ela incentivou Ernesto Cruz para a História, por dois motivos: o primeiro era tirá-lo do foco de outras mulheres, já que "[...] Ele escrevia crônicas bonitas, colocava poemas pelo meio e muitas outras moças iriam gostar [...]", o segundo motivo era a desorganização do historiador em dar continuidade ao que escrevia, e ela o ajudava a iniciar e a terminar o que começava.

O historiador gostava de mudar os rumos de seus estudos, iniciava e não finalizava, ou então seguia para outro tema, "apesar de ser um homem muito inteligente, Ernesto não seguia um caminho reto no conhecimento" (A POESIA..., 1983). Essa observação de Antonietta Cruz pode ser visualizada na tabela 1, dentro de um recorte pequeno de textos produzidos pelo autor no ano de 1924.

Tabela 2 – Sequência de artigos publicados por Ernesto Cruz no jornal "A Província do Pará" no ano de 1924

Título do artigo	**Data de publicação**
"Só! ..." crônica sobre casamento"	15/01/1924
"Um projecto para os sargentos do nosso exército"	18/01/1924
"Petrópolis serra maravilhosa"	23/01/1924
"Um caso de adultério"	30/01/1924
"De Anajás"	6/02/1924
"Aguardemos o futuro"	21/03/1924
"O guia Lopes"	23/03/1924
"A linguagem dos Tupys em methodo"	10/04/1924
"Literatura Brasilica, a Jorge Hurley"	12/04/1924
"Uma história de Mapingary"	17/04/1924
"Um caso como muitos..."	26/04/1924
"Pelas victimas das grandes águas"	09/05/1924
"Philosophia do cigarro"	10/05/1924
"Batalha de Tuyuti	24/05/1924
"Literatura[...]indígena"	25/06/1924
"A confederação do Equador e a these do senhor José Carvalho"	5/07/1924
"A these do sr. José Carvalho é uma baboseira histórica"	7/07/1924
"Uma these e um logro"	9/07/1924
"Nota sobre uma bíblia que será traduzida para a	7/11/1924

língua dos nossos índios”	
“A pátria do sertanejo”	9/11/1924
“Sobre a dissolução da constituinte”	12/11/1924
“A república e a implantação no Brasil”	15/11/1924
“Nota sobre o Instituto de proteção à infância”	17/11/1924
“Bandeira, symbolo da pátria”	19/11/1924
“O Senhor Don Pedro II”	5/12/1924
“Da origem do bem e do mal”	12/12/1924
Surgimento da Coluna – “Factos Históricos: “A 15 de novembro de 1833 foi preso em S. Christovão, José Bonifácio...”	15/12/1924
Factos Históricos: Em 16 de dezembro de 1815 o Brasil é elevado á categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves	16/12/1924

Elaborado pela autora (2022)

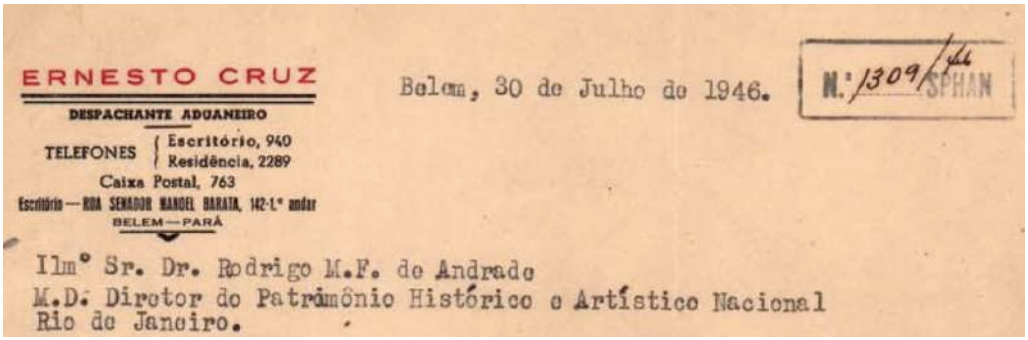
Os assuntos históricos encontram-se entre os temas triviais publicados, em forma de crônicas, nos primeiros meses do levantamento. Essas crônicas abordam temáticas relacionadas a casamento, traições de casal, contos do folclore popular, informes etc., por exemplo, em “Só...! Crônica sobre casamento”, o autor traz um diálogo entre duas mulheres, Dona Alice e Laura, sobre casamento, demonstrando uma visão da época a qual a mulher deveria, mesmo traída, reconquistar o homem, pela “doçura”, já em “Philosophia do cigarro”, o historiador escreve três crônicas com a temática de traição feminina.

No mês de dezembro de 1924, o jornal passou a publicar a coluna diária “Fatos Históricos”, com temas da História do Brasil, é quando Cruz discorria sobre um fato que havia ocorrido na data da publicação. É a partir desse momento que se observa uma regularidade maior nas publicações sobre História do autor.

Ernesto Cruz, após sair da carreira militar, em 1930, passou a exercer a função de despachante aduaneiro da Alfândega de Belém, fundando o sindicato da classe, como também a Federação Nacional dos Despachantes Aduaneiros (CHAVES, 1979). Encontrou-se, durante a pesquisa, entre os documentos dos processos de tombamento, algumas cartas remetidas pelo historiador na década de 1940, mais precisamente dentre

as primeiras correspondências trocadas como representante do SPHAN no Pará, com o cabeçalho timbrado o identificando como "despachante aduaneiro, com escritório na Rua Senador Manoel Barata".

Figura 3 – Correspondência de Ernesto Cruz para o diretor do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com detalhe para uma de suas ocupações no Pará: despachante aduaneiro


ERNESTO CRUZ
DESPACHANTE ADUANEIRO
TELEFONES { Escritório, 940 / Residência, 2289
Caixa Postal, 763
Escritório — RUA SENADOR MANOEL BARATA, 142-1.º andar
BELEM — PARÁ

Belem, 30 de Julho de 1946.

N.º 1309/46 SPHAN

Ilm.º Sr. Dr. Rodrigo M.F. de Andrade
M.D. Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Rio de Janeiro.

Fonte: Cruz (30 jul. 1946).

Nesse mesmo período, o paraense passou a dedicar mais tempo ao jornalismo e colaborou com os seguintes jornais: "A Província do Pará", jornal de circulação diária, fundado em 1876 por Joaquim José de Assis, Francisco Souza Cerqueira e Antônio Lemos; e em "O Liberal", fundado em 1946 por Luis Geolás de Moura Carvalho, Magalhães Barata, Lameira Bittencourt, João Camargo, Dionísio Brito de Carvalho e outros. A colaboração do historiador nesses veículos de comunicação perdurou até o seu falecimento em 1976, também contribuindo em vários jornais ao longo de sua vida, como em "República", "Folha do Norte" e "Estado do Pará"[17].

O autodidatismo de Ernesto Cruz é um ponto de destaque na sua construção como figura pública, e ressaltado por Annunciada Chaves e por outros membros do Conselho Estadual de Cultura do Pará, como Otávio Mendonça e Augusto Meira Filho, em uma homenagem prestada à memória do historiador em sessão solene, eles exaltaram "a personalidade do eminente homem de letras – autodidata – 'Mas que ensinava a todos nós, formados'" (VIDA..., 1976, p. 8).

Ernesto Cruz iniciara nas letras como jornalista, paralelamente à sua carreira militar na juventude. Entre 1921 e 1935 publicara, respectivamente, suas primeiras

[17] Optou-se por focar no jornal "A Província do Pará", por alguns motivos: o grande volume de artigos publicados por Ernesto Cruz dentro do recorte estudado, assim como, em virtude da pandemia da Covid-19 (2020-atual), parte da coleta de dados foi interrompida com o fechamento da Biblioteca Pública Arthur Viana, do Centur. Posteriormente, ela foi reaberta, mas com a limitação por tempo e pessoas no local, prejudicando o acesso ao acervo. Dessa forma, não se pôde fazer um comparativo entre os jornais nos quais ele publicou.

produções literárias dedicadas ao folclore: “Da Roça” e “Na Terra das Igaçabas”, temática essa abordada também nos anos 1930, em alguns artigos para a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará[18].

Posteriormente, Cruz passou a produzir e publicar seus estudos históricos sobre o Brasil, enfocando em temas da História paraense. As notas biográficas sobre o autor trazem essa imagem de estudioso autodidata, sem formação superior, mas que circulava entre as personalidades paraenses que faziam parte de uma classe identificada como intelectuais, os quais muitos obtiveram formação superior, outros por serem autoridades públicas. O pertencimento a esse meio o amparava, dava respaldo e contribuía para autenticar, dar validade ao título de historiador.

No que tange ao autodidatismo na produção de História do Brasil, o entendimento na contemporaneidade da área como ciência e profissão – ciência pelo conhecimento construído com rigor por meio de técnicas e métodos específicos; e profissão, por ser um exercício dependente de uma formação universitária (IGLÉSIAS, 2000) – não era uma prática corrente nas primeiras décadas do século XX no Brasil.

Segundo Godoy (2009), o conhecimento histórico não nasceu como ciência e nem como profissão, tornou-se como tal a partir de uma trajetória específica. Godoy (2009), ao fazer uma ressalva à periodização da Historiografia brasileira, recorre à classificação de momentos ligados à produção: dos primeiros dias até a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1500-1838), a produção eram crônicas e fontes; de 1838-1931, sendo este ano marcado pela reforma do ensino de Francisco de Campos com a criação das faculdades de Educação, Ciências e Letras, a produção são obras de amadores e autodidatas; e de 1931 até os dias atuais, a produção científica de profissionais.

Para as reflexões deste trabalho, pontua-se o segundo momento, a dos eruditos e autodidatas, os quais de acordo com Godoy (2009), não ficaram restritos à delimitação daquele período, mas conviveram, circularam e produziram com os professores e pesquisadores formados. Não houve um desaparecimento ou rompimento daqueles sujeitos em 1931, mas sim uma dinâmica sem rupturas:

---

[18] Moraes (2006) menciona em seu trabalho uma polêmica ocorrida entre Ernesto Cruz e o jurista Jorge Hurley nos anos 1930, que tratava do nome da filha de Ernesto Cruz, Ceucy, de origem indígena. O centro da discussão foi a grafia e o significado do nome “Cêucy ou Ciucy?”. Moraes (2006) utiliza esse evento, no qual ambos se dedicaram a explanar sobre o verdadeiro significado do vocábulo, para chamar a atenção à seara folclorista manifestada por ambos ao buscarem investigar “o universo mítico de índios e caboclos da Amazônia”. Esse debate estava inserido e trazia o reflexo da produção literária do Modernismo paraense, que tendia para a vertente regionalista.

> Ainda nessa linha de raciocínio, devemos pensar as relações complexas vigentes na nossa historiografia entre aquilo que se considerou e se considera "tradicional" e "moderno" em termos de concepção e práticas no campo da produção do conhecimento histórico. O corte nunca foi abrupto. A presença, por exemplo, de membros do IHGB na composição do corpo docente do Curso de História da USP nas décadas de 1930 e de 1940 é um exemplo disso. Ou então o papel representado por essas figuras de transição, como Capistrano de Abreu e parte da produção de autores como Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freire, aponta para essa dinâmica de transições sem rupturas (GODOY, 2009, p.76).

A construção de Ernesto Cruz como historiador se deu nas primeiras décadas do século XX, quando os escritos de História do Brasil eram produzidos não necessariamente por historiadores de ofício, mas por aqueles que, em sua maioria, tinham sua formação pautada no autodidatismo e diletantismo. Geralmente, esse grupo de historiadores estava reunido nos Institutos Históricos e Geográficos regionais, sendo composto por advogados, médicos, funcionários do Estado, que por erudição ou "amor ao passado", percorriam o campo da História (MONTEIRO, 1994).

Na sessão de solenidade prestada à memória de Ernesto Cruz, anteriormente referenciada, observa-se que, após mencionarem seu autodidatismo, houve a necessidade de discorrer sobre a afirmação, ou seja, sobre a aceitação de seus méritos por terceiros, como forma de validar sua produção:

> [...] [Ernesto Cruz teve] mais de meio século de labor produtivo, maiores obstáculos passou a enfrentar, para ver publicados seus estudos especializados, geralmente do agrado e de interesse apenas dos estudiosos da matéria. Teve a felicidade de contar, no entanto, para concretização de sua obra, com a valiosa e desinteressada ajuda de insignes homens públicos e amigos dedicados, que nunca lhe negaram o imprescindível incentivo e apoio material...Desde o governador Magalhães Barata até o atual, prof. Doutor Aloysio da Costa Chaves, todos os governantes do Pará, inclusive aqueles que não tiveram a felicidade de nascer nesta terra abençoada, procuraram colaborar na publicação das obras do "Historiador da Cidade de Belém"...A Universidade Federal do Pará, sob a direção de José de Silveira Neto, Aloysio Costa Chaves e Clóvis Malcher, e brilhante coordenação dos ilustres professores Arthur Ferreira e Maria Annuciada Chaves, muito tem contribuído para divulgação dos estudos do grande historiador paraense[19] [...] (VIDA..., 1976, p. 8).

Outro aspecto de validação e afirmação presente no excerto é quando mencionado que o trabalho produzido por Ernesto Cruz tinha boa acolhida, agradando apenas um pequeno grupo de pessoas, denominados de "estudiosos da matéria" (VIDA, 1976...), tal

[19] Este excerto faz parte do discurso dos familiares de Ernesto Cruz, proferido por Alberto Seguin Dias, sobrinho de Antonietta Cruz, e secretário de estado do interior e justiça.

fato implica em elevar, não somente a produção intelectual de Cruz, mas sua própria figura ao mesmo patamar do público consumidor de sua obra, tal fato é acrescentado do título de "Historiador da Cidade de Belém". A atitude de reconhecimento perante seus pares, segundo Falcon (1996), era comum ao grupo tradicional da História brasileira, o qual trilhou no signo do empirismo positivista até final dos anos 1950 e começo dos anos 1960, em que o historiador autodidata "precisava unicamente do reconhecimento de seus pares - o universo dos intelectuais - para ser aceito de fato e de direito como historiador" (FALCON, 1996, p. 9).

O apreço perante seus pares se fez notório nas notas de apresentações de seus livros, assim como nas notas de homenagem póstuma. Quando publicado "História do Pará", em 1963, o autor mereceu a seguinte consideração e reconhecimento de Artur Cézar Ferreira Reis[20]:

> Ernesto Cruz procurou a verdade histórica. Apresentou-a conforme o estado de pesquisas a que se lançou. É possível que passagens de seu grande livro venham a ser, como fruto de outras pesquisas, reformadas, talvez, até por ele próprio, que não se cansa nas buscas, insatisfeito que é, **como autêntico historiador** (REIS, 1973, grifos nossos, p.15).

Reis (1973, p. 19) qualifica Ernesto Cruz como um historiador e além disso apresentava particularidades em sua forma de fazer História, um historiador dinâmico, "incansável" nas investigações, como deveriam ser os historiadores "autênticos".

Percebe-se que Ernesto Cruz havia atingido seu reconhecimento pela "elite cultural, social e política da terra", como caracterizou o jornal "A Província do Pará", no dia 18 de maio de 1976, pelo público que acompanhara o funeral do historiador: Aloysio Chaves, o governador do estado; Clóvis Moraes Rêgo, o vice-governador; Ajax d'Oliveira, o prefeito de Belém; Acy Barros Pereira, o secretário de educação; Maria Annunciada Chaves, a sub-reitora e presidenta do Conselho Estadual de Cultura; Georgenor Franco, o presidente da Academia Paraense de Letras; João Marques, o

[20] Natural de Manaus, iniciou os estudos na Faculdade de Direito em Belém, em 1923, e formou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1927. Atuou na docência ministrando as disciplinas de História Geral e do Brasil, Economia Política e Direito Internacional Público no Amazonas. Transferiu-se para Belém em 1939, lecionando no Colégio Paraense, no Nossa Senhora do Carmo e no Colégio Moderno. Colaborou nos jornais "O Estado do Pará" e "Folha do Norte". Dentre os cargos que assumiu, destacam-se a superintendência da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), governador do Amazonas e presidente do Conselho Federal de Cultura (CFC). Publicou diversos livros: "História do Amazonas" (1931), "O ensino da história do Amazonas na escola primária" (1934), "A Questão do Acre" (1937) e "O processo histórico da economia amazonense" (1942) etc. (FILHO, 2022).

presidente do Sindicato de Jornalistas do Pará e os acadêmicos José Silveira Neto e De Campos Ribeiro (FOI..., 1976). A presença das autoridades locais acompanhando seu funeral, demonstra a importância de Ernesto Cruz dentro da rede de poder a qual passou a fazer parte.

Tal rede permite observar que o historiador transitou no grupo civil que ao longo de sua vida pública sempre esteve participando e desenvolvendo funções no âmbito cultural do estado do Pará, seja antes do período varguista como também nas sucessões dos governos até o seu falecimento. Dentro desse recorte temporal, da construção do "Historiador da Cidade de Belém", Moraes (2006) acrescenta que na história política paraense a presença de militares no poder era uma constante, com "o tenente Magalhães Barata (1930-1934), o general Alexandre Zacarias de Assunção (1950-1955) e novamente Magalhães Barata (1955-1965)" (MORAES, 2006, p.14), posteriormente se deu o golpe civil-militar a partir de 1964.

Segundo o autor, a sucessão militar terminava por reforçar o conservadorismo, uma característica da cultura política brasileira e em particular a local. Não se pode desvincular as contribuições de Ernesto Cruz nesses contextos ao longo de parte da primeira e segunda metade do século XX, uma vez que ele participava das esferas culturais de poder no estado, fato, inclusive, observado nas personalidades que marcaram presença em seu enterro.

O Conselho Estadual de Cultura[21], do qual fizera parte, lançou em 1976 os volumes 22 e 23 da "Revista de Cultura do Pará", com uma sessão especial à memória de Ernesto Cruz. O texto de abertura, no excerto abaixo, da presidenta do Conselho, professora Maria Annunciada Chaves, enfatizava que a formação intelectual do historiador fora modesta e que ele "fez-se por si mesmo", seu gosto pelo estudo e tendências para letras havia despontado ao longo do contato com os jornais que passou a escrever. O estudo dos códices do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) o havia colocado em contato com

[21] O Conselho Estadual de Cultura do Pará foi criado em 1967 no governo de Alacid Nunes, estabelecido aos moldes do Decreto-Lei n. 74, de 1966, que criou o Conselho Federal de Cultura. Os primeiros membros do Conselho eram representantes de entidades locais, ligados a pessoas tidas como ilustres da área do Direito, Medicina, Imprensa e pesquisa científica. Os membros que constituíram o CEC/PA foram: Ernesto Cruz (IHGP e BAP), Clóvis Silva de Moraes Rêgo (membro do IHGP e secretário do governo), José Silveira Netto (Reitor da UFPA), gal. Ernesto Bandeira Coelho (Superintendente da Sudam), Luiz Miguel Scaff (Representante da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará no Conselho Regional de Medicina) e os bacharéis em Direito Otávio Mendonça, Orlando Miguel Bitar, Daniel Queima Coelho de Souza, Acy de Jesus Neves de Barros Pereira, Silvio Augusto de Bastos Meira e Maria Annunciada Chaves, além dos escritores e jornalistas José Sampaio de Campos Ribeiro, Inocêncio Machado Coelho Neto e Temístocles Santana Marques (MORAES, 2008).

> os traços do passado da sua terra natal, que o seduziriam para o resto da vida, tornando-o um pesquisador honesto e consciencioso, abrindo-lhe as portas dos mais altos órgãos culturais do Estado e do País e cobrindo-o de prêmios, medalhas e títulos honoríficos, num justo reconhecimento aos seus méritos e ao seu trabalho constante e infatigável (CHAVES, 1976, p. 263).

Dentre os pronunciamentos feitos na sessão em memória a Ernesto Cruz, destacam-se alguns excertos que demonstram como a trajetória de vida do historiador ficou registrada nos conselheiros, e como ele obteve o mérito de ser parte constituinte deste grupo de intelectuais, "pessoas reconhecidamente preparadas para lidar com a variedade de temas e problemas culturais" (MORAES, 2008, p. 66).

Machado Coelho (1976) aproximou as obras do historiador aos nomes dos "luminares de nossas letras históricas", como Domingos Antonio Raiol, Arthur Vianna, Manuel Barata, Palma Muniz, historiadores consagrados no que tange a História paraense. O escritor discorreu que a produção deixada por Ernesto Cruz passaria a fixá-lo na vida, o tornando eterno, assim como os demais historiadores reverenciados.

José da Silveira Netto mencionou brevemente o convívio com o falecido historiador, a partir das experiências no IHGP, na APL e no contato de Ernesto com a Universidade Federal do Pará nos anos 1960 em virtude da solicitação de ajuda de custo para conservação do prédio ocupado pelo IHGP, assim como da publicação do livro "História do Pará", que inaugurou a coleção Amazônica, da série José Veríssimo (SILVEIRA NETTO, 1976).

O depoimento de Augusto Meira Filho[22] destaca-se por trazer a figura de Ernesto Cruz na trajetória de vida e pesquisas do engenheiro. Diferentemente dos demais companheiros, focando nos feitos do historiador, ele traz outra perspectiva de como Cruz se inseria em sua vida.

As informações declaradas contribuem para reflexão sobre as aproximações e distanciamentos entre os "estudiosos da matéria" (VIDA, 1976...), os quais tinham admiração pelo historiador, mas não compartilhavam das formas como ele defendia seus

[22] Augusto Meira Filho, natural de Belém, nascido em 1915, formou-se em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia do Pará. Atuou em diversas áreas, foi escritor, político, desenhista, escriturário, poeta, jornalista e historiador. Escreveu inúmeros textos sobre a cidade de Belém ao longo dos anos 1970, em seus múltiplos aspectos, como "Antonio José Landi", "Contribuições à História de Belém" e "Evolução Histórica de Belém do Grão-Pará", para mais informações, conferir: Sarges (2007).

temas. As lembranças de Augusto Meira são narradas no ambiente de arquivos e documentos em pesquisas, nas quais ambos se encontravam (MEIRA FILHO, 1976).

O primeiro contato, nos idos dos anos 1930, foi quando Ernesto Cruz requereu recursos, apoio e patrocínio da Câmara do Deputados do Estado para publicação de seu livro "Nos Bastidores da Cabanagem", recebendo colaboração e apoio de Augusto Meira Filho nessa empreitada, sendo que o livro foi lançado em 1942 pela editora Barra.

Passado esse momento, nos anos 1940, houve o segundo encontro entre os amigos, quando Cruz solicitou acesso aos arquivos da repartição que Augusto Meira trabalhava, a fim de coletar dados para escrever sobre a história do abastecimento de água de Belém (MEIRA FILHO, 1976).

As memórias de Meira Filho (1976) rememoram o episódio da planta da cidade de Belém feita pelo engenheiro militar Theodósio Constantino de Chermont, na segunda metade do século XVIII. A planta fora encontrada em mau estado de conservação por Fernando Guilhon, na mapoteca do *Port-of-Pará* e, depois de reconstituída, Augusto Meira Filho, Ernesto Cruz e Fernando Guilhon iniciaram uma investigação sobre a existência de uma travessa, a do "Pacinho", com c, ou "Passinho" com ss.

Segundo o engenheiro, dos encontros em arquivos, surgiu grande admiração pelo historiador, e reconhecimento também, por parte de Ernesto Cruz, das atividades exercidas por Augusto Meira Filho e Fernando Guilhon, fato que culminou na indicação de ambos para ocuparem as cadeiras de Palma Muniz e Manuel Barata, respectivamente, no IHGP.

Augusto Meira Filho finaliza sua homenagem, expondo que havia pontos de discordância entre sua forma de interpretar alguns aspectos e dados da cidade em relação às formas de interpretação de Ernesto Cruz.

> não desconhecia Ernesto Cruz de nossa discordância de vários temas por ele defendidos e que nós justificávamos de outra forma. Problemas da cidade vinculados a determinadas condições técnicas nos seriam de mais fácil conclusão sobre as do destemido defensor de Belém, sobretudo em detalhes que lhe escapariam, dada a natureza da investigação prender-se a soluções técnicas ligadas às raízes históricas de difícil interpretação ao Mestre (MEIRA FILHO, 1976, p. 276).

O engenheiro foi enfático ao estabelecer seu domínio sobre as interpretações técnicas, as quais Ernesto Cruz não possuía, os exemplos expostos por Augusto Meira Filho foram a polêmica criada por Ernesto Cruz no caso da existência da Capela do

Palácio Lauro Sodré[23], a qual Augusto Meira Filho defendia e confirmava e que fora reestabelecida na restauração dos anos 1970 na edificação e a origem da designação do Igarapé das Almas, que Ernesto Cruz afirmava ser a união das bacias hídricas dos igarapés do Reduto e o da Alma, fato refutado pelo engenheiro.

Mendonça (1976), assim como Augusto Meira Filho, contribuiu com informações sobre o historiador e que se sobressaíram dos demais relatos, indo além do elogio à produção, ou ao labor incondicional que Ernesto Cruz aplicava em suas pesquisas, ambos os autores destacaram que nem tudo era perfeito, ou certo, nos temas tratados pelo historiador.

Otávio Mendonça, com longa convivência com Ernesto Cruz, rememorou que na década de 1930, quando trabalhava como oficial de gabinete do governador José Malcher, encontrou muitas vezes o historiador, convidado pela autoridade, a se reunir com Deodoro de Mendonça, Abelardo Condurú e Alcindo Cacela e contribuir em iniciativas de caráter histórico. Lembrava-se Otávio Mendonça sobre a produção legada pelo historiador:

> [...] é possível que muitas vezes ele se tenha equivocado. É possível que tenha praticado erros e talvez em tanto maior número quanto copiosamente escreveu e produziu. É quase impossível não errar. Quem não o fez? Por outro lado, não tinha ele, e confessava que não tinha, uma formação organizada; era sim, um autodidata, desses que se fazem de modo espontâneo sem diploma, e creio que nunca concluiu curso algum. E se orgulhecia de não ser doutor, mas que na realidade ensinava a todos nós que o éramos (MENDONÇA, 1976, p. 279).

No que tange à formação de Ernesto Cruz, Chaves (1976, 1979) afirma ter o historiador finalizado o ensino secundário, como também dado início aos estudos de Veterinária. O autodidatismo é colocado em pauta novamente, e juntamente com a discussão de equívocos cometidos por Ernesto Cruz no labor historiográfico.

O erro foi prontamente justificado por Mendonça (1976), pela ausência de um diploma, e se com o passar do tempo e da crítica, porventura viesse a ter, seria ínfimo diante da contribuição dada pelo historiador. Embora a ideia de erro tome parte de seu discurso, Mendonça (1976, p. 287) afirmou que Ernesto Cruz não tinha apego ao estilo de escrita, mas sim ao conteúdo, o que lhe importava era que a "história escrita estivesse correta", e finalizou seu depoimento:

---

[23] Sobre a restauração da Capela do Palácio Lauro Sodré, ver "Como ser moderno e restaurar o Antigo: entendendo o Palácio de Landi" (MIRANDA et al., 2017). Fonte: https://issuu.com/lamemofauufpa/docs/como_ser_moderno_e_restaurar_o_anti.

> Ele é para a história da cidade o que Gilberto Freire é para a sociologia do Brasil Colonial, o que Varnhagem é para a história do Brasil até à Independência. Não é mais possível passar por estes episódios sem recorrer à sua fonte mais abundante, mais copiosa, até para dele discordar. Porque ele passa a ser uma espécie de paradigma em torno do qual gira o erro e o acerto, o antes e o depois (MENDONÇA, 1976, p. 280).

Ernesto Cruz, nas falas dos confrades, passou de autodidata a expoente da história da cidade, como mencionado por Mendonça (1976, p. 300), que o equipara aos "grandes intelectuais" que estudaram as mais diversas temáticas do Brasil, como Gilberto Freire e Varnhagem.

Essas comparações demonstram que Mendonça (1976) elevou Cruz à imortalidade pela sua obra, que tratava dos mais variados aspectos da região amazônica, assim colocando-o como um modelo o qual todos aqueles que fossem discorrer sobre qualquer aspecto da cidade deveriam recorrer aos seus escritos.

Moraes (2008) afirma que as redes de sociabilidades dos integrantes do CEC-PA significavam um encontro entre iguais, o comportamento dos intelectuais desse grupo se organizava ao redor de sensibilidades ideológicas, culturais e afetivas que ficavam evidentes nas sessões do Conselho. A homenagem póstuma a Ernesto Cruz trouxe o reconhecimento de seu labor nas atividades que se envolvia, uma constante nos discursos dos conselheiros, destacando as denominações que foram mais utilizadas para caracterizar o historiador nos relatos da sessão: "dedicação", "imenso saber da História do Pará", "preciosos conhecimentos" (SILVEIRA NETTO, 1976); "respeito da verdade", "honradez", "domínio da cultura", "espontânea franqueza da modéstia", "imenso labor", "esforço veramente exaustivo" (BANDEIRA COELHO, 1976); "pesquisador laborioso", "trabalhador infatigável" (MACHADO COELHO, 1976); "lutador resoluto", "pesquisador honesto e consciente", "trabalho constante e infatigável", extraordinária dedicação" (CHAVES, 1976).

O historiador conseguiu notoriedade nacional, esse fato é evidenciado nas homenagens feitas em alguns segmentos de circulação da intelectualidade daquele período, como no Conselho Federal de Cultura (CFC) e no Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), assim como na nota do jornal "O Globo", de 18 de maio de 1976, que mencionava:

> foi sepultado ontem nesta capital o corpo do historiador e pesquisador paraense Ernesto Horácio da Cruz, presidente do Instituto Histórico do Pará e membro da Academia Paraense de Letras. Nascido em 20 de novembro de 1898, Ernesto Cruz foi revolucionário em 1924, não tendo querido voltar ao Exército, após ter sido anistiado, em 1930. Publicou várias obras de

> caráter histórico e social, tendo sido também jornalista (SEPULTADO...,1976, p. 6).

O jornal de circulação nacional trouxe Cruz como historiador e pesquisador paraense, com várias obras publicadas de caráter histórico e social, atrelando-o às participações em confrarias de intelectuais paraenses, como visto anteriormente, lhe conferindo autoridade.

Encontram-se outros excertos do mesmo tipo, como nas Atas do CFC, publicadas no boletim da instituição, nas manifestações de conselheiros ao falecimento, Silvio Meira[24] o descreveu como historiador paraense "de nome nacional", presidente do IHGP, membro do IHGB, diretor da BAP, e no registro da ata afirmou ainda o resumo de vida pública de Ernesto Cruz:

> autor de excelentes livros e contribuições às publicações históricas do país e requereu que constasse de ata, o que foi aprovado, um voto de profundo pesar, sendo a homenagem manifestada ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará, à Academia Paraense de Letras, à qual pertencia, ao Conselho Estadual de Cultura do Pará, de que era membro, e ao Governo do Estado ao qual serviu durante longos anos como Diretor de Arquivo e consultor para assuntos de história (ATAS 512, 1976, p.183).

Observa-se, mais uma vez, a repetição dos lugares de circulação do "Historiador da Cidade de Belém": o IHGP, a APL, o APEP e o CEC-PA. Nessa mesma ocasião, Arthur Cézar Ferreira Reis, que também era conselheiro do CFC, acrescentou ao seu depoimento sobre Ernesto Cruz, algumas obras do autor, como seu primeiro livro, os dois volumes de "História do Pará", de uso escolar, além das publicações "História da Assembleia Legislativa e do Poder Judiciário do Pará" e as monografias sobre a colonização nos municípios do Pará. Ferreira Reis mencionou também os escritos sobre a história urbana de Belém e o livro sobre a Casa dos Governadores, como obras significativas do autor.

O ponto de destaque na fala de Arthur Reis, registrado em ata, fora a respeito da publicação "Nos Bastidores da Cabanagem", o qual havia prefaciado "embora discordante da tese que defendia no livro" (ATAS 512, 1976, p. 4). Augusto Meira Filho, Otávio Mendonça e Arthur Cézar Ferreira Reis apontaram nas notas de homenagem suas

[24] Jurista paraense, fez parte de diversas agremiações, como Academias de Letras (Pará, Acre, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas); de Academias Brasileiras de Letras Jurídicas (Alagoas), de Institutos dos Advogados Brasileiros (Pará e do Rio Grande do Sul), além do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Foi professor da Faculdade de Direito do Pará, membro do Conselho Estadual de Cultura e do Conselho Federal de Cultura entre os anos de 1971 a 1977. Para maiores informações, ver: https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/sabmeira.html.

ressalvas para a forma como Ernesto Cruz tratou alguns temas. Somam-se a esses nomes, José Carvalho[25] e Jorge Hurley – como mencionado por Moraes (2006) – com quem Ernesto Cruz também havia travado discussões sobre Linguística indígena e sobre fatos da História do Brasil nos anos 1920-1930, em textos publicados nos meios de comunicação da cidade de Belém. Tais exemplos são importantes para demonstrar que no circuito dos homens das letras havia conflitos e visões distintas sobre os temas tratados, e que Cruz diversas vezes assumiu o papel discordante.

Nessa mesma sessão do Conselho houve a manifestação de José Cândido de Mello Carvalho[26] que se solidarizou com a homenagem que estava sendo feita pelo falecimento de Cruz, "do qual recebera auxílio valioso quando na Direção do Museu Goeldi, promovia o convênio que proibia a matança de garças para obtenção de *aigrettes*, atestando seus serviços à cultura" (ATAS 512, 1976, p. 184). A fala de José Cândido converge para o que as pesquisas realizadas nos jornais para esta tese demonstraram: que ao longo de sua vida, Ernesto Cruz se dedicou ao estudo de uma gama variada de temas, assim como circulou em diversos grupos de atuação cultural, fazendo com que estivesse sempre envolvido em ações desses meios. Ele manifestava as vivências nessas redes de sociabilidade por meio de textos, na divulgação de pesquisas próprias ou de terceiros e clamando pela manutenção e preservação de arquiteturas do Pará.

O falecimento do historiador não passou sem nota de pesar na instituição patrimonial da qual tomou a representação em 1946. Registrou Renato Soeiro[27], então

---

[25] O jornal "A Província do Pará" publicava no ano de 1924 os textos assinados por José Carvalho com temas variados. A discussão entre Carvalho e Cruz se deu a partir do contexto do evento no Theatro da Paz em comemoração à data centenária da Confederação do Equador, naquele ano. Segundo Cruz (5 jul. 1924), José Carvalho foi convidado pelo IHGP, representando o Ceará, para apresentar sua tese sobre a Confederação do Equador. Alguns dias após esse evento, o historiador teceu inúmeras críticas ao estudo apresentado, em uma coluna em a "A Província do Pará". Cruz recebeu as réplicas do autor da tese ao longo de alguns números do jornal. O nome José Carvalho aparece registrado como sócio-fundador na revista do IHGP na década de 1920, porém, até a finalização da pesquisa não foram encontradas informações precisas se corresponde ao mesmo José Carvalho que escrevia em "A Província do Pará". Alguns aspectos deste debate serão tratados mais adiante neste trabalho.

[26] Zoólogo e entomologista, teve sua trajetória profissional dedicada à pesquisa na área de Zoologia. Segundo o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), José Carvalho foi "representante da América Latina para a União Internacional de Conservação da Natureza, (IUCN), diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnólogico- CNPq. Foi membro titular e vice-presidente da Ordem Nacional do Mérito Científico e membro da Pontíficia Academia de Ciências, diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi em Belém entre 1955 e 1961 e do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Em 1958, criou a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN)". Para maiores informações, consultar: https://canalciencia.ibict.br/ciencia-brasileira-3/notaveis/263-jose-candido-de-m-carvalho.

[27] Renato de Azevedo Duarte Soeiro, arquiteto paraense formado pela Escola Nacional de Belas-Artes (ENBA) da Universidade do Brasil, trabalhou no Iphan por 41 anos, tendo ingressado em 1938 como assistente técnico, posteriormente sendo contratado como arquiteto. Assumiu os cargos de diretor da Divisão de Conservação e Restauração (DCR) e de diretor da instituição em 1967 (SAPORETTI, 2017).

diretor do DPHAN, no Boletim do Conselho Federal do Cultura, sua homenagem, relatando o "devotamento à causa da defesa dos bens culturais" (SOEIRO, 1976, p. 47).

> O historiador do Pará e de seus monumentos, autor de inúmeros trabalhos, inclusive estudos sobre São Luiz e Alcântara, resultado de uma missão que ali realizou por incumbência do Patrimônio, continuou como Arthur Reis a zelar pela integridade das igrejas, dos conventos e dos exemplares de arquitetura civil, que fazem de Belém um dos conjuntos de maior interesse dos séculos XVIII e XIX (SOEIRO, 1976, p.47).

Percebe-se que o diretor do DPHAN nomeia Ernesto Cruz como "o historiador do Pará e de seus monumentos", atribuindo a ele, e a Arthur Cézar Ferreira Reis, o êxito da permanência de elementos arquitetônicos, civis e religiosos dos séculos XVIII e XIX ao conjunto de bens do patrimônio nacional. Soeiro apontou ao longo de seu discurso os lugares que Cruz atuou, como no Maranhão – fato que se deu no início de suas atividades no SPHAN – e exercendo atividades no BAP, no IHGP, na Academia Paraense de Letras (APL) e nos "assuntos de patrimônio no Conselho Estadual de Cultura" (SOEIRO, 1976, p. 48).

Tendo em vista o lugar ocupado por Renato Soeiro, seu discurso foi o que mais vinculou a figura do historiador à prática preservacionista ao afirmar que Ernesto Cruz havia lutado pelo acervo que se manteve salvaguardado, e que conhecia o valor das obras

> Ernesto Cruz consagrou sua vida à defesa e divulgação dos valores tradicionais do Pará. A ele devemos a sobrevivência de material ainda considerável. A falta do colaborador o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional será tão grande quanto a ausência do amigo dileto (SOEIRO, 1976, p. 47).

Ernesto Cruz exerceu diversas atividades ao longo de sua vida pública, como observado anteriormente, mas duas se sobressaem e são aquelas as quais proporcionaram lastro na sua carreira de pesquisador: a direção da Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará (BAP) e a participação e presidência do IHGP.

Na BAP, Cruz assumiu a direção em 1947, contribuindo para o aumento e organização do acervo, assim como para reformas, ampliação e conservação da edificação-sede da instituição. Permaneceu na direção até seu falecimento, porém com períodos de descontinuidade, como em 1951, no governo de Abel Nunes Figueiredo, presidente da Assembleia Legislativa, quando foi exonerado do cargo, assumindo a direção Clóvis Moraes Rêgo (POSSE..., 1951).

Em 1953[28], a BAP esteve sob direção de Alberto Bordalo, voltando Ernesto Cruz a exercer a direção em maio de 1954, em caráter interino, em virtude do impedimento do então diretor Bordalo, por motivos de saúde (ASSUMIRÁ..., 1954), e permanece na função até seu falecimento em 1976.

O jornal "A Província do Pará" dispôs ao longo dos anos 1950 sobre as investidas de Cruz na salvaguarda do acervo e do prédio da BAP. Em 1954, uma matéria sobre o risco daquele conjunto foi divulgada com o título "Ameaçado o edifício da Biblioteca e Arquivo Público: documentos preciosos em perigo" (AMEAÇADO..., 1954). O artigo informava a situação precária de conservação da BAP, trazendo uma foto do forro, área de maior comprometimento em virtude de infiltrações da cobertura. Segundo o autor do texto, não identificado, Ernesto Cruz apelava para a reforma do prédio e destacava o valor do conteúdo que comportava: "O Arquivo é um dos mais preciosos do Brasil, pois, contém correspondências como as de políticos e administradores do antigo Estado do Maranhão e Grão Pará, diretamente com a corte de Lisboa, o que o torna mais notável [...]" (AMEAÇADO..., 1954, p.12).

Essa dedicação à BAP também pôde ser observada nas falas dos conselheiros de outras agremiações, na Ata da 251ª Sessão Plenária do Conselho Federal de Cultura, realizada em 25 de março de 1971, trazendo o relato de Josué Montello[29] (ATAS 251, 1971) sobre o centenário da fundação da Biblioteca Pública do Estado do Pará, no qual o

[28] No livro sobre o centenário da BAP, "A História da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará", de 1971, de autoria de Ernesto Cruz, há uma referência sobre a sucessão de seus diretores: "[...] Lindolfo Mesquita, Ernesto Horácio da Cruz, Clóvis Silva Morais Rêgo, Alberto Bordalo, Ernesto Horácio da Cruz, Ajanary Samuel de Sousa Cruz e Ernesto Cruz" (CRUZ, 1971a, p. 9). Cabe destacar que Ajanary Cruz era filho de Ernesto Cruz, o qual contara também com a colaboração de outro filho naquela instituição, Cauby Cruz. Esse, por sua vez, figura nas páginas do jornal "A Província do Pará" nos anos 1950 com artigos sobre organização e classificação de bibliotecas, no papel de técnico da Biblioteca e Arquivo Público do Pará. Em abril de 1953, por exemplo, ele escreve um artigo tratando das definições do entendimento de "biblioteconomia" naquela época, e menciona: "[...] em 1947 meu pai era diretor da Biblioteca e Arquivo Público do Pará" e "[...] meu pai, o historiador Ernesto Cruz [...]" (INTERESSADO..., 1953, p.11). Além da filiação, Cauby Cruz demonstra que se dedicava à área desde 1947, quando ajudou seu pai na organização de um curso (em aprovação pelo governador Moura Carvalho) para funcionários interessados em assuntos bibliotecários. Ainda naquele ano foi noticiado: "[...] é pensamento do governador mandar o bibliotecário daquela Repartição Cauby Cruz, ao Rio de Janeiro, a fim de estudar na Biblioteca Nacional as instalações dessa moderna Biblioteca, assim como realizar alí um curso de biblioteconomia a fim de posteriormente aplicar seus conhecimentos naquele órgão, inclusive a classificação dos livros pelos métodos modernos, cujos serviços já foram iniciados por aquele funcionário" (INTERESSADO..., 1953, p. 3). Posteriormente, após ir ao Rio de Janeiro realizar o curso, Cauby Cruz recebeu o diploma expedido pelo curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional.

[29] Nascido em São Luís no Maranhão, em agosto de 1917, foi escritor e romancista e fez parte de diversas academias e instituições culturais no Brasil e no exterior, como a Academia Brasileira de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico do Pará (tendo ingressado aos 18 anos), foi conselheiro do Conselho Federal de Cultura, foi também diretor-geral da Biblioteca Nacional na década de 1940.

conselheiro salientou a atenção de Ernesto Cruz na reforma que a Biblioteca havia passado. Segundo Josué Montello:

> Professor Ernesto Cruz a quem se devia, em verdade, a reforma que acaba de ser realizada e cujo nome merece ser mencionado pela sua abnegação e seu espírito de pesquisador extraordinário, que convocou o Conselho para essa tarefa em defesa de um acervo fabuloso que encerra documentos originais sôbre a Amazônia, o Maranhão e outros Estados, guardados com o maior zêlo pela cultura paraense (ATAS 251, 1971, p.182).

O historiador também esteve à frente da presidência do IHGP por 12 anos, de 1963 até 1976, segundo Tamer (1976), além das atividades que competiam ao cargo, Ernesto Cruz trabalhou para a conservação do Solar do Barão de Guajará, sede do IHGP, um sobrado colonial que havia pertencido a Domingos Antônio Raiol, o Barão de Guajará. Ernesto Cruz ocupou a cadeira no IHGP pertencente ao barão, segundo Coelho (1999), um dos mais elevados representantes da História paraense do século XIX.

O prédio-sede do IHGP não se encontrava em bom estado de conservação, fato que levou Ernesto Cruz a sensibilizar o então reitor da UFPA, José da Silveira Netto, o qual se prontificou em auxiliar com reparos no prédio, como também passou a destinar verbas anuais para conservação do solar (TAMER, 1976).

O apreço pelo solar também ficou registrado nas palavras de Annunciada Chaves em 16 de maio de 1979, quando o Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA) organizou uma exposição no IHGP em homenagem ao terceiro aniversário de morte de Ernesto Cruz. Nessa ocasião, a historiadora escreveu uma oração sobre a trajetória de vida e os feitos de seu amigo e colega de trabalho no Conselho Estadual de Cultura, destacando que a escolha pelo IHGP para a exposição fora a melhor, uma vez que:

> o velho solar, entre cujas paredes passou ele muitas horas de sua vida, no desejo de proteger, como presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, as relíquias do nosso passado, essa memória nacional de que tanto se fala e da qual tão pouco se cuida. (CHAVES, 1979, p.155).

O IHGP pode ser considerado a "escola" na qual Cruz apreendeu seu modo de escrita e o método de fazer História, e foi dentro da BAP que ele operacionalizou, nas fontes ali contidas no acervo, seu modo de fazer História.

O historiador pertenceu também à APL, ocupando a cadeira de número 7. A posse, em novembro de 1946, fora noticiada com a chamada "Ernesto Cruz na Academia" no jornal "O Liberal", veículo que ele também contribuiu com artigos ao longo de sua

trajetória. Ele presidiu por três vezes a APL, destacando-se administrativamente por tê-la instalado em prédio próprio, a partir de uma doação concedida pelo governador Magalhães Barata.

Observa-se que no Pará, assim como em outros estados, alguns membros de uma instituição também faziam parte de outras, por isso, esses sujeitos transitavam pelos mesmos espaços. Ferreira e Mahl (2017) afirmam que os Institutos Históricos, as Academias de Letras e os Museus são instituições que se relacionavam e "representavam circuitos comuns de sociabilidade das elites nacionais" (FERREIRA; MAHL, 2017, p.12).

Ernesto Cruz, além da APL e do IHGP, pertenceu também a uma quantidade significativa de instituições ligadas à cultura:

> [...]Conselho Estadual de Cultura, Sociedade dos Amigos de Belém, foi sócio correspondente de diversas sociedades de cultura nacionais e estrangeiras, participou de vários Congressos de História, assim como recebeu Diploma e Medalhas condecorativas e comemorativas de inúmeras instituições dentro e fora do país. A Câmara Municipal de Belém concedeu-lhe o título de "Historiador da Cidade de Belém" [...] (TAMER, 1976, [s.p.]).

Tamer (1976), nesse pequeno retrospecto da vida pública do historiador, culmina no estágio máximo de seu reconhecimento, a concessão do título de "Historiador da Cidade de Belém".

Silva (2016), ao discorrer sobre a instituição desse cargo honorífico afirma que ele foi estabelecido no V Congresso Histórico Municipal Inter-Americano, realizado na cidade de Trujilo, República Dominicana, no ano de 1952, dentre os participantes do evento estavam Ernesto Cruz – que apresentou o trabalho "Belém: através de seu traçado e das construções coloniais" (CHAVES, 1979) – e o vereador Isaac Soares.

Cinco anos após o congresso, o vereador fez a proposição do projeto de instituição do cargo à Câmara Municipal de Belém (CMB), com a indicação de Ernesto Cruz, o título foi aprovado e instituído sob a Resolução n. 30/57 em 19 de setembro de 1957 (SILVA, 2016), Belém tinha como prefeito Lopo de Castro.

Ao ser nomeado ao cargo, o historiador deveria cumprir algumas atribuições, como a elaboração de monografias e pesquisas sobre História de Belém, quando solicitado pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB), e segundo Silva (2016) tais atividades eram remuneradas.

O historiador permaneceu no cargo até seu falecimento, sendo substituído por Augusto Meira Filho. A Resolução n. 30/57, da PMB, também dispunha que o "Historiador da Cidade" receberia o título em uma sessão solene, com a devida certificação. Passava, então, do autodidatismo para a autoridade consagrada, sendo que foi a honraria concedida a ele que mais lhe tocou o sentimento, de acordo com o relato de Chaves (1976):

> [...] 1º Congresso Brasileiro de História e Geografia, realizado em Brasília em 1967, estive junto com Ernesto Cruz neste evento, ouvi-o, várias vezes, repetir esse título, ao identificar-se, nas sessões plenárias, e ostentá-lo, com indisfarçável orgulho, ao ser apresentado aos poucos congressistas que ainda não o conheciam (CHAVES, 1976, p. 263).

Sua participação no IHGP e na APL, assim como o cargo de diretor da BAP, já atestavam o reconhecimento de Ernesto Cruz na rede de intelectuais do estado[30], como homem das letras e historiador, mas a diplomação de "Historiador da Cidade de Belém" passou a legitimar sua condição.

Como narrado por Chaves (1976), o título passou a ser ostentado por Cruz e esse fato é observado em alguns momentos de sua produção intelectual, sobretudo em pareceres ou apresentações de livros, como na avaliação de "Subsídios para a história da Assembleia Paraense", livro de Clóvis Moraes Rêgo, finalizando o parecer[31] com o seguinte parágrafo:

> Como HISTORIADOR DA CIDADE DE BELÉM[32], em que se rejubila quando aparecem os verdadeiros pesquisadores do passado histórico e social do Pará, não regateio os meus aplausos pela obra singularmente reveladora que é essa HISTÓRIA DA ASSEMBLÉIA PARAENSE (CRUZ, 1969, p.10).

---

[30] Ernesto Cruz, assim como os companheiros que transitavam pelas mesmas instituições, se fazia presente em outras eventos culturais, como a participação em comissões. No ano de 1951, ele fazia parte da Comissão Paraense de Folclore, ligada à Comissão Nacional de Folclore. Dentre os nomes da Comissão estavam Frederico Barata, Armando Bordalo da Silva, Paulo Maranhão Filho, Ernesto Cruz, Nunes Pereira, Machado Coêlho, Bruno de Menezes, De Campos Ribeiro, Santana Marques, Raimundo Moura, Augusto Meira Filho, Levi Hall de Moura, Eurico Fernandes, Francisco Paulo Mendes, George Coman, Luiz Gomes, Paulo Eleutério, J.C. Oliveira e as instituições Academia Paraense de Letras, Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará, Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Instituto Carlos Gomes, Museu Paraense Emílio Goeldi (REÚNE-SE..., 1951, p.8). A Comissão visava discutir a participação no I Congresso de Folclore.

[31] Era comum a publicação do livro juntamente com um parecer de avaliadores, esse foi escrito em junho de 1969.

[32] A denominação "Historiador da Cidade" e o nome do livro encontram-se escritos em caixa alta pelo autor.

De acordo com Ernesto Cruz, Clóvis Moraes Rêgo encontrava-se no conjunto de "verdadeiros pesquisadores do passado" paraense. A fala classifica dois tipos de pesquisadores, os verdadeiros e os não verdadeiros, e ele, como "Historiador da Cidade", se apresentava/representava como uma autoridade dentre os pesquisadores verdadeiros (fazendo uso, inclusive, da fonte em caixa alta para destacar a titulação e para denotar uma provável hierarquia) para qualificar Rêgo e sua obra.

Adotam-se aqui as pequenas notas sobre Ernesto Cruz como fontes biográficas e autobiográficas, fragmentos que auxiliam a constituir apenas momentos de sua trajetória de vida. Segundo Bourdieu (2006), a história de vida é o conjunto de acontecimentos de uma existência individual, concebida como uma história juntamente com o relato dessa história, em que a narrativa pode ser uma representação tradicional de discurso, como a história coerente e totalizante, ou o rompimento dessa tradição, com uma realidade descontínua e de tempo fragmentado. As biografias ou autobiografias são colocadas em reflexão, pois segundo o autor, elas seriam ilusões da construção identitária do sujeito biografado/autobiografado, visto que há ressalvas para o entendimento da trajetória de vida como um relato linear, uma unidade, uma totalidade dos acontecimentos.

A identidade do sujeito não é uma constante, é multifacetada, ela se constrói e se modifica ao longo do tempo a partir das relações estabelecidas socialmente, há variáveis que influenciam no resultado final do agente biografado/autobiografado que são desconsideradas, ou não podem ser consideradas, na escrita desse material.

As referências sobre a trajetória de Ernesto Cruz presentes nas fontes consultadas neste trabalho deram momentos esparsos de sua vida, sobretudo aqueles que o destacam em uma instituição. Ele acumulou ao longo do tempo, cargos que deram condições para que sempre estivesse transitando e permanecendo em evidência no meio, diga-se, cultural-letrado paraense ao longo dos anos 1940 até o seu falecimento, na década de 1970.

As suas qualificações pessoais nos discursos dos colegas perpassam à ocupação dos cargos, os discursos são moldados nos meios os quais são produzidos e proferidos. Costa (2015), ao discutir alguns aspectos sobre biografias, destaca que ao serem utilizadas nas pesquisas tais fontes podem trazer detalhes significativos do processo de socialização do biografado, apontando para as redes de sociabilidade nas quais a personalidade é construída e modificada ao longo do tempo.

As lembranças das pessoas do círculo de atuação profissional de Cruz encaminharam-se para refletir sobre a construção desse sujeito. A intenção do retrospecto

é expor alguns fatos de sua vida que culminam no título-mor de “Historiador da Cidade de Belém”, ou então, “Maior Historiador Paraense”. Percebe-se que ao longo desse caminho houve limitações, alguns depoimentos inclusive expuseram falhas e apontaram equívocos em versões defendidas sobre alguns fatos históricos.

Pode-se comparar o título de “Historiador da Cidade de Belém”, inúmeras vezes referenciado nas fontes analisadas, ao valor de um nome próprio, ou de um sobrenome, o que, para Bourdieu (2006), pode ser considerado como um “designador rígido”, o qual determina uma identidade fixa, que institui uma identidade social, constante e durável e que não descreve todas as propriedades sobre seus sujeitos:

> [...] em todos os campos possíveis onde ele intervém como *agente*, isto é, em todas as suas histórias de vida possíveis. É o nome próprio “Marcel Dassault”, com a individualidade biológica da qual ele representa a forma socialmente instituída, que assegura a constância através do tempo e a unidade através dos espaços sociais dos diferentes *agentes* sociais que são manifestação dessa individualidade nos diferentes campos, o dono de empresa, o dono do jornal, o deputado, [...] (BOURDIEU, 2006, grifos do autor, p. 186).

A titulação atribuída a Ernesto Cruz foi socialmente construída ao longo de sua vida pública e passou a funcionar como uma assinatura que o autentica e o consagra em sua identidade de historiador – contribuindo em alguns momentos para escamotear o autodidatismo e a falta de um diploma – passando a ser o título a sua apresentação, o seu nome, “o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais [...]” (BOURDIEU, 2006). Dessa forma, a titulação “Historiador da Cidade de Belém” o assegura nos espaços sociais de sua circulação, camuflando certas incongruências no fazer historiográfico, como mencionado nos relatos de homenagens póstumas.

Bourdieu (2006) avalia que o biógrafo é levado a aceitar uma criação artificial de sentido, para dar coerência na existência narrada, uma vez que o investigado apresenta uma produção de si. Considera-se neste capítulo, que cada pequeno relato, cada pequena memória sobre o historiador, é um ato de biografar, assim, cada biógrafo das fontes trabalhadas não se pautou em interrogação direta ao investigado, mas na convivência com o sujeito e nos rastros da atuação profissional por ele deixada. Dessa forma, das diferentes facetas manifestadas em uma individualidade, a de Ernesto Cruz, é o agente social, o “Historiador da Cidade de Belém”, que se destaca nas notas biográficas, e também

autobiográficas. Esse fato permitiu verificar como Ernesto Cruz se definia em relação ao seu grupo e também como seu grupo o definia.

Levi (2006), ao tratar dos usos da biografia, destaca que no modelo positivista, a seleção de fatos significativos privilegia a dimensão pública. Segundo o autor, a descrição tradicional, linear, "a ilusão de uma identidade específica, coerente, sem contradição, que não é senão o biombo ou a máscara, ou ainda o papel oficial, de uma miríade de fragmentos e estilhaços" (LEVI, 2006, p. 173). O autor, ao formular tipologias de abordagens biográficas, vai no mesmo sentido de Bourdieu (2006), em "Ilusão Biográfica", sobre chamar atenção para o cuidado que se deve ter no uso e na elaboração do material biográfico/autobiográfico, apontando o "modelo de racionalidade anacrônico e limitado" (BOURDIEU, 2006), a inércia de personalidade, a linearidade, além de outros aspectos como problemáticos.

As homenagens prestadas a Ernesto Cruz são narrativas do percurso de vida do homenageado, construídas aos moldes positivistas, pautadas na narrativa tradicional e linear, privilegiando a imagem de grande historiador ou o incansável pesquisador. Dentre as pequenas notas biográficas, cabe apontar aquelas que destoam do conjunto de depoimentos, como as de Augusto Meira Filho, Otávio Mendonça e Artur Reis, que destacam pontos discordantes das demais homenagens, não condizentes com uma conduta de fatos significativos de enaltecimento do homenageado. Quando colocada, por exemplo, a dúvida das análises históricas sobre alguns fatos estudados, assim como a afirmação da existência de críticas ou críticas futuras ao trabalho do autor, há indicação dos desvios do padrão à imagem representada do verdadeiro pesquisador do passado histórico. Tal ação aponta para detalhes do fazer historiográfico de Ernesto Cruz que não são publicizados em sua imagem e produção intelectual.

1.2 O "HISTORIADOR DA CIDADE DE BELÉM": PELAS ENTRELINHAS DO TÍTULO

Cabe neste momento a seguinte reflexão: o que representava para Ernesto Cruz e seus pares ser o "Historiador da Cidade de Belém"? Alguns indícios para a resposta podem ser analisados nas falas anteriormente expostas, assim como em prefácios das obras produzidas pelo historiador. Tomam-se as palavras que Machado Coelho proferiu no enterro do historiador:

> ninguém poderá escrever sobre a cidade de Belém, sobre sua arquitetura, suas ruas, seus azulejos, mosaicos, gradis, sem percorrer as páginas escritas por Ernesto Cruz. Essa é, realmente, a maior glória do HISTORIADOR DE BELÉM[33]: a completa integração à terra em que nasceu e que tanto amou (CHAVES, 1979, p. 163).

O "Historiador de Belém", para Machado Coelho, foi aquele que tratou variados temas da história de sua terra natal desde a história de sua fundação, dos traçados das vias e denominações, dos monumentos, de sua arquitetura, de seus costumes até seus vultos e suas personalidades. Coelho posiciona Ernesto Cruz em um patamar de destaque no meio intelectual paraense, levando-o a afirmar que qualquer pessoa que escreva sobre Belém terá que recorrer aos escritos do historiador.

As produções bibliográficas do historiador[34] vinculam sua biografia com sua filiação, os trabalhos produzidos e, em alguns casos, um parecer sobre a obra é avaliada por alguma personalidade de destaque no meio intelectual. Essas informações demonstram como Ernesto Cruz queria ser apresentado, assim como possibilitam acompanhar a trajetória dele até os momentos finais de sua produção intelectual, passando pela honraria de "Historiador da Cidade de Belém", tomando algumas obras para analisar as referidas apresentações.

Em 1937, o livro "Noções de História do Pará" é adotado oficialmente nas escolas do estado do Pará para uso no curso primário e com abrangência ao secundário. O autor, nessa obra, aparece nomeado como secretário do IHGP e sócio-correspondente do Instituto de Estudos Genealógicos de São Paulo (IEGSP). As mesmas filiações aparecem no livro "Nos bastidores da Cabanagem", de 1942.

A exposição das congregações as quais o sujeito fazia parte, na capa, contracapa ou na folha de rosto do livro, o distinguia e o legitimava no cenário intelectual. Ferreira e Mahl (2017), ao discorrerem sobre os Institutos Históricos e Geográficos no Brasil, citam um exemplo dessa atitude, no caso de Joaquim Nabuco em seu livro "Minha Formação", de 1900, segundo os autores, "[...] Joaquim Nabuco fez questão de anunciar, na primeira capa, bem abaixo de seu nome, duas credenciais de respeito e que sem dúvida eram imediatamente reconhecidas por seus pares: da Academia Brasileira e do Instituto Histórico e Geographico" (FERREIRA; MAHL, 2017, p. 8). Essa atitude foi recorrente

[33] O termo encontra-se escrito em caixa alta no documento original.
[34] Ernesto Cruz produziu um número significativo de obras, como artigos em jornais e livros. Tendo em vista que esta tese visa analisar as questões patrimoniais suscitadas pelo historiador, ela não se detém na análise de toda sua produção, apenas naqueles trabalhos que contribuíram na construção da temática central desta pesquisa e que serão abordados ao longo dos capítulos.

nas produções de Ernesto Cruz ao longo do século XX, as credenciais foram aumentando com o tempo, o que indica o alcance de sua aceitação no cenário intelectual brasileiro, sobretudo no Pará.

Os pareceres sobre os trabalhos publicados também mostram caminhos para reflexão sobre a imagem do "Historiador da Cidade de Belém", por exemplo, em "Nos Bastidores da Cabanagem", Arthur Cézar Ferreira Reis ao prefaciar a obra afirmou que:

> Ernesto Cruz, com o material precioso do Arquivo Estadual, inscreveu-se, não há negar, entre os melhores, autênticos amazonologos. E não será favor incorporá-lo à legião dos que há algumas décadas carream os materiais necessários à história do Brasil. Sua orientação é sempre apreciável. Suas conclusões, todavia, nem sempre nos parecem as melhores. Note-se que não digo erradas, falsas, apressadas, e sim que não nos parecem as melhores (CRUZ, 1942, p. 5).

Nesse excerto pode-se observar que Ferreira Reis ao mesmo tempo que qualifica, coloca em questão o fazer historiográfico do autor. Primeiramente, atribuiu-lhe a credencial de "autêntico amazonologo" (CRUZ, 1942, p. 8), integrando-o àqueles que se dedicavam à História do Brasil. Porém, termina por pontuar algumas discordâncias sobre a forma com a qual a temática foi abordada no livro.

Artur Cézar Ferreira Reis, ao longo do parecer, destaca os pontos que não concordava sobre o trabalho, aqui expostos resumidamente, centrados em não pensar o movimento da Cabanagem em "suas origens, suas causas" (CRUZ, 1942, p. 8), uma vez que Ernesto Cruz afirmou no trabalho que recorrer ao estudo das raízes da Cabanagem era errôneo. Foi justamente esse aspecto que Ferreira Reis sugere que o autor melhore, pois para explicar "a revolução" haveria a necessidade de adentrar em suas "raízes" (CRUZ, 1942, p. 8). Esse episódio, exposto anteriormente na homenagem póstuma, vai mostrando que a trajetória, que o percurso do "Historiador da Cidade de Belém" não fora uma constante de êxitos perante seus pares.

Porém, os livros "A água de Belém", de 1944, e "Belém, Aspectos Geo-Sociais do Município e "Monumentos de Belém" (Figuras 4 e 5, respectivamente), publicados em 1945, nomeiam o historiador como filiado ao IHGP e ao Instituto Genealógico Brasileiro (IGB) e é apresentado por outro intelectual: Paulo Eleutério.

Figura 4 – Capa do livro "A água de Belém"

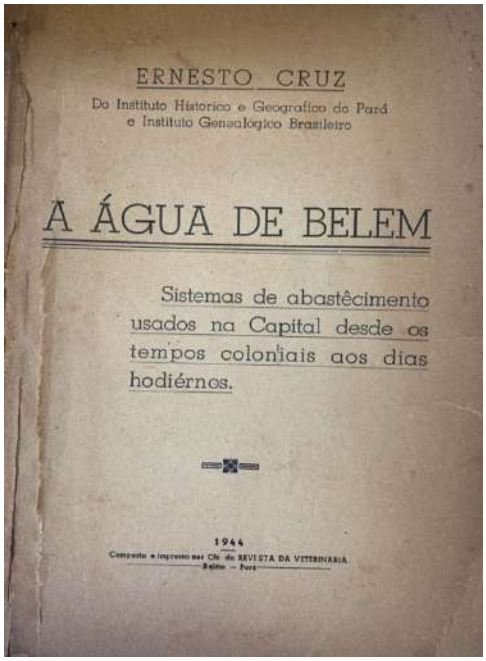


Foto: Dinah Reiko Tutyia (2022)

Figura 5 – "Belém Aspectos Geo-Sociais do Município", publicado um ano após "A água de Belém"



Foto: Dinah Reiko Tutyia (2022)

Os livros de 1945 foram encomendados pela PMB, sendo prefeito Alberto Engelhard, e o interventor federal, Joaquim de Magalhães Barata. Ernesto Cruz em "Belém, Aspectos Geo-Sociais do Município" traz nas páginas iniciais as apreensões da leitura de sua obra feitas por Paulo Eleutério[35], denominando-o como "nome de grande projeção nos círculos culturais da Amazônia" (CRUZ, 1945a, p. 5).

Paulo Eleutério, por sua vez, considerava Ernesto Cruz "um estudioso historiógrafo paraense [...] que desde alguns anos, dedica os poucos lazeres de sua afanosa vida ao estudo das nossas tradições e da nossa história, compulsando os mestres e perlustrando os arquivos da cidade" (CRUZ, 1945a, p.5). Paulo Eleutério destacou o ofício de historiador de Ernesto Cruz e enquadrou sua jornada do passado, ao lado dos nomes como Jorge Hurley e Arthur Ferreira Reis, enriquecendo, segundo ele, a escrita da História brasileira.

Porém, o que chama atenção é o fato do avaliador ao mesmo tempo elogiar a metodologia utilizada por Ernesto Cruz – pelo respaldo em fontes – mas fazer críticas no

[35] Jornalista, professor, bacharel em Direito, historiador e político. Natural de Pernambuco, viveu em Manaus e em Belém, onde foi redator dos jornais "Folha do Norte" e "O Liberal". Participou como membro de 15 Institutos Históricos e Geográficos e das Academias de Letras do Acre, Amazonas, Pará e Pernambuco (PARÁ, 2021).

seu modo de escrita, que poderia estar em um nível melhor como "de mestres insignes". Dessa forma, Paulo Eleutério estabeleceu uma hierarquia entre os "beneditinos" (CRUZ, 1945a, p.7), que se colocavam a investigar o passado, estando Ernesto Cruz em um patamar menos elevado aos demais:

> [...] devo assegurar a V. Excia. que outrem poderia fazê-lo melhor, mais apurado na elaboração e no lavor literário, direi mesmo na sua estrutura como obra de que tais, de mestres insignes. Nenhum, porém, com mais devotamento no joeirar os assuntos, de modo a atrair a curiosidade do leitor paraense, com mais honestidade na citação das fontes em que se abeberou [...] (CRUZ, 1945a, p.7).

É interessante observar que nos primeiros anos de sua trajetória, o "Historiador da Cidade de Belém" recebeu críticas, seja na forma como desenvolvia os temas abordados, seja em seu tipo de escrita. Algumas críticas e observações também serão vistas em sua atuação como representante do SPHAN, como pode ser observado no capítulo 4 deste trabalho.

O livro "Monumentos de Belém", assim como "Belém: Aspectos Geo-Sociais do Município", foram editados pela PMB, o primeiro livro traz a seguinte inscrição, que antecede o prefácio: "Como estímulo às letras históricas regionais e homenagem aos fatos e vultos mais notáveis do Pará, a Prefeitura de Belém mandou editar este livro[...]" (CRUZ, 1945b, p. 5). A frase delimita o universo apresentado no livro, que coincide, em grande parte, com a área pesquisada por Ernesto Cruz, ou seja, os vultos e fatos notáveis e a materialidade que os circunda.

O prefácio de "Monumentos de Belém" foi feito por Arthur Ferreira Reis[36], após três anos das considerações sobre "Nos bastidores da Cabanagem" e já indica mudança no seu fazer historiográfico, assim como nas considerações tecidas por Ferreira Reis às suas obras. Destacam-se os excertos em que Ernesto Cruz e a sua produção são enquadrados.

Arthur Cézar Ferreira Reis inicia o prefácio discorrendo sobre duas linhas de autores e suas produções, as quais o estudo dos "assuntos amazônicos" (CRUZ, 1945b, p. 6)[37] foram tratados. A primeira, a mais antiga, "os cavalheiros extranhos" (CRUZ,

[36] Em 1953, Arthur Ferreira Reis se instalou em Belém, sede do Plano de Valorização da Amazônia, do qual assumia a superintendência. Ele manteve uma relação de proximidade com Ernesto Cruz, que foi além da figuração em comentários, prefácios e pareceres nos livros do historiador, passando a fazer parte da rede pessoal de relações de Arthur, por exemplo, em 1954 o jornal "A Província do Pará" noticiou a participação de Ernesto Cruz no casamento da filha de Arthur Ferreira Reis como padrinho.

[37] Expressões retiradas do prefácio do livro "Monumentos de Belém" (CRUZ, 1945b).

1945b, p. 5) se colocaram a escrever sobre a região Norte, criando um extremo-norte como um ambiente especial, exótico, o que Ferreira Reis caracterizou por um "Norte sem história", onde o homem nada havia criado, pois "[...] ele era o intruso da afirmativa euclidiana[38], uma vez que ele encontrava pela frente uma natureza violenta, bárbara, que não podia vencer, nem mesmo amansar" (REIS, 1945b, p.7). Na sua concepção, esses escritos haviam criado a imagem de uma Amazônia em que não havia cultura, um lugar onde o homem que estava nessa região não havia interagido com o meio, modificando a paisagem, criando cidades, construções e sem vida política.

Essa literatura, segundo Reis, contrapunha-se ao que ele, Ernesto Cruz e outros, se colocaram a fazer nos anos 1940:

> a literatura amazônica que estamos fazendo agora, os que vivemos, sentimos, damos côr à Amazônia, como partes integrantes dela, diferindo daquela pela exegese objetiva e pela distância de qualquer preocupação imaginosa que a caracterize, está repropondo o extremo norte, apresentando-o como ele realmente é, em suas particularidades, na ação do homem que batalha a grande batalha para criar uma civilização [...] (REIS, 1945b, p.8).

A fala de Ferreira Reis[39] encontra-se imersa em discursos políticos e econômicos que o governo federal tinha para a região amazônica naquele período, pautados nas ações estatais que tentavam ocupar a Amazônia e que nos anos seguintes, sobretudo com o golpe civil-militar de 1964, recaem no desenvolvimentismo pautado na "integração da Amazônia à civilização brasileira" com a superação do vazio demográfico e econômico (COELHO, 2019).

---

[38] Lacerda (2007), em "Euclides da Cunha e a invenção da Amazônia", aponta a influência do olhar do literato sobre a Amazônia na História brasileira ao longo do século XX. As ideias destacadas pela autora recaem naquelas que contribuíram para a consolidação da imagem da Amazônia como uma "terra sem dono, ainda tão propagada nos meios de comunicação [...]" (LACERDA, 2007, p.223), assim como a questão do processo de imigração, voltado apenas à população nordestina e atrelando-a à visão da "expulsão" do sertão pela seca e a dificuldade no ofício de seringueiro na floresta para extração do látex e a exploração dos patrões.

[39] Destaca-se a figura de Arthur Cézar Ferreira Reis, uma vez que ele apresenta um papel importante dentro da rede de sociabilidade de Ernesto Cruz, pois, ao longo de sua trajetória, o historiador e político amazonense aparece em vários momentos. Ferreira Reis possui um papel de expressão no cenário político e intelectual brasileiro, despontou nesse meio por tratar das "questões da Amazônia" ao longo do século XX. Segundo Coelho (2019), Reis produziu uma ampla bibliografia voltada aos temas da região Norte do Brasil e influenciou o cenário intelectual no contexto de suas publicações. Esteve na linha conservadora da política e de pensamento nacionalista autoritário, figurando em cargos públicos do Estado Novo à ditadura civil-militar em 1964, no qual fora indicado ao cargo de governador do Amazonas de 1964 a 1967. Aponta-se a trajetória dessa relação entre Cruz e Reis no evento de lançamento do livro "Ruas de Belém", narrado por Moraes Rêgo em 1971. Ele cita parte do discurso de Ernesto Cruz, o qual enfatizou seu labor nas pesquisas e a figura de Ferreira Reis – que ocupava a direção do Conselho Federal de Cultura: "Foi este um trabalho exaustivo, árduo, constante, como bem sabem todos os senhores eminentes Conselheiros dêste Colegiado, principalmente o meu prezado amigo Dr. Arthur Ferreira Reis, companheiro constante de pesquisas na Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará, e que tem revelado as mais importantes peças dos Arquivos da Amazônia [...]" (RÊGO, 1971, p. 3).

No trecho anteriormente citado, os historiadores naturais da região e aqueles que vivenciavam a região amazônica, para Arthur Ferreira Reis, eram capazes de "conhecer verdadeiramente" (CRUZ, 1945b) o Norte do país e discorrer sobre essa área, pois além da vivência, tinham também o conhecimento documental para "falar com propriedade" (CRUZ, 1945b) sobre a região. Assim, Ferreira Reis considera Ernesto Cruz:

> [...] um artífice seguro dessa literatura amazônica, que estamos fazendo sem sensacionalismo ou entusiasmos líricos prejudiciais[...] com inteligência lúcida sobre as coisas de sua cidade, conhecimento perfeito de seus anais e de suas peculiaridades, Ernesto Cruz caminha com segurança sobre as ruas, as avenidas, os parques de Belém, identificando-lhes os motivos, recordando os episódios que marcam com um tom forte a crônica local, compreendendo a razão de ser deste ou daquele nome de rua, desta ou daquela placa, do monumento que se levanta numa praça, do edifício que se ilustra um momento da vida citadina[...]. (CRUZ, 1945b, p. 8).

Segundo a citação, o domínio de Ernesto Cruz sobre a cidade fez com que Ferreira Reis o comparasse aos autores brasileiros que retrataram perfis de cidades e de regiões do Brasil em temas, como a identificação de monumentos, de estilos de vida, de atitudes, de edificações, como quartéis, igrejas e fortificações, o igualando aos "legítimos intérpretes da formação brasileira" (REIS, 1945a, p.9), e cita os nomes de Gilberto Freyre, Afrânio Peixoto, Wasth Rodrigues, Manuel Bandeira e Ademar Vidal[40].

O intérprete que vivencia, e é conhecedor de sua terra, que ao flanar por Belém, é capaz de narrar os fatos ligados aos elementos que caracterizam a cidade, como edificações, monumentos, espaços públicos, vias etc., alguém capaz de inventariar a

[40] Gilberto Freyre (1900-1987), relevante sociólogo pernambucano formado em 1926 na Universidade de Columbia, Estados Unidos. Foi autor de livros, como "Casa Grande e Senzala" (1933), "Sobrados e mocambos" (1936) etc. Foi atuante no movimento Regionalista em Pernambuco, assim como pertenceu ao IHGB, SPHAN, dentre outros (CHUVA, 2017). Afrânio Peixoto (1876-1947), escritor e cientista baiano, foi professor de História da Educação no Instituto de Educação do Rio de Janeiro em 1932, reitor da Universidade do Distrito Federal em 1935 e membro da ABL, pertenceu também ao Conselho Consultivo do SPHAN entre os anos 1930-1940 (CHUVA, 2017). José Wasth Rodrigues (1891-1957), pintor, desenhista, ceramista, escritor, historiador e professor paulista, com obras em diversos museus, muitas feitas por encomenda e presentes no Museu Paulista da Universidade de São Paulo, no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, no Museu de Artes de Belém etc. Foi estudioso do período colonial brasileiro. Atuou na preservação do patrimônio construído junto ao Departamento de Cultura do Município de São Paulo e foi conselheiro do SPHAN (NASCIMENTO, 2019). Manuel Bandeira (1886-1968), nascido em Pernambuco, foi jornalista, participou da primeira fase do movimento Modernista brasileiro, também foi professor na Faculdade Nacional de Filosofia, membro da ABL e atuou como conselheiro do SPHAN (CHUVA, 2017). Ademar Vidal (1897-1986), nascido na Paraíba, bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, foi folclorista, membro da Sociedade Brasileira de Folclore e da Sociedade Paraibana de Folclore, e membro do IHGP. Dentre a sua produção literária, escreveu o "Guia da Paraíba", em 1943, que contava com ilustrações de José Wasth Rodrigues (VIDAL, 2020).

cidade – essa seria a caracterização do "Historiador da Cidade", aos olhos de Arthur Ferreira Reis[41].

Cabe destacar que um ano após a edição desse livro, em 1946, Arthur Cézar Ferreira Reis[42] transmitiu o cargo de representante do SPHAN no Pará para Ernesto Cruz, essa indicação foi demonstrada na carta de novembro de 1945 remetida por Reis, que ocupava tal cargo, a Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor da instituição, informando: "entendi-me com o sr. Ernesto Cruz que aceitou a incumbência com muito agrado. Tenho a certesa[43] de que se hão de dar muito bem[...]" (REIS, 1945, p. 5).

As produções iniciais de Ernesto Cruz constituem a base do projeto historiográfico almejado pelo historiador e que irá culminar em 1957 com a honraria de "Historiador da Cidade de Belém". Nesse sentido, por exemplo, no proêmio de "Monumentos de Belém", ele expressa seu objetivo enquanto historiador:

> [...] há ainda muito o que se escrever sobre Belém. Todos os aspectos da sua formação histórica, geográfica, social, artística e religiosa, devem ser revelados à medida que os estudiosos se aprofundam nos arquivos públicos, nos caminhos fluviais, nos canhedos da vida provinciana, nos solares centenários, nos templos seculares, onde está o material precioso que há de servir para novas e emocionantes páginas[...]. As monografias sobre a terra paraense, através dos seus três séculos de vida política, constituirão, dessa forma, o alicerce sôbre o qual repousará, mais tarde, o edifício definitivo da História do Pará, nos seus mais variados matizes[...] Este livro é, apenas, um detalhe desse plano [o de escrever a História do Pará]. Uma parcela do conjunto. Uma fração da unidade que se integrará um dia. (CRUZ, 1945b, p.14).

Ernesto Cruz almejava escrever "A História do Pará" dentro do entendimento que ele considerava em todos os seus aspectos, ou seja, um tombo da cidade de Belém, um

---

[41] Coelho (2019), em seu estudo sobre o amazonólogo Arthur Reis, destaca que sua interpretação da Amazônia se fazia em suas "raízes históricas" até a contemporaneidade. No trabalho "História do Amazonas", de 1931, ele "pretendeu, portanto, um apanhado integral da história do Amazônas" (COELHO, 2019, p. 31), sendo o período colonial o ponto de partida para refletir sobre os problemas contemporâneos da Amazônia. Dessa forma, na raiz, no "momento gênese" daquela região encontrava-se "o espírito civilizador do empreendimento comercial português" (COELHO, 2019, p.31). Segundo Coelho (2019), Arthur Reis retornou ao colonial para reconstituir a gênese histórica e para refletir na integração da Amazônia no projeto nacional de modernização, o qual fazia parte do "processo civilizador" lusitano. Ressaltam-se aqui pontos em Cézar Reis que podem ser vistos em Ernesto Cruz como também em alguns historiadores desse período, os quais circulavam pelas mesmas congregações: a elaboração de uma "produção integral" da História no Norte do Brasil. Lobato (2009), por sua vez, acrescenta que essa escrita, de Reis estava atrelada à fase ensaísta da História amazônica, aos moldes das produções do IHGB, no qual havia ingressado em 1935. Essa característica também é observada nos trabalhos desenvolvidos por Ernesto Cruz, como demonstrado neste capítulo da tese.

[42] Arthur Cézar Ferreira Reis assumiu a Divisão de Expansão Econômica no ano de 1946 até 1953, passando à direção da SPVEA (LOBATO, 2009).

[43] Optou-se por manter a grafia original nas citações desta tese, assim, ao longo do trabalho diversos excertos de documentos apresentam as grafias exatas de seus autores.

inventário que abarcasse a história, a geografia, o social, a cultura e a materialidade de formação da urbe. Esse conhecimento seria consolidado em monografias – das cidades do Pará – as quais se somariam ao final, a uma "História do Pará Total". Assim, "O plano" estava por se construir, uma vez que ele ainda produzia o referido material (CRUZ, 1945a, p.7).

Esse proêmio previu o caminho de produção que o historiador seguiria até a sua morte, na década de 1970. O plano pensado por Cruz já vinha sendo realizado, como verificado, por exemplo, no ano de 1944, quando publicou no 10º Congresso Brasileiro de Geografia, no Rio de Janeiro, dois trabalhos: "Cametá: panoramas geo-humanos e Baião: aspectos de sua formação", além do livro "Belém: Aspectos Geo-Sociais do município". Em 1945, os livros "Igarapé-Miri: fases de sua formação histórica" e "Monumentos de Belém", esses exemplos mostram a construção das "monografias sobre a terra paraense" (CRUZ, 1945b, p. 9), Cametá, Baião e Igarapé-Miri expandem a pesquisa para além da capital paraense, um dos desejos do historiador. Por sua vez, ao analisar o conteúdo de "Belém: Aspectos Geo-Sociais do Município", encontram-se os "mais variados matizes" temáticos (CRUZ, 1945a, p. 9), que vão do período da Colônia até a República, abordando aspectos históricos da fundação da cidade, construções, usos e costumes e tradição, vias urbanas, aspectos geográficos e populacionais etc.

Essas características, a variedade de temas e a necessidade de detalhar as informações sobre a cidade estarão presentes em outros trabalhos ao longo de sua produção. Nesse momento, Ernesto Cruz já indica o que representa ser o "Historiador da Cidade de Belém": aquele que dominaria escrever sobre os fatos, os vultos, a materialidade e imaterialidade da cidade em suas minúcias, respaldado em documentações – que para essa geração de historiadores eram a fonte da verdade.

No final da década de 1940, Ernesto Cruz ainda publicou um estudo denominado "O Município de Belém", para o 3º Congresso Histórico Municipal Intermunicipal Inter-Americano, em Porto Rico; já "O Pará no século XVII e XVIII" é uma obra feita para o 4º Congresso de História Nacional, no Rio de Janeiro. Ele não se limitou apenas às publicações em livros e jornais, mas também esteve constantemente participando de congressos e viagens de pesquisas em acervos nacionais e internacionais.

As viagens realizadas eram publicadas nos jornais, "A Província do Pará" acompanhou a vida pública do historiador ao longo de notas e matérias. Por exemplo, em 15 de setembro de 1948, é publicada uma nota intitulada "Documentos para a Biblioteca e Arquivo: regressa hoje o historiador Ernesto Cruz, diretor daquela repartição". A nota

comunica que o historiador estava na capital da República designado pelo secretário-geral do estado,

> sem ônus, para o Estado, pesquisar e colecionar na Biblioteca Nacional, com a finalidade de ser completada a coleção de documentos manuscritos existentes em nossa Biblioteca, referentes ao século XVIII os quais se prendem aos anos da conquista e colonização do Pará. (DOCUMENTOS...,1948, p. 8).

A participação no 4º Congresso de História Nacional também apareceu nas páginas do jornal:

> [...] segundo se anuncia na capital da República, os historiadores Cézar Ferreira Reis, Jaime Cortesão e Ernesto Cruz vão concorrer com teses sôbre a fase colonial do Maranhão, a viagem de Pedro Teixeira ao Amazonas, sob a luz de documentos inéditos[...]. (REALIZAR-SE-Á ..., 1949, p.3).

Nesse excerto é importante, mais uma vez, ressaltar a proximidade de Artur Cézar Ferreira Reis na trajetória intelectual de Ernesto Cruz, seja nos pareceres de trabalhos seja em instituições.

Na década de 1950 foram publicadas produções significativas para o processo de construção do historiador, dentre as obras desta década estão "O Pequeno Guia Histórico da Cidade de Belém: A Cidade Velha e as suas Igrejas Tradicionais", de 1950; "Procissão dos Séculos: Vultos e Episódios da História do Pará", de 1952; "Igrejas de Belém e "Igrejas e Sobrados do Maranhão"(São Luís e Alcântara)", de 1953; e "Estrada de Ferro de Bragança: visão social, econômica e política", de 1955. Culminando, em 1957, com a obtenção do título de "Historiador da Cidade de Belém".

Esses livros, pelos seus títulos e conteúdo, constituem as especificidades temáticas do autor em suas pesquisas históricas, pois "Procissão dos Séculos: vultos e episódios da História do Pará"[44], por exemplo, abarca tópicos da História do Pará, sobretudo Belém, nos mais variados temas, vultos históricos, festividades religiosas, código de postura, ruas, edificações etc. Embora tenha abordado a arquitetura, brevemente, em "Belém: aspectos geo-sociais do município", é na década de 1950 que o autor adentra no universo da arquitetura civil e religiosa de Belém e do Maranhão, reflexo de sua atuação no SPHAN[45].

[44] Este livro foi reeditado em 1999 pela Imprensa Oficial do Estado do Pará (IOEPA), sob o selo "Memória Paraense". Essa nova edição teve a disposição dos textos alterados em cinco grandes áreas – inexistentes na versão de 1952 – que se transformaram em capítulos, dispostos da seguinte maneira: arquitetura, cidades, costumes, leituras e personagens.

[45] Esse tema será discutido mais adiante nesta tese.

Sobre aquele conjunto de textos, Arthur Reis publicou um artigo em março de 1953 em "A Província do Pará" intitulado "À margem da história paraense". Nesse artigo, destaca-se o excerto que demonstra a visão de Reis sobre Ernesto Cruz:

> Em "Procissão dos Séculos", suas credenciais se consolidam, dando margem a que lhe pleiteemos ou exijamos mesmo que passe agora a uma obra de maior fôlego, qual seja a "História do Pará", para o que, evidentemente, está perfeitamente aparelhado: dispõe de visão do conjunto, conhece em minúcias os acontecimentos que constituem a crônica regional, é desapaixonado, sabe propor, com propriedade, as figuras e os fatos [...] (REIS, 1953a, p.7).

Arthur Cézar Ferreira Reis resume e reitera as características que deveria ter um "verdadeiro historiador", e atesta a Ernesto Cruz tal condição. É interessante que nesse artigo, Ferreira Reis afirma que discorda pontualmente de Ernesto Cruz, e de fato, faz as suas considerações nos pontos os quais suas pesquisas históricas não se alinhavam[46]. O discurso de Reis soa como a fala de um mentor, um orientador de pesquisa, e tal posicionamento é verificado em alguns momentos da trajetória da vida pública de Ernesto Cruz.

Todas as publicações do historiador apresentam as seguintes credenciais na capa: "do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e da Bahia, da Academia Paraense de Letras e do Instituto Genealógico Brasileiro", é importante salientar que o trabalho prestado ao SPHAN não figurou no frontispício de seus livros. Porém, o exercício desse cargo é apontado em "Igrejas de Belém e "Igrejas e Sobrados do Maranhão" (São Luís e Alcantara)" por Artur Ferreira Reis no prefácio do livro:

> Ernesto Cruz, que se vem especializando nos assuntos do Brasil Norte, e a quem já devemos ensaios magníficos que escreveu sobre os "Monumentos de Belém", a serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional visitou recentemente São Luiz e Alcântara. Teve, então, oportunidade de admirar, nas igrejas, nos salões e sobrados das duas cidades, aquêles momentos marcantes do esplendor maranhense. [...] Ernesto Cruz, historiador dos fastos paraenses, é agora o historiador dos fastos maranhenses, que êle soube avaliar com sentindo de serenidade e de justiça. [...] (CRUZ, 1953b, p. 9).

[46] Reis (1953a) faz ressalvas a quatro temas tratados por Ernesto Cruz no livro "Os Degredados", "O palácio de Brito Amorim", "O Padre Sanches" e o "Horto Municipal de Belém". Para todos esses trabalhos, o historiador amazonense tece uma intervenção, relacionando às suas obras que tratavam dos mesmos temas, ora lembrando-o que já tinha pesquisado sobre o assunto, ora elogiando o documento consultado e solicitando que Ernesto Cruz investigasse "mais demoradamente" o assunto.

Reis elogia a produção de Cruz sobre os "Monumentos de Belém", assim como o livro que discorre a respeito do patrimônio religioso e civil do Maranhão. O material, além de "Igrejas de Belém" (1953), são versões mais extensas, porém, que seguem a mesma linha do "Pequeno guia histórico da cidade de Belém: a Cidade Velha e as suas Igrejas Tradicionais" (1950), produções que trazem o contexto de fundação da edificação, assim como informações sobre a construção, reformas e/ou episódios históricos ocorridos nesses lugares, em alguns constam fotos de fachada ou demais detalhes arquitetônicos. O historiador passa a adentrar nos detalhes de seus temas.

Não há como afirmar nos demais livros, porém, em "Igrejas e Sobrados do Maranhão (São Luís e Alcantara)" fica notória a influência do trabalho no SPHAN na construção desse material, assemelhando-se a um relatório de pesquisa histórica, juntamente com um inventário arquitetônico de obras, como os que eram solicitados pelo diretor-geral Rodrigo Melo Franco de Andrade ao "Historiador da Cidade de Belém"[47].

Já "Estrada de Ferro de Bragança: visão social, econômica e política" (1955) traz Ernesto Cruz como o historiador laureado, sendo este trabalho o ganhador do concurso realizado pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que objetivava "divulgar e a propor os grandes aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais e geopolíticos da região amazônica" (SPVEA, 1955, p. 3). A apresentação do livro[48], sem autoria identificada, segue o mesmo discurso presente na apresentação de "Monumentos de Belém", que enquadra a obra fora da "literatura de excessos que tantos prejuízos vem causando à Amazônia pelo relato falho que dela apresenta" (SPVEA, 1955, p.3). Dessa forma, Ernesto Cruz dava continuidade ao caminho "dos historiadores que vivenciavam a Amazônia" (SPVEA, 1955, p. 3) e fazia cumprir seus estudos que compreendiam a amplitude temática em seus aspectos históricos e sociais, além de geográficos e econômicos na região bragantina.

A década de 1960 é de extensa produção do historiador, iniciando em 1960 com o livro "Têmas da História do Pará", lançado pela SPVEA. Esse trabalho foi elaborado para o curso de História do Pará[49] programado pela Faculdade de Filosofia da UFPA, que contou também com a colaboração da APL. Ernesto Cruz é descrito sob as credenciais:

---

[47] A pesquisa de fontes no acervo do IPHAN apontou alguns relatórios, dentre eles o do Cemitério Nossa Senhora da Soledade.

[48] Convém destacar que a apresentação traz um discurso semelhante ao de Artur Cézar Ferreira Reis, o qual foi superintendente da SPVEA entre os anos de 1953 a 1955.

[49] A atual Universidade Federal do Pará fora criada em 1957 pela Lei n. 3.191, no governo de Juscelino Kubitscheck, sob a denominação de Universidade do Pará (MARQUES et al., 2021).

> Do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, Instituto de Cultura Hispânica, Grupo Bolivariano de Cuba e da Academia Paraense de Letras – "Historiador da Cidade de Belém." (CRUZ, 1960, p. 8).

O título recebido em 1957 aparece destacado entre os demais. É importante observar as novas credenciais do historiador, como a participação no IHGB – que no círculo de intelectuais teria maior prestígio[50] –, assim como a participação em outros dois Institutos Históricos e Geográficos e associações internacionais. As titulações reforçam o seu pertencimento no meio e contribuem para legitimação de sua imagem como intelectual, que naquele momento é, diga-se, apresentado aos acadêmicos da então Universidade do Pará.

Sobre o ingresso de Ernesto Cruz no IHGB, em 17 de janeiro de 1956, o jornal "A Província do Pará" destaca:

> O ministro Macedo Soares, em sessão realizada a 2 do corrente, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, deu posse ao novo socio correspondente daquela douta associação, sr. Ernesto Cruz diretor da Biblioteca e Arquivo Público do Estado e Presidente da Academia Paraense de Letras [...]. (ERNESTO..., 1956, p. 4).

Além da chamada, o escritor da nota (sem autoria) ressaltou "O historiador Ernesto Cruz, é atualmente, o único paraense a fazer parte do sodalício brasileiro". A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, n. 229 publicou a proposta de ingresso do historiador e o parecer favorável da comissão de história e da comissão de admissão de sócios do IHGB, assim, a entrada de Ernesto Cruz é efetivada em 15 de dezembro de 1955 na classe de correspondente da instituição.

Ressalta-se que não se encontrou em sua trajetória uma formação docente ou o registro da prática recorrente dessa atividade. No entanto, ao longo desta pesquisa, foram encontradas referências a inúmeras palestras com temáticas históricas e a participação em

[50] Schwarcz (1993) afirma que para os Institutos Históricos e Geográficos ficou o papel de construir a história de uma nação a partir da recriação do passado, para isso "solidificar mitos, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos" (SCHWARCZ, 1993, p.129). Tendo tais objetivos, esses espaços acabaram por se tornar, da sua criação na década de 30 do século XIX ao longo da primeira metade do século XX, lugares de prestígio e também de distinção social, assim demonstrar sua filiação nestas instituições, como fazia Ernesto Cruz, mostrava a consolidação de sua figura nesses grupos sociais.

dois cursos: curso de Biblioteconomia[51], em 1957, e o curso de História do Pará[52], para a atividade de extensão da Faculdade de Filosofia em 1960. Esses dois eventos, sobretudo o último, dentro da recém-criada Universidade do Pará, contribuíam para outorgar mais valor à construção de sua imagem como historiador. Nesse sentido, foi observado em alguns documentos consultados que após essa data, nos anos 1970, aparece a denominação de "professor", por exemplo, quando os conselheiros do CEC-PA Maria Annunciada Chaves e Otávio Mendonça se referiram a Ernesto Cruz por essa denominação no parecer do livro "Ruas de Belém: significado histórico e suas denominações", assim como Victor Tamer no livro "As obras públicas do Pará", lançado em 1967.

"História do Pará" foi lançado em 1963 e contou, mais uma vez, com o prefácio de Arthur Ferreira Reis, o qual inicia o texto considerando o livro "a mais completa exposição" sobre a história do Pará. Ao longo do texto, ele discorre sobre uma coleção que editaria ou reeditaria obras consideradas fundamentais para o conhecimento da História do Pará: a coleção Amazônia, sob sua coordenação, sendo a obra de Cruz a primeira da coleção.

> primeira de caráter global e de certo modo monumental que se elabora sobre o Pará. [...] seu autor ser a figura mais ilustre entre os que vasculham o passado e servem à cultura do país mantendo o nome ilustre de seus antecessores[...]. A "História do Pará" [...] constitui, em nosso entender, a coroação do trabalho de seu autor. (REIS, 1973, p. 15).

Reis (1973) expõe o significado do "Historiador da Cidade", naquele contexto, que passava pelo "domínio global" e pelo conhecimento da História do Pará, que pelas

---

[51] Curso intensivo de Biblioteconomia, foi promovido em setembro de 1957 pela direção do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), sob administração do Instituto de Pesquisas Amazônicas. O curso tinha como objetivo ministrar conhecimentos práticos para aplicação nos serviços de bibliotecas e arquivos de documentos. A aula inaugural do curso foi ministrada por Ernesto Cruz, que na época era diretor da BAP (CURSO...,1957).

[52] O curso de História do Pará fazia parte das atividades de extensão oferecidas pela instituição. Esse seria o terceiro curso ofertado "que o professor e acadêmico Ernesto Cruz ministrará" (HISTÓRIA..., p.10, 1960). O curso contou com nove aulas, que são os capítulos do livro "Temas da História do Pará", na seguinte sequência: As Capitanias do Norte/Quinhão dos donatários/Os Beneficiados[...]/O Maranhão/Fundação/Tentativa de Diogo de Ordas/Capitania de Joao de Barros/Aires da Cunha e Fernando Alvares Andrade [...]/Franceses no Maranhão/Jaques Riffault e Charles de Vaux/Aproximação com os indígenas. [...]/Fundação de Belém/Esclarecimentos sobre a data certa da chegada de Francisco Caldeira de Castelo Branco [...]/A Conquista militar e econômica da Amazônia/O papel dos fortes/As ordens religiosas na conquista espiritual do Pará/Reação contra as Missões [...]/A influência do açúcar no processo econômico do Pará. Séculos XVII e XVIII. Construção de novos engenhos [...]; A Cabanagem suas causas e efeitos/O sentido social da Revolução/A Cabanagem na versão dos historiadores/A Cabanagem no conceito dos cabanos/Partidos políticos regionais até o final do século XIX/A criação da imprensa/Principais órgãos do periodismo paraense, até o decênio do século XX. [...] (HISTÓRIA...,1960).

palavras do autor, seria “o coração” do trabalho. Tal fato, o fez colocar Ernesto Cruz na mesma “categoria” dos seus antecessores do IHGP, uma vez que ele era “O historiador” com “tantas credenciais” (REIS, 1973, p.15). Acrescentou ainda que Ernesto Cruz trabalhava com “a paciência, o entusiasmo, a honestidade e a objetividade que se deve exigir de um autêntico historiador” (REIS, 1973, p.15). Nas palavras de Arthur Cézar Ferreira Reis, o “Historiador da Cidade” se fazia um “autêntico historiador”, reiterando a afirmação dos anos 1940, o qual possuía os “requisitos” de seus antecessores que trataram dos temas da História do Pará (REIS, 1973, p.15).

“História do Pará” apresenta dois volumes e faz uma síntese da história do Pará em seus múltiplos aspectos, pautada no fato histórico, seu autor discorre cronologicamente do período colonial e imperial, transita pelos séculos XVII, XVIII, XIX e primeiras décadas do século XX, tratando da economia, das missões religiosas e de suas edificações, dos usos e costumes, das construções da cidade, da Imprensa, da Instrução Pública, do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, da Cabanagem, da Adesão do Pará à Independência, das epidemias, dos municípios do Pará, da infraestrutura urbana, das ruas de Belém, dos monumentos etc. O historiador trata dos mais diversos temas, mostrando ao leitor seu acúmulo de conhecimento, ao longo do tempo, por suas pesquisas e experiências no trato da História paraense.

Esse livro foi reeditado em 1973, fazendo parte das comemorações do Sesquicentenário da Adesão do Pará à independência. A apresentação dessa edição foi feita pelo então governador do estado, o engenheiro Fernando Guilhon:

> Este trabalho, fruto da dedicação apaixonada e da exaustiva pesquisa com que Ernesto Cruz conquistou o cume do nosso respeito e da nossa admiração, deve ser recebido como, a par de respeitosa homenagem ao venerando ‘Historiador de Belém’, preciso encaixe no elenco de atos com que o governo paraense se insere nas festividades que assinalam este dia (GUILHON, 1973, p.5-7).

O título de “Historiador da Cidade de Belém” termina por lhe atribuir autoridade sobre tais assuntos, fazendo desse livro uma consagração, uma validação da honraria conquistada em 1957. Cabe pontuar que essa consagração vem respaldada com quatro laudas de um pequeno resumo da vida e publicações de Ernesto Cruz, assim como as honrarias recebidas. Naquele momento, o historiador apresentou suas credenciais: sócio correspondente do IHGB, IHGMT, IHGBA, Academia Paulista de Letras, Grupo Bolivariano de Cuba e Instituto de Cultura Hispânica (Madri).

Alguns trabalhos de Ernesto Cruz atendiam a uma demanda externa, como "História da Associação Comercial do Pará", de 1964, solicitado pela comissão de diretores das comemorações do primeiro centenário da associação, que justificou a escolha com as seguintes palavras:

> [...] decidiu contratar os serviços, altamente valiosos e recomendáveis, do consagrado historiador paraense, Professor ERNESTO CRUZ, nome que ultrapassa as fronteiras estaduais, projetando-se vitoriosamente no cenário nacional e internacional da História[...] (COMISSÃO, 1964, p.6).

Observa-se que será recorrente, sobretudo após a concessão do título de "Historiador da Cidade de Belém", que Ernesto Cruz seja reconhecido como um "consagrado historiador" paraense, cuja fama, segundo o excerto, não estava restrita ao estado, mas ao Brasil e fora do país. Tais indicações sobre o seu reconhecimento sempre são grafadas no pequeno resumo do autor que mencionam o pertencimento às instituições, aos Institutos Históricos, ao Instituto espanhol e ao Grupo Bolivariano de Cuba, atribuindo novas fronteiras ao historiador. As apresentações de livros contribuem para consolidar sua face de consagrado historiado.

Outra obra encomendada foi "As obras públicas do Pará: organização, trabalho, direção (1838-1967)", de 1967, idealizada pelo Secretário de Estado da Viação e Obras Públicas, José Maria de Azevedo Barbosa, o qual segundo Clóvis Moraes Rêgo – secretário de governo na época –, havia confiado a Ernesto Cruz o trabalho de realizar o livro (RÊGO, 1967). Esse material, composto de dois volumes, traz uma pequena biografia e as obras públicas de alguns engenheiros que atuaram no corpo dos trabalhadores, no século XIX, da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas no Pará. O historiador Victor Tamer faz uma apresentação sobre o trabalho, destacando qualidades que via na figura de Cruz:

> Para tamanho esforço de pesquisa a cerca da história do nosso progresso, ninguém mais indicado ao êxito do cometimento, do que o ilustre professor Ernesto Cruz, historiador de incontestáveis méritos, capaz de esmiuçar os segredos do passado [...] (TAMER, 1967, p.5).

Produções também foram publicadas para datas comemorativas, como "Ação do Dr. José Vieira Couto de Magalhães no Gôverno da Província do Pará (1864-1866)", de 1968, uma contribuição do Governo do Estado para o 1º Centenário da Navegação a

Vapor do Araguaia. Nessa pequena obra, Ernesto Cruz exibe as mesmas credenciais da obra “História do Pará”.

A apresentação do livro de Clóvis Moraes Rêgo traz algumas informações sobre a vida pública do autor da obra, e o denomina de “O Professor Ernesto Cruz, infatigável e devotado pesquisador do passado paraense[...]” (RÊGO, 1968, p. 3), complementa mencionando que o governador na época, tenente-coronel Alacid Nunes: “num gesto lúcido de seu Governo, fêz retorna, após o ato da merecida aposentadoria, ao exercício do cargo, agora em comissão, de Diretor da Biblioteca e Arquivo Público do Estado” (RÊGO, 1968, p.3). Cabe pontuar que Cruz naquela data completava 19 anos de trabalho na BAP, como ele mesmo informou no discurso em comemoração ao centenário da órgão em 1971 (CRUZ, 1971).

Os livros “Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações”, lançado em 1970 pelo Conselho Estadual de Cultura do Estado do Pará, e “As Edificações de Belém: 1783-1911”, de 1971, apontam alguns aspectos do simbolismo e representação da titulação recebida por Ernesto Cruz em 1957 naquele início da década de 1970. Já havia transcorrido 13 anos da honraria e Cruz contava com um currículo extenso de produção e participação em congregações, eventos culturais regionais, nacionais e internacionais. Esse estofo intelectual é visualizado nas falas dos confrades e da imprensa.

No livro “Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações”, Corrêa Pinto, conselheiro do CEC-PA, apresenta na orelha a obra e o autor. Seu discurso destaca o cenário da vida cultural brasileira, que segundo suas palavras, era “deficiente” e que necessitava de:

> cérebros que se dediquem ao registro dos fatos históricos, através de um depoimento judicioso e claro, incontaminado de paixões, apreciável no conteúdo e na forma. O que se vê é a improvisação campeando nesse terreno tão sério e tão difícil – a historiografia. (PINTO, 1970, orelha do livro).

Corrêa Pinto aponta Ernesto Cruz como o homem “atarefado e incansável” que supria aquele espaço. Percebe-se em sua fala – assim como em Arthur Ferreira Reis – que a “historiografia” de Ernesto Cruz não se enquadra na escrita da história “contaminada” pelo improviso, “imaginosa”, porém estava no conjunto de escritos criteriosos aos registros dos fatos históricos, o que permitia uma visão “lúcida sobre as coisas de sua cidade” (PINTO, 1970, orelha do livro).

Pinto (1970) relata que as várias atividades desenvolvidas pelo historiador – como diretor da BAP, presidente do IHGP, membro do CEC-PA e da APL, além de assíduo

colaborador de jornais e revistas – que contribuíram para as análises das "tradições paraenses, adquirindo assim um cabedal que lhe dá indiscutível autoridade no assunto" (PINTO, 1970, orelha do livro).

Na visão de Corrêa Pinto, o estofo intelectual adquirido por Cruz permitiu que ele chegasse naquele trabalho, que tratava da evolução urbanística, política e econômica de Belém. Tal depoimento converge para o relato de Moraes Rêgo (1971) na apresentação do livro "As Edificações de Belém: 1783-1911", de 1971, expondo que no lançamento do livro "Ruas de Belém: significados históricos de suas denominações", no Rio de Janeiro, Ernesto Cruz havia divulgado que haveria uma série de três livros, nos quais, pretendia "revelar a evolução da capital paraense" (RÊGO, 1971, p. 9).

Os objetivos ensejados na década de 1940, quando o historiador trilhava para historiar Belém e o Pará em todos os seus aspectos, encontra-se na década de 1970 em consolidação. Cruz passa a se especializar nos assuntos, não discorre apenas da cidade, mas de minúcias de sua fisionomia, indica as ruas e suas denominações, as edificações e os modelos arquitetônicos, as técnicas construtivas, os detalhamentos da arquitetura, lista moradores, destaca os tidos como ilustres, todo esse conteúdo intercalado com comentários pessoais, ação que destoava da escrita tradicional ao qual esteve vinculado.

"Ruas de Belém" contou com quatro conselheiros do CEC-PA dispondo considerações sobre o autor e o trabalho: Corrêa Pinto, como visto anteriormente, Clóvis Moraes Rêgo, Otávio Mendonça e Maria Annunciada Chaves. Moraes Rêgo considera que o livro:

> não é um simples roteiro subsidiário de cunho turístico. Tampouco significa um mero repositório de nomenclaturas metropolitanas. É, sim, um produto de aguda análise, de percuciente investigação, [...] É, em suma, trabalho de rara envergadura, e, no gênero, - tenho plena convicção – um dos maiores e melhores que já se produziu no Pará. Fê-lo, com esmero e bom gôsto, o eminente Historiador da Cidade que honra, com o prestígio e a tradição de seu nome, o Colendo Conselho de Cultura, do qual é, merecidamente, o Presidente da Câmara de Ciências Humanas e Patrimônio Histórico e Artístico Estadual[...] (RÊGO, 1970, p.7).

A fala do presidente do CEC-PA expressa a imagem deixada por Ernesto Cruz por meio de sua produção e de seu convívio; para Moraes Rêgo, o "Historiador da Cidade" havia atingido com aquele trabalho a sua excelência. Na visão de Rêgo, o material apresentado não era uma listagem de ruas, mas uma pesquisa de profundidade sobre os trajetos da cidade. Cabe destacar que Ernesto Cruz ocupava no CEC-PA a presidência na área de Ciências Humanas e de Patrimônio Histórico e Artístico – esse

último, provavelmente, se deu pela sua atuação junto à instituição federal de preservação patrimonial desde o final da década de 1940.

Otávio Mendonça e Annunciada Chaves dispuseram da proposição e do parecer, respectivamente. Ambos pontuaram o interesse "cultural, turístico e didático" do livro para a publicação pelo Conselho, outra observação que chama a atenção é a frase: "um gesto desprendido do nobre companheiro" (MENDONÇA, 1970, p. 11) ao tratar de valores de direito autoral, o qual Ernesto Cruz pleiteava apenas alguns exemplares da primeira edição. Essa atitude de desprendimento financeiro vai ser ressaltada em vários momentos da trajetória de Cruz, por exemplo, Clóvis Moraes Rêgo na publicação sobre o centenário da BAP adjetiva: "abnegado e operoso Diretor". Essa "compreensão", inclusive, é feita pelo próprio historiador, algo a ser destacado ao longo desta tese.

Ainda no ano de 1970 são lançados os livros "História do Poder Legislativo do Estado do Pará" e "História do Clube do Remo (1905-1968)", com temáticas bem distintas. Assim como "A História da Biblioteca Pública e Arquivo Públicos do Pará: 1871- 25 de março 1971", de 1971, constituída pelo discurso de Ernesto Cruz na ocasião da comemoração do centenário da instituição, editado pelo CEC-PA. Nesse discurso, ele discorre sobre a falta de documentação na BAP referente ao período de 1616 a 1700:

> [...] estive em Portugal e na Espanha, com a mesma preocupação de Antônio Ladislau Monteiro Baena. Sendo que fui lá à procura dos documentos referentes ao período colonial, referentes aos séculos XVII e XVIII, que estavam faltando na nossa Biblioteca e Arquivo Públicos, inclusive aqueles que elucidasse, definitivamente, a data correta da fundação de Belém [...]" (CRUZ, 1971a, p.14).

O historiador de Belém, em sua fala, se coloca além de Antônio Baena[53], não apenas a ele, mas a outros nomes que apontaram a ausência documental no acervo, uma vez que ele foi atrás da documentação faltante. Dentre outros nomes citados estão Marcos Antônio Nunes[54] , primeiro agente administrativo da BAP; e Uchoa Viegas, primeiro jornalista e "pesquisador dos fatos históricos". Segundo as palavras de Ernesto Cruz, ele

[53] Antonio Ladislau Monteiro Baena, de origem portuguesa, foi militar, geógrafo e historiador. Serviu no Pará em 1803, é autor de obras sobre a Amazônia, e foi considerado por Ernesto Cruz e demais confrades como fundamental para o entendimento da colonização da Amazônia. Escreveu "Compêndio das Eras da Província do Pará" (1615-1823) e "Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará", disponíveis em: http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/book-author/antonio-ladislau-monteiro-baena/.

[54] Sobre a criação da Biblioteca e Arquivo Público e aspectos políticos e institucionais ligados à BAP, ver "O Guardião da Memória do Estado do Pará: acesso à informação e política na criação do Arquivo Público do Estado do Pará (1894-1906)", de Leonardo da Silva Torii, disponível em: https://pphist.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/DISSERTAÇÃO%202017%20Leonardo%20Torii.pdf

conseguira reaver os documentos mencionados como desaparecidos, um desses foi a carta de André Pereira, sempre tão citada pelo historiador, que atestaria a data exata de fundação de Belém.

Cruz relatou na ocasião que reuniu cerca de 3.000 peças manuscritas, das quais tirou cópias fotostáticas e paleográficas nos seguintes arquivos: Torre do Tombo, Arquivo Histórico Ultramarino, Biblioteca Municipal do Porto, Biblioteca Nacional de Lisboa, Arquivo na Universidade de Coimbra, Biblioteca Nacional de Madri, Arquivo Histórico de Madri, Arquivos do Palácio Real de Madri e Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Pontuar essas trajetórias, para o historiador, inscreve seu lugar justamente como grande historiador.

Outra obra sua foi "Edificações de Belém (1783-1911)", de 1971, lançada como uma continuação de "Ruas de Belém". Clóvis Moraes Rêgo, na apresentação do livro[55], cita o discurso de Ernesto Cruz feito ao Conselho Federal de Cultura, sobre essa produção:

> Nesta obra darei os nomes de todos os proprietários das casas de sobrado, casas térreas, barracas, puxadas, telheiros e palhoças, numeradas ou não; edifícios públicos e igrejas, com a indicação das ruas onde ficavam localizados. Um século do registro das transformações feitas na arquitetura de Belém. Registro histórico da vida paraense, acompanhando as reformas introduzidas através do tempo nas edificações residenciais e nos prédios de propriedade da União, do Estado e Município[...] teremos, assim, um detalhe a mais na História das edificações de Belém, nesse longo período (RÊGO, 1971, p.4).

Como visto anteriormente, a historicização da cidade em seus múltiplos aspectos era um dos objetivos do "Historiador da Cidade de Belém", nesse trabalho sobre as ruas belenenses, ele se debruça na materialidade que constitui esses espaços da cidade. Primeiramente, denomina ruas em suas variações históricas e a partir disso detalha nas atribuições dos números das casas, seus proprietários, os modelos de edificações, públicos ou privados e contemplando o que ele denominava naquele momento por "as áreas urbanas e suburbanas" (CRUZ, 1971b, p. 8). Não se deteve, Ernesto Cruz apenas nesses pontos, ele enfatizou no prefácio que

> percorremos, assim, os trechos mais importantes dos sistemas de viação, limpeza, iluminação abastecimento de água potável, embelezamento da capital, através da sua arborização, ruas, travessas, praças, jardins [...] (CRUZ, 1971b, p.7).

[55] A apresentação feita por Moraes Rêgo traz várias passagens da produção historiográfica de Ernesto Cruz, dentre elas, a menção da autoria de proposição de tombamento do Ver-o-Peso como monumento paisagístico para sua integração ao patrimônio histórico e artístico nacional. Convém destacar que a faceta preservacionista de Ernesto Cruz na atuação do SPHAN/IPHAN não aparecia de forma recorrente em sua produção bibliográfica.

Esse excerto contribui para refletir sobre como suas pesquisas de História[56] ao longo do tempo iniciaram em temas gerais, partindo de estudos dos fatos e vultos significativos da História do Pará até seu recorte focar no entendimento de Belém e da escala humana da cidade, passando pelas obras monumentais, como igrejas e palácios, chegando nas edificações de menores portes, como os telheiros.

Por fim, sua obra adentra pela infraestrutura urbana e seus aspectos paisagísticos de embelezamento, pois nas publicações dos anos 1970, fica claro o panorama do conhecedor, seja a partir das narrativas de amigos, seja por sua fala nas introduções dos livros: as ruas, as casas, as igrejas, a cidade e os detalhes de uma Belém que Ernesto Cruz dominava e que, segundo Moraes Rêgo: "o eleva a condição de um guia sereno e seguro para as gerações interessadas em conhecer a História do Pará e da Amazônia" (RÊGO, 1970, p. 5).

As pessoas que figuram nas apresentações e pareceres dos livros de Cruz são recorrentes, uma vez que circulavam no mesmo meio, o dos "intelectuais paraenses" ou como Ernesto Cruz denominava dos "homens de cultura da terra"[57] (RÊGO, 1970, p. 5).

"História de Belém" foi lançado em 1973[58] pela UFPA, em uma coleção denominada de Amazônica, especificamente na série José Veríssimo – que estava sob direção de Arthur Cézar Ferreira Reis e coordenação de Maria Annunciada Chaves – as apresentações e o prefácio foram feitos, respectivamente, pela professora Annunciada e por Aloysio da Costa Chaves, então reitor da UFPA[59].

Seguindo os adjetivos utilizados para retratar Ernesto Cruz, ao longo da década de 1960 e início de 1970, Costa Chaves o evoca como renomado historiador paraense, e considera que o livro é a consolidação dos estudos que o autor apreendeu ao longo da vida, pois Belém vai além de sua morada, é seu objeto de estudo, segundo o reitor:

---

[56] Existe uma classificação apresentada nos livros do autor, assim como em matérias de exposições sobre sua obra no que tange aos temas da produção bibliográfica de Ernesto Cruz: Folclore e Contos Indígenas e História.

[57] Termo utilizado por Ernesto Cruz no discurso do centenário da BAP, presente em "A História da Biblioteca Pública e Arquivo Públicos do Pará: 1871- 25 de março – 1971".

[58] Neste mesmo ano houve o lançamento do livro "Das Casas da Câmara ao Palácio Antônio Lemos", que segundo Cruz teria sido feito para atender à indagação do prefeito municipal, coronel Nélio Dacier Lobato, sobre "como e quando" havia sido construído o Palácio Antônio Lemos. Menciona, no prefácio do livro, que a edificação passaria por uma restauração com o apoio do IPHAN (CRUZ, 1973, p. 6).

[59] Jurista e político paraense, foi professor da Faculdade de Direito da Universidade do Pará na década de 50, membro do CEC-PA, e em 1967 se tornou reitor da Universidade Federal do Pará. A gestão coincidiu com um período de repressão ao movimento estudantil durante a ditadura civil-militar. No ano de lançamento do livro "História de Belém", ainda estava no cargo de reitor. Foi governador do Pará por via indireta em 1975. Fonte: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/aluisio-da-costa-chaves.

> Belém não é apenas o centro urbano onde Ernesto Cruz vive e labuta, como homem público e intelectual. É a cidade de sua eleição, incorporada, hoje, ao seu mais puro afeto [...] incorporado ao cotidiano de sua vida, procurou estudá-la em suas múltiplas facetas[...]. (CRUZ, 1973, p. 5-6).

É atribuído ao consagrado Ernesto Cruz, uma imagem de validação, de veracidade histórica, como afirmou Aloysio Chaves sobre os livros de Cruz: "preciosa fonte para quantos pretendam **conhecer com exatidão** o passado de nossa capital e de nosso Estado" (CRUZ, 1973, p.6, grifo nosso). Esse tipo de associação é feito tendo em vista o trabalho ao longo de anos na BAP, e sempre é dado ênfase aos documentos ali pesquisados para sua produção, assim verifica-se que nas falas de alguns confrades, sua figura – e sua produção – tornam-se uma garantia de autenticidade dos fatos narrados.

O prefácio de Annunciada Chaves evidencia essas observações:

> Ernesto Horácio da Cruz, consciencioso e infatigável pesquisador da história do Pará, possui rica bagagem de obras sobre o assunto da sua predileção, publicadas ao longo de muitos anos em que se vem dedicando a cuidadosa e constantes investigações. A Biblioteca e Arquivo Público do Pará, dos quais, há muito tempo, é diretor, têm sido o grande manancial de informações preciosas, que passadas pelo crivo de uma análise lúcida e penetrante, enriquecem a bibliografia paraense (CRUZ, 1973, p. 7).

Para a historiadora, o estofo intelectual e a produção sobre a História do Pará fez com que Cruz merecesse o título de "Historiador da Cidade de Belém". Sua fala reitera a questão da pretensa verdade histórica que carrega Ernesto Cruz naquele início dos anos 1970, podendo atrelar esse fato à sua função ao longo de anos como diretor da BAP, manuseando documentos e contribuindo para essa validação, como se observa na fala de Annunciada Chaves: "sua capacidade invulgar de evocar o passado através da **interpretação segura** do rico documentário em que vive mergulhado" (CRUZ, 1973, p.7, grifo nosso).

Os livros de maiores paginações lançados na década de 1970 vêm acompanhados de laudas com suas credenciais, com as publicações e as honrarias recebidas por Ernesto Cruz. Seu último trabalho foi publicado no ano do seu falecimento, "Casas e Palácio do Governo, residências dos Capitães-Mores, Governadores e Capitães-Generais e Presidentes da Província do Pará (16161-1974)", de 1976, sendo apresentadas sete páginas só com os feitos do historiador em anexo:

> Ernesto Cruz - Comendador da Ordem do Infante D. Henrique (Portugal), Sócio efetivo da Academia Paraense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Pará; sócio correspondente dos Institutos Históricos e Geográficos: Brasileiro, da Bahia e do Mato Grosso; da Academia Paulista de Letras, Instituto de Cultura Hispânica (Espanha), Grupo Boliviano de Cuba, Conselheiro do Conselho estadual de Cultura (Pará), Diretor da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, "Historiador da Cidade de Belém" (CRUZ, 1976, p.7).

O excerto traz na primeira posição um novo título, o "Comendador da Ordem do Infante D. Henrique", uma ordem nacional portuguesa criada em 1960 em comemoração do "5º Centenário da morte do Infante D. Henrique". A Ordem é destinada às pessoas que prestaram serviço relevante a Portugal, seja no próprio país ou em outros, abarcando "serviços na expansão da cultura portuguesa ou para conhecimento de Portugal, sua história e seus valores". Dentre os graus emitidos havia o de "Comendador", o qual fora agraciado Ernesto Cruz em 11 de abril de 1972[60]. As indicações internacionais servem para demonstrar o alargamento das fronteiras de atuação intelectual do historiador, demarcando sua posição ante os homens de cultura de sua terra natal, tal fato foi apontado nas falas dos colegas, que se referiam a ele como consagrado nacional e internacionalmente. Somam-se a esses lugares, os já consolidados na sua trajetória de atuação pública, como os Institutos Históricos, as Academias de Letras, o Conselho de Cultura e sua direção na Biblioteca e Arquivo Público do Pará.

Nesse livro, tido como sua última publicação, é muito importante que seja destacada sua fala:

> Mais um capítulo da História do Pará, a que me dedico inteiramente há meio século, entrego à apreciação dos que comigo se juntaram no caminho das letras históricas. Tenho ido procurar inspiração no amor que consagro a minha terra natal. Mas, os temas e as revelações fui buscá-la no Arquivo Público do Pará, e nas Bibliotecas e Arquivos do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Portugal e Espanha. Nesses Estados brasileiros e naqueles países europeus estive para conseguir o que de mais próximo e correto está relacionado com as primícias da colonização portuguesa no Pará, a partir do século XVII. (CRUZ, 1976, p. 8).

Ernesto Cruz escrevia para seus pares, e enfatizava que sua produção estava respaldada em uma peregrinação aos acervos para coletar documentos nos quais fosse possível se aproximar da verdade. O ato de revelar[61] essa gama de conhecimento, aos

[60] https://www.ordens.presidencia.pt/?idc=126.

[61] No prefácio do livro "As Edificações de Belém: 1883-1911", Ernesto Cruz faz uso deste termo para se referir a sua pesquisa. Convém destacar também que o termo é recorrente nos discursos dos sujeitos que se colocaram a discorrer sobre a obra do historiador.

olhos dele e daqueles que estavam na sua rede de relações, implica seu dever, sendo consequência de sua condição de "Historiador da Cidade de Belém".

Pode-se depreender que a referida titulação representaria para Cruz, a responsabilidade do historiador que tinha o encargo de produzir uma História da Cidade o mais próximo da 'verdade', embasado em documentações, e que tratasse de múltiplos temas que revelassem a urbe em sua totalidade.

1.3 ERNESTO CRUZ E A ESCRITA DA HISTÓRIA

A variedade de temas tratados por Ernesto Cruz ao longo de sua vida pública, encaminhou para um recorte de algumas abordagens, a fim de que fosse possível a construção do olhar do historiador das categorias preservação e patrimônio.

Dessa forma, destacam-se três temas recorrentes na produção bibliográfica do historiador e que são significativos em sua trajetória para compreender o que é o patrimônio, a partir de sua perspectiva: História, Cidade e Arquitetura. Para tanto, trabalha-se, neste capítulo com a produção intelectual do historiador, assim como as falas de outros sujeitos sobre suas obras, presentes nos livros, artigos e notas de jornais.

Apreender a maneira que Ernesto Cruz produziu a História auxiliou a olhar para os sujeitos e eventos que ele escolheu para figurar como protagonistas em suas páginas, e conduziu as reflexões sobre o conjunto de bens tombados pelo SPHAN, ao longo da atuação do historiador na instituição[62]. Bens patrimoniais, que também são frutos de escolhas, e que demandaram, em alguns casos, embates de ideias sobre patrimônio entre a instância federal e a representação local do SPHAN, ou ainda, entre a representação local e os poderes público e privado paraense.

O exercício elaborado ao longo desta tese foi o de olhar para os objetos arquitetônicos tombados ao longo de aproximadamente 30 anos[63] da presença direta de Ernesto Cruz nos processos de tombamento e enxergar para além de sua materialidade estética. Foi interpretar, como, porquê e de que forma a perspectiva de Ernesto Cruz, sob os temas destacados, influiu ou não para que tais bens fossem resguardados, ou rejeitados,

[62] Tendo em vista a extensão desse acervo, elencaram-se alguns bens para analisar nesta tese.

[63] Existe uma imprecisão no tocante à exatidão da data que Ernesto Cruz prestou serviços ao SPHAN. Como pontuado anteriormente, pôde-se constatar que ele iniciou em 1946, tendo seu nome figurando nos processos de tombamento, como representante, até a década de 1970. Não se pode, ainda, afirmar que o historiador tenha atuado até seu falecimento em 1976. Sabe-se apenas que na implantação da Diretoria Regional do órgão em 1979, a direção era do arquiteto e urbanista Jorge Derenji, segundo Iphan (2010).

pela instância federal da preservação patrimonial, ou seja, o que os objetos têm para comunicar além de sua linguagem arquitetônica?

A cidade, por sua vez, surge com seus objetos arquitetônicos e escultóricos demarcando e caracterizando historicamente a Belém de Ernesto Cruz, assim, a cada um desses elementos, é estabelecida uma significância cultural[64], por parte do historiador, que termina por informar sua perspectiva histórica e os valores os quais foram atribuídos.

Como exposto, no item anterior deste trabalho, Ernesto Cruz fazia parte dos historiadores autodidatas, não especializados, os quais em sua maioria, eram intelectuais tradicionais e estavam ligados a associações culturais, como o IHGP. Segundo Coelho (1999), o IHGP seguia os passos da produção historiográfica do seu congênere nacional, cujo objetivo era produzir o patrimônio historiográfico brasileiro, já as associações regionais, por sua vez, especializavam-se na história dos estados que estavam instaladas.

A História produzida no IHGP seguia o modelo consagrado e consolidado pelo IHGB, que discorria sobre a História política e tinha como base os documentos oficiais, ou seja, a história tradicional.

Burke (1992, 1991), ao tratar dessa história, centra sua definição nas abordagens de oposição que a Nova História se propõe a fazer. A principal delas é a reação ao seu modelo tradicional, o autor descreve o paradigma tradicional como "história rankeana"[65], ou da visão do senso comum, que diz respeito essencialmente à política relacionada com o Estado, em que a História estava baseada estritamente em documentos oficiais, e abordagens como a História da Arte e da Ciência eram marginalizadas e tratadas como periféricos aos olhos dos tidos como verdadeiros historiadores.

A História tradicional era construída como uma narrativa de acontecimentos e seus sujeitos estavam centrados nos grandes feitos de grandes homens, como os estadistas, os generais, os reis etc., ou seja, personagens restritos à alta política, aos líderes e as elites.

---

[64] Ao longo do século XX, organizações internacionais passaram a se reunir em defesa do patrimônio e como resultado, surgiram os documentos conhecidos hoje genericamente por Cartas Patrimoniais. Tais documentos têm um caráter prescritivo e geral e devem ser interpretados, refletidos e adotados ou não às legislações das instâncias federal, estadual e municipal. Ao longo deste trabalho serão feitas referências a alguns desses documentos, como a Carta de Burra, documento de 1980 do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), que conceitua a significação cultural como "[…] o valor estético, histórico, científico ou social que um bem possui para as gerações passadas, presentes ou futuras" (IPHAN, 2004, p.248).

[65] Leopold von Ranke (1795-1886) foi um historiador alemão que contribuiu para os registros oficiais providos pelo governo, dando ênfase para as fontes resguardadas em arquivos, limitando assim as fontes narrativas.

O autor destaca também que essa História é objetiva, os fatos são apresentados "como eles realmente aconteceram" (BURKE, 1992) e ele considera irreal tal objetividade, visto que a ação de olhar para o passado é feita de um ponto de vista particular: "nossas mentes não refletem diretamente a realidade. Só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra" (BURKE, 1992, p.15).

Le Goff (1990) acrescenta que a História política estava baseada em uma história narrativa, uma história de acontecimentos, factual, um teatro de aparências "que mascara o verdadeiro jogo da história, que se desenrola nos bastidores e nas estruturas ocultas em que é preciso ir detectá-lo, analisá-lo, explicá-lo" (LE GOFF, 1990, p. 35).

Tais características se aproximam da produção intelectual de Ernesto Cruz, sua escrita da História encontra-se atrelada predominantemente à História tradicional, influenciada pelo discurso historiográfico consolidado pelo IHGB.

Sua produção bibliográfica, assim como alguns artigos publicados no jornal "A Província do Pará", esteve caracterizada na narrativa de eventos e sujeitos políticos, como ao observar os artigos n' "A Província do Pará", nos anos 20 do século XX, que tratavam da história política brasileira a partir de alguns episódios, eleitos como singulares, conforme seus títulos informam: O Senhor Don Pedro, a Batalha de Tuyuti, Saudemos a República e a Implantação no Brasil, A Confederação do Equador etc.

O recorte de abordagem histórica torna-se mais recorrente com a regularidade da coluna "Factos Históricos", em 15 de dezembro de 1925, na qual Ernesto Cruz apresentava um fato histórico do Brasil que ocorrera no dia da publicação do jornal. Os artigos seguiam os moldes e temas da História tradicional, tratando, dentre outros assuntos sobre a prisão de José Bonifácio, a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves, a evacuação das tropas brasileiras do Uruguai, dentre outros.

É perceptível nesses escritos de Ernesto Cruz na época, o uso de expressões pátrias como "utilidade patriótica", "cumprimos o dever cívico imposto a todos os brasileiros", "amor patriótico", "homens que são para o futuro da Pátria", termos comuns que compunham o discurso político naquelas décadas iniciais do século XX, quando da criação de uma identidade nacional e de formação do cidadão republicano, visando à construção de um Brasil cívico-patriótico e tal discurso perdurou ao longo do Estado Novo sendo construído e difundido pelo IHGB e as instituições congêneres.

O IHGP, nas duas primeiras décadas do século XX, foi um reduto de intelectuais que se voltaram a construir uma história pátria e regional, difundindo as narrativas com

ideais civilizacionais, as quais foram veiculadas em livros, manuais didáticos e artigos nos periódicos locais. Esse arcabouço tornou-se um modelo, que passou, então, a ser reproduzido pelo meio culto da sociedade da época (CARDOSO, 2013).

Burke (1991), ao tratar das críticas que o sociólogo Durkheim e o economista François Simiand lançavam aos historiadores da História Política do final do século XIX e da primeira década do século XX, pontuou que Simiand, à época, destacou três ídolos dos historiadores: o primeiro era o ídolo político, o segundo era o ídolo individual (a ênfase nos grandes homens), e o terceiro, o ídolo cronológico, como o hábito de discorrer sobre o estudo das origens.

É justamente nessas três perspectivas que Ernesto Cruz transitou ao escrever a História do Pará e da cidade de Belém, ao se observar tais características do seu fazer historiográfico, tanto nos artigos de "Factos Históricos" como também no livro "Noções de História do Pará" (1937), que passou a ser adotado oficialmente nas escolas do estado do Pará para uso no curso primário, com abrangência ao curso secundário. O livro traz em suas primeiras páginas o parecer do diretor de Educação e Cultura do estado, o qual expressou:

> A história não se improvisa, e o livro do sr. Ernesto Cruz é a obra de lenta gestão, cheia de pesquisas e analyses, **que comprovam a verdade** [...] Em linguagem simples, nelle **são ventilados os factos importantes da história do Pará**, compreendendo-se, desse modo, o grande valor a que poude atingir o autor (LOBATO, 1937, p. 3, grifos nosso).

Tem-se neste excerto o que Burke (1992) enfatizou sobre a escrita tradicional, objetiva e com os fatos apresentados "como eles realmente aconteceram", baseados em fontes oficiais.

O diretor de Educação atestou que o que está exposto no trabalho de Ernesto Cruz era a verdade sobre fatos significativos da História do Pará, pautada em pesquisas, em fontes, as quais comprovaram a veracidade do teor. O livro, por sua vez, trazia a história dos fatos de forma linear, em que a cronologia se inicia pelos antecedentes da fundação de Belém – da passagem dos não portugueses pela Amazônia –, passando pela fundação da cidade, sua colonização, seguindo para a separação do Pará do governo do Maranhão e alguns fatos que marcaram o século XIX, como a Revolução Constitucionalista, a adesão do Pará à Independência, a Cabanagem, a libertação dos escravos no Pará e a adesão do Pará à República.

Coelho (1994), ao fazer uma reflexão sobre a história e a identidade cultural na Amazônia, aborda o modelo historiográfico tradicional, o qual fora dominante na Amazônia no final do século XIX, ultrapassando meados do século XX. Esse autor destaca o papel representado pela fundação do IHGB em 1838, no Rio de Janeiro, assim como a circulação de sua revista como projeto intelectual e político da associação dos notáveis que constituía essa congregação. Foi nesses espaços, ou seja, no IHGB e suas regionais, e sob o discurso de construção de uma História nacional, que se firmou a História brasileira contemporânea.

A História ali construída passou a ser considerada a verdadeira história oficial do Brasil, elitizada e conservadora, discorrendo sobre a cronologia de fatos históricos significativos e de seus heróis. Segundo Coelho (1994), no Pará, até a década de 1960, a pesquisa e o ensino da História seguiram o modelo oitocentista do IHGB, predominantemente construído por autodidatas ou pessoas com formação em outras áreas do conhecimento:

> atrelados a uma leitura essencialmente política e factual do processo histórico regional, ligeiramente matizada por uma inspiração positivista mal trabalhada, construíram uma narrativa deslocada da sua realidade maior. Uma crônica oficializadora do poder e da conquista, de governadores e de generais, de potentados e de bispos, extremamente regionalizada e localizada [...] (COELHO, 1994, p.182).

A produção de Cruz, sobretudo as iniciais, que tratava da temática histórica, irá ser influenciada diretamente por esse modelo historiográfico, inserido aos moldes do IHGP. Ainda no livro "Noções de História do Pará", em meio a essa cronologia de eventos de seu livro, o autor também escolheu os vultos, os protagonistas dessa história, elaborando pequenos "traços biográficos" sobre tais sujeitos, dentre eles: Francisco Caldeira de Castello Branco, Pedro Teixeira, Felippe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, John Pascoe Grenfell, dom Romualdo de Souza Coelho, José Baptista da Silva e Domingos Simões da Cunha, o cônego Batista Campos, Francisco e Antônio Vinagre, Eduardo Angelim, dom Romualdo Antônio de Seixas, marechal Manoel Jorge Rodrigues, Padre Prudêncio das Mercês Tavares e Francisco José de Sousa Soares.

Pode-se fazer uma relação aos ídolos políticos, individuais e cronológicos, como mencionados por Burke (1991), e que contribuem para caracterizar a narrativa histórica tradicional do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX. Destaca-se outro ponto do fazer histórico de Ernesto Cruz no que tange às referências às fontes

utilizadas na composição de seu trabalho, em “Noções de História do Pará”, por exemplo, quando ele utilizou as produções bibliográficas dos autores consagrados no meio intelectual do IHGP, como Palma Muniz, Henrique Santa Rosa, Manuel Barata, Barão de Guajará, Braga Ribeiro, dentre outros nomes que figuravam na associação, consultando também jornais da BAP, Relatórios de Governadores e diários oficiais do IHGP.

Não apenas neste trabalho, mas ao longo dos anos, o autor passou a fazer uso de tal recurso, de referenciar e citar autores, documentos e paginações, utilizar notas de rodapé, tornando essa ação recorrente em suas publicações, como uma forma de autenticar seu fazer historiográfico. Verifica-se, em termos metodológicos, esse recurso na produção historiográfica de “Belém: Aspectos Geo-Sociais do Município”, nos dois volumes de “História do Pará”, assim como nos artigos para “A Província do Pará”.

As páginas dos jornais trazem também amostras desse fazer, aquelas se tornavam uma arena de disputa entre os ditos homens das letras, em que os artigos e as exposições de pensamento, algumas vezes, transformavam-se em uma celeuma. Ernesto Cruz, em alguns momentos, como visto com José de Carvalho e Jorge Hurley, questiona fatos históricos naqueles espaços. Destaca-se outro momento no qual ele se indispõe, dessa vez nos anos 1950, com o diretor do Museu Silva Arcos, de Campos de Goytacazes (RJ), o historiador Barbosa Guerra, que estudava a história da Imprensa.

Nesse caso, a discussão, nas folhas de “A Província do Pará” ocorreu porque Barbosa Guerra tinha mencionado que o jornal “Gazeta do Pará” fora o primeiro jornal paraense e Ernesto Cruz contestou a afirmação com um artigo denominado “Gazeta do Pará: uma retificação histórica”. O que chama atenção nesse caso são algumas frases, que auxiliam a pensar o significado desses embates para a construção/consolidação de sua imagem. O historiador apontava uma revisão historiográfica com algumas citações que confirmavam a sua tese de que a “Gazeta do Pará” não tinha sido o primeiro jornal a circular em Belém. Essas referências, para Ernesto Cruz, eram provas da verdade, uma vez que ele afirmava: “a história não se escreve sem o apoio de provas, nem se afirma sem a base sólida da razão” (CRUZ, 26 nov. 1953, p.7).

O que interessa neste momento são os argumentos utilizados para validar a sua autoridade nos assuntos de história da Amazônia, como as seguintes falas: “erudito historiador” (CRUZ, 26 nov. 1953, p.7), “está provado nos trabalhos dos maiores e mais honestos investigadores da história colonial paraense[...]”(CRUZ, 26 nov. 1953, p.7), para se referir aos escritos de Palma Muniz; “afirmativas claras e incontestadas”, para se referir ao escrito de Theodoro Braga (CRUZ, 26 nov. 1953, p.7), dentre outros.

Para concluir, o texto faz menção à revisão bibliográfica utilizada para tratar o tema, expondo "e no caso da "Gazeta do Pará, prefiro ficar na companhia daqueles que melhor, aprofundada e bastantemente têm estudado e revelado o processo da formação social e política da terra paraense" (CRUZ, 26 nov. 1953, p.7).

Segundo Guzmán (2007), o recurso de referências de livros e os documentos de informações, com a indicação de paginação, ou ainda a precisão e localização exata de trechos citados é uma operação historiográfica (CERTEAU, 1982) que indica a preocupação em mostrar a adesão do autor a uma tradição de escrita da História, a um lugar social.

Guzmán (2007) chama atenção para essa forma do fazer historiográfico na produção de Bernardo Pereira de Berredo, o qual fazia uso do mesmo recurso em sua tradição erudita de escrita da história tradicional, "respeitando e citando autoridades historiográficas reconhecidas no mundo das academias intelectuais europeias" (GUZMÁN, 2007, p.191).

Convém discorrer brevemente sobre o que Certeau (1982) denominou por operação historiográfica, ou seja, um modo de entender a História como uma combinação entre três elementos: um lugar social, procedimentos de análise ou prática científica e a construção do texto, isto é, a escrita. No caso da escrita da História de Ernesto Cruz considera-se que o lugar de produção ao qual está articulado é o da categoria de letrados do estado do Pará, como exposto no item anterior deste trabalho, ao grupo de estudiosos da matéria (VIDA..., 1976). Circunscrita nesse lugar, a produção do historiador está submetida

> a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam (CERTEAU, 1982, p. 65-66).

É sobretudo baseado no modelo historiográfico do IHGP do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX, e referenciando as obras das ditas autoridades dessa associação, que a produção de Ernesto Cruz transita e se insere/passa a se inserir no mesmo lugar social. Cabe retomar nesse momento à discussão entre o historiador e José Carvalho, nos anos 1920, quando Ernesto Cruz fazia mais uso das notas de rodapé em alguns artigos de jornais que tratavam de temáticas históricas, destacando as fontes das informações utilizadas.

Essa atitude pode ser observada ao longo de alguns textos trocados com José Carvalho, no jornal "A Província do Pará". Ernesto Cruz, ao criticar a tese de José Carvalho sobre a Confederação do Equador nas folhas do periódico, passa a mencionar em alguns números[66] do jornal, além de citações de produções bibliográficas que trataram do tema. Nessa troca de correspondência pública, feita pelos dois colaboradores do jornal, Cruz, ao ter seu conhecimento histórico indagado e desafiado, tenta demonstrar seu domínio da História do Brasil, pontuando os títulos dos livros com suas paginações.

José Carvalho havia zombado de Ernesto Cruz, afirmando que "[...] como, porém, diz que é mestre de história e para prova apresenta dois factos: - possuir muitos livros e ter um ofício do Instituto Histórico do Pará; duas provas realmente estupendas e esmagadoras." (CARVALHO, 9 jan. 1924). Ele desafia Ernesto Cruz a provar que o assunto de sua tese já havia sido estudado e desenvolvido, pedindo ao autor que cite os nomes dos autores e das obras.

Dessa forma, segundo Certeau (1982), o texto passa a enunciar uma operação que o situa dentro do conjunto de práticas de seus pares e que termina por representar a história feita em um determinado momento. Segundo Monteiro (1994), o discurso desses historiadores estava ligado às elites e oligarquias regionais, as quais muitos pertenciam a uma realidade que não se enquadrava a de Ernesto Cruz, porém, os fatos e sujeitos selecionados pelo historiador acabam reafirmando o discurso da elite regional. Esse grupo da *intelligentisia* paraense da primeira metade do século XX, reunido no IHGP, como observado anteriormente, pautava seu fazer histórico no academicismo e conservadorismo, consolidando assim, seu prestígio intelectual.

Coelho (1999) afirma que integrar o corpo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX indicava prestígio intelectual e distinção social. Entre 1850 e 1950, a História tradicional construída nesse espaço – que fora denominada de história local/e ou regional – teve como característica ser política, factual, construída em uma explicação linear e causal do movimento histórico. Mesmo com a existência de períodos distintos da fundação e refundação do IHGP em 1890 e 1917, respectivamente, houve a manutenção do modelo de construção do saber historiográfico e da essência dos elementos constitutivos. O autor faz uma

[66] "A confederação do Equador e a these do senhor José Carvalho"; "Confederação do Equador e a minha These", publicada em 6 de julho de 1924; "A these do sr. José Carvalho é uma baboseira histórica", publicada em 7 de julho de 1924; O "Gosmado do sr. Cruz", publicada em 8 de julho de 1924 e por fim, "Uma these e um logro", publicada em 9 de julho de 1924.

ressalva aos nomes de Theodoro Braga e Ernesto Cruz, por considerar que eles apresentavam "um certo desvio relativamente às matrizes de nossa primeira historiografia (objeto, fontes, abordagens) em relação com os campos privilégios para o ofício do historiador" (COELHO, 1999, p. 14).

A observação de Coelho (1999) sobre o objeto e abordagem em Ernesto Cruz são pertinentes, uma vez que ao verificar os títulos de livros de História publicados pelo autor, alguns temas fogem ao domínio tratado pelos sócios-fundadores e demais intelectuais que compuseram o IHGP do final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, dentre eles: "Monumentos de Belém" (1945), "Igrejas e Sobrados do Maranhão"(1950), "Procissão dos Séculos" (1952), "Igrejas de Belém (1953), Ruas de Belém (1970), As "Edificações de Belém: 1783-1911" (1971), "Obras Públicas no Pará de 1838 a 1867" (1970) e o último de sua produção: "Casa e Palácio do Governo: residências dos capitães-Mores, Governadores e Capitães Generais e Presidentes da província do Pará 1616/1974" (1976).

Ruas, arquitetura oficial, civil e religiosa são alguns dos pontos de fuga temáticos, os quais não eram objetos de dedicação dos demais historiadores atrelados ao IHGP, mas foram desenvolvidos pelo "Historiador da Cidade de Belém"[67].

"Procissão dos Séculos", publicado em 1952, por exemplo, traz pequenos estudos sobre temas de arquitetura, costumes, cidades, personagens, embora os sujeitos e objetos escolhidos por Ernesto Cruz transitem por nomes da elite local, assim como no caso da arquitetura, por edificações monumentais, dentro da escala da cidade, à época por ele tratada.

Dessa forma, Cruz não foge totalmente à narrativa histórica tradicional, seja por seus protagonistas, ou pela metodologia adotada em seu labor, em que a verdade estava nos documentos. No excerto abaixo, da introdução do livro citado acima, a veracidade de seu trabalho está associada ao fato de:

> foi no Arquivo Público do Pará que coligi, durante muitos anos, os motivos para a revelação deste conjunto de estudos, preocupado, apenas em destacar vultos e episódios, que permaneciam injustamente esquecidos. Respeitei, honestamente, o texto dos documentos. Tive a preocupação de não carregar nas cores, de não escurecer nem iluminar, demasiadamente, os quadros em que se movimentam os personagens de épocas remotas e saudosas. Tudo aconteceu, realmente. (CRUZ, 1999, p. 21-22).

[67] Destaca-se também ao lado de Ernesto Cruz, o nome do engenheiro Augusto Meira Filho, membro do IHGP, com sua produção com temas que também se diferenciavam dos assuntos que dominavam a instituição.

Ernesto Cruz deixa transparecer o modo de trabalho considerado, em linhas gerais, positivista ao trato de seus objetos – os documentos. Primeiramente, o historiador afirma "ser verdadeira", "ser real" (CRUZ, 1999, p. 22), sua pesquisa, por usar os manuscritos da BAP, dos quais segundo o autor, ele subtrai seus "sujeitos esquecidos" (CRUZ, 1999, p. 21), embora aqui mencionado, seus vultos e fatos convergem para a grandiosidade e monumentalidade. Outro ponto a salientar é sobre a operação do conhecimento desses documentos, em que ele – o sujeito – se coloca na posição de observador dos objetos, não interferindo neles, não correndo o risco de subjetivar sua análise, de tal forma que ele "não carrega de cores" (CRUZ, 1999, p. 21) seus personagens, por isso, tudo o que está exposto, segundo o autor, é real e verdadeiro, nas suas palavras.

A documentação emana a verdade para Cruz, há inúmeros exemplos dessa afirmação, sobretudo ao se tratar das documentações da BAP, espaço o qual era "guardião" da veracidade dos fatos da História do Pará:

> O biógrafo que se interessar pela personalidade do marechal Francisco José de Sousa Soares de Andréa deve, antes de tudo, estudar nos seus detalhes, a correspondência do vencedor dos cabanos, existente na Biblioteca e Arquivo Público do Pará. **Ali encontrará o verdadeiro retrato** de Andréa e de sua época (CRUZ, 1953, p.11).

Vale relatar um episódio do trabalho de Cruz na BAP e como as relações simbólicas estabelecidas com aquele acervo/ofício contribuíram, de certa forma, para resguardar seu lugar dentre a intelectualidade paraense de seu contexto. Como citado anteriormente, no texto "A falta de documentação na Biblioteca e Arquivo Público do Pará" sobre os documentos de 1616 a 1700, Ernesto Cruz desponta, em sua fala, como um pioneiro por buscar as fontes em outros arquivos. A quantidade de documentos trazidos para a BAP e o ato de elencar os arquivos pelos quais passou trazem a operação historiográfica do sujeito, uma vez que mostram a adesão de Cruz a uma tradição de escrita da História, a um lugar social, em que tais indícios auxiliam a situá-lo junto aos "estudiosos da matéria" (VIDA, 1976...).

Ainda sobre o fazer historiográfico do "Historiador da Cidade de Belém", acrescenta-se a questão da relação objetiva no trato com os documentos. Fonseca (2013), ao discorrer sobre os pressupostos epistemológicos do positivismo, buscando o modo "filosófico" de apreensão do saber, destaca algumas premissas para sua compreensão, dentre elas "a realidade é dotada de exterioridade", ou seja, a realidade é exterior ao

sujeito, o objeto independe do sujeito, aproximando a premissa para operação de conhecimento, considera-se que o objeto:

> deve ocupar uma posição central no processo cognitivo, sendo que o *sujeito* (que é dotado de outro estatuto ontológico), estando na posição de "observante", exterior ao objeto, deve permanecer do lado "de fora" e em posição de não interferir no objeto, sob pena de transformar a operação cognitiva em algo não objetivo. [...] (FONSECA, 2013, p. 148).

Ernesto Cruz tenta transmitir em seu discurso essa relação com o documento, em que sujeito e objeto são duas realidades distintas, consequentemente, o pesquisador prima pela não interferência no conteúdo. Outra premissa do positivismo, exposta por Fonseca (2013), e que se aproxima do discurso de Cruz, consiste no "conhecimento é a representação do real", ou seja, o conhecimento é capaz de representar o objeto em sua integralidade e só ele pode dizer a verdade sobre o objeto. Por isso, a única maneira de elaborar um conhecimento válido, para o positivismo, é conhecer a verdade de um objeto por meio de um conhecimento objetivo, que por sua vez está pautado em fatos. Logo, subjetividade e valores subvertem a realidade.

> Há, em cada uma destas páginas, testemunhas zelando pela veracidade dos fatos revelados. Cada personagem que passa através dos nossos olhos traz, ainda no pano com que se veste, na sola das botas ou na ponta das sandálias, as marcas bem visíveis de eras mui distantes e bem vividas. Para que não perdessem as suas características, não lhes espanei as roupas, nem lhes detive os passos (CRUZ, 1999, p. 22).

No fragmento anterior, que finaliza a introdução de "Procissão dos Séculos", o "Historiador da Cidade de Belém" demonstra seu processo de produção, que trazia a verdade dos objetos – o trato dos documentos – baseado no conhecimento dos fatos, pautado na objetividade, assim para que eles não perdessem tal verdade, o historiador não os "espanou", não os maquiou, deixando-os "seguir seus passos" (CRUZ, 1999, p. 22).

Os fatos de Ernesto Cruz saiam, sobretudo, do acervo da BAP, sempre mencionada pelo historiador, como também por aqueles que se colocaram a tecer a pequena biografia sobre ele. Chaves (1979) declarou que a forma como o historiador trabalhava esses documentos era:

> com argúcia e extraordinário amor à verdade. Não era um improvisador. Lia, estudava com afinco os códices onde buscava vestígios do passado paraense e sobre os quais baseava a maior parte de seus livros, ensaios e crônicas (CHAVES, 1979, p.158).

De acordo com a fala da historiadora, reiteram-se as características do fazer histórico tradicional de Cruz, pois, dos documentos, ele retirava "a verdade" (CHAVES, 1979, p. 158) a qual consolidava em sua produção dedicada ao estudo da História nacional e do Pará, em seus variados temas, como economia, política, cultura e vida social.

Em uma carta de Arthur Cézar Ferreira Reis a Ernesto Cruz, com o parecer sobre o último livro do "Historiador da Cidade de Belém", publicado em 1976, "Casas e Palácios do Governo, Residências dos Capitães-Mores, Governadores e Capitães-Generais e Presidentes da Província do Pará (1616-1974) da Província do Pará", há uma passagem que acaba por convergir nas características apontadas anteriormente sobre seu labor:

> como tudo que realiza, um ato de inteligência e de civismo. Excelente. Mais uma vez você, com seu saber e sua devoção ao passado, escreveu um livro exato, útil, que ensina bem, à luz do que há de mais real na documentação dos arquivos (CHAVES, 1979, p. 161).

Segundo o excerto, o passado era escrito com objetividade e tendo os documentos oficiais como base para a verdade.

O que se apreende da escrita histórica de Ernesto Cruz é que ela se apresenta fortemente ligada à História tradicional, mas com algumas ressalvas, como observado anteriormente no que tange aos temas, e também na própria redação. Sua narrativa se destaca à erudição dos demais intelectuais do IHGP, observa-se em seus trabalhos publicados e nas considerações de Coelho (1999) e Chaves (1979) sobre o texto do historiador, que ela se apresenta desprovida das formalidades históricas, típicas daquela instituição.

Segundo Coelho (1999), a narrativa ernestiana apresentava a sensibilidade de contar bem uma história "com a leveza e a fluidez da crônica", tal expressão é a mesma apontada por Chaves (1979), ao discorrer sobre os dois volumes de "História do Pará". Segundo a historiadora, nesses livros não se encontravam imagens elegantes e nem os períodos antológicos, "mas o fato histórico, o acontecimento nas suas causas e consequências, narrado sem preocupação de forma, porém sem distorções prejudiciais" (CHAVES, 1979, p.160), ou seja, as características da História tradicional aliadas ao modo descompromissado da escrita, particularidade afirmada pelo próprio Ernesto Cruz, por não ter titulação formal, não se prendia à erudição, mas sim ao conteúdo 'verdadeiro' da história.

A BAP era a fonte que alimentava sua produção, segundo Chaves (1976), nos vetustos manuscritos decifrados que o historiador arrancava informações preciosas que iriam parar nos livros, revistas e jornais, dentre suas pesquisas empreendidas sobre a História da Amazônia, os marcos iniciais, as datas de origem e de fundação – discussões recorrentes à História tradicional – são suas marcas textuais, exemplos disso estão no livro "Belém: aspectos geo-sociais do município", em dois capítulos: "A conquista da terra" e "A evolução da colônia". A delimitação da conquista, assim como o processo de transformação da cidade de Belém partindo de uma gênese e da consolidação da cidade a partir da intervenção portuguesa, demonstram o gosto pelos marcos de origem.

Outro exemplo pode ser observado quando o historiador trata de temas específicos, como igrejas, recorrendo sempre às características e descrições primitivas, no sentido de antigas, das estruturas e configurações arquitetônicas iniciais.

Outro exemplo foi quando, ao tratar sobre as gazetas no Pará, produziu o artigo "Da origem e finalidade das gazetas" (CRUZ, 1953).

No trato do mercado do Ver-o-Peso e outros espaços da cidade de Belém, ele iniciava com as informações provenientes de documentos com a datação de dados mais remotos sobre o assunto, como se almejasse encontrar a pedra fundamental dos seus objetos.

O envolvimento com a origem, sobretudo o olhar para o período colonial brasileiro como um momento-gênese do empreendimento lusitano para a construção do Brasil e do dito espírito civilizador português, contribuem para demarcar a escrita da História brasileira na qual Ernesto Cruz estava inserido, uma concepção realista que atribuía uma noção de progresso a partir desse marco, sendo essa visão que estará presente em seu envolvimento com os bens patrimoniais.

Dentro desse contexto, vale citar uma passagem que expressa essas características do historiador, no jornal "A Província do Pará", na 2ª seção dos jornais de domingo, onde era frequente uma coluna com textos de autoria de Cruz sempre trazendo um fato histórico, ou as experiências de suas viagens no Brasil e ao exterior para congressos ou com a finalidade de pesquisa e coleta de documentação em acervos.

Em 12 de janeiro de 1958, o historiador assinou o artigo "Dona Luiza da Fonseca" (CRUZ, 1958), uma homenagem à arquivista portuguesa do Arquivo Histórico Ultramarino que ele conhecera no I Congresso de História da Bahia e do Rio de Janeiro, em 1949. Naquele momento, Dona Luiza da Fonseca revelou-lhe que existia no arquivo

uma caixa de documentos avulsos sobre o Pará do período colonial não estudada. Ernesto Cruz, ao narrar sua ida ao referido Arquivo Ultramarino, em 1957, frisou:

> [...] tive então, a oportunidade de vêr, de pegar, de agitar nas minhas nas minhas mãos, os manuscritos que tanto me interessavam. Era como se eu tivesse achado um tesouro, guardado avaramente, por dilatados anos. Perguntei ao presidente da sala de leituras, quantas pessoas, antes de mim, haviam lido aqueles manuscritos. Informou-me, sem entender a razão ou o motivo da pergunta:
> - Desde que sou funcionário desta casa, há cerca de dezesseis anos, é a primeira vez que viso o pedido desses documentos.
>
> [...] Cumpria-se, deste modo, a sua vontade [de Dona Luiza da Fonseca]. Aquelas caixas e aqueles maços de papéis marcados pela decorrência dos séculos, era eu que havia de ler e estudar, antes que outros o fizessem, completamente[...]. (CRUZ, 1958, p.3).

Ernesto Cruz demonstra o prazer de ser o primeiro a manusear e estudar tais manuscritos do período colonial paraense. O caráter pioneiro e o valor de novidade que as informações contidas naqueles maços viriam a formular novos capítulos da História do Pará transparecem em sua fala, era um tesouro descoberto.

Cabe pontuar uma particularidade sobre as viagens de Ernesto Cruz: a de 1957 para a Espanha, fora comissionada pelo Governo do Estado do Pará, para fins de participação no VI Congresso Histórico Municipal Inter-Americano (Madri e Barcelona), assim como para pesquisas nos arquivos da Espanha e Portugal[68]. Essa situação, somada à atribuição da honraria de "Historiador da Cidade de Belém", demandava respostas de sua incursão em terra estrangeira à sociedade dita letrada, assim como para o Governo[69].

Para esse fim, Cruz organizou uma exposição na BAP com os documentos coletados na viagem de 1957 e outros já pertencentes ao acervo. O jornal "A Província

[68] Em 6 de agosto de 1957, "A Província do Pará" publicou uma nota, sem autoria, com a seguinte chamada: "Pesquisas em Arquivos da Europa sobre a História do Pará: comissionado pelo govêrno do Estado, o historiador Ernesto Cruz – Representará, também, o Pará no Congresso Histórico Municipal a realizar-se em Madrid". A nota informa que o governador do estado do Pará, Magalhães Barata, tinha designado, por portaria, Ernesto Cruz, então diretor da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, para pesquisar na Torre do Tombo, no Arquivo Colonial do Porto e nos Arquivos de Madri e Sevilha. Além dessa portaria, havia sido emitida outra, para que o historiador representasse o Pará, no Congresso Histórico, no qual havia enviado o trabalho "A evolução municipal de Belém até o século XVIII". A finalidade da viagem, no que tange à pesquisa, era a de complementar a coleção de manuscritos do arquivo paraense com documentos históricos, a partir do século XVIII, ligados à fase colonial do Pará. Em outra nota, do mesmo jornal, em 11 de setembro de 1957, há menção de que "tais visitas se realizarão à conta de uma bolsa de estudos que lhe foi concedida pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazonia, a pedido do governo estadual" (PESQUISA…, 1957, p.3).

[69] Nas pesquisas ao jornal "A Província do Pará", dentro do recorte temporal desta tese, ou seja, as décadas de 1940 a 1960, foi possível perceber que Ernesto Cruz sempre prestava esclarecimentos, informações sobre os resultados de suas viagens. Quando o historiador viajava para congressos, ou para prestar serviço em outro estado ou país, à sua coluna no periódico, ele trazia sempre artigos sobre a experiência no lugar, juntamente com algum fato histórico, ou mesmo texto sobre as novas descobertas.

do Pará" noticiou que "Documentos históricos escolhidos na Europa em exposição na B.A.P.", em 11 de janeiro de 1958, próximo à data que se tem hoje como aniversário da cidade de Belém:

> [...] foi inaugurada com a presença de altas autoridades civis e militares[...] todo documentário da BAP foi recolhido pelo seu diretor Ernesto Cruz, numa viagem empreendida a Portugal e Espanha, e que ofereceu os resultados magníficos agora apresentados. [...] dos documentos expostos, o mais interessante é, sem dúvida, o que relata a fundação de Belém[...] (DOCUMENTOS..., 1958, p. 3).

O jornal apresentou a prestação de contas que Ernesto Cruz tinha para a sociedade, com relação ao trabalho empreendido fora de sua atividade no estado do Pará, o excerto demonstra quem esteve presente na abertura do evento, "altas autoridades" (DOCUMENTOS..., 1958, p. 3) civis e militares. Não apenas isso, havia também a necessidade de sua afirmação enquanto historiador, em meio à *intelligentsia* paraense, ou seja, a afirmação do seu lugar social.

Tendo em vista tais anseios, nada mais conveniente do que a exposição naquela data, até para mostrar o que a matéria do jornal denominou de "documento mais interessante": a carta do capitão André Pereira, escrita no Pará em 4 de setembro de 1616, contando ao rei Felipe III, da Espanha, sobre a fundação de Belém.

No que tange às descobertas empreendidas por Ernesto Cruz, essa foi a mais relevante, tanto que foi mencionada ao longo dos meses de janeiro e fevereiro[70] nas páginas de "A Província do Pará", que se referia à data exata da fundação de Belém, ou seja, a origem da cidade. Mais uma vez resgata-se um dos ídolos da história tradicional, o cronológico, ou seja, o hábito de discorrer sobre as origens.

A descoberta da datação da origem de Belém ganhou notoriedade, uma vez que até então havia dois grupos de historiadores que defendiam datas diversas de saída da expedição de Francisco Caldeira Castelo Branco do Maranhão, alterando assim a data de chegada a Belém.

---

[70] Em 9 de fevereiro de 1958, Ernesto Cruz publica neste jornal um texto de sua aula ministrada para os alunos do CADES e do Serviço Nacional do Comércio (SENAC) sob o título "A data certa da fundação de Belém". Nesse texto, o autor faz um retrospecto dos desacordos entre os cronistas sobre a data da fundação da cidade. Para a exatidão da data, Ernesto Cruz utiliza quatro documentos: "a Relação de André Pereira dando conta a El Rei d. Felipe III, do resultado da expedição do qual fôra associado; a 'Relação de Marco de 1617' de Manoel Severim de Faria, contemporâneo daqueles acontecimentos; a Crônica da Companhia de Jesus no Maranhão, do padre Jacinto de Carvalho; "o regimento dado por Alexandre de Moura ao capitão Francisco Caldeira Castelo Branco, datado de 22 de dezembro de 1615" (CRUZ, 1958, p.1-2).

A "descoberta" – as aspas porque os títulos dos artigos dos jornais denotavam um caráter inédito ao fato – da data-gênese de Belém, foi um triunfo para Ernesto Cruz, já que, além dos fatos expostos anteriormente, o "Historiador da Cidade de Belém" ao discorrer sobre a datação contrapõe-se a nomes tidos como consagrados da História brasileira e que se dedicaram à História do Pará, sobretudo Bernardo Pereira de Berredo e Domingos Antônio Raiol (que por sua vez, utilizava outras referências bibliográficas, as quais reiteravam os escritos de Bernardo Berredo).

A contraposição veio respaldada no alinhamento ao que Francisco Adolfo de Varnhagen, Pedro Calmon, Manuel Barata, Capistrano Abreu, Theodoro Braga e Arthur Cézar Ferreira Reis,[71] dentre outros afirmaram sobre a expedição de Francisco Castelo Branco ter aportado em Belém a 12 de janeiro de 1616.

Destacam-se alguns excertos do artigo que auxiliam a refletir sobre os recursos que Ernesto Cruz utilizou para demarcar seu lugar social e as características de sua escrita historiográfica tradicional. Para isso, foram escolhidas as observações do historiador ao se referir a alguns sujeitos selecionados para dar credibilidade à sua construção de fatos, um deles é Pedro Calmon, Ernesto Cruz, sobre o historiador, destaca que: "com aquela autoridade que todos lhe conhecem" (CRUZ, 1958, p.1), faz o mesmo ao citar Arthur Cézar Ferreira Reis: "com aquela firmeza que constitui a característica dos seus estudos sobre temas brasileiros [...]" (CRUZ, 1958, p.2).

Tal ação é uma forma de autenticação de sua verdade histórica, do fato e do documento tratado. Mais uma vez, o "Historiador da Cidade de Belém" utiliza a prática recorrente da tradição da escrita histórica, fazendo uso de autoridades historiográficas reconhecidas pela intelectualidade para validação de sua argumentação. O fragmento abaixo permite a observação da referida questão:

> [...] Pedro Calmon [...], baseou-se nos Códigos manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa. É, portanto, documento digno de crédito e de indiscutível valor, para os que estudam e escrevem a história colonial do Pará. [...] (CRUZ, 1958, p. 2).

Ernesto Cruz mencionava que Pedro Calmon havia utilizado o manuscrito de André Pereira para confirmar a participação do capitão na expedição de Francisco

[71] Ernesto Cruz faz referências a outros nomes de historiadores que se colocaram a datar ou mencionar informações que o auxiliaram a elucidar a data exata de chegada da expedição de Francisco Caldeira Castelo Branco para a fundação de Belém. Para mais informações, conferir o artigo de Cruz: "A data certa da fundação de Belém" publicado em "A Província do Pará" a 9 de fevereiro de 1958.

Caldeira Castelo Branco, fato colocado em dúvida por Domingos Antônio Raiol. Dessa forma, o objetivo a que se propusera Ernesto Cruz no artigo sobre a data de fundação de Belém pôde ser autenticado duplamente, tanto pela figura ilustre de Pedro Calmon, quanto pela materialidade do manuscrito, uma vez que o historiador trouxe para BAP uma cópia fotostática e paleográfica do texto original da Biblioteca Nacional de Madri.

Ernesto Cruz, para se afastar dos seguidores de Bernardo Pereira Berredo, que tinha afirmado em "Anais Históricos" que a expedição de Francisco Castelo Branco havia saído do Maranhão em novembro, com chegada em dezembro a Belém – fez questão de enfatizar que Domingos Antônio Raiol chegou a colocar em dúvida a existência do manuscrito de André Pereira, o documento mais importante que Ernesto Cruz trouxera de sua visita à Europa. Porém, com base nas fontes estudadas, o "Historiador da Cidade de Belém" afirmou que estava desfazendo o "mal-entendido" (CRUZ, 1958, p. 4), e acrescentou à discussão:

> No entanto, o erro de Berredo, foi defendido ardorosamente pelo Barão de Guajará, acolhido por Baena, e repetido por Acioli e outros historiadores que não investigaram nem estudaram suficientemente o assunto, desprezando as provas contidas nos manuscritos da época (CRUZ, 1958, p. 2).

Assim, contradizer as afirmações de nomes ilustres da escrita da História que trataram sobre a verdadeira data da gênese da cidade de Belém, e comprovar sua tese, pela documentação e revisão bibliográfica, representou simbolicamente, o coroamento da honraria do título de "Historiador da Cidade de Belém" para ele, uma vez que, com os feitos da pesquisa, comprovara sua aptidão para o título, como também se sobrelevou aos grandes nomes que se dedicaram ao estudo daquele tema, apontando suas falhas de investigação.

Ao mesmo tempo, Cruz terminou por demonstrar que as verbas que estavam sendo investidas pelos governos não eram gastos supérfluos, pois demonstrara diligência de resultados dos trabalhos. Além de garantir a manutenção de seu lugar social no seleto grupo dos intelectuais do Pará.

Por fim, considera-se que a escrita da História por Ernesto Cruz, sua forma de recriação do passado está pautada em eventos lineares, que tinha como objetivo uma história verdadeira dos grandes fatos e vultos, muito embora abrisse margem para temas não recorrentes à tradição do IHGP, pequenos fatos, por assim dizer, e que ainda assim poderiam ser considerados singulares e excepcionais. Mesmo com o autodidatismo, sua

metodologia seguia os moldes herdados pelos historiadores daquela instituição, em que a validade dos temas escritos estava baseada nos documentos oficiais dos arquivos, assim como nas referências aos nomes que eram considerados grandes autoridades historiográficas, sobretudo os filiados ao IHGP.

Traçar esse perfil auxiliou na aproximação de seu olhar para com a cidade de Belém, apreendendo sua perspectiva de como a cidade se figura e transfigura, para seus sujeitos, ou dando lugar aos objetos arquitetônicos e escultóricos, os quais despontaram para caracterizar historicamente a Belém de Ernesto Cruz.

2 A BELÉM DE ERNESTO CRUZ: UM DIÁLOGO ENTRE A CIDADE, A ARQUITETURA E A TRADIÇÃO

Belém do Pará delineia-se nas mãos de Ernesto Cruz por múltiplos aspectos, três deles têm destaque em sua obra: Santa Maria de Belém do Grão Pará, o marco da conquista portuguesa; a Belém como palco dos fatos históricos (ocorridos no período colonial até a sua contemporaneidade) e a Belém delineada por seus espaços públicos, monumentos e edificações.

Os três olhares entrelaçam-se e auxiliam a pensar o objetivo deste trabalho, sobretudo a cidade delineada pelos espaços públicos, monumentos e edificações. Portanto, ao percorrer essa Belém pela escrita deste historiador torna inevitável fazer associações com os referenciais que a História da Arquitetura e do Urbanismo brasileiro oferecem sobre a formação e evolução das cidades coloniais ao longo do tempo, assemelhando-se à produção de Nestor Goulart Reis Filho, que no campo disciplinar da História da Urbanização no Brasil, promoveu nos anos 1950 os primeiros estudos sistemáticos na área.

Ernesto Cruz no preâmbulo de seu livro "Das Casas da Câmara ao Palácio Antônio Lemos", de 1973, menciona que "O tempo e os homens não resguardam a tradição; são seus piores inimigos" (CRUZ, 1973, p.7). A sentença foi usada para se referir a algumas modificações da cidade de Belém ao longo do tempo, ao mesmo tempo que denunciou, ele também enalteceu – no caso, as obras do coronel Nélio Dacier Lobato, prefeito de Belém à época: "O Prefeito Dacier Lobato não se adapta a este conceito [de ser inimigo da tradição]. Tanto que está preocupado em restaurar o antigo Palácio PROVINCIAL e MUNICIPAL[72], obedecidos as suas linhas tradicionais" (CRUZ, 1973, p.7).

O excerto desperta para uma reflexão sobre a tradição em Cruz, uma concepção que permeia seu modo de pensar e, consequentemente, manifesta-se nas publicações e ações de Cruz ao longo de sua trajetória pública. O significado que o tradicional carrega para o sujeito desta pesquisa, termina por justificar o valor atribuído ao conjunto de lugares, monumentos e arquiteturas os quais ele valoriza em seus escritos e nos processos de tombamento, como será visto mais adiante. Dessa forma, a reflexão sobre a dualidade tradicional/tradição em Ernesto Cruz perpassa pelas demais temáticas elencadas para a discussão.

[72] Ernesto Cruz utiliza em seus textos, sobretudo nos livros, algumas palavras em caixa alta ou negritado.

Castriota (1999), ao tratar da perda da tradição nas sociedades contemporâneas, remete à dialética da construção destrutiva dos espaços, que desagrega e reagrega as relações dos agentes da cidade, sejam entre eles, sejam com a paisagem edilícia:

> a sociedade industrial moderna, com sua lógica da obsolescência programada, destrói sistematicamente qualquer quadro estável de referências, num processo de renovação incessante de usos e costumes, imagens e valores. Nela, nada pode durar mais que o tempo necessário para ser consumido pelo mercado, e mesmo o mais novo deve se tornar rapidamente antiquado (CASTRIOTA, 1999, p.134).

Porém, não se pode adentrar nesse universo sem antes discutir a transformação de Belém naquela primeira metade do século XX, a cidade e sua dinâmica intrínseca de transformação esteve estampada nos jornais de Belém ao longo dos anos 1940, 1950 e 1960, tais artigos auxiliam nessa trama, mostrando que ao mesmo tempo que se clamava pela modernização – um projeto nacional pelo Estado (ORTIZ, 1991) – também havia pequenos manifestos contrários à perda de elementos do tecido da urbe. O tensionamento entre as ações de transformação versus a salvaguarda de elementos tradicionais da paisagem de Belém possibilita refletir sobre a cidade em uma perspectiva preservacionista.

2.1 A METRÓPOLE DA AMAZÔNIA: ENTRE A MODERNIZAÇÃO E A PRESERVAÇÃO

Não se pretende fazer neste item uma linha do tempo, com a cronologia da transformação da cidade de Belém, no recorte de tempo deste trabalho, mas trazer fragmentos, textos e imagens pesquisados no acervo da Biblioteca Pública Arthur Viana (BPAV) que mostram a dinâmica transformadora das cidades, motivando escritores, articulistas a tecerem comentários sobre a temática modernização x apagamento.

Como arquiteta e urbanista, autora desta tese, vi a necessidade de utilização dessa documentação para discorrer sobre Belém e o processo de modernização ao longo da primeira metade do século XX até os anos 1960, mas em meio à modernização da cidade, haviam pessoas que reclamavam do processo de apagamento de elementos arquitetônicos da paisagem da cidade. Tais inquietações mostram as movimentações preservacionistas dentro da modernização e que havia sujeitos que contemplavam a ancianidade da cidade.

Os textos desse item mesclam-se com algumas pesquisas que trataram do tema da modernização urbana e arquitetônica da capital paraense, uma vez que é diante da

modernização, com seu processo destrutivo de vestígios do passado, que se ergue um tensionamento entre o passado e o presente, entre o tradicional e o moderno. A partir dessa discussão, é inserido o olhar de Ernesto Cruz sobre a sua terra natal, e como a arquitetura e a tradição constituem um universo no qual se delineia sua vertente preservacionista.

***

Em janeiro de 1924, o colaborador José Carvalho, de "A Província do Pará", escreveu o artigo "A ossatura da Casa Velha", uma reflexão sobre a crônica de uma casa escrita anteriormente por Orminda Bastos, denominada "Paredes Velhas"[73]. Orminda Ribeiro Bastos (1899-1971) foi advogada, jornalista e feminista, natural de Manaus, mas cresceu em Belém, nas primeiras décadas do século XX, onde publicou artigos em defesa da causa feminista. Mudou-se para o Rio de Janeiro, contribuindo para a fundação da União Universitária Feminina, em 1929[74].

O artigo, segundo seu autor, tratava das ruínas de uma velha casa desapropriada pelo poder municipal e demolida na avenida 15 de agosto, em Belém, sendo que "A ossatura da casa velha" foi um dos primeiros artigos encontrados para esta pesquisa, no setor de microfilmes da Biblioteca Pública Arthur Vianna (BPAV) e chamou a atenção por dois motivos: por se tratar da demolição de uma edificação antiga e por expor a produção textual de uma mulher que nos anos 1920 já escrevia sobre a fisionomia de Belém – o que, segundo Carvalho era a segunda crônica que ele lia sobre "os aspectos de casas ou ruas velhas" (CARVALHO, 1924, p. 8).

A perda de elementos da cidade não passava despercebida aos olhos de Orminda Bastos, e provavelmente de outros usuários, fato que causara surpresa no jornalista que escreveu o artigo, o qual expressou:

> a nossa doutora, que o é, sem favor; que costuma sempre, nos seus escriptos tratar de assumptos ponderados, de interesse social, político, religioso, jurídico; que acha, por exemplo que o Acre não pode ser ainda Estado confederado da União (e não pode mesmo! – apezar da opinião formidável e contraria do sr. Meira); esse espírito, pois, tão másculo e tão masculinamente encaminhado nas cousas práticas e reaes do pensamento e da vida, se emociona e se poetisa deante das paredes esboroantes de uma casa velha! (CARVALHO, 1924, p. 7).

Há muito o que discorrer sobre o excerto e sua totalidade, pois desponta para novos olhos e olhares para Belém e suas edificações, o olhar feminino sobre a cidade nas

[73] O texto de Orminda Bastos, "Paredes Velhas", não foi localizado na época da pesquisa de dados.
[74] Ver maiores informações sobre Orminda Bastos em http://www.mulher500.org.br/orminda-ribeiro-bastos-1899-1971/.

primeiras décadas do século XX é uma apreensão que deve ser explorada em outro momento. Assim, centra-se na questão de como a perda de um imóvel sensibilizava Orminda Bastos, que por sua vez cria uma rede de reflexão sobre o assunto.

A ruína é apontada por José Carvalho como objeto que desperta curiosidade e fascinação, "em se tratando de 'casas velhas', desgarram para o terreno abstracto das fantasias e dos sonhos" (CARVALHO, 1924, p. 1), por esse motivo, era curioso, para Carvalho, o tema partir de alguém que discorria de assuntos 'tão másculos', portanto, ele atribuía à ruína a capacidade de revelar a faceta "artista e emocional" de Orminda Bastos.

John Ruskin, artista, crítico de arte, dentre outras formações, foi responsável em meados do século XIX pelo movimento preservacionista inglês, que – em linhas gerais – pregava a não intervenção em monumentos, pautando apenas em ações de conservação que deveriam evitar 'a morte' prematura das construções do passado (OLIVEIRA, 2008). Ele via nas ruínas o estágio máximo de uma edificação, a qual envelhecera ultrapassando várias fases do tempo, que por sua vez, depositara as marcas da vetustez. Segundo Oliveira (2008), para Ruskin, a ruína se torna sublime, sendo o culto a elas a expressão do seu romantismo.

José Carvalho, na tentativa de explicar o 'repente' de Orminda Bastos ao discorrer sobre a velha casa, faz uma reflexão que o aproxima do pensamento do ruinismo ruskiano:

> [...] há de haver poesia nas Ruínas, como há a grandeza empolgante dos Monumentos, das Cathedraes, das Montanhas. Cair, esboroar-se, dissolver-se no pó, na cinza, no nada, é sempre uma cousa dolorosa e triste. A casa velha que se esfarela e cae, leva consigo para o nada aparente das cousas mundanas uma grande somma de recordações humanas que nella palpitavam e viveram emquanto nella houve quem sentisse a alegria, a dôr, a esperança, e o amor! Não é só poesia, pois, é filosofia também (CARVALHO, 1924, p. 6).

As reflexões acima sobre o sentimento envolto à perda da casa assemelham-se às reflexões de Ruskin, porque ele considerava que os valores atribuídos à edificação também partiam da vivência dos seus moradores e das experiências passadas naquele recinto. A denominação ossatura foi atribuída por ter sobrado apenas o madeiramento da estrutura de taipa, afirmando Carvalho (1924, p.1) que "[...] 'ossatura', forte, perfeita, rija, inatacável, de seu madeiramento! Como está intacta e nova a 'taipa' daquele prédio que deve ter, seguramente, um século de existência!". Passa então o escritor a fazer uma ode à estrutura de madeira, a qual, segundo ele, deveria ser motivo de orgulho para o paraense, uma vez que permanecera fixa ante a morte da edificação da avenida 15 de agosto.

Essa pequena crônica serve para discutir o processo de modernização de Belém, demonstrando que as ações públicas sobre as edificações não passavam incólumes aos olhares mais atentos sobre a cidade. Despertavam reações as mais diversas e, por meio de uma crônica, ela permite pensar as transformações do tecido urbano e como as pessoas ou grupos recebiam e/ou manifestavam seu pesar mediante a perda repentina ou processual das edificações.

A década de 1940 introduz a figura do delegado ou representante do SPHAN, uma pessoa contratada pela instituição para fazer a interlocução entre a direção institucional e as demandas locais. Não se pode afirmar que todas as mudanças que aconteciam na cidade de Belém nos anos 1940 instigaram um movimento preservacionista na população ou em grupos específicos, como de intelectuais, mas podem ser observadas manifestações esparsas que questionavam a perda de elementos anteriores da cidade.

O que ocorreu no tecido urbano da capital paraense foi marcado pelo processo de modernização e modificação da fisionomia da cidade, algo que vinha acontecendo de modo mais efetivo, desde os anos 1930. A arquitetura com predomínio de elementos ecléticos passou a compartilhar e/ou dar espaços para a arquitetura com características que transmitiam o progresso e a modernização, as quais foram sendo construídas ao longo da primeira metade do século XX pelas iniciativas pública e privada, autores como Celma Chaves (2005, 2008, 2016) e Túlio Chaves (2016, 2011, 2009) trabalharam aspectos da modernização da capital paraense no âmbito arquitetônico, por meio de planos urbanos e discursos políticos e pelas transformações no espaço da cidade ao longo da primeira metade do século XX.

Na segunda metade do século XIX, algumas cidades no Brasil já despontavam ares e cenários de modernidade, o que não necessariamente significavam mudanças de traçado urbano, mas a consolidação dos centros e a implantação de infraestrutura, que segundo Segawa (2002), teve na figura dos engenheiros a âncora desse processo, pois eles eram “a corporação que apostava na ciência e na técnica como instrumentos de progresso material para o país [...]” (SEGAWA, 2002, p.19). Segundo o autor, a necessidade dos engenheiros em assumirem esse papel modernizador teve início na virada do século XIX, ampliando-se para as primeiras décadas do século XX, disputando lugar político na elite intelectual brasileira com outras categorias de profissionais, sobretudo com os médicos e os bacharéis de Direito.

No Pará, os engenheiros sempre tiveram destaque no processo de construção das cidades, desde o processo de colonização portuguesa até a contemporaneidade,

desempenhando o papel de transformadores da paisagem também na primeira metade do século XX na capital paraense.

Engenheiros congregaram-se sob presidência de Odorico Nina Ribeiro, no Clube de Engenharia, fundado em 1886 e refundado em 1919. A confraria reunia engenheiros, construtores, dentre outros participantes relacionados ao ramo da construção no Pará (COIMBRA, 2011). Segundo Coimbra (2011), do clube participavam alguns futuros fundadores da Escola de Engenharia do Pará, em 1931, e do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agrimensura do Pará (CREA-PA) em 1936.

Com a fundação da Escola de Engenharia do Pará há o incremento dessa prática, uma vez que a formação aumentou a qualificação de profissionais, os quais passaram a atuar na configuração espacial de Belém e outras cidades do estado do Pará, demarcando assim seu lugar e os tipos de intervenções. Naquela primeira metade do século XX, uma das vertentes da arquitetura esteve sob a influência do racionalismo, o qual se diferenciava e tentava se distanciar esteticamente das práticas arquitetônicas anteriores, como será visto a seguir (SARQUIS; CAMPOS NETO, 2003).

Nas três primeiras décadas do século XX, o país teve a economia predominantemente baseada na agricultura, algumas capitais enfrentavam um incremento demográfico e as velhas tramas da estrutura colonial de áreas centrais passavam a não atender às novas demandas de usos (SEGAWA, 2002). Porém, segundo Celma Chaves (2008), no caso de Belém, houve um decréscimo populacional, nas décadas pós-*boom* da economia da borracha, a cidade passou por um processo lento de desenvolvimento urbano e arquitetônico, marcado pela saída do intendente Antônio Lemos[75] em 1912, período que só viria a apontar por transformações marcantes da fisionomia urbana, com as tentativas de recuperação econômica implementada a partir dos anos 1930, com a Era Vargas e com a intervenção estadual de Magalhães Barata[76]. Esse político, segundo a autora, demandou esforços para aplicar o discurso federal de modernização para o Pará, porém, por meio de medidas superficiais que não atenderam à demanda efetiva do espaço urbano do Estado, se concentrando nas áreas centrais das cidades e de Belém. Magalhães Barata trabalhou

[75] Intendente de Belém entre os anos 1897 e 1911, a ele é atribuído uma série de incrementos na infraestrutura urbana da cidade de Belém, assim como ter dado a cidade as feições da *belle époque* ao longo de suas gestões (SARGES, 1998).

[76] Joaquim de Magalhães Barata, militar, estudou na Escola Militar do Realengo no Rio de Janeiro. Estabeleceu vínculo com o movimento Tenentista quando serviu no Rio Grande do Sul. Fez parte das manifestações militares de 1922 e 1924, sendo preso em Manaus e posteriormente anistiado. Foi interventor federal no Pará entre os anos de 1930 e 1935, senador em 1945 e governador em 1950 (FONTES, 2013).

conjuntamente com Leandro Pinheiro (1930-1932), padre nomeado prefeito pelo interventor e que passou a realizar o remodelamento da cidade.

Túlio Chaves (2016) afirmou que a Amazônia voltou a ser pauta do governo federal em 1937 com o Estado Novo (1937-1945), o qual buscou uma política econômica de integração e ocupação das regiões da federação, ancorada em um projeto ideológico que visava a "construção da Amazônia" (CHAVES, 2016). Segundo o autor, os Acordos de Washington, o investimento federal e a volta de Magalhães Barata transmitiam para a população de Belém a possibilidade de um novo crescimento econômico (CHAVES, 2016).

O projeto civilizatório que se estendeu aos anos 1940 não teve ganhos significativos no campo econômico – que apresentava como pauta principal a cultura da borracha –, mas houve grandes transformações na região geradas pelo processo de migração, fomentado pela política da época, assim como intervenções na cidade que garantissem à capital do Pará o *status* de metrópole (CHAVES, 2016).

O culto memorialista da Belém da borracha para a infraestrutura consolidada no período de 1870 a 1912 permeava o imaginário coletivo nas primeiras décadas do século passado, a transformação da cidade pós-eclética[77] delineia-se oficialmente, com algumas normativas, como o Código da Administração Municipal de 1934, da Comissão Reformadora dos Negócios Municipais, que implicava em transformações modernizadoras de edificações e dos espaços dos munícipios. Com a substituição da intendência de Magalhães Barata por José Carneiro da Gama Malcher, atuando entre 1935 a 1943, há uma intensificação do discurso modernizador que partia do governo federal e plasmava na área central da capital paraense com as devidas limitações de recursos para obras estruturais (CHAVES, 2008).

O pensamento modernizador do espaço urbano e das edificações foi pauta nos jornais locais, por exemplo, em janeiro de 1940, o engenheiro e arquiteto Feliciano Seixas[78] assinou um artigo especial para o jornal "A Folha do Norte", com o título de

[77] Terminologia utilizada por Chaves (2005) para se referir a Belém que se configurara após o *boom* da borracha.

[78] Feliciano Seixas, natural do Pará, teve sua carreira marcada pelo projeto do edifício Manoel Pinto da Silva (com a primeira etapa do edifício inaugurada em 1951). Ele se descreveu em seu livro "Um brasileiro na Europa" como "arquiteto e engenheiro civil, professor de Arquitetura e Construção em uma Universidade" (SEIXAS,1959, p.7), assinou o texto "Urbanismo", na "Folha do Norte", na condição de "Architecto da Diretoria de Engenharia do Ministério da Guerra". Neste artigo, o arquiteto expõe alguns princípios que tangem às resoluções de problemas sociais consequentes do crescimento das cidades, destacando que o urbanismo aplicado na arquitetura poderia atuar como "factor eugênico na formação physica e espiritual dos povos" (SEIXAS, 1940, [n.p.]), ou seja, a organização de problemas sociais da cidade a partir de soluções previstas em arranjo arquitetônico-urbano. Destaca-se na fala o "fator eugênico",

"Urbanismo", trazendo os pensamentos de Le Corbusier[79], Raymund Unwin[80] e Arturo Soria[81] sobre o desenvolvimento racional das cidades, que seria uma resolução para os problemas sociais. Seixas (1940, [n.p.]) vislumbrava nos sistemas construtivos de sua época, as variações formais que permitiam ao arquiteto "contrariar as mais elementares leis de gravidade", ou seja, a plasticidade permitida pela tecnologia construtiva possibilitaria a tensão que a tendência do academicismo não daria conta.

O Academicismo, segundo Seixas (1940), já se encontrava morto, ou seja, o arquiteto partilhava dos conceitos de arquitetura e urbanismo que eram tendências no contexto internacional, os quais estavam pautados na racionalidade e funcionalidade de formas e no planejamento urbano, refutando veementemente a arquitetura "historicista", ou como Seixas denominava, o "Academicismo" (SEIXAS, 1940, [n.p.]).

Essa arquitetura esteve vigente sobretudo no final do século XIX às décadas iniciais do século XX, tanto no Brasil como no cenário internacional ocidental, e tinha como caraterística geral remeter às normas e linguagens pretéritas no campo do urbanismo e da arquitetura. De acordo com Seixas (1940), o Academicismo apresentava-se da seguinte forma:

> Hoje, sobre os escombros de suas ruinas na derrocada infallivel das doutrinas falsas ou medíocres, o urbanismo ressurge em nossos dias, emquanto a architectura, mais definida com o momento, já se encaminha

a eugenia, ideologia pautada no discurso do racialmente higienizado, "higiene da geração, conservação da pureza do sangue, proteção do capital racial e reconstrução biológica dos povos" (LIRA, 1999, p. 51) difundida no Brasil ao final do século XIX e encampada por setores da reduzida "elite pensante nacional" (SCHWARCZ, 1993, p.19), ao longo das primeiras décadas do século XX nos meios científico, de ensino e de pesquisa. Esses princípios também foram absorvidos por Feliciano Seixas, que explanava sobre as tormentas consequentes do aumento do fluxo de pessoas nos centros urbanos. Segundo Schwarcz (1993), os resultados gerados nesses espaços desencadearam projetos cientificistas de higienização e saneamento, os quais tinham viés eugênico e se empenharam em atuar na pobreza, na loucura e nas doenças. Silva (2004), ao estudar a presença do pensamento eugênico nas intervenções urbanas e arquitetônicas das cidades brasileiras ao longo das primeiras décadas do século XX, ressalta a relação entre o higienismo e eugenismo, quando a ordenação urbana atuava como forma de combate ao que os atuantes dessa área denominavam de "detritos da civilização" (SILVA, 2004). A loucura, a criminalidade e as doenças despontavam nos grandes aglomerados urbanos e conduziam à necessidade da criação de edificações para os problemas específicos, por exemplo, as arquiteturas sanatoriais para as "epidemias psíquicas" (SILVA, 2004).

[79] Charles Édouard Jeanneret, conhecido como Le Corbusier, arquiteto e urbanista franco-suíço, considerado um dos mais relevantes arquitetos do século XX, esteve atrelado ao movimento moderno na Arquitetura e Urbanismo.

[80] Raymund Unwin, arquiteto inglês, implantou as primeiras cidades-jardim inglesas. Juntamente com o arquiteto inglês Barry Parker foi contratado em 1912 para fazer o projeto urbanístico dos loteamentos de áreas da zona Sul e Oeste da cidade de São Paulo, padrão urbanístico naquele momento inédito na América do Sul (SEGAWA, 2002).

[81] Arturo Soria y Mata, urbanista madrilenho do final do século XIX, reconhecido por elaborar a proposta "Cidade Linear", pela primeira vez em 1882, que tinha o intuito de solucionar os problemas urbanos e sociais advindos do século XIX, dentre eles o aumento populacional, o déficit habitacional, a irregularidade de alinhamento de edificações e ruas etc. (PESCATORI; FARIA, 2020).

> sadia e útil no esplendor de sua sinceridade funcional [...] (SEIXAS, 1940, [n.p.]).

No que tange ao urbanismo, o autor transmite o sentimento de esperança nos novos rumos que vinham se configurando nas primeiras décadas do século XX, aproximando sua reflexão sobre o crescimento e organização das cidades às "Cidades Funcionais", citando o racionalismo de Le Corbusier[82] assim como do Grupo de Arquitectos y Técnicos Españoles para el Progreso de la Arquitectura Contemporánea (G.A.T.E.P.A.C), demonstrando que tinha contato com as discussões atuais sobre as cidades.

Segundo Segawa (2002), a partir dos anos 1930, os conceitos de funcionalismo, eficiência e economia estiveram atrelados à arquitetura, formando uma "equação racionalista", que foi adotada em diversos projetos na virada daquela década para a seguinte. As cidades sofreram modificações em sua fisionomia, com os adensamentos dos núcleos urbanos formadores, novos vetores de crescimento foram surgindo, tendo o processo de verticalização como espelho da modernização.

Segundo Túlio Chaves (2016), a década de 1940 é marcada pelo incentivo à verticalização, havendo inclusive um Plano Urbanístico da Cidade entregue ao intendente Magalhães Barata e elaborado por Jerônimo Cavalcanti, engenheiro urbanista, que teve uma breve passagem de seis meses como prefeito de Belém em 1943. O plano – embora não tenha sido colocado em execução em sua totalidade[83] – previa o aumento do gabarito na avenida 15 de agosto. Segundo o autor, Cavalcanti buscava diferenciar suas ações ao passado lemista, que muitos insistiam em comprar – no que concerne ao "resgate do embelezamento da cidade", afirmando que ele era um urbanista e Lemos "fazia jardins" (CHAVES, 2016).

---

[82] Feliciano Seixas transpassa admiração pelas soluções racionais de Le Corbusier no trato da arquitetura e urbanismo, citando as diretrizes estabelecidas por esse arquiteto em suas "*Ville radieuse*". Seixas (1940, [n.p.]) destacou também que no Rio de Janeiro, arquitetos brasileiros adotaram nos projetos do Ministério da Educação e no Aeroporto Santos Dumont algumas "normas modernas", tais quais "aos índices de graphicos de orientação e urbanização, inclusive a aplicação do 'brise -soleil' que os torna a primeira experiência absoluta de architectura tropical [...]" (SEIXAS, 1940, [n.p.]), tais princípios citados são aqueles propagados pelo arquiteto franco-suiço Le Corbusier, espécie de diretriz da arquitetura moderna difundida mundialmente nas décadas iniciais do século XX, tais como o estudo do melhor posicionamento da edificação no lote urbano para aproveitamento da insolação e ventilação e utilização do *brise-soleil*, um elemento arquitetônico dispostos nas fachadas nas aberturas de vãos com a função de "quebra-sol".

[83] Para detalhes sobre o plano de Jerônimo Cavalcanti, ver a tese "O plano de urbanização de Belém: cidade e urbanismo na década de 1940", de Túlio Chaves. Fonte: http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/7227.

O fato que se destaca dentro desse projeto para a cidade de Belém é o que se relaciona à intervenção urbana de renovação do centro comercial com a preservação de alguns elementos arquitetônicos. Segundo Del Rio (2001), esse tipo de ação correu desenfreadamente em metrópoles do mundo inteiro, após o final da II Guerra Mundial até aproximadamente a década de 80 do século XX. Áreas centrais e tradicionais da cidade existentes passavam pelo 'arrasa-quarteirão', ou seja, a demolição que "substituíam a riqueza físico-espacial e a pluralidade socio-cultural das áreas centrais tradicionais [...]" (DEL RIO, 2001). Tal modelo de intervenção, segundo o autor, era impulsionado pelo ideal positivista e a lógica racional tecnicista do Modernismo.

O Plano Urbanístico da Cidade de Cavalcanti tinha a proposta de demolição de parte de onde hoje é o CHB, tendo em vista a "desordem do traçado" e o "desastroso legado colonial" (CHAVES, 2016), nas palavras do projetista prefeito, sendo a solução mais adequada para a imposição de setores urbanos, e sob as diretrizes do movimento moderno, em voga no planejamento urbano daquele período. Dentro de toda a demolição havia a previsão de uma área para um centro espiritual, no qual permaneceriam a Igreja da Sé, a Igreja de Santo Alexandre, o Arcebispado, além do Forte do Castelo, do Palácio de Justiça e do museu da cidade (CHAVES, 2016), mas não se têm indícios de quais seriam as duas últimas edificações. No entanto, havia, em meio à tabula rasa do espírito modernista do planejamento de Cavalcanti, o resguardo a um pequeno número de exemplares arquitetônicos de pedra e cal, do período colonial, como também o Theatro da Paz e a Praça da República.

É importante pontuar que em 1933 houve em Atenas o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), resultando em um documento prescritivo denominado "Carta de Atenas". Esse documento dialoga com o referido plano de Cavalcanti em diversos aspectos, sobretudo na questão da salubridade dos espaços da cidade e da arquitetura. Destacam-se aqui apenas aqueles pontos que tratam do "patrimônio histórico das cidades" (IPHAN, 2004, p. 52). Segundo a Carta de Atenas, os valores arquitetônicos deveriam ser resguardados, contudo, nem tudo deveria ter o direito à perenidade, haveria uma escolha de elementos isolados ou em conjuntos, e a sugestão do bem isolado, em muito se assemelha às soluções de Cavalcanti para parte da área da Cidade Velha:

> [...] se os interesses da cidade são lesados pela persistência de determinadas presenças insignes, majestosas, de uma era já encerrada, será procurada a solução capaz de conciliar dois pontos de vista opostos: nos casos em que se esteja diante de construções repetidas em numerosos exemplares, algumas serão conservadas a titulo de documentário, as outras demolidas; em outros

> casos poderá ser isolada a única parte que constitua uma lembrança ou um valor real; o resto modificado de maneira útil [...] (IPHAN, 2004, p.53).

As transformações na paisagem da cidade de Belém na década de 1940 trazem alguns atores sociais que se dedicaram a implementar novas configurações no tecido urbano, dentre eles, Judah Levy, Davi Lopes, Feliciano Seixas e outros, todos responsáveis por projetos arquitetônicos no espaço central da Belém pós-eclética que terminaram por consolidar um discurso de modernização e verticalização da cidade.

O "Novo Centro" da capital paraense passou a ser a avenida 15 de agosto, atual avenida Presidente Vargas e seu entorno (CHAVES, 2008). Celma Chaves (2016) reitera Túlio Chaves (2016) ao dispor que as transformações na fisionomia da cidade estiveram atreladas ao discurso de modernização vinculado às políticas do governo estadunidense para a região amazônica. É possível acompanhar as transformações nessa área a partir de fotos e matérias de propaganda de empreendimentos privados e obras governamentais nos jornais das décadas de 1940, 1950 e 1960[84], os quais registraram a diversificação do uso do solo assim como das linguagens arquitetônicas implementadas, com uma arquitetura de tendência à limpeza ornamental, funcional e racional (A MODERNISAÇÃO, ...1948, p. 5)[85].

> Verdadeiros arranha-céus começaram a erguer-se recentemente em diversos pontos da cidade, debruçados sobre o telhado do casario antigo que ainda remarca uma época passada e relembra a nossa formação histórica. Com soberbos edifícios, o centro de Belém já apresenta características de metrópole (A MODERNISAÇÃO, ...1948, p. 5).

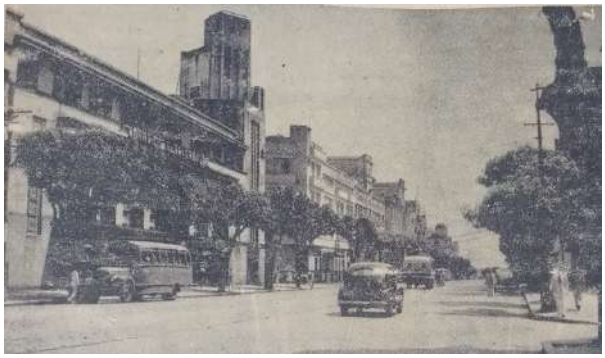
O excerto acima é do artigo "A modernisação de Belém", publicado em fevereiro de 1948, que tratava de algumas características de metrópole que a cidade vinha assumindo. O texto demonstra a presença de duas cidades distintas, demarcadas pela estética de seus tempos, uma antiga, formada por casas com telhados, os quais transmitam ao espectador um tempo remoto da história da cidade. A outra Belém, a metrópole, com sua arquitetura verticalizada que se debruçava sobre os telhados do passado. Segundo Chaves (2008) havia um sentimento nostálgico para com a cidade, fruto da *belle époque*,

[84] Os dados de jornais coletados na pesquisa desta tese foram feitos apenas em "A Província do Pará".
[85] Considera-se neste trabalho a existência de um espectro que comporta modelos arquitetônicos os quais denotavam a modernização de Belém, seja pelo gabarito empregado, pela linguagem arquitetônica, pelo tipo de uso ou pela técnica e materiais empregados. Nesse grupo encontram-se edificações do racionalismo clássico, do *art déco*, neocoloniais, modernistas ou modernizadas.

por parte de um grupo economicamente dominante e da intelectualidade da época, porém ao mesmo tempo o mesmo grupo, clamava pela renovação da cidade.

As figuras 6 e 7, além de mais outras três foram utilizadas no artigo para exemplificar essa nova fisionomia. A vista da avenida 15 de agosto (Figura 6) destaca a edificação da agência dos Correios e Telégrafos, com a seguinte característica da linguagem *art déco*: ornamentação simplificada e geometrizada, trazendo no encontro de suas fachadas laterais um corpo verticalizado encimado por um relógio, marcando a esquina. Esse modelo era uma tendência utilizadas em arquiteturas institucionais e que atribuíam ao espaço o caráter de modernização, por se constituir uma linguagem inédita da arquitetura produzida até aquele momento.

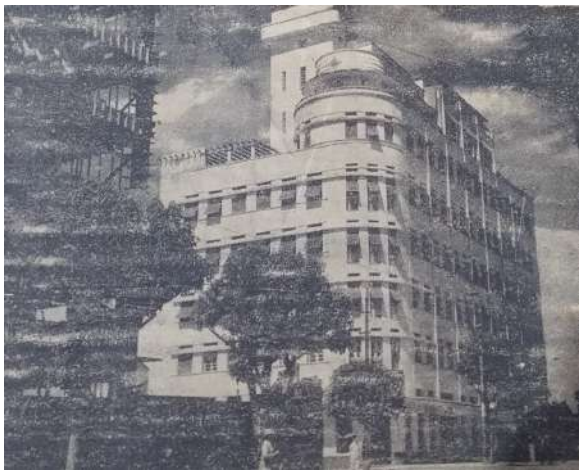
Figura 6 – Perspectiva da av. 15 de agosto, com a legenda original mencionando se tratar da principal avenida de Belém



Fonte: A MODERNISAÇÃO..., 1948, p.5.

A perspectiva do edifício Dias Paes (Figura 7), atualmente, o Banco do Estado do Pará, adotava uma linguagem de limpeza ornamental em sua fachada, com linhas curvas marcando o encontro das fachadas, destoando dos antigos casarões ainda existentes na área. Segundo Chaves e Miranda (2016) foi um dos primeiros edifícios construídos em Belém de autoria do engenheiro Antônio Braga.

Figura 7 – Edifício Dias Paes, projeto do engenheiro Antônio Braga, foi utilizado para exemplificar a nova imagem da cidade de Belém. O gabarito elevado, a tecnologia empregada assim como a adoção de uma linguagem arquitetônica sem a ornamentação, características que distanciava essa arquitetura dos velhos casarões



Fonte: A MODERNISAÇÃO..., 1948, p.5.

A avenida 15 de agosto e seu conjunto de novas edificações materializavam o contexto daquele período, o artigo "A modernisação de Belém" (A MODERNISAÇÃO..., 1948, p. 5) utiliza as seguintes expressões para tratar dessa cidade: "aspecto urbano elegante", "suntuosos edifícios de linhas arquitetônicas magníficas"; "uma época de renovação". Convém acrescentar que ações na infraestrutura urbana como recalçamento e asfaltamento também se somavam ao conjunto arquitetônico que despontava na cidade, permitindo, assim, a atribuição daquelas adjetivações de uma nova Belém, modernizada, a título de informação, o prefeito daquele período era Rodolfo Chermont.

Celma Chaves (2016) afirma que os constructos modernos de 1930 apresentaram-se reiteradamente até aproximadamente a década de 1960. Para a autora, a expressão de moderno buscava romper com códigos estabelecidos anteriormente, a partir da reorganização do espaço e da arquitetura historicista[86], sobretudo a herdada da economia da borracha.

Túlio Chaves (2011, 2016), ao trabalhar a história urbana de Belém na década de 1940, discorreu sobre a tentativa de materialização da metropolização da capital paraense, que tomava como espelho da modernidade o arranha-céu, a imagem do espaço central da cidade dotado de edifícios verticalizados, rompendo com o modelo *belle époque* que passava a acumular – a partir dos discursos de modernização – uma carga simbólica do envelhecimento, da defasagem de Belém.

[86] No estudo da História da Arquitetura é usual o termo Arquitetura historicista para se referir a linguagens arquitetônicas que fazem uso de uma referência anterior, por exemplo, a Arquitetura neoclássica.

No que tange às construções que iam se estabelecendo na avenida 15 de agosto, vinha se difundindo nos anos 1940, em paralelo às linguagens historicistas que vigoraram no Brasil na primeira metade do século XX, o neocolonial[87]. Por exemplo, o projeto para o edifício da agência do "Loide Brasileiro", de autoria do arquiteto David Lopes[88] (Figura 8), publicado no jornal "A Província do Pará" em 1948. Esse artigo traz a descrição da fisionomia urbana da capital paraense:

> [...] Belém vai se transformando, tomando a cidade aspecto de metrópole com os suntuosos edifícios que já se erguem à avenida 15 de Agosto. Apesar da depressão econômica e financeira com que se vem debatendo o Pará no após guerra, a nossa capital ressurge mais elegante e mais suntuosa através desses grandiosos edifícios, blocos de cimento armado, que se projetam majestosamente, modificando completamente o sistema urbano que existia até a pouco na arterial principal. As casas velhas, de beirais antigos, cederam lugar a novos e modernos edifícios que estão surgindo em toda a extensão da 15 de Agosto (IMPONENTE..., 1948, p. 8).

Figura 8 – Projeto em linguagem neocolonial de autoria do arquiteto David Lopes para a agência do Loide Brasileiro, que seria executado na antiga avenida 15 de agosto esquina com a rua Gaspar Viana



Fonte: IMPONENTE..., 1948.

[87] O neocolonial, denominação no Brasil atribuída pelo médico e historiador da arte José Mariano Filho, foi um movimento na arquitetura e nas artes que se deu na década de 10 do século XX e foi difundido ao longo da primeira metade do século XX nas cidades brasileiras (SEGAWA, 2002). Tal movimento não tem sua origem no Brasil, mas ocorreu nos países do continente americano, exceto no Canadá, e teve como característica a utilização de elementos da arquitetura do período colonial brasileiro ou barroco ibérico no caso do Brasil e, posteriormente, em alguns casos, contou também com a aglutinação elementos formais da arquitetura das ex-colônias das missões espanholas, como no Texas, na Califórnia e no Novo México. Esse modelo denominado de "neocolonial das missões" ou "estilo missões" foi introduzido no Brasil no primeiro quartel do século XX pelo arquiteto Edgar Vianna (DE LUCENA; CAVALCANTI FILHO, 2013).

[88] David Ferreira de Oliveira Lopes (1911-1987), arquiteto português atuante nos anos 1940 na cidade de Belém, utilizava técnicas e repertórios ecléticos e seguia uma linha neocolonial. Segundo Miranda e Maneschy (2021), o arquiteto circulava nos Salões Oficiais de Belas-Artes do estado do Pará ao longo dos anos 1940 (MIRANDA; MANESCHY, 2021).

O excerto do artigo narra, além do contexto econômico vivido, a cultura arquitetônica que estava presente na Belém dos anos 1940. A avenida 15 de agosto era o cenário dessa nova metrópole, com as recentes construções apontadas como suntuosas, algumas das quais aplicavam a técnica construtiva que vigorava nas capitais mundiais naquelas primeiras décadas no século XX: a utilização do cimento armado[89], símbolo da técnica construtiva da modernização – mencionado anteriormente por Seixas (1940). Esse sistema de construção é colocado no texto em oposição à arquitetura "de beirais antigos", ou seja, a arquitetura que denotava características singelas, remontando aspectos da arquitetura colonial, a qual apresentava suas fachadas marcadas por coberturas em telhas de barro aparente (SEIXAS, 1940, [n.p.]).

A fisionomia do moderno é descrita ao longo desse artigo pelas construções que, segundo o colunista do texto, expressavam os novos tempos, citando exemplares que se encontravam construídos, em construção e também projetos a serem executados. Dentre eles o Palácio do Comércio, o Edifício Booth (Figura 9), o Central Hotel (Figura 10), o Avenida Hotel, o Café Brasil, o Vesuvio, os edifícios Bern e Internacional, o edifício Dias Pais, o Instituto dos Comerciários, todos já construídos. Em construção estavam o edifício Piedade, o edifício Renascença e o edifício da Importadora de Ferragens. Dentre os projetos possíveis de serem executados estavam o da Caixa Econômica Federal do Pará, Moore Mc Comarck Lines, da Capitania dos Portos e o projeto da agência do Loide Brasileiro (IMPONENTE..., 1948, p. 8).

[89] O cimento armado também pode receber a denominação de concreto armado, processo construtivo baseado na associação de concreto com ferros e disposições previamente calculadas (CORONA; LEMOS, 1989). A técnica permitiu maior plasticidade ao projeto, dentre outras vantagens.

Figura 9 – Edifício da empresa de navegação Booth Line, localizado na avenida 15 de agosto, com sua arquitetura de fachada e depuração das ornamentações



Fonte: fauufpa.org/2014/01/27/booth-line-predio-peloarquiteto-alemao-albert-oswald-massler

Figura 10 – Postal da cidade de Belém com a vista das fachadas do Hotel Central, na avenida 15 de agosto. Percebe-se nessa tipologia arquitetônica, a supressão de ornamentações rebuscadas em suas faces, substituídas por marcações simplificadas e platibanda com escalonamento



Fonte:fauufpa.org/2014/01/27/booth-line-predio-peloarquiteto-alemao-albert-oswald-massler

Essas edificações transitam por linguagens arquitetônicas de fachadas que demonstravam a renovação de elementos de composição, algumas tendendo a uma depuração de ornamentos, trajetória que seguia a Arquitetura brasileira nas primeiras décadas do século passado. Pode-se salientar como exemplos os prédios da empresa de navegação Booth Line e o Central Hotel, ambos traduzindo a modernidade em suas linhas arquitetônicas, enquadrando-se no espectro entre o Racionalismo Clássico e o *Art Déco*,

que segundo Sarquis e Campos Neto (2003), em Belém, passaram a ser consolidados nos anos 1930 por engenheiros e arquitetos, estrangeiros e licenciados.

Tais modelos buscavam convergir algumas características daquele contexto nas construções: a tradição clássica acadêmica, a depuração estética, as inovações tecnológicas e a racionalização de partido e estruturas. O projeto da empresa Booth Line apresenta pontos da arquitetura racionalista, tais como os princípios clássicos de simetria e proporção, a ornamentação de fachada simplificada – marcações horizontais que arrematam o corpo da edificação por frisos, assim como os elementos verticais no bloco central. Além desses, os guarda-corpos das janelas rasgadas apresentam em sua decoração a depuração de formas complexas, derivadas de elementos de arquiteturas de outrora. Pode-se salientar também o modelo de arco pleno nos vãos do térreo, demonstrando o atrelamento historicista da composição. O Central Hotel tem elementos que remetem ao *art déco*, como a marcação da platibanda de encontro das fachadas, com um detalhe escalonado, além de ornamentos racionalistas com predomínio de linhas retas com simples detalhes geometrizados.

Segundo Sarquis e Campos Neto (2003), o surto de modernidade pela qual Belém passou entre os anos 30 aos 50 do século passado, foi uma reunião de manifestações culturais e artísticas, os quais mesclavam um repertório das mais variadas vertentes:

> Naquele momento a manifestação de diversas tendências estilísticas permitiu a reinterpretação, por vezes programada, outras diluída, das correntes artísticas racionalistas e modernas do início do século XX, que ambicionavam reafirmar e atender ao esforço progressista da civilização industrial (SARQUIS; CAMPOS NETO, 2003).

Voltando ao artigo “Imponente...”, a perspectiva que ele traz da Belém que desponta na avenida 15 de agosto é de miscelânea, como os autores acima se referem. O projeto de destaque do artigo, por sua vez, aponta uma edificação marcada pela linguagem neocolonial denominada naquele texto de estilo colonial, já que a proposta arquitetônica de David Lopes recebeu a seguinte descrição:

> manterá as suas linhas arquitetônicas dentro estilo colonial autêntico. As fachadas guardarão a fisionomia inconfundível desse estilo bem nosso, e os balcões serão de acapu do Pará, lembrando os velhos balcões das lendárias Ouro-Preto e Olinda (IMPONENTE..., 1948, p.8).

Embora a linguagem neocolonial remeta a elementos da arquitetura “de beirais antigos”, ela é enquadrada ao conjunto de “modernos” (IMPONENTE..., 1948, p.8)

edifícios que estavam sendo implantados na avenida 15 de agosto, dentre um dos fatores aponta-se a sua monumentalidade vertical, reflexo do programa arquitetônico[90] adotado. Além dessas características pode-se acrescentar que o neocolonial apresentava um caráter de 'progresso', o que segundo Segawa (2002), era discutido pelos defensores do movimento nas primeiras décadas do século XX, o autor ressalta que havia nesses discursos uma intenção modernizadora que visava a atualização da arquitetura daquele período.

O movimento neocolonial, mesmo realizando uma releitura de um modelo arquitetônico anterior, voltava-se para uma identidade nacional, fato que o distinguia do ecletismo em voga no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX. O excerto do artigo do "O imponente..." ressalta justamente a questão da autenticidade do estilo colonial do projeto de David Lopes, ao apresentar os elementos dos balcões, chega a ser comparado à arquitetura colonial dos grandes polos desse estilo: Ouro Preto e Olinda.

O mesmo arquiteto também foi responsável por outra proposta na mesma avenida, um projeto de expansão na lateral do Palácio do Comércio (Figura 11), pertencente à Associação Comercial do Pará e que previa 12 pavimentos, com o seguinte programa arquitetônico: térreo destinado a receber duas lojas comerciais e o último pavimento para abrigar um bar-restaurante, um Museu do Comércio, uma Biblioteca e Arquivo, uma Escola Técnica de Comércio do Pará, andares para a Associação Comercial, andares para alugueis de escritório comerciais e consultórios (NOVA ALA..., 1948).

[90] O programa arquitetônico é constituído pelos ambientes que compõem o tema do projeto. O projeto para a agência do Loide Brasileiro é um tema de edificação de uso de serviço e que, segundo o artigo da "Província do Pará", demandava uma diversidade de atividades a serem desenvolvidas nos ambientes da edificação, de salas do salas de escritório a apartamentos para funcionários da agência.

Figura 11 – Projeto de David Lopes para expansão do Palácio do Comércio, na avenida 15 de agosto, é um exemplo de edificações marcadas pelo aumento do gabarito naquela área da cidade



Fonte: NOVA ALA..., 1948

O texto, sem autoria, sobre as edificações monumentais da avenida 15 de agosto do jornal "A Província do Pará", sintetiza muito bem o que a História da Arquitetura brasileira vivenciava naquela primeira metade do século XX e como se consolidava o espaço das cidades nesse período pela ocorrência de linguagens arquitetônicas simultâneas, assim como o processo de adensamento dos núcleos-gênese das cidades brasileiras.

Acrescenta-se a esse contexto outras intervenções pelas quais a cidade passava por parte da PMB, lembrando que em 1948 no cargo estava Rodolfo Chermont, o qual divulgava suas ações na gestão nas folhas do jornal "A Província do Pará" (NOVA ALA..., 1948).

Destacam-se algumas frases dos títulos de notas e matérias propagadas: "Grande plano de realizações e obras de modernização da cidade"; "Belém está sendo completamente remodelada modernisando-se o seu aspecto urbanístico"; "Abrigando a população na espera do transporte: modernos e elegantes "clippers" prestam serviço à cidade – O grande ponto de concentração de veículos da Avenida Portugal"; "Praças públicas reformadas ou remodeladas: melhoramento de vulto que embelezam a cidade – obra fecunda que desenvolve um Prefeito dedicado ao trabalho"; "Não se limitam ao

perímetro urbano os novos melhoramentos"; "A pavimentação da cidade" (PRAÇAS..., 1948, p.19)[91].

É interessante observar nas frases acima que as ações de melhoramento alteravam a paisagem da cidade e tinham o objetivo de modernizar, marcar por meio de uma linguagem estética inovadora o governo e sua contemporaneidade. Os abrigos de passageiros, conhecidos como *clippers*, passaram a ser construídos sob os aspectos "modernos e elegantes", dentro das linhas do *art-déco* que traziam a simplificação das formas e dos ornamentos, demarcando um modelo de arquitetura das primeiras décadas do século XX (PRAÇAS..., 1948, p.19).

Observando os anúncios da gestão municipal toma-se como um exemplo, a necessidade de atualização dos espaços livres públicos na praça Felipe Patroni, localizada atrás do atual Palácio Antônio Lemos. A praça foi considerada com "um aspecto primitivo, num atestado flagrante de que não havia acompanhado a evolução da capital" (PRAÇAS..., 1948, p.19), e em virtude de tais caraterísticas, fora totalmente remodelada, atualizada, segundo a matéria do jornal. As ações intervencionistas de remodelamento na arquitetura e no espaço urbano traziam o apagamento da imagem de uma cidade desconexa às necessidades daquele momento histórico.

O trabalho que vinha sendo realizado na infraestrutura de Belém pelo prefeito Chermont tinha, além da autopropaganda, outras vozes: os artigos de articulistas nas colunas do jornal. Elas contribuíam para a exaltação das ações de Rodolfo Chermont, como em "Crônica da Cidade" assinada por Pedro Santos[92]. Ele afirmava que o trabalho do prefeito deveria ser reconhecido, uma vez que estava "[...] surgindo o embelezamento urbano de nossa capital de maneira a recolocá-la na sua verdadeira posição de metrópole da Amazônia" (COMO FICARÁ..., 1948, p. 3), ou seja, havia um desejo para que a cidade ostentasse novamente esse título. Túlio Chaves (2016) menciona a incessante campanha de iniciativa público-privada para a transformação de Belém em "Metrópole da Amazônia". O sopro de incremento na infraestrutura das áreas centrais da Belém pós-eclética passou a ser intensificado nesse momento, o colunista Pedro Santos era um entusiasta desse processo de renovação do espaço público:

> Tem-se a impressão de que Belém veste-se de uma nova roupagem mais bonita e moderna acompanhando o ritmo da civilização que avança. Não é mais aquela velha que parecia descrente de seu destino e aguardava

[91] Os títulos das matérias foram coletados nos exemplares dos meses de julho a setembro de 1948, no jornal "A Província do Pará" e no acervo "Obras Raras", da Biblioteca Arthur Vianna em Belém do Pará.
[92] Não foram encontradas referências sobre o autor Pedro Santos até o fechamento da pesquisa.

> silenciosa que se apagassem os últimos vestígios do explendor que desfrutara de outrora. Um sôpro rejuvenescedor fê-la ressurgir mais elegante pelos grandes melhoramentos que está recebendo e mais perfumada pelas flores de seus jardins (COMO FICARÁ..., 1948, p.3).

Os vestígios de uma época feneciam para Pedro Santos, atribuindo expressões que caracterizavam Belém como velha. A vetustez presente na arquitetura e nos espaços públicos, provenientes do incremento da economia da borracha, caminhavam para a metade do século XX "descrente de seu destino" (COMO FICARÁ..., 1948, p.3). Esses rastros de outrora, naquele final dos anos 1940, vinham passando por uma renovação, surgia uma nova Belém "rejuvenescida por um sopro" (COMO FICARÁ..., 1948, p.3), que urgia consolidar o processo modernizador, intensificado com a vigência do Estado Novo varguista. A transformação acabava por elaborar paisagens urbanas conflitantes evidenciando que havia um embate da velha Belém versus a nova Belém, movimentado por grupos distintos: aqueles que almejavam o caráter de novidade e os 'intransigentes, conservadores' – expressões empregadas por Pedro Santos aos resistentes às modernizações – apegados à vetustez da cidade.

O autor da coluna "Crônica da Cidade", ao longo do ano de 1948, já havia se posicionado a favor da renovação do Cemitério da Soledade – tema explorado no capítulo 3 desta tese – expondo neste artigo a existência de dois grupos opostos sobre a temática. Na coluna "Como ficará o monumento?", publicada em 19 de agosto desse mesmo ano, o autor faz uma crítica em forma de sugestão ao prefeito Rodolfo Chermont sobre o posicionamento da estátua de Gama Malcher, que se encontrava na praça Visconde do Rio Branco. Nessa ocasião, ele novamente evidencia pessoas contrárias às mudanças que aconteciam na cidade:

> A praça Visconde do Rio Branco, que **muitos conservadores** quase têm um colapso quando viram picaretas dos calceteiros da Prefeitura caírem impiedosamente nos passeios, arrasando-os completamente sentido de fazer a pequena praça recuar ainda mais para dentro de si mesmo, sentem-se hoje satisfeitos ao notarem que surgiu alí uma praça moderna, diferente de seu aspecto anterior[...] (COMO FICARÁ..., 1948, grifo nosso, p.3).

"P.S."[93], como aparecia a assinatura, evidencia as pessoas denominadas de conservadores, os quais não compartilhavam das mudanças nos espaços públicos. Os artigos assinados pelo cronista trazem uma perspectiva das mudanças na fisionomia da cidade, assim como os valores atribuídos aos espaços públicos e arquiteturas, os quais

[93] A coluna Crônica da Cidade, no período indicado, aparece assinada por Pedro Santos e também "P.S".

criam uma relação dicotômica entre a nova Belém e a velha Belém, determinada por uma estética que delimita as duas, por assim dizer, cidades.

Destaca-se também o artigo "Quiosques inestético", publicado em fevereiro de 1948, de autoria de "P.S.", o qual menciona as transformações das arquiteturas de quiosques implantados nos anos 1930:

> [...] foi desencadeada uma ofensiva tremenda contra os numerosos quiosques inestéticos que pontilhavam na cidade, dando-lhes um aspecto de província retrogradas [...] os antigos proprietários dêsses quiósques mandaram então construir casas elegantes, onde localizaram seu comércio. Com essa providência enérgica fez a cidade ressurgir mais elegante, mais estética e asseada" (QUIOSQUES..., 1948, p. 2).

P.S expõe que os novos elementos arquitetônicos contribuíam para que o aspecto de Belém deixasse de ser uma "província retrógrada", e complementa citando como bons exemplos, os quiosques da Praça Brasil, da avenida "General Magalhães" e da Praça Justo Chermont (QUIOSQUES..., 1948, p. 2). Em contrapartida, denunciava alguns quiosques que seriam um atentado "à estética e à fisionomia urbana da cidade" (QUIOSQUES..., 1948, p. 2), tais elementos são descritos como "choupanas infectas e feias que estão criando um panorama que destôa flagrantemente do aspecto urbano de nossa capital [...] obra mal feita e de madeira ordinária" (QUIOSQUES..., 1948, p. 2), nota-se que a percepção do autor delineia a Belém Metrópole da Amazônia a partir de uma composição arquitetônica e de espaços livres dotados de materiais, técnicas construtivas e formas que deveriam ser contemporâneas ao seu tempo. A cidade se metamorfoseava ao sopro de modernidade e não poderia admitir objetos "destoantes" à estética daquele contexto.

Assim, um novo centro comercial se desenvolveu em um dos limites do bairro da Campina, na atual avenida Presidente Vargas, a cidade pós-eclética do século XX começou a se delinear nos anos 1940 pelas mãos dos engenheiros, projetistas e arquitetos. O Estado aplicou o ideal político de modernização passando a promover a edificação de uma arquitetura mais clara e limpa de ornamentos, incorporando traços da linguagem *art déco*, que estava "associada ao envoltório por excelência das grandes estruturas que romperiam os horizontes urbanos desenhados pelo homem" (SEGAWA, 1999, p.64). Nesse período, o centro habitacional, comercial e de serviços se afastava dos núcleos originais da cidade, uma vez que:

> A arquitetura realizada em Belém no final dos anos 30 e nos anos 50 foi produzida num espaço social e cultural que permite e incentiva um novo vocabulário arquitetônico, que traduz e interliga todos os outros signos

> modernos já estabelecidos na sociedade, da remodelação artificial dos espaços públicos, a ideologia da substituição das antigas construções para dar lugar aos edifícios modernos [...] tidos como medidas da ansiada modernidade (CHAVES, 2004, p. 68).

Os primeiros sítios de ocupação não correspondiam às aspirações modernizadoras dessa sociedade e necessitaram de adaptações a fim de suprirem tais anseios. É a partir desse momento que as intervenções se intensificam nos núcleos históricos, promovendo alterações nas áreas cujas intervenções de forma mais agressiva perduram até os dias atuais. Durante as décadas de 1940, 1950 e 1960, um discreto crescimento econômico – em decorrência da abertura da rodovia Belém-Brasília – motivou a inserção de edificações com gabarito elevado nos bairros da Cidade Velha e Campina, além do alargamento de algumas vias (BELÉM, 1998).

A avenida 15 de agosto, por sua vez, tem a ânsia por transformações intensificada, tal fato pode ser observado nas legislações locais, como a Lei 3.450, de 1956, que determina o gabarito mínimo das edificações que deveriam ser implantadas naquele local, assim como em sua circunvizinhança. Segundo Celma Chaves (2008), o plano de verticalização foi ocorrendo aos poucos ao longo dos anos 1950, sendo o marco simbólico do processo de verticalização a construção do Edifício Manoel Pinto da Silva, projeto de linhas modernistas de Feliciano Seixas.

A edificação foi inaugurada em duas etapas, a primeira em 1951, e as outras duas etapas no início de 1960, contemplando 26 andares. Ao longo dos anos 1950 e 1960, a propaganda sobre o empreendimento nas páginas de "A Província do Pará" foi intensa, conforme observa-se na figura 12 na chamada do anúncio, a 'aristocracia' belenense marchava para novas formas de morar no prolongamento da avenida 15 de agosto. A nova tecnologia de cimento armado é colocada como rompedor do gabarito, a altura dessa edificação impunha a necessidade de matérias, no mesmo jornal, para validar a estabilidade estrutural da edificação, como uma entrevista com o engenheiro que calculou a estrutura do Manoel Pinto da Silva, Antônio Alves de Noronha[94] que declarava que os trabalhos de execução estavam sendo feitos conforme sua orientação

[94] Alves de Noronha veio até a capital paraense nessa ocasião para conferir a execução de seu projeto estrutural. O que chama atenção é o discurso de convencimento sobre a segurança de habitar naquela monumental obra da engenharia. As notas e na entrevista, ao longo do mês de outubro de 1953, publicadas em "A Província do Pará", tinham as seguintes frases vinculadas: "a nova ala, de forma alguma, poderá afetar a estabilidade da parte construída"; "a engenharia moderna não encontra obstáculos em terrenos de fundação". A apresentação de Alves de Noronha destacava suas atuações "renomado engenheiro calculista de fama internacional. O construtor do estádio do Maracanã e da cúpula de Quitandinha, considerada a mais famosa do mundo [...]" (A ENGENHARIA..., 1953, p. 4).

(VERIFICAÇÃO...,1953). Não apenas o Manoel Pinto da Silva, mas outros prédios iam sendo construídos e ocupando o eixo de expansão Leste da cidade.

Figura 12 – Anúncio de venda dos apartamentos do edifício Manoel Pinto da Silva. As imagens, quatro ao todo, ocupavam uma página inteira do jornal. Uma das fotos era a perspectiva do prédio, enfatizando a monumentalidade e os traços modernistas, as três outras, demonstravam as plantas baixas, acompanhadas de um texto descritivo da obra



Foto: Adquira..., 1953

A modernização dos espaços livres, equipamentos públicos e privados eram recorrentes nas propagandas de prefeitos e governadores, assim como em colunas de periodistas, os quais uns clamavam pelas transformações da cidade e outros contestavam tal processo (TUTYIA, 2021). O processo de verticalização, que se acentuou no final da década de 1950 e ao longo de 1960, estava estampado nas páginas dos jornais, anúncios de imobiliárias, como da o Sul-Americana (Figura 13), que divulgava o empreendimento "situado na avenida mais aristocrática de Belém", a avenida Nazaré, fato que demonstrava novos eixos de verticalização da cidade.

Figura 13 – Perspectiva do “Edifício Nossa Senhora de Nazaré”, projeto de Judah Levy, que estampava o anúncio de venda de apartamentos da Imobiliária Sul América em 1955 no jornal “A Província do Pará”



Foto: Dinah Reiko Tutyia (2021)

A nova forma de habitar, os edifícios multifamiliares, ganha a classe “aristocrática” paraense, juntamente com essas edificações – com traços da arquitetura modernista – havia a veiculação de imagens de novos materiais utilizados na indústria da construção civil, mobiliários para decoração, eletrodomésticos, enfim, o espírito de época daquele momento transbordava nos periódicos, demonstrando que o passado colonial e da *belle époque* abria a guarda para novos modelos arquitetônicos.

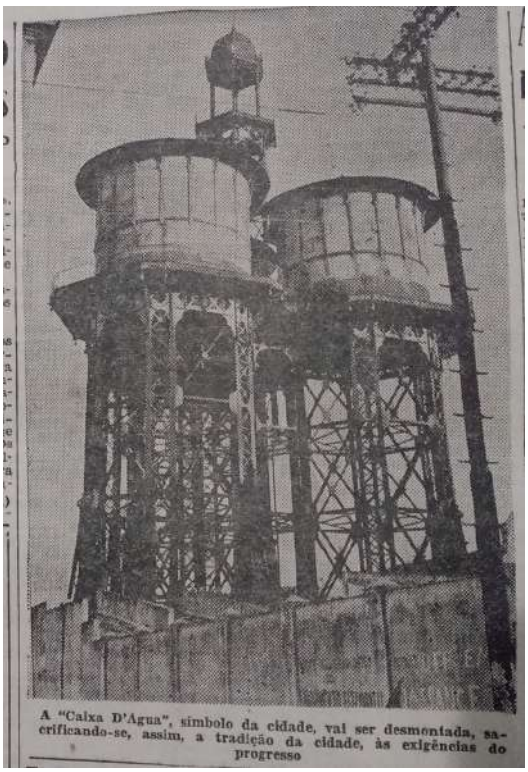
Observa-se que o tensionamento entre as duas cidades era latente, a Belém de novos ares tentava apagar os elementos da Belém passadista para deflagrar o processo de modernização, o caso emblemático, tratado no capítulo 4, é o do Cemitério Nossa Senhora da Soledade e as tentativas sucessivas deflagradas desde a década de 1940 até o seu tombamento em 1960 para reuso da área daquele campo santo – não que essas tentativas tenham cessado posteriormente, mas a institucionalização federal do cemitério ao conjunto de bens nacionais, fez com que ele fosse mantido naquele espaço da cidade em sua materialidade, mesmo sem as devidas manutenções para sua conservação, e nas práticas devocionais que ali ainda se fazem presente.

O fato que movimenta o processo para tombamento é justamente a desenfreada transformação daquela área, que por ser dotada de infraestrutura urbana, era palco de negociações, e em 1948 houve a investida do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários (IAPC) junto à prefeitura da cidade para transformar a grande área em vila de casas, essa ação termina por desencadear discussões na sociedade, muitas daquelas

eram expressas em “A Província do Pará”, que dividia grupos a favor e contra a renovação do lugar.

Outra ofensiva, essa efetivada, contra elementos passadistas que pontuavam a paisagem de Belém foi o desmonte da caixa d’água, o Reservatório Paes de Carvalho. Em 21 de abril de 1954 era noticiado “Vai ser vendida finalmente a Caixa D’agua”, o texto, sem autoria identificada, indica um dos sentimentos cotidianos que pairavam sobre esse objeto, muito embora o título o autor se lastima pela perda do elemento na paisagem da cidade, como se observa no texto da figura 14.

Figura 14 – Vista do Reservatório Paes de Carvalho em 1954, a imagem trazia a legenda que o identificava como “símbolo da cidade”


A "Caixa D'Água", simbolo da cidade, vai ser desmontada, sacrificando-se, assim, a tradição da cidade, às exigências do progresso

Fonte: VAI..., 1954

A imagem e a legenda permitem refletir sobre o pesar da perda de um elemento urbano valorado como símbolo e tradição da cidade, seu desaparecimento foi considerado pelo autor do texto um sacrifício aos apelos do progresso. A trajetória do reservatório como símbolo de Belém é exposta por uma série de eventos pelo autor do texto, primeiramente, que o gabarito elevado foi por longo tempo o ponto mais alto da cidade, fato que sempre lhe deu destaque

> [...] os viajantes marítimos antes de ultrapassarem a Fortaleza da Barra – outro monumento que uma faísca elétrica levou pelos ares – divisavam a Caixa D'agua com os seus três reservatórios unidos, quase fundindo-se um ao outro, qual monges *resando* entre as nuvens[...]. (VAI..., 1954, p. 9).

Além de mencionar outro monumento perdido, a Fortaleza da Barra, há um destaque para as três caixas unidas. O texto traz mais um exemplo que fazia do reservatório "um símbolo típico de nossa capital" (VAI..., 1954, p. 9), uma vez que qualquer pintura que aparecesse as caixas d'água, se imaginava, ser Belém a retratada. Menciona, inclusive, a capa de uma revista[95] que trazia um trecho do litoral de Belém destacando o Reservatório Paes de Carvalho:

> Estava ali, o seu símbolo para lhe dar autenticidade. Depois começaram a surgir os arranha-céus. Os gigantescos blocos de cimento armado foram se erguendo em vários pontos do centro urbano e a Caixa D'água sumindo, vencida pelos suntuosos edifícios [...] O progresso da cidade ofuscou o prestígio de seu símbolo (VAI..., 1954, p. 9).

Esse pequeno excerto demonstra que havia um descontentamento com o apagamento dos reservatórios da paisagem, a monumentalidade que o caracterizava como um símbolo de Belém feneceu mediante as novas construções que surgiam naquelas imediações, visto que estava localizado na rua Ó de Almeida com a rua 1º de março, próximo à área de verticalização, a avenida 15 de agosto. No dia seguinte do anúncio da venda, o mesmo jornal publicou uma mobilização, que foi expressa na matéria "Apêlo na Assembleia para não ser vendida a 'Caixa Dágua", na qual descrevia que o deputado Cunha Coimbra fizera uma defesa para que o reservatório não fosse vendido como ferro velho, uma vez que "constituía uma tradição de nossa cidade" (APÊLO...,1954, p. 10).

O deputado apresentou um requerimento à Assembleia Legislativa para que se manifestasse junto ao chefe do Executivo o desejo que o reservatório não fosse alienado dos bens do Estado e dentre os motivos destacou:

> constitui um verdadeiro monumento incorporado à vida e à tradição de nossa cidade [seu desmonte] virá transfigurar de modo evidente e irreparável a fisionomia urbana de Belém, indiscutivelmente caracterizada e de modo "sui generis" por essa bela e majestosa obra da engenharia do passado que enaltece a ação administrativa de sua época (APÊLO...,1954, p. 10).

[95] A revista, não identificada, era dirigida por Bruno de Menezes, Paulo de Oliveira, Abguar Bastos e Edgar Franco (VAI..., 1954, p. 9).

Cunha Coimbra, assim como o redator do artigo da venda do reservatório, por meio de seu discurso, contribuíam para transformar o objeto do cotidiano em um bem simbólico a partir da atribuição de valor (BOURDIEU, 1989). Tal atribuição foi construída a partir das vivências e experiências na Belém que se projetava sob a sombra dos reservatórios. Essa fisionomia da cidade, que teve a verticalidade demarcada pelas caixas d'água montadas no período do governo de Magalhães Barata, cedia seu território de verticalidade para as transformações dos anos 1950, a obra de engenharia de outrora dava espaço para a obra de engenharia da armadura de concreto.

Ainda nesse episódio, o deputado estadual acrescentou que fosse solicitado ao representante da Diretoria do Patrimônio Nacional:

> [...] sr. Ernesto Cruz, solicitando ao mesmo seu alto interesse e prontas providencias no sentido de que seja o referido Reservatório imediatamente tombado por aquela Diretoria, de molde a ficar incluída entre as obras representativas de nossas tradições e consequentemente ressalvados os direitos adquiridos como obra de arte ou da história de nossa Pátria. (APÊLO..., 1954, p. 10).

Na fala de Cunha Coimbra, nota-se a presença do DPHAN, assim como o conhecimento de suas atribuições, denotando que elas já estavam sendo assimiladas no início da década de 1950, em meio à classe de políticos. Pode-se perceber que nos dois artigos citados sobre o evento, a atribuição de valor pairava para além do objeto em si, encontrava-se atrelada ao conjunto no qual ele estava inserido, à paisagem da cidade e ao sentimento que os usuários tinham para com o bem.

Esses fatos permitem ver Belém para além da perspectiva de modernização de sua arquitetura ou espaços livres, vê-la por meio das reações mediante as alterações, a perda daquilo que se considerava "defasado", "ultrapassado", verificando-se um "sentimento nostálgico" (APÊLO...,1954, p. 10), citado por Celma Chaves (2016) e Túlio Chaves (2016), em seus trabalhos, porém, agora, a partir das reações às mutações da fisionomia da Belém passadista, demonstra-se que havia pessoas que não permaneciam passivas a toda a modernidade que insistia em abrir passagem 'derrubando' o passado, ou seja, juntamente com o SPHAN, esses agentes somavam esforços para impedir o esfacelamento de materialidades de outrora, as quais eram escolhidas, por tais agentes, como significantes culturalmente.

Dessa maneira, a reação ao discurso de modernização demonstra que não havia uma hegemonia na aceitação do novo processo de transformação de Belém, a tentativa de

resguardo de elementos do conjunto da cidade era legitimada por seus agentes nos meios de comunicação da época, no caso, os jornais. Identifica-se que eles utilizam uma linguagem com vocábulos valorativos ao objeto que refletem o poder simbólico discursivo do instituto de proteção federal do patrimônio brasileiro, demonstrando uma consonância entre os olhares e as falas desses agentes e a instituição, ou seja, salvaguardar a tradição e a singularidade dos objetos são os pontos que os unem. As décadas de 1950 e 1960 serão um terreno fértil para a disseminação dos valores preservacionistas, o processo de apagamento da arquitetura do passado ocorrerá de forma acelerada e aparelhada com a política urbana de alargamento de vias, assunto tratado no terceiro capítulo.

Dentre os exemplos, nos anos 1960, verifica-se o empenho da Câmara Municipal da cidade em promover tais mudanças em uma das vias incrustadas no bairro da Campina. Como exemplo em 1969, a Lei Ordinária n. 6.769 estabelece a prioridade de alargamento da travessa Padre Eutíquio entre a Praça da Bandeira e a Boulevard Castilho França (BELÉM, 1969). Além de dar prioridade ao alargamento dessa travessa, a lei também deixa claro que não há restrições quanto às reformas, adaptações, reconstrução de imóveis situados no trecho, contudo, devendo obedecer ao recuo previsto.

A Cidade Velha desses anos 1960 foi retratada por Penteado (1968) como um velho núcleo em franca decadência, que comportava as igrejas e os edifícios públicos (TUTYIA, 2019). Outro destaque é dado para o início da expansão de novas aéreas comerciais, muito além da Campina:

> A consolidação de novas áreas comerciais [...] foram aceleradas a partir da década de 80 [...] migrando para a proximidade de avenidas que constituem corredores de tráfego e definem sub-centros comerciais (Padre Eutiquio, Pedro Miranda, Senador Lemos, Gentil Bittencourt, etc.) até que toda a extensão do espaço produzido formalmente da primeira légua se constituísse em área central da Região Metropolitana de Belém (CARDOSO; NASSAR, 2003).

Eram novas demandas para ocupação do solo da cidade de Belém ao longo da extensão da primeira légua patrimonial, enquanto o centro consolidava e transformava sua infraestrutura e fisionomia, as demais áreas abrigavam novas tipologias arquitetônicas.

2.2 ERNESTO CRUZ: BELÉM, ARQUITETURA E TRADIÇÃO

As mudanças, como visto, despertavam reações, como o choque entre as paisagens do passado e do presente, o tom nostálgico sobre os tempos que se foram, levando os vestígios materiais e imateriais por culpa da consolidação do momento presente, algo também observado no início dos anos 1970 por Ernesto Cruz:

> [...] Bom espaço de tempo para julgarmos o progresso arquitetônico da capital do Estado do Pará, da mudança constante e nem sempre feliz ou apropriada das denominações das ruas e aberturas de novos caminhos, como tem ocorrido [...]. (CRUZ, 1971b, p. 4).

Nesse trecho, Cruz (1971b) aponta as transformações arquitetônicas urbanas pelas quais Belém passou ao longo do intervalo de tempo tratado no livro "Edificações de Belém: 1783-1911", assim como na sua contemporaneidade. O historiador demonstra certa insatisfação com as atuais mudanças no traçado da cidade, sobretudo com a substituição dos nomes das vias e espaços públicos. Esse descontentamento vinha sendo expresso desde os anos 1940, no artigo publicado em "A Província do Pará" denominado "Ruas da Cidade: confrontos e contrastes", em que tratou das substituições dos nomes das vias de Belém, referindo-se a algumas dessas substituições, como "trocas irreverentes dos administradores municipais, sem o menor respeito à tradição" (CRUZ, 1947, p.7).

O sentimento de transformação da cidade alimentava seu empenho no resguardo dos objetos e espaços públicos que pontuavam/pontuam os estratos históricos. Em meio a essa afetividade nostálgica com a cidade, com as paisagens de uma Belém que se perdera na transformação intrínseca ao tempo, a tentativa de Ernesto Cruz de descrever e transmitir a urbe de outrora coloca referenciais e as múltiplas formas de se abordar a temática cidade no cerne da questão.

Os escritos do historiador entrecruzam-se e dão suporte para olhar a cidade de Belém sob sua perspectiva, auxiliando a adentrar na dimensão cidade-arquitetura-tradição. Com essa finalidade, retomam-se alguns livros, assim como artigos publicados no jornal "A Província do Pará" entre os anos de 1920 e 1970 – com a temática, não necessariamente seguindo o rigor da ordem cronológica das produções, mas pautando as escolhas na evocação feita pelo historiador sobre como a paisagem de Belém e os aspectos que estruturam sua historicidade foram forjados.

Reis Filho (1978) elaborou referências básicas de como a Arquitetura brasileira se constituiu em relação às estruturas urbanas, conjuntamente com as "condições de

evolução social e cultural do Brasil" até a primeira metade do século XX. Ao sistematizar o fenômeno arquitetônico, ele o faz discorrendo sobre a relação lote x arquitetura, destacando uma ideia de evolução e adaptação arquitetônica nesses espaços, para depois convergir aos aspectos formais dessa arquitetura. As adaptações e os modelos formais são frutos da demanda de um determinado momento histórico.

As características das primeiras vilas e cidades que margeiam a costa brasileira, constituídas pela colonização portuguesa no Brasil iniciaram-se nas fortificações, assim consideradas como ponto de partida para a consolidação dos espaços-gênese das cidades. As vilas e cidades cresceram à sombra das fortificações, plasmadas, inicialmente, pelas marcações das ruas, a divisão dos lotes e, posteriormente, as edificações que configuravam o traçado dos logradouros.

As descrições tradicionais de Reis Filho (1978) sobre esse processo, o qual se reproduziu, com as devidas particularidades, nas colônias portuguesas, pode ser observado nas descrições do "Desenvolvimento da Colônia", que Ernesto Cruz faz no livro "Noções de História do Pará" (Figura 15), sua primeira publicação com a temática histórica.

Figura 15 – Capa do livro "Noções de História do Pará", de 1937, adotado na rede primária de ensino do estado

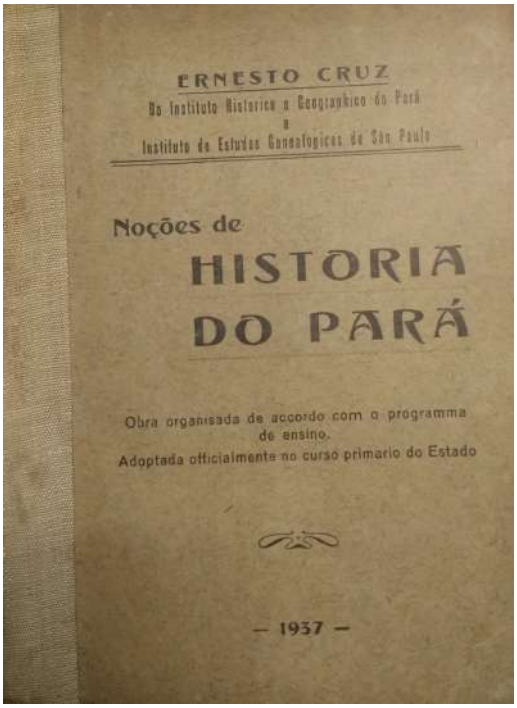


Foto: Dinah Reiko Tutyia (2022)

Ele trata do pretenso surgimento de Belém com a chegada da expedição de Francisco Caldeira Castelo Branco, em 12 de janeiro de 1616, nomeada inicialmente de Feliz Lusitânia e apontando para o ponto de partida da formação da cidade, o fortim denominado de Presépio de Belém. Não foi apenas Cruz quem escreveu a História de Belém dessa forma, centrado na gênese da colonização portuguesa como o grande marco da nação, como visto no capítulo anterior, esse era um modelo recorrente e atrelado ao IHGB e suas congêneres nos estados brasileiros.

O pequeno núcleo que despontou dentro da fortificação passa a ser palco dos fatos tratados pelo historiador ao longo do processo que ele chamou de "colonização do Pará" (CRUZ, 1937), marcado pelas guerras travadas entre os colonizadores e os nativos. Nesse livro, Belém aparece como cenário para os acontecimentos que avançam da adesão do Pará até a República. Segundo Cruz (1937), na estruturação da colônia, os colonos viviam no interior do Forte do Castelo e, após a chegada de Bento Maciel Parente, iniciou-se a configuração dos primeiros traçados da cidade.

> [...] a primeira rua aberta no emmaranhado da matta adjacente, foi a rua a RUA DO NORTE, hoje Siqueira Mendes e que 'ficava paralela á margem do Rio na direção NORTE-SUL e terminava na residência de Bento Maciel, edificada no logar onde se encontram, ainda hoje, a egreja e o convento do CARMO, e que por esse facto passou a chamar-se LARGO DO CARMO. Outras ruas succederam á primeira, como a do ESPIRITO SANTO, hoje Dr. Assis e dos CAVALLEIROS, hoje Dr. Malcher [...] (CRUZ, 1937, p. 22).

Cruz (1937) passa a descrever a fisionomia daquela Belém do século XVII, em que o modelo de implantação da estrutura urbana seguia as coordenadas da Coroa. De caráter descritivo, o historiador faz uma breve incursão sobre o núcleo físico da recém-fundada Feliz Lusitânia, na qual "o povoado contava com várias travessas e praças" (CRUZ, 1937, p. 22), dentre elas, ele delimita uma área e pontua elementos importantes da paisagem colonial, como a rua do Norte, a atual rua Siqueira Mendes, paralela ao rio Guamá, além das paralelas, a rua do Espírito Santo e a rua dos Cavaleiros.

Dentro dessa trama urbana, estava a casa de Bento Maciel, que dera lugar para as construções dos carmelitas, um convento e uma igreja, no que termina por constituir o Largo do Carmo. Esse imaginário da casa, das ruas, do forte, da igreja, do largo, da cidade colonial retratados em sua primeira publicação, constituirão o acervo de elementos tradicionais e que irão ser alimentados de valores culturais que estarão presentes em seu

discurso preservacionista, tanto nas publicações quanto nos processos de tombamento do SPHAN.

É importante destacar que a materialidade, os fatos e vultos históricos, sobretudo do imaginário de um período colonial brasileiro trabalhado por Cruz, auxiliam a consonância discursiva entre o historiador e o SPHAN na atribuição de valores aos bens materiais daquele período.

Nesse escrito, o "Historiador da Cidade de Belém" aponta as edificações existentes naquele século XVII: a Igreja do Carmo e a de São João Batista, mandada construir por Bento Maciel Parente em taipa, sendo posteriormente reconstruída "em pedra e cal em 1772" (CRUZ, 1937, p. 22), e cujo projeto arquitetônico tem a autoria do arquiteto italiano Antonio Landi:

> Antes (1619), haviam os colonos levantado no local onde está hoje edificada majestosamente a Cathedral de Belém, o templo mais artístico do Norte, uma ermida sob o orago de Nossa Senhora da Graça. (CRUZ, 1937, p. 22).

Em "Noções de História do Pará", a Catedral da Sé recebe um pequeno destaque, com a valoração de sua significância artística perante os demais objetos arquitetônicos citados pelo autor. Ruas, travessas, largos, igrejas, edifícios públicos e privados são elementos significativos na narrativa do historiador e foram escolhidos para configurar a paisagem da cidade do período colonial de Belém.

Segundo Reis Filho (1978), as vilas e cidades nos séculos iniciais de colonização portuguesa apresentavam sua configuração constituída simbolicamente pela presença do espaço-praça, e era ao redor dele que estavam localizados os poderes da Coroa portuguesa, com as tipologias da arquitetura oficial, a arquitetura religiosa e a arquitetura de seus colonos, denominada de Arquitetura civil. Os remanescentes desses modelos são os objetos tombados nos anos iniciais pelo SPHAN, a arquitetura em pedra e cal constituiu o imaginário de uma tradição nacional institucionalizada ao longo da trajetória daquele órgão no século XX.

No que tange à descrição pormenorizada da arquitetura, assim como da cidade, ela é elemento coadjuvante da narrativa histórica de Ernesto Cruz, por exemplo, no século XIX, o autor visibiliza os eventos significativos da História do Pará e da cidade de Belém, assim como as referências à arquitetura permanecem pontuais, como se observa no capítulo em que trata da Revolução Constitucionalista de 1821.

Cruz, ao tratar do motim de 1º de janeiro de 1821, organizado por Felipe Patroni para a adesão do Pará à promulgação de uma constituição que garantiria as mesmas leis e os mesmos direitos para Portugal e Brasil, relata:

> [...]Enthusiasmado com esses propósitos, o universitário de Coimbra, paraense Filippe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, embarcou em Lisboa para **Belém** a bordo da galera lusitana NOVA AMAZONAS, aqui chegada a 10 de Dezembro de 1820 [...]. (CRUZ, 1937, p. 43, grifo nosso).

> [...] como acontecia habitualmente todo o dia primeiro de cada Mês, realizava-se, **no largo do Palácio do Governo**, a revista da tropa, á qual compareciam todos os regimentos de infantaria, corpo de artilharia e esquadrão de cavalaria aquartelados na cidade [...]. (CRUZ, 1937, p. 44, grifo nosso).

> [...]Triumphante a revolução, subiram os chefes militares, coronéis Villaça e Barata, **as escadarias do Palácio do Governo**, sendo recebidos por dois membros do governo de Sucessão e vários funcionários civis" (CRUZ, 1937, p. 45, grifo nosso).

Nos fragmentos acima, Belém é o ponto geográfico de desembarque, o destino de Felipe Patroni para a organização de seu motim, não há caracterização da paisagem da cidade, assim como nos outros dois excertos, do mesmo texto, o espaço público do Largo do Palácio do Governo e o elemento da edificação, a escadaria, também pontuam a localização por onde ocorre um episódio relevante, na perspectiva do historiador. Destaca-se que o Largo do Palácio é analisado anos depois sobre a perspectiva da mudança de nome dos logradouros de Belém, e o Palácio dos Governadores figurará dentre os objetos de estudo e de luta para tombamento.

Vale citar também as fortificações, mesmo que o fato não tenha ocorrido em Belém, mas são destacadas pelo historiador como ponto referencial de um combate do século XVII, com pequena observação do estado de sua integridade física, o exemplo a seguir trata da batalha de expulsão estrangeira do atual estado do Amapá:

> [...] não estava porém acabada a guerra. No forte de CAMAÚ, os ingleses do comandante Rogero Fray estavam cuidadosamente preparados para rechaçar qualquer ataque das forças luso-aborigenes [...] a fortaleza de CAMAÚ, após violentíssimo assalto, foi reduzida a cinzas.[96] (CRUZ, 1937, p. 26).

[96] O Forte de Cumaú estava localizado no estado do Amapá, mais precisamente na foz do Igarapé da Fortaleza.

Tal relação com a cidade e sua materialidade ganha outra perspectiva nos escritos de Ernesto Cruz a partir dos anos 1940, dois livros são significativos dessa época: “Belém: aspectos geo-sociais do município” (1945) e “Monumentos de Belém” (1945), além de alguns artigos publicados no jornal “A Província do Pará” entre 1947 e 1948. Essas fontes, diferente da produção dos anos 1920 e 1930, despontam para uma construção da significância cultural do “Historiador da Cidade de Belém”, para com a materialidade histórica da cidade, em que algumas dessas materialidades configuraram o patrimônio institucional nacional, o qual Ernesto Cruz passa a ter contato direto, sob a perspectiva patrimonialista, a partir de 1946.

O livro “Belém: aspectos geo-sociais do município”, nas suas primeiras páginas, em sua dedicatória, traz o sentimento de admiração que Ernesto Cruz carrega por dois governantes que atuaram no estado do Pará, sobretudo em Belém: o presidente da província em 1848, Jerônimo Francisco Coelho; e o interventor-coronel Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, contemporâneo à data da publicação do livro.

A dedicatória aos dois sujeitos deixa registrada a intencionalidade do historiador, que ultrapassa o cunho político, com o então interventor do estado – o qual ao longo de sua vida, Ernesto Cruz estabeleceu laços de proximidade. Há em meio ao discurso político, um discurso afetivo para com o espaço da cidade, produzido e embelezado pelo presidente da província, perceptível quando o historiador discorre sobre os motivos de sua admiração por Jerônimo Francisco Coelho:

> [...] não se limitava ao expediente burocrático do Palácio. Sempre que os encargos públicos permitiam, lançava mão dos seus instrumentos topográficos e ia pessoalmente levantar as plantas das ruas [...] planejava melhoramentos. Fiscalizava com a sua presença as obras provinciais e municipais. Protegia e estimulava as artes e os artistas. Construiu o cemitério da Soledade – o único da época – determinando os enterramentos deixassem de ser feitos nas igrejas, como de costume. Arborizou o largo da Pólvora. Abriu, a partir do arraial de Nazaré, as ruas e travessas, que constituem hoje o aprazível bairro do Umarizal [...] Criou a Guarda Campestre para a defesa dos parques e jardins. Construiu quartéis. Remodelou e deu eficiência aos fortes da província. Embelezou o litoral construindo várias braças de muralha no cais do porto [...] (CRUZ, 1945a, p.12).

O historiador, ao elencar o trabalho de Jerônimo Francisco Coelho, termina por escolher lugares de Belém, os quais passam a estabelecer valores diferenciados, a ter significância cultural em virtude da relação de admiração de Ernesto Cruz para com as ações do presidente da província. Assim, a afetividade estabelecida com um espaço

público da cidade e a materialidade histórica advêm de alguns aspectos ou da soma de todos eles: a trajetória histórica dos sujeitos, a trajetória histórica dos sujeitos envolvidos na criação ou a transformação dos espaços públicos, da arquitetura e monumentos; do juízo de valor de terceiros sobre um espaço público ou sobre a materialidade histórica que pontua a cidade.

Dessa maneira, o Cemitério da Soledade, o antigo Largo da Pólvora e sua ambiência com a arborização, dentre outros objetos e espaços de Belém, passam a ter atributos adicionais na perspectiva de Ernesto Cruz. O Cemitério Nossa Senhora da Soledade, por exemplo, é um tema aprofundado em um artigo de março de 1947, na "Província do Pará", com Cruz discorrendo sobre a construção do espaço público, destacando os vultos que ali se encontram sepultados e enfocando seus feitos históricos: "[...] dois belos túmulos do Cemitério da Soledade. Um deles o da esquerda é o do chefe de esquadra Pedro da Cunha, que comandou a esquadra imperial contra os cabanos...[...] (CRUZ, 1947, p. 9). A narrativa também enfatiza o conjunto arquitetônico como as somas de elementos artísticos, a exemplo dos elementos tumulares, o gradil, o pórtico de entrada, elementos integrados como mosaicos e ainda as devoções populares.

Em "Belém: aspectos geo-sociais do município", o autor faz uma incursão com maiores detalhes descritivos da evolução da Belém colonial, sobre a infraestrutura e mudanças da cidade. Ernesto Cruz, em determinados excertos, faz uma narrativa de construção e ações imaginárias da/na cidade:

> O forte do Castelo foi o ponto de partida para o desenvolvimento da colônia, fundada com o desembarque dos portugueses, a 12 de janeiro de 1616. Do interior da Praça das Armas, que se estendia por largo espaço, saíram os desbravadores do povoado. Denso arvoredo cansava o colono no seu permanente trabalho de penetração. Mas não desanimava (CRUZ, 1945a, p. 31).

> Já estavam cortadas as primeiras ruas. Todas paralelas ao rio. Os caminhos transversais levavam ao interior do núcleo. Era maior o desenvolvimento para o lado Norte, onde os colonos levantavam as suas casas de taipa, dando começo à construção do bairro que é hoje chamado de Cidade Velha [...]. (CRUZ, 1945a, p. 31).

Os fragmentos de Belém do século XVII, acastelada e explorada pelos colonizadores portugueses, que parece invisível hoje no bairro da Cidade Velha, se constroem aos nossos olhos, naquele livro, a partir de uma descrição quase que literária

– se não fosse os demais trechos da escrita tradicional que se apoiam em referências aos documentos, deixando evidente sua operação historiográfica de Cruz.

O *"*Historiador da Cidade de Belém" coloca-se como um narrador onisciente, conhecedor dos fatos e da trama da colonização portuguesa no Pará, observador não objetivo e não imparcial, sabedor dos sentimentos dos sujeitos históricos, que ao tratar de um suposto colono desbravador, afirma que ele não contava com o desânimo para adentrar e dominar a densa floresta.

Ernesto Cruz trabalha essa narrativa como se estivesse presente, observando as ações da conquista portuguesa e pontua os elementos arquitetônicos que passaram a figurar naquela paisagem da densa floresta, o forte, a praça das armas, as ruas paralelas ao rio e as edificações dos colonos que eram erguidas na tecnologia construtiva da taipa, na malha do pequeno núcleo fundador português na cidade.

Nessa forma de narrativa do historiador, como exposto anteriormente neste trabalho, destacava-se a erudição do corpo formador de intelectuais do IHGP, daqueles que se dedicavam a discorrer sobre a História do Pará. Coelho (1999) enfatizou que a escrita desprovida de formalidades, característica da história política, "revelava uma sensibilidade para a aplicação histórica", de saber contá-la, particularidade que proporcionava a Ernesto Cruz, a leveza da crônica. Segundo Coelho (1999), nos estudos monográficos do "Historiador da Cidade de Belém", vê-se uma combinação de memória e a história antes referida, apresentada de maneira informal, em muitos momentos, como observado no excerto sobre o desenvolvimento da Belém colonial.

A informalidade da narrativa e a experiência com Belém por meio de sua vivência e da pesquisa histórica informam uma dimensão afetiva de Ernesto Cruz para com os lugares e os objetos, arquitetônicos e escultóricos construídos ao longo do tempo, os quais alguns irão figurar nos processos de tombamento no período de sua atuação no SPHAN.

O Cemitério de Nossa Senhora da Soledade, as ruínas do Engenho do Murutucu, as rocinhas e os solares foram objetos que estiveram nas páginas do jornal "A Província do Pará" no ano de 1947. Observa-se que nos livros havia uma limitação temática e de conteúdo no que se refere aos objetos arquitetônicos, fato esse que nos jornais não ocorria. A arquitetura, enquanto tema de artigo, era tratada com mais profundidade, tomando como exemplo, "Rocinhas e solares de Belém", artigo de abril de 1947 publicado no jornal "A Província do Pará", nesse texto o título demonstra uma temática incomum para um historiador autodidata, porém a atuação no SPHAN no ano de 1946 passa a influenciar

os escritos de Cruz, visto que havia demandas de pesquisas históricas sobre algumas edificações da cidade, como será demonstrado no capítulo 3.

Neste artigo, Ernesto Cruz constrói o valor histórico e arquitetônico das rocinhas e solares para Belém, os quais estavam pautados em tempo decorrido – dois séculos, da data de publicação do texto e a validação dessa arquitetura a partir das menções, sobretudo de cientistas estrangeiros ao longo do século XIX às construções.

Alfred Russel Wallace, Louis e Elizabeth Agassiz e Pedro Vicente de Azevedo, o então presidente da província, deixaram descrições sobre esse modelo de edificação, presentes em espaços da cidade e que, segundo o historiador, "deram feição original á cidade, não escapando essa particularidade a observação dos cientistas [...]" (CRUZ, 1947, p.7).

Cruz afirma que esses modelos de construções, soltas no grande lote, deram-se no processo de interiorização do assentamento da população ainda no período colonial. As rocinhas, na perspectiva do autor, foram possíveis pelo pequeno número de habitantes e grandes áreas disponíveis, utilizando para essa afirmação, informações do padre Antônio Vieira. Acrescentando nesse pequeno passeio histórico, dois solares: o primeiro do Barão de Guamá, que fora construído onde havia uma rocinha, na "estrada de Nazaré"; e um segundo solar, pertencente à família de Domingos Antônio Raiol,

> [...] é, pelo seu valor arquitetônico e histórico, um dos "Monumentos de Belém". Está tombado no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Pertenceu, primitivamente, ao Visconde de Arary, passando depois, a do Barão de Guajará. Ali estava a sede de uma sociedade cívica do século XIX. Nos seus salões reuniam-se as famílias nobres da terra, para as tertúlias espirituais, tão do gosto da época (CRUZ, 1947, p.7)

Observa-se que o historiador elenca os objetos arquitetônicos a partir de personalidades que habitaram as edificações, ou seja, figuras ilustres da classe abastada da sociedade paraense. Essa fala de Cruz indica seus sujeitos significativos, os quais contribuem para valorar os objetos, os colocando em uma categoria diferenciada de arquitetura e que deveriam ser resguardadas tanto por a quem/que serviu o imóvel, quanto por sua trajetória de uso ao longo do tempo. Somava-se a esse fator, o valor arquitetônico, o qual estava ligado à características coloniais da obra, como as arcadas e a azulejaria:

> Dentro daquele solar imenso, que evoca nos seus azulejos, nas suas arcadas e no seu traçado colonial, todo o fastígio de uma época, a nossa imaginação perde-se em conjecturas. Ali vive, ao contacto de nossas mãos, um conjunto do passado. Aquela casa resistiu á transformações que os séculos operam.

> Chegou aos nossos dias apezar das inclemências da natureza e do indiferentismo das gerações. Com as rocinhas, o solar do Barão de Guajará, é uma reminiscência dos idos coloniais (CRUZ, 1947, p.7).

Os solares, os sobrados, assim como as rocinhas, eram habitações que pertenciam a uma classe favorecida da sociedade de cada contexto. A esses objetos são atribuídos os valores histórico, estético e artístico atrelados ao período colonial brasileiro, e a todo momento, o colonial recebe destaque como um pretérito significativo para se resguardar. Fato condizente com o discurso do SPHAN, como abordado por Chuva (2017), ao tratar da institucionalização da preservação patrimonial na primeira década de criação daquela instituição, evidencia a operação da construção do patrimônio nacional por parte do quadro de funcionários e os discursos associados aos objetos que representariam a arquitetura dita tradicional e autêntica brasileira. É dentro dessa discussão que se encontra a elevação do universo do passado colonial e determinados modelos arquitetônicos atrelados a esse período da história brasileira como representantes tradicionais do patrimônio nacional.

Ainda sobre o texto "Rocinhas e solares em Belém", nota-se o ressentimento, por parte do historiador, daquelas arquiteturas com todos os valores que ele as atribuiu, resistirem às transformações da cidade e não tenham sido admiradas ao longo do tempo por parte da população. Porém, ao final desse artigo, Ernesto Cruz faz uma ponderação quanto à falta de apreço aos solares:

> [...] enquanto, porém, as rocinhas desapareceram dos nossos hábitos, cedendo logar ás construções modernas, o que encheria de prazer o coração da senhora Elizabete Agassiz, os solares, como o da família Raiol, começaram a despertar a admiração pública. É a reverencia pelo passado que se faz sentir. Tanto e de tal modo, que quando defrontamos com uma dessas fachadas seculares, descobrimo-nos, como se aquelas portas fossem a entrada de um templo. (CRUZ, 1947, p.7).

A fala do historiador aponta um despertar de interesse, de reverência para o Solar do Barão de Guajará, edificação que comportava/comporta o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, possivelmente, essa atitude era por causa da instauração do processo de tombamento da edificação em 1943, por parte do SPHAN, sendo tombado em 1950[97].

[97] Sobre os processos de tombamentos, observaram-se em dois casos que não houve um entendimento exato sobre o trâmite do procedimento até o ato final de tombar. No caso do Solar do Barão de Guajará, em 1947, Ernesto Cruz trata o imóvel como tombado, sendo que seu tombamento ocorre apenas em 1950, segundo o a lista de bens do IPHAN. Outro caso é o referente ao Solar do Barão de Japurá, em carta trocada com a direção nacional, Cruz encaminha seu artigo publicado em "A Província do Pará", em 1969, no qual

Os artigos de Cruz no jornal imprimem um discurso de convencimento sobre a salvaguarda das edificações de Belém que incute valores históricos, estéticos e artísticos necessários e que deveriam ser resguardados para que a população pudesse reverenciá-los.

Observa-se que nas publicações do período sobre arquitetura ou sobre aspectos da cidade havia uma tentativa de inventar uma tradição contemplativa dos monumentos, ação que poderia ser usada para legitimar a instituição patrimonial, a qual tinha em Ernesto Cruz seu representante oficial no estado, naquela década de 1940, quando a figura de um delegado do patrimônio, segundo o termo da época, vinha sendo consolidada.

Chuva (2017), ao tratar do aparato legal para que o Decreto Lei n. 25/1937 se consolidasse, para que fosse absorvido pela sociedade, menciona que o suporte dos agentes para o processo de legitimação e consagração do decreto fora fundamental. Os anos iniciais da ação do SPHAN foram os anos que os técnicos da instituição empenharam-se em ações de legitimação do patrimônio por meio do Decreto Lei n. 25, consequentemente, de consolidação do órgão, que tinha pouco reconhecimento perante a sociedade, que estava fora do alcance de suas atuações, seja por não se relacionarem diretamente com imóveis tombados ou passíveis ao tombamento, seja pela ausência de representantes locais em todos os estados brasileiros ao longo da primeira metade do século XX.

No que tange ao processo de transformação de Belém, no final dos anos 1940, percebe-se que a modernização é citada como causadora do desaparecimento das rocinhas. Esse modelo arquitetônico será mencionado nos trabalhos de Ernesto Cruz que tratam da arquitetura da cidade, demonstrando o seu apreço às construções e como observado no artigo, elas eram “estruturas tradicionais” que pontuavam/pontuaram a paisagem da cidade (CRUZ, 1947, p. 7).

A modernização, por sua vez, abria caminho para a transformação do tecido que guardava edificações e espaços públicos latentes nas memórias do historiador, que ao tratar desses objetos, algumas vezes intercalava fatos históricos às suas memórias afetivas, como no livro “Edificações de Belém”, ao discorrer sobre aspectos da cidade e da arquitetura nos relatórios de Antônio Lemos entre os anos de 1897 a 1908, sobretudo as alterações impostas por legislações, destacando os tipos de morada da época, como as “puxadas” (CRUZ, 1971, p. 78). Segundo Ernesto Cruz, esses eram modelos porta-

---

afirmava que o Solar estava com um tombamento provisório, porém, ele recebe uma explicação do diretor Renato Soeiro, o qual evidencia que a edificação não estava enquadrada nessa categoria (SOEIRO, 1969).

janelas, amplos, com um corredor lateral e uma sucessão de quartos ao lado oposto, com a presença de um quintal e, às vezes, jardim, quando eram executadas com afastamento frontal do passeio público. O autor afirma que as 'puxadas' substituíram, guardadas as devidas proporções, as rocinhas e eram construídas principalmente nos subúrbios, relatando que nas primeiras décadas do século XX, quase em todas as ruas do Umarizal, estava presente uma 'puxada', considerando-as como edificações preferidas. Pontuando, porém, que a intendência de Lemos travava uma luta contra esse modelo arquitetônico:

> [...] neste Relatório, queixava-se o Intendente de Belém da permanência em diversas áreas da cidade das casas de **PUXADA,** que classificava de verdadeiras estufas – "impostas pelos primitivos construtores lusos e aceitas com sôfrego açodamento pelos capitalistas ambiciosos". Nós moramos no ano de 1927, numa **PUXADA** construída na rua **BOAVENTURA DA SILVA** entre a avenida **VINTE E DOIS DE JUNHO** e a travessa **QUATORZE DE MARÇO**. A casa deixou-nos boa recordação. Era ampla, largo corredor, quatro cômodos quartos, e demais dependências bem construídas. Não era uma **estufa**, porém bem ventilada, com amplo quintal e a área de frente para jardim. Não diferia das demais **PUXADAS** então existentes na capital. Por isso não compreendemos nem aceitamos as conclusões do Intendente Lemos, sobre aquêle sistema de moradia (CRUZ, 1971, p.132, grifo do autor).

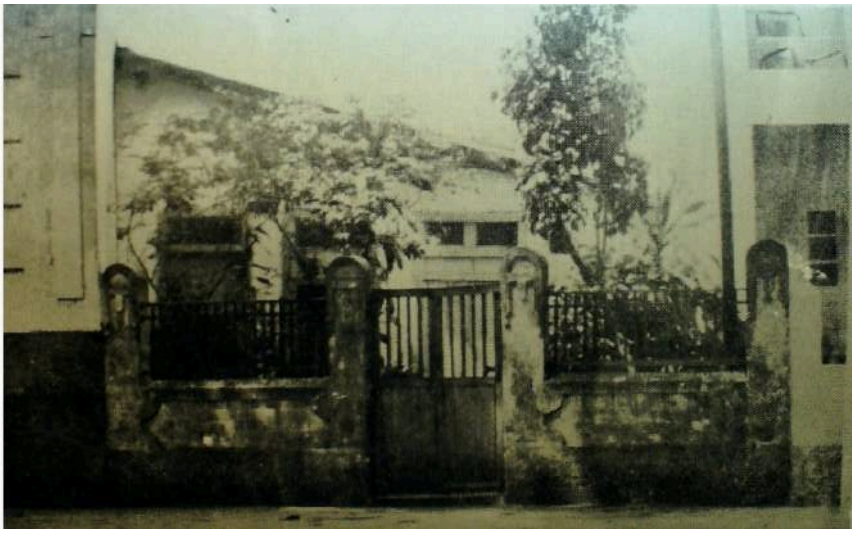
O "Historiador da Cidade de Belém" refuta as críticas de Antônio Lemos sobre "puxadas" e no excerto, ele retoma suas memórias de 1927, quando habitou nesse tipo de morada, que segundo a sua perspectiva, era eficiente quanto ao conforto térmico. Vale destacar o atrelamento que o autor tenta fazer entre as antigas rocinhas e as 'puxadas', essas mais modestas que aquelas, mas que dotadas de artifícios, proporcionavam boa habitabilidade ao clima amazônico. As puxadas, por substituírem as rocinhas, podiam carregar uma versão modesta da tradição da arquitetura local, que insistia em resistir nas vias da cidade mediante a modernização do espaço urbano e suburbano. O valor atribuído por Cruz a esses objetos era um valor de afetividade.

A figura 16 foi publicada no livro "Edificações de Belém" para ilustrar o modelo de 'puxada' existente na cidade, em sua legenda o autor menciona que o muro de cimento substituiu uma cerca de acapu, exigência da Prefeitura Municipal, e ainda destaca aspectos arquitetônicos da casa, como o corredor lateral de acesso ao quintal que possuía árvores frutíferas.

Essa obra de Ernesto Cruz é significativa para entender seu olhar e os valores atribuídos para os elementos edilícios do tecido de Belém, uma vez que ao longo do texto, sua narrativa mistura comentários pessoais sobre as edificações e as transformações da

cidade, construindo assim um conjunto arquitetônico simbólico. As escolhas para figurarem nessa publicação permitem perceber que o olhar de Cruz estava focado em uma Belém além das edificações resultantes do processo de embelezamento e higienização do período lemista, mas que também estava pontuada por aquilo que vinha sendo refutado ou apagado pelo processo de modernização da cidade no percurso até o início da década de 1970.

Figura 16 – Foto no livro "Edificações de Belém" utilizada para ilustrar uma modelo de 'puxada' localizada na avenida Generalíssimo Deodoro esquina com a travessa Antônio Barreto



Fonte: Cruz (1971b)

Assim como as puxadas, os sobrados foram ressaltados na obra, Ernesto Cruz tinha para com essas edificações uma memória afetiva por ter residido em exemplares de sobrados. No caso desse modelo, há uma foto, no mesmo livro, do conjunto "Asilo Padre Guido" (Figura 17), constituído por casas geminadas, nas quais o autor ancora suas lembranças de infância:

> Antigas casas de sobrado situadas na rua DR. ASSIS (BAIRRO DA cidade, agora CIDADE VELHA), ocupadas atualmente pelo ASILO PADRE GUIDO DEL TORO, antes chamado ASILO BOM PASTOR. No primeiro dêsses sobrados morou em 1907, o autor desta obra, numa das idades mais deliciosas da existência – os OITO ANOS – que o poeta cantou, dizendo das saudades que teve da AURORA DA SUA VIDA... (CRUZ, 1971b, p.140, grifo do autor).

Ernesto Cruz ao divagar em suas lembranças, retomando pontos do passado, remete a Vernant (1990), que ao tratar sobre os aspectos míticos da memória refere-se às figuras da idade arcaica, como o aedo e o adivinho. O primeiro, possuído pelas Musas,

torna-se o intérprete de *Mnemosyne*, a deusa Memória, e se volta ao passado. O adivinho, inspirado por Apolo, responde ao futuro, já que ambos têm em comum a vidência. O poeta, por sua vez, tem o poder de estar presente no passado e ao fazê-lo, volta-se à idade heroica, ao tempo original, e assim pode narrar. O ato de rememorar o faz esquecer os males do tempo presente, à memória associa-se o esquecimento. Essa é a síntese de uma das imagens de memória da aurora da civilização grega ligada às confrarias de aedos, retomada por Vernant (1990).

É possível fazer uma associação entre os antigos poetas e as pessoas que narram, em sua contemporaneidade, o seu passado individual. Cruz, ao ancorar suas lembranças nas edificações, age como poeta, sobre a inspiração dos locais os quais residiu e o colocam em contato com o passado em suas distintas épocas. A evocação aos tempos pretéritos transparece ao longo do texto, a Cidade Velha e sua infância feliz no sobrado, a puxada como morada agradável, com bom conforto térmico. Tais lembranças permitem ao historiador sugerir o enquadramento dos modelos arquitetônicos dentro de uma tradição na cidade, pautado em sua memória afetiva, assim como no tempo decorrido da obra e na possível eminência de seu desaparecimento ante a modernização dos espaços da cidade.

Figura 17 – Foto no livro "Edificações de Belém", mostrando a vista do conjunto de sobrados localizados na Cidade Velha. Segundo Ernesto Cruz, o primeiro fora sua habitação quando tinha 8 anos de idade



Fonte: Cruz (1971b)

O SPHAN, quando fundado, propagava um discurso que direcionava a seleção de bens imóveis e móveis a serem resguardados, sendo que a narrativa dos anos iniciais, especificamente 1937, esteve associada ao período da direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Tal conjunto, como citado anteriormente, deveria representar a cultura

brasileira e tinha que ser autêntico e tradicional. Nesse sentido, essa identidade nacional, institucionalizada, segundo Gonçalves (1996), foi fruto das narrativas de intelectuais nacionalistas, assim como de outras categorias sociais que autenticavam suas afirmações nas escolhas de objetos para tombo.

Gonçalves (1996) afirma que no período da direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, 1937 até o final dos anos 1970, fora formulada uma concepção de patrimônio histórico e artístico nacional atrelado a uma ideia de tradição:

> vista como um objeto de conhecimento científico, histórico; e, ao mesmo tempo, como uma fonte de autenticidade pessoal e coletiva. Ela tem de ser descrita e explicada em termos científicos, racionais, ao mesmo tempo em que deve ser resgatada e defendida como fonte de identidade cultural brasileira (GONÇALVES, 1996, p. 44).

Nesse sentido, segundo o autor, o conjunto patrimonial era dotado de nacionalismo e resultante de um conhecimento técnico-profissional embasado em pesquisa e difundido pela instituição patrimonial, por meio dos agentes e pelas publicações da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Pode-se considerar que havia um controle sobre o discurso, já que apenas alguns agentes estariam aptos a proferi-lo[98].

Hobsbawn e Ranger (2015, p. 9), ao discorrerem sobre tradições, consideram "tradição inventada" como um conjunto de práticas

> reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. (HOBSBAWN; RANGER, 2015, p.8).

Pode-se operar o entendimento da tradição inventada para as práticas de escolhas de bens do SPHAN nas décadas iniciais de tombamento, a partir do ato de tombar, pois um dos seus objetivos era o estabelecimento de uma continuidade com o passado histórico, sobretudo o colonial. Constrói-se a noção de tradição, com a cultura material do período colonial brasileiro, e os sucessivos tombamentos, imersos no discurso de

[98] No capítulo 5 abordam-se os aspectos que tratam do controle do discurso relacionando o lugar hierárquico no qual Ernesto Cruz se enquadrava dentro do dispositivo SPHAN. Entende-se como dispositivo aquilo que Foucault (2014) define como uma rede que engloba discursos, instituições, arranjos arquitetônicos, leis, medidas administrativas etc. É a partir da desnaturalização das ações e discursos presentes na documentação de tombamento da instituição que se pode refletir sobre qual o lugar do representante no dispositivo.

valoração da excepcionalidade, da singularidade e da monumentalidade, terminando por consolidar a valoração de modelos a serem resguardados, passando a serem utilizados como espelho para os demais tombamentos.

Segundo Chuva (2017), esses ideais foram propagados no Brasil e encontravam nas representações regionais um interlocutor, no caso paraense, ele era Ernesto Cruz. O tradicional, para o historiador, não se encaixava totalmente aos moldes daquilo que o quadro dos intelectuais do órgão, sediado no Rio de Janeiro, propunha para o conjunto nacional de bens. Primeiramente, é preciso considerar que a narrativa de um patrimônio nacional homogêneo fora construída a partir de uma parcela de modernistas, encampados no SPHAN, e esse discurso tendia para universalizar um padrão de bens que estava fora da realidade do Brasil, com sua gama de aspectos culturais presentes em estados e cidades.

Observa-se nos trabalhos de Cruz que, em alguns momentos, seu olhar ultrapassa a monumentalidade estética e/ou a grandeza do fato histórico clamada nos discursos do SPHAN, recaindo – a partir de suas memórias em edificações pelas quais residiu, ou teve contato – em objetos considerados tido como menores, como as 'puxadas', os sobrados e as rocinhas. No caso dos processos de tombamento, destaca-se o exemplo do poço dos jesuítas, na cidade de Vigia, que fora solicitado, junto ao SPHAN, o tombamento, em 1950, ou ainda o empenho para salvaguarda de uma casa térrea na Cidade Velha – ver o quarto capítulo desta tese –, em ambos os casos houve o indeferimento para tombamento. Esse conjunto tido como menor estava no conjunto tradicional de Ernesto Cruz, porém não compatibilizava em sua totalidade aos apelos da equipe técnica da sede.

Voltando para a produção do historiador, na década de 1940, seus artigos na "Província do Pará" montam um repertório de arquiteturas tradicionais, "As ruínas do Engenho Murutucú: uma bela página da nossa colônia", publicado em 1948, traz em seu conteúdo a propriedade do complexo arquitetônico, ao longo do tempo, e os aspectos sobre os trabalhos desenvolvidos naquele espaço. O autor reforça o caráter colonial arquitetônico, relacionando a figura de Antonio Landi ao projeto da capela, assim como ao afirmar que o arquiteto bolonhês: "[...] se tornou famoso pelos desenhos e construções do Palácio do Governo, Igrejas do Carmo, Mercês, Santana e Rosário [...]" (CRUZ, 1948, p. 1). Tal observação, de atrelamento de Landi às demais edificações, contribuía para valoração do conjunto do Engenho Murutucu, que teve seu processo de tombamento iniciado no ano de 1950, sendo tombado apenas na década de 1980.

Vale destacar nesse artigo, o modo como o historiador descreveu sua visitação às ruínas do engenho, que a denomina por “Misteriosas Ruinas”:

> Confesso que fiquei maravilhado com o que meus olhos contemplaram. A capela, desenho de Landi, estava de pé. As suas paredes bem tecidas e modeladas com esmero, estão dominadas pelo apuyzeiro [...] O apuhy tomou conta da velha capela de Nossa Senhora da Conceição. Desmantelou o telhado. Desnudou as paredes. Inutilizou as portas e janelas. O aphuy foi subindo, infiltrando-se planamente com toda a exuberância de sua força. Não teve seiva para sugar. Não copou. Mas deslocou os tijolos, esfrangalhou a massa, pôs abaixo o teto. Ao lado, na que foi outrora a casa de residência, destruiu, com a mesma impiedade. Aquelas ruinas denunciam, apesar de tudo, o gosto e os haveres dos proprietários do Engenho. As arcadas que ornamentam o corredor lateral, são próprias do traçado de um Landi [...] inegavelmente as ruinas do ENGENHO MURUTUCU, são dignas da admiração pública. Ali está uma página da nossa história colonial (CRUZ, 1948, p. 1).

Segundo Cruz, o bom gosto dos proprietários do Murutucu é atestado pelo arquiteto italiano Antônio Landi, que é evocado em vários segmentos do texto, para a atribuição da qualidade artística da obra. A excepcionalidade do conjunto era tão expressiva, artística e historicamente, na visão do historiador, que ele destaca a necessidade de contemplação do passado histórico colonial por meio daquela arquitetura. As ruínas encantaram o olhar de Ernesto Cruz, os remanescentes do passado colonial são narrados em meio à descrição, poética, da força exercida pelo apuizeiro na destruição da construção (Figura 18).

Figura 18 – Foto, com a legenda, divulgada na matéria sobre o engenho Murutucu. Detalhe da fachada da capela, cujo projeto é atribuído a Antonio Landi, entrelaçada por um apuizeiro


A ENTRADA DA CAPELA — Os apuizeiros trançaram as pa redes, envolvendo-as no seu abraço ao mesmo tempo destruidor e protetor

Fonte: Cruz (1948)

Não se deteve o historiador a tratar apenas dos objetos materiais, mas também discorreu sobre a perda da memória histórica, ao escrever sobre as substituições dos nomes das vias de Belém no artigo "Ruas da Cidade: confrontos e contrastes, em 11 de maio de 1947" (CRUZ, 1947, p. 7). Neste artigo, Ernesto Cruz trata das alterações dos nomes das vias de Belém, relacionando as denominações dadas e os contrastes com um momento histórico anterior, por exemplo, ele trata da antiga rua da Boa Vista, que fora aterrada, e na inauguração, o presidente decidiu homenagear D. Pedro II denominando-a "Rua Nova do Imperador", retirando o nome "Boa Vista", que, por sua vez, nos idos coloniais, era conhecida como rua da Praia.

Em 1840, João Antônio de Miranda, presidente da província, alterou o nome da rua onde residia Eduardo Angelim, que segundo Cruz, foi o "chefe famoso da cabanagem" (CRUZ, 1947, p. 7). A mudança consistiu na troca de rua Formosa para 13 de maio, data atribuída pelo historiador ao desembarque das tropas de Francisco José de Sousa Soares de Andrea, o militar que comandou a campanha contra os paraenses, o que "traduzia uma hostilidade a maior de todos os cabanos [...] não podia haver contraste mais chocante" (CRUZ, 1947, p. 7).

Segundo o historiador, a República trouxe novas denominações para as ruas de Belém: a rua Nova do Imperador passou a se chamar Boulevard da República, a rua da Imperatriz virou 15 de novembro, dentre outras.

Outras alterações de nomes são expostas pelo historiador, o qual se refere como trocas irreverentes dos administradores municipais, "sem o menor respeito à tradição" (CRUZ, 1947, p. 7). O autor dá ênfase, enaltecendo as mudanças que objetivavam homenagear os vultos históricos que lutaram pela pátria, como o excerto a seguir, ao apontar para um fato histórico no qual o autor atribuiu um ato heroico: "Santo Amaro' [a rua] toma agora o nome de 'Veiga Cabral', o 'Cabralzinho' que deixou fama na questão do Amapá, tendo merecido por sua atitude patriótica a consagração do povo brasileiro" (CRUZ, 1947, p.7).

As alterações das nomenclaturas das vias e espaços livres públicos da cidade, que eram consideradas equivocadas, ao entendimento de Ernesto Cruz, foram criticadas, não apenas por essa ação deliberada por alguns governantes, o autor também pontuava a ameaça que sofria, aquilo que considerava tradição ante o progresso:

> Dizia Ovidio que o tempo consumia as cousas. Podem as nossas ruas mudar de nome. Algumas, porém, hão de resistir à irreverência dos homens. É através dos séculos, mantem-se nelas a tradição que enfrenta o progresso e não se deixa abater pela picareta dos reformistas. (CRUZ, 1947, p. 7).

A perda da tradição ante ao progresso remete, com as devidas proporções, às abordagens de Walter Benjamin (2009) sobre a cidade, sobretudo ao trato das transfigurações de Paris do século XIX diante das transformações urbanísticas da modernidade. A relação tradição x modernidade atravessa os dois autores, Benjamin e Cruz, que transmitem em seus ensaios observações sobre o processo de obsolescência da cidade, dialogando com a perda da materialidade do passado, assim como da transmissibilidade das tradições. Porém, acrescenta-se que Ernesto Cruz carrega um aspecto dual, mediante a passagem do tempo na materialidade da cidade: ora o sentimento de nostalgia e inquietude, pelas modificações, ora um elogio ao progresso – sobretudo quando se trata de um determinado governo. No início da década de 1970, o autor declara:

> As modificações da arquitetura desta Belém querida, está patente na lembrança de quantos têm vivido o suficiente para acompanhar a trajetória imponente e impressionante do progresso da capital paraense. Os conjuntos residenciais; a facilidade proposta aos compradores pelas agências financiadoras; o governo federal construindo órgãos especializados, casas para o funcionalismo; os governos do Estado e do Município acompanhando o exemplo e levantando nas áreas urbana e suburbana edifícios de apartamentos ou de casas modestas,

> mas confortáveis; a iniciativa particular, vem dando aspecto novo à cidade que apresenta feição nova à sombra das antigas mangueiras. A transformação das praças, dos jardins públicos, das ruas, travessas, avenidas, vem ajudando o progresso das edificações modernas (CRUZ, 1971, p. 196).

Nota-se que o autor, neste texto, reverencia o progresso e as mudanças nos espaços da cidade advindas tanto da iniciativa pública nas instâncias municipal, estadual e federal quanto da iniciativa privada. A intenção dele, nesse contexto, era demonstrar a partir de seu livro "As Edificações de Belém: 1783-1911", a demarcação dos contrastes existentes entre passado e presente, apontando para uma evolução da arquitetura na cidade.

No que tange ao universo da tradição em Ernesto Cruz, observa-se que, além de fatos e vultos históricos, algumas passagens de sua obra dão evidências da significância que o período colonial tinha para aquele historiador. Seja em fatos históricos, seja na materialidade cultural gerada pelo período. No excerto abaixo, o historiador estabelece um sentimento de devoção à cidade, na introdução de sua última publicação, "Casas e Palácios do Governo, Residência dos Capitães Mores, Governadores e Capitães-Generais e Presidentes da Província do Pará 1616-1974" (Figura 19), identificando-se, assim o valor dado ao "tempo de origem":

> Tenho ido procurar inspiração no amor que consagro à minha terra natal. Mas os temas e as revelações fui buscá-los no Arquivo Público do Pará e nas Bibliotecas e Arquivos do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Portugal e Espanha. Nesses Estados brasileiros e naqueles países europeus estive para conseguir o que mais próximo e correto está relacionado com as primícias da colonização portuguesa no Pará, a partir do século XVII. O constante manuseio dos manuscritos onde procuro e encontro detalhes, minúcias, dos primeiros tempos da vida colonial paraense, dá-me forças para realizar o meu intento[...] (CRUZ, 1976, p. 9).

Figura 19 – Capa da última publicação de Ernesto Cruz, em 1976, com detalhes fotográficos das edificações tratadas no livro



Fonte: Dinah Reiko Tutyia (2022)

A relação de afetividade com o espaço da cidade que permeia a produção bibliográfica de Ernesto Cruz está intrinsecamente ligada aos documentos oficiais da História do Pará, tal relação se prolonga às edificações da cidade de Belém, lugar onde se desenvolvem os fatos e vultos históricos. O conteúdo do livro, assim como no excerto, deixa claro que a diligência do historiador está voltada à arquitetura da origem do processo de colonização, à manufaturada arquitetônica edificada pelas mãos dos ditos desbravadores.

É importante destacar, neste caso, que a tipologia arquitetônica tratada não é a arquitetura menor, mas a arquitetura oficial, uma arquitetura, na qual vultos da História estiveram hospedados e residiram. Embora no século XVII, a morada fosse uma casa modesta, a relevância histórica dos seus moradores atribuiu o valor para que o estudo desta tipologia despertasse o interesse de Ernesto Cruz.

No livro "Procissão dos Séculos: vultos e episódios da História do Pará" (1952), o "Historiador da Cidade de Belém" traz contribuições para o que Coelho (1990) enquadrou como a *petite Histoire* de Ernesto Cruz. Tal referência é atribuída, devido aos temas abordados, como arquitetura, cidades, costumes, personagens etc. Porém, cabe ressaltar que dentro da variedade temática tratada em 75 pequenos estudos, observa-se

que a maioria dos itens recai nos sujeitos notórios e nas arquiteturas dos palacetes pertencentes aos homens de notoriedade e nos personagens de feitos significativos para a História do Pará.

> No ano de 1879, o cidadão Alexandre Paulo de Brito Amorim, dono de muitos haveres e senhor de grandes iniciativas, resolveu construir, em Belém, um prédio nobre, suntuoso, que seria dos mais notáveis do Brasil, pela estrutura e finalidade (CRUZ, 1990, p. 25).

Em nota, o tema tratado por Ernesto Cruz é "O Palácio de Brito Amorim", o sujeito escolhido é um senhor abastado que decide construir o referido palacete para fins de comércio e serviço no terreno que seria destinado posteriormente ao prédio da Bolsa, na atual Praça do Relógio. O sujeito e a tipologia arquitetônica utilizados para ilustrar o capítulo "Arquiteturas" estão enquadrados dentro da notoriedade da sociedade do período, assim como o lugar do episódio é um espaço aberto público, que ao longo da história de crescimento urbano de Belém ganha relevância simbólica na paisagem. O olhar do historiador se volta para os "fatos curiosos"[99], fora da grande temática institucional do IHGP, porém, ainda assim, predomina nos círculos de poder econômico e político da sociedade.

Em "As Edificações de Belém: 1783-1911" é possível verificar outros exemplos de como Belém e as edificações são dispostas na narrativa histórica de Ernesto Cruz. Segundo Rêgo (1971), no lançamento do livro "Ruas de Belém: significado histórico e suas denominações", em 1970, Cruz proferiu um discurso no Salão Nobre do Plenário do Egrégio no Conselho Federal de Cultura, que tratava da publicação sobre as edificações da cidade, e afirmou:

> [...] nesta obra darei os nomes de todos os proprietários das casas de sobrado, casas térreas, barracas, puxadas, telheiros e palhoças, numeradas ou não; edifícios públicos e igrejas, com a indicação das ruas onde ficavam localizados. Um século do registro das transformações feitas na arquitetura de Belém. Registro histórico da vida paraense, acompanhando as reformas introduzidas através do tempo nas edificações residenciais e nos prédios de propriedade da União, do Estado e Município [...] (CRUZ, 1971b, p. 4).

De acordo com o autor, "As Edificações de Belém: 1783-1911" (Figura 20) é uma continuação de "Ruas de Belém" e sua intenção era constituir três publicações para

[99] A coluna que Ernesto Cruz mantinha no jornal "A Província do Pará" passou a se chamar nos anos 1950, "Fatos e Curiosidades da História do Pará".

discorrer sobre a “evolução da capital paraense”, fazendo assim uma “revelação” da cidade (CRUZ, 1971b, p.7). No caso das edificações, o autor aponta para “as edificações urbanas e suburbanas, seus diferentes estilos e preferencias dos proprietários, no decorrer do tempo” (CRUZ, 1971b, p.7).

Figura 20 – Capa do livro “As Edificações de Belém: 1738-1911”, com a imagem do Palacete Bibi Costa

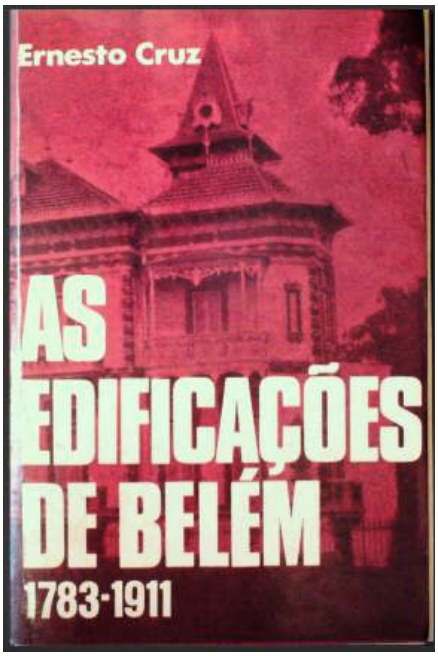


Foto: Dinah Reiko Tutyia (2022)

Nota-se nessa produção que o historiador amplia sua Belém passando a dar visibilidade aos espaços suburbanos, assim como para a gama de estilos, portes arquitetônicos e a classe social dos sujeitos, habitantes das moradas. Dessa forma, desponta para uma Belém com variadas formas arquitetônicas: as casas de sobrado, térreas, telheiros e palhoças ganham destaque dentro do tecido da cidade.

Entende-se por casa térrea, casas de um pavimento; sobrados seriam casas de dois ou mais pavimentos; telheiro e palhoça, não há imagem ilustrativa dessas edificações, e nem descrições, apenas em uma passagem do texto, na qual o historiador atribui a propriedade de edificações na travessa D’água das Flores, antiga Cintra; e posteriormente Pedro Albuquerque:

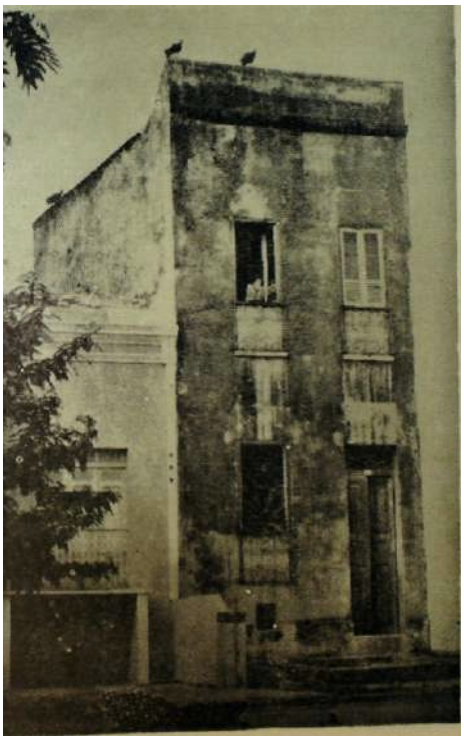
> [...] de concepção tão poética, mas de moradores, na sua maioria modestos, embora alguns proprietários fossem figuras de importância na vida intelectual, social e política daqueles tempos, só encontramos uma casa de **SOBRADO**, pertencente aos herdeiros de João da Silva, que devia ser homem abastado, tanto que conseguiu levantar no seu terreno, edifício que se destacava dos

> demais que eram TÉRREOS, com alguns **TELHEIROS**, construídos, naturalmente, para a renda do aluguel (CRUZ, 1971b, p.255, grifos do autor)

Em nota, telheiro seria uma casa simples, que deveria estar marcada em sua morfologia pela cobertura em telhas. O "Dicionário da Arquitetura Brasileira", de Eduardo Corona e Carlos Lemos, traz as definições para telheiro e palhoça, respectivamente: "[...] nome comum de certas coberturas de telha vã sustentadas por esteios, não havendo paredes de vedação. Alpendre de grande profundidade (CORONA; LEMOS, 1972, p. 447) e [...] casa colmada ou coberta de palha. O mesmo que 'palhota' ou 'palhote'" [...] (CORONA; LEMOS, 1972, p. 356). O excerto traz, além dessa observação sobre o tipo da edificação, o olhar de Ernesto Cruz para com a cidade e o caráter subjetivo de sua narrativa ao descrever a travessa e seus moradores.

As fotografias a seguir foram utilizadas para demonstrar algumas edificações levantadas pelo historiador, que não se deteve apenas em fotografar e apresentar no livro os palacetes e solares mais abastados pertencentes aos "ilustres belenenses" (CRUZ, 1971b, p. 9), mas expôs uma amostra das diferentes habitações presentes e demolidas na cidade.

Figura 21 – Casa com dois pavimentos, do tipo sobrado, destaca-se a escolha do autor por diferentes modelos de edificações não apenas os ricamente ornamentados, mas também edificações mais simples, mesmo que em menor número. Segundo a legenda, essa habitação havia sido construída no “tempo do Intendente Municipal de Belém Antônio Lemos (1905)”, e encontrava-se na travessa Piedade



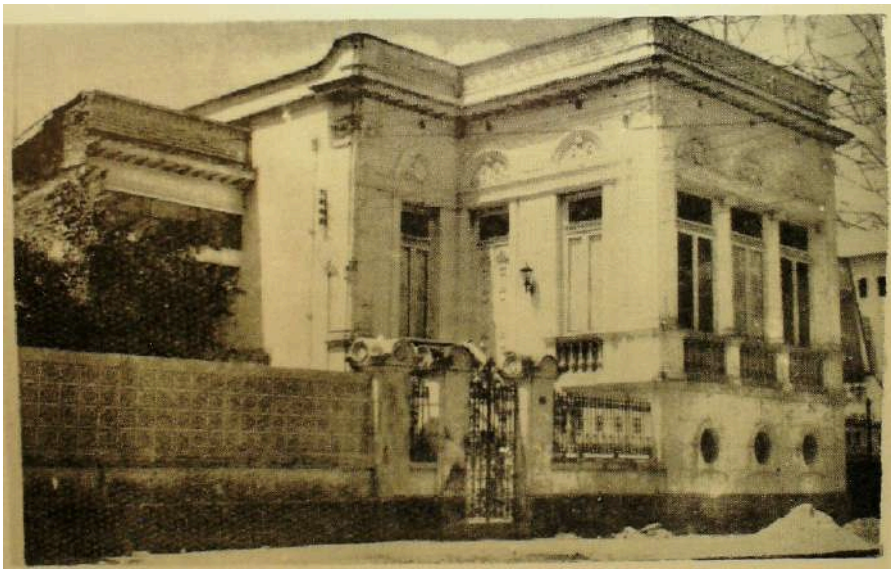
Fonte: Cruz (1971b)

Figura 22 – Casa denominada de sobrado, com dois pavimentos, porão alto e presença de um corredor lateral, localizada na avenida Generalíssimo Deodoro. Esse modelo se diferencia da figura 21 pela ornamentação e localização, estando atrelado à classe social mais abastada



Fonte: Cruz (1971b)

Figura 23 – Dentre as edificações de classe abastada que ilustram o livro, encontra-se este palacete, localizado na travessa Quintino Bocaiuva, segundo Cruz, do início do século XX, construído por A.C. Pina de Melo e de propriedade de José Rodrigues da Silveira. A casa de um pavimento e porão alto, apresenta ornamentos sobre as esquadrias e na platibanda, assim como gradil



Fonte: Cruz (1971b)

Figura 24 – Casa térrea, do tipo porta-janela, na travessa Piedade, entre as ruas Tiradentes e Riachuelo. Na legenda da fotografia, o autor menciona que essas edificações apresentavam, nas janelas, as urupemas "e tapagem de pano de algodão para evitar que os transeuntes, como acontecia nos séculos XVII, XVIII e XIX vissem o interior da casa e as mulheres que lá residiam"



Fonte: Cruz (1971b)

Figura 25 – Fotografia de uma “das antigas Rocinhas”. Segundo o autor, estava localizada na 16 de novembro, “na primitiva estrada do PIRY, depois chamada de São José”, esquina com a rua Óbidos. A casa pertencia, na época, a uma ordem religiosa, que, segundo Cruz, estava demolindo a tradicional edificação. O registro fotográfico foi tirado em 17 de dezembro de 1970



Fonte: Cruz (1971b)

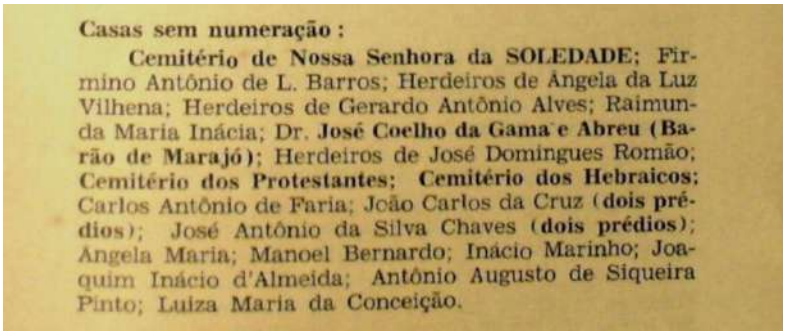
Para o trabalho, o historiador utilizou referências bibliográficas que mostravam indícios da fisionomia de Belém, como Alexandre Rodrigues Ferreira, a partir de 1783 e de outros viajantes que estiveram no Pará e que deixaram relatos de casas, moradias, usos, ruas, avenidas e arborização até fins do século XIX.

Ao discorrer sobre Belém do final do século XIX e início do século XX, Cruz utilizou os Relatórios de Intendência de Antônio Lemos e jornais, nos quais detalhou os sistemas das residências quanto a aspectos arquitetônicos e serviços.

Ernesto Cruz expande seu domínio sobre a materialidade edificada no espaço da cidade, porém, cabe pontuar uma observação presente no item de encerramento da obra: o autor lista os proprietários das edificações construídas em Belém, subdividindo-as em: ruas, travessas, estradas (avenidas), largos e praças, caminhos diversos (Calçada do Colégio, Beco da Sé, Lado do Mercado e Beco do Açougue). Para cada localização foi atribuída a edificação, com ou sem numeração, juntamente com o nome do proprietário, subdividida por modelos arquitetônicos: casas de sobrado, casas térreas, telheiros e palhoças.

Na listagem, o autor destaca os nomes de personalidades paraenses, negritando a fonte ou colocando-as em caixa alta aqueles com título de doutor ou herdeiros de títulos nobres, como visconde, barão e baronesa (Figura 26).

Figura 26 – Lista final dos proprietários das edificações construídas em Belém feita por Ernesto Cruz ao final de "As Edificações de Belém: 1783-1911"



Casas sem numeração :

Cemitério de Nossa Senhora da SOLEDADE; Firmino Antônio de L. Barros; Herdeiros de Ângela da Luz Vilhena; Herdeiros de Gerardo Antônio Alves; Raimunda Maria Inácia; Dr. **José Coelho da Gama e Abreu (Barão de Marajó)**; Herdeiros de José Domingues Romão; **Cemitério dos Protestantes**; **Cemitério dos Hebraicos**; Carlos Antônio de Faria; João Carlos da Cruz (**dois prédios**); José Antônio da Silva Chaves (**dois prédios**); Ângela Maria; Manoel Bernardo; Inácio Marinho; Joaquim Inácio d'Almeida; Antônio Augusto de Siqueira Pinto; Luiza Maria da Conceição.

Foto: Dinah Reiko Tutyia (2022)

Observa-se a forma como o historiador deu destaque para os nomes notórios, como o do Dr. José Gama Coelho (Barão de Marajó), cuja fonte tipográfica foi negritada para dar ênfase ao seu nome. Figuras da cultura popular, dos festejos religiosos, como "mestre", também figuraram na listagem, em menor número que os doutores e nobres.

> "**Martinho João Tavares** (o popular **MESTRE MARTINHO**) " (CRUZ, 1971b, p.279, grifos do autor).
>
> "**Antônio de Belém (outro devoto do Espírito Santo, do mastro do Umarizal)**" (CRUZ, 1971b, p. 279, grifos do autor).

Mestre Martinho e Antônio Valente residiam em casas térreas na trav. Dom Romualdo de Seixas, no bairro do Umarizal. Segundo Salles (2005), Mestre Martinho, ficou famoso em Belém por organizar festas populares, como a Festa do Divino Espírito Santo, ainda no século XIX.

Ernesto Cruz, nessa obra, passou a dar feição às ruas de Belém, há uma mudança de olhar do historiador ao longo dos anos 1950, tanto no olhar aos objetos a serem escolhidos para figurar a história da cidade – que se amplia à arquitetura menor, ao caráter popular – quanto em seu entendimento sobre os ditos monumentos.

Um exemplo desse seu olhar nas décadas iniciais de suas publicações é o livro "Monumentos de Belém" (Figura 27), publicado em 1945, em que o historiador trabalha uma ordem cronológica da construção de monumentos na cidade, iniciando no século XVIII até a sua contemporaneidade.

Figura 27 – Capa do livro “Monumentos de Belém”, publicado em 1945

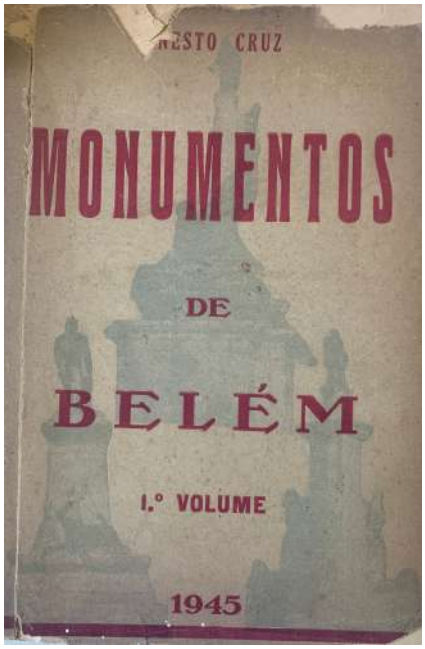


Foto: Dinah Reiko Tutyia (2022)

O estudo sobre os monumentos divide-se em dois tipos, monumentos e placas comemorativas; e dentro da categoria monumentos, encontram-se as seguintes denominações aos objetos: monumento, estátua, obelisco, marco, busto (CRUZ, 1945b).

A temática abordada nesses monumentos são os vultos da História do Pará, como no monumento ao general Hilário Maximiano Antunes Gurjão e “outros heróis da guerra” ou episódios e datas “comemorativas” (CRUZ, 1945b). Embora o autor denomine cada objeto por sua nomenclatura e ele apresente sua característica formal e conceptiva distinta, ao tratar sobre cada um, Cruz utiliza o termo monumento. Esse entendimento de monumento assemelha-se ao concebido por Le Goff (2003), que o denomina como marcos celebrativos ou memoriais – arquitetura, escultura – atrelados à demonstração intencional de poder.

No que tange às placas comemorativas, elas fazem alusão à localização onde ocorrera um fato histórico tido como significativo, como “o local onde tombou morto o comandante Castilho França” ou a indicação da residência onde nasceu, faleceu ou residiu uma figura ilustre, que tenha contribuído com “feitos cívicos” ao povo paraense, por exemplo, “casa onde nasceu o Barão de Marajó”, ou ainda a indicação de inauguração de um espaço público (CRUZ, 1945b).

Dentre esses objetos, destacam-se as placas ligadas às edificações, cabendo salientar que no livro, o valor simbólico personificado na placa é superior ao valor estético e artístico da edificação. A casa, por si, não teria o valor simbólico para que fosse tomada como um objeto-monumento. Para Ernesto Cruz, ainda nos anos 1940, tais objetos, que ele denomina por monumento, têm a função de "recordar permanentemente" (CRUZ, 1945b), como colocado pelo autor, ao tratar do obelisco Memória, de 1782, que existiu na Estrada de Nazaré. Segundo o historiador, o obelisco tinha esse objetivo de "recordar permanentemente" uma ação, no caso, a reconciliação entre o governador e capitão general do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, José de Nápoles Telo de Menezes, e o Juiz de Fora José Justiniano de Oliveira Peixoto.

Os monumentos de Ernesto Cruz se equivalem, também, aos lugares de memória de Nora (1993), os lugares de memória são consolidados a partir de uma atribuição de valor que cristaliza tais espaços para serem lembrados de forma estática e imediata.

Nora (1993, p. 16) expõe que eles são "[...] marcos testemunhos de outra era, das ilusões de eternidade [...]", apontando para o aspecto nostálgico delegado aos lugares. Assim, compreende-se que os monumentos de Ernesto Cruz se configuram, para ele, como memórias que deveriam permanecer "congeladas" frente à dinâmica de transformação da cidade. Cristaliza-se na memória daquele artefato, um vulto ou um fato histórico, definindo-se um imaginário que se perpetua ao longo do tempo.

O universo tradicional de Ernesto Cruz deveria se comportar como monumento, ou seja, um conjunto de fatos, vultos e coisas, as quais por suas excepcionalidades, deveriam estar sempre presentes no tecido e na memória da cidade, com a intencionalidade de serem lembrados. Os documentos analisados nesta tese apontam que havia, por parte do historiador, uma indignação com a perda de elementos e fragmentos desse conjunto tradicional, que ele, ao longo de sua trajetória, dialogava e elegia como significativo.

Nos anos 1950, o "Historiador da Cidade de Belém" encontrava-se com uma nova concepção de monumento, não que o valor de rememoração tenha se destacado dos objetos, mas o que se percebe é que, ao longo de sua trajetória de vida, houve uma ampliação do olhar e, consequentemente, um alargamento dos conceitos. No texto "Os Monumentos de Vigia", que compõem o conjunto de estudos do livro "Procissão dos Séculos: vultos e episódios da história do Pará", Ernesto Cruz aponta bens imóveis como monumentos da cidade de Vigia:

> Quatro notáveis monumentos, identificando dois ciclos da nossa vida espiritual e política, despertam, igualmente, a admiração dos que visitam a próspera e tradicional cidade de Vigia: a Igreja Matriz, as ruínas do templo de Nossa Senhora de Nazaré, o poço dos jesuítas e a Casa do Trem de Guerra. Verdadeiras relíquias históricas e artísticas constituem enlevo para o espírito e motivo para a evocação ao passado (CRUZ, 1990, p.64).

O trecho acima evidencia uma nova postura do historiador diante dos objetos arquitetônicos, pois nesse momento, eles são vistos como "notáveis monumentos" (CRUZ, 1990, p.66). A materialidade das edificações é capaz de gerar admiração aos usuários e visitantes da localidade, o historiador segue atribuindo valores aos imóveis considerando-os "relíquias históricas e artísticas" (CRUZ, 1990, p. 66).

É neste momento que Ernesto Cruz deixa transparecer o contato que vinha tendo com o SPHAN, assim a relevância histórica e artística de um bem é o discurso que marca as ações de tombamento da referida instituição no âmbito da federação ao longo de sua existência. Cabe ressaltar que em 1950, Cruz encaminha a solicitação de tombamento federal da "Edificação e acervo Igreja Madre de Deus" e da "Edificação Casa e Poço do Jesuítas" ao SPHAN, porém, apenas é atendido ao tombamento a edificação e acervo Igreja Madre de Deus, efetivado em 1954.

Por fim, ainda no excerto acima, o historiador declara que a função daquelas peças para a sociedade é "a evocação do passado" (CRUZ, 1990, p. 70), a função de rememoração está presente na materialidade das edificações, tal qual o monumento de Le Goff (2003).

Choay (2001), ao tratar da questão dos monumentos, chama a atenção para a diferença entre um monumento e um monumento histórico. Segundo a autora, o termo monumento, vem do latim *monere,* e um dos seus significados é justamente lembrar, ou seja, a palavra monumento tinha inicialmente a função de rememoração:

> [...] nesse sentido primeiro, chamar-se-á monumento tudo que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças" (CHOAY, 2001, p.18).

Esse sentido original do termo foi se perdendo com o passar do tempo, e a palavra foi adquirindo novos significados, sendo que entre os séculos XVII e XVIII a ele agregam-se valores estéticos e de prestígio, passando a denotar algo que tem a intencionalidade de eternizar lembranças memoráveis, o poder, a grandeza, a beleza e

“cabe-lhe, explicitamente, afirmar os grandes desígnios públicos, promover estilos, falar à sensibilidade estética” (CHOAY, 2001, p.19). Assim, a autora acrescenta que

> [...] o monumento é uma criação deliberada [...] cuja destinação foi pensada a priori, de forma imediata, enquanto que monumento histórico não é, desde o princípio, desejado [...] e criado como tal; ele é constituído a posteriori pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, que o seleciona na massa dos edifícios existentes (CHOAY, 2001, p.25).

Pode-se considerar que a concepção que Ernesto Cruz apresenta sobre monumento na primeira metade do século XX está associada tanto à noção de monumento, quanto a de monumento histórico discorrida por Choay (2001). O historiador paraense, ao apontar nas edificações e estruturas da cidade de Vigia a identificação com ciclos políticos e religiosos, acaba por selecionar, manipular para tal fim os objetos que não foram concebidos em sua origem para isto. Porém, ao mesmo tempo, está presente na fala de Ernesto Cruz, a afetividade para com aquela materialidade, o sentimento que o “faz lembrar” um Pará remoto em sua memória.

Considera-se, ainda, o conceito geral de monumento elaborado pelo historiador da arte Riegl (2006), na primeira década do século XX, quando descreveu:

> No sentido mais antigo e verdadeiramente original do termo, entende-se uma obra criada pela mão do homem e edificada com o propósito preciso de conservar presente e viva, na consciência de gerações futuras, a lembrança de uma ação ou destino (ou a combinação de ambos) (RIEGL, 2006, p.43).

A afirmativa com que Riegl (2006) inicia seu trabalho “O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese”, de 1903, também se aproxima da noção que Ernesto Cruz termina por conceber sobre monumentos, sobretudo no que tange aos valores simbólicos envoltos e que são capazes de gerar lembranças do passado.

Dessa forma, a Arquitetura passa a ser um monumento e Ernesto Cruz a elege para figurar em sua produção bibliográfica, como um ponto de rememoração dos fatos históricos por ele tratado ao longo do tempo. A significância desses objetos está, inicialmente, mais atrelada a um fazer lembrar do fato ou do vulto do que a excepcionalidade artística. A excepcionalidade histórica e os sujeitos envoltos ao bem, terminam por atribuir o seu valor, mesmo que com o passar do tempo, o autor aponte para valores estéticos e artísticos, a significância histórica irá se sobressair. Passam, dessa maneira, a ser visibilizados nas páginas de suas publicações.

Aquilo que se denomina por universo tradicional em Ernesto Cruz é significativo para entender como sua construção da História do Pará reflete em seu olhar para com a cidade e a arquitetura, o que, consequentemente, aponta para os valores atribuídos a esse conjunto de vultos, fatos e objetos arquitetônicos. Essa relação de Cruz com a cidade de Belém e sua arquitetura estará nas documentações dos processos de institucionalização do patrimônio no estado do Pará. O olhar do "Historiador da Cidade de Belém" selecionará as edificações consideradas dignas de compor o conjunto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Por isso, ao olhar para os objetos tombados nas primeiras décadas de sua atuação do SPHAN no estado do Pará, percebe-se que os bens patrimoniais não estão isentos do discurso histórico concebido por Ernesto Cruz, mas carregam em sua materialidade, os sujeitos, os fatos singulares plasmados pelo historiador.

3 A POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL NACIONAL NO PARÁ

3.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO NACIONAL: BREVE TRAJETÓRIA

> "*Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico*" (BRASIL, 1937).

O excerto acima faz parte do corpo do Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, em vigor até a atualidade, organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro. O trecho acima traz a definição do que deveria se constituir o patrimônio nacional: bens excepcionais de natureza arqueológica, etnográfica, bibliográfica e artística, móveis ou imóveis e que fossem significativos historicamente[100]. Naquela década de 30 do século XX, as primeiras escolhas de bens a serem resguardados passou pela ação dos técnicos do SPHAN e do decreto que previa/prevê o instrumento de tombamento, o qual, por sua vez, impediria o desaparecimento dos bens de interesse à preservação (BRASIL, 1937).

No decorrer dos anos subsequentes ao decreto houve a construção de um conjunto de bens patrimoniais que passaram a representar simbolicamente a nação brasileira, esse fato incentiva a reflexão sobre a política patrimonial brasileira nos seguintes aspectos: como se deu a institucionalização do patrimônio nacional? Quais bens foram escolhidos para representação simbólica do Brasil? Qual o discurso institucional propagado para a salvaguarda patrimonial? Como foi a recepção desse discurso fora da capital nacional, mais especificamente no Pará? As respostas encaminham para a compreensão do lugar do patrimônio paraense no conjunto patrimonial tombado no Brasil entre as décadas de 1940 a 1960, recorte de tempo desta tese.

Decorridos 85 anos do Decreto-Lei n. 25 existem hoje aproximadamente 1.192[101] bens tombados no Brasil pelo Iphan, de natureza diversa, um conjunto formado por

---

[100] O Decreto-Lei n. 25, previa também o tombamento de "monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens" (BRASIL, 1937), os quais poderiam ser naturais ou agenciados pelo homem.

[101] O número de bens tombados aumenta se forem observados os tombamentos em conjunto, seja de edificações ou objetos. Além dos 1.192 tombamentos, existem os bens em processo de tombamento, que não somam número naquele montante. A lista completa de bens tombados e em processo em andamento, encontra-se em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20de%20bens%20tombados%20e%20processos%20de%20tombamento%2025-11-2019.xlsx.

elementos tanto materiais como imateriais. Porém, nos primeiros anos de atuação do SPHAN, o tombamento recaiu, na maioria, na proteção do objeto arquitetônico atrelado historicamente ao período colonial brasileiro. Igrejas, arquitetura pública, militar e civil, ou ainda os conjuntos históricos das cidades mineiras constituíram o lastro inicial do acervo patrimonial nacional[102].

Embora quantitativamente o objeto arquitetônico tenha sido superior, não se pode deixar de destacar bens de natureza arqueológica e etnográfica, como sambaquis e coleções de museus. No Pará, o primeiro tombamento foi da coleção arqueológica e etnográfica do Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG), com início de trâmite em 1938 e tombamento em 1940. O aumento da diversificação do patrimônio brasileiro deu-se ao longo da segunda metade do século XX – e ocorre até os dias atuais –, o alargamento dos novos entendimentos de patrimônio passaram a influenciar nas demandas dos tombamentos. O aumento dos acervos patrimoniais, seja internacional ou nacional, pode ser observado nos documentos internacionais resultantes das reuniões de órgãos que visam à salvaguarda do patrimônio mundial – ICOMOS, Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (ICCRON), entre outros[103] – que refletem as discussões de um determinado momento histórico sobre bens patrimoniais, assim como definem o entendimento do que vem a ser o patrimônio cultural. Esses documentos, conhecidos como Cartas Patrimoniais[104], têm um caráter prescritivo e geral,

[102] O site do IPHAN apresenta a lista de bens tombados no Brasil com suas respectivas datas. Para maiores informações, ver: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126.

[103] O ICOMOS é uma organização civil internacional ligada à Unesco, criada em 1964 na ocasião do II Congresso Internacional de Arquitetos, em Veneza. É a única organização global não governamental que trabalha pela conservação e preservação patrimonial e dedicada à promoção das aplicações das teorias, metodologias e técnicas cientificas para a conservação do patrimônio arquitetônico e arqueológico. Baseia-se nos princípios consagrados da Carta Internacional de Conservação e Restauração dos Monumentos e Sítios, conhecida como Carta de Veneza (http://www.icomos.org/). Por sua vez, o ICCROM é uma organização intergovernamental criada na conferência geral da Unesco em 1956 em Nova Délhi, e dedica-se a promover mundialmente a conservação de todos os tipos de patrimônio cultural, tanto móveis quanto imóveis, por meio de atividades de formação, informação, pesquisa, defesa e cooperação. (Fonte: http://www.iccrom.org).

[104] Kühl (2010) estabelece as diferenças entre esses escritos, que são comumente referenciados como Cartas Patrimoniais. Segundo a autora, as cartas, as declarações, as resoluções, as normas e os documentos têm suas especificidades e que devem ser evidenciadas. A autora ressalta que as cartas têm o caráter prescritivo diferente de resoluções e declarações, que têm por objetivo expor o estado da arte para as discussões nos encontros. Evidencia também que as cartas "[...] adotadas pela Assembleia Geral tampouco são equiparáveis às Cartas produzidas pelos Comitês Nacionais do Icomos; são documentos de interesse, e veiculados pelo sítio do Icomos internacional (numa categoria distinta), mas não são referendados pela Assembleia Geral, o que significa que sua validade é local. Por vezes, apesar de seu interesse, alguns documentos não são avalizados pela Assembleia Geral, pois contêm definições contraditórias às do documento-base da instituição, que continua sendo a Carta de Veneza." (KUHL, 2010, p. 292). Com o intuito de expor o estado da arte para o entendimento do tema, neste momento, foram escolhidos alguns desses documentos compilados e publicados pelo Iphan (2004), que englobam cartas, assim como recomendações, normas etc. que viessem a demonstrar a ampliação deste acervo. Contudo, é válido

que devem ser interpretados, refletidos e adotados ou não às legislações das instâncias federal, estadual e municipal de cada país.

Formulados ao longo do século XX, percebe-se nesses documentos o alargamento da ideia do que vem a ser o patrimônio nesta primeira década do século XXI, quando a preocupação de outrora se dava pela salvaguarda dos bens de excepcionalidade histórica e artística do bem isolado e ligado à sua monumentalidade, passando posteriormente a abranger seu caráter popular e seus aspectos imateriais[105] (TUTYIA, 2013). No que tange ao aumento quantitativo dos bens do patrimônio cultural, Castriota (1999) coloca que esse processo sofreu a contribuição direta da Antropologia, que permitiu a integração dos grupos que não estavam inclusos na cultura dominante, passando a agregar manifestações culturais populares.

A Antropologia e os antropólogos, por sua vez, adicionaram novos valores à visão preservacionista, relativizando o olhar para com os bens culturais e, consequentemente, refletindo nas ações de salvaguarda nas instituições preservacionistas. Lima Filho e Abreu (2007) consideram que a atuação dos antropólogos nas instituições de patrimônio deixou de ser esporádica nas últimas décadas do século XX, já que pesquisadores da área passaram a se dedicar à temática patrimonial, como Gilberto Velho, Roque de Barros Laraia, Antônio Augusto Arantes Neto, José Reginaldo Gonçalves, entre outros, incrementando a aproximação entre Patrimônio e Antropologia no Brasil. Sendo que os dois últimos nomes, por sua vez, propuseram análises dos discursos institucionais na fabricação de uma memória, de uma identidade nacional, as quais permitiu adotá-las para discutir as condições de produção do patrimônio paraense dentro do contexto o qual se inaugurou o SPHAN e se deu a produção do patrimônio nacional entre os anos 1940 a 1960.

---

ressaltar, embora não seja o atual objetivo da pesquisa, a importância de analisar criticamente os referidos textos, não apenas no contexto da discussão preservacionista, como também nos referidos momentos políticos que com seus discursos, possivelmente influenciaram o mote das inúmeras reuniões das quais resultaram tais documentos.

[105] Tutyia (2013) analisou um conjunto das cartas patrimoniais resultantes dos encontros do século XX que foram publicadas pelo Iphan na coletânea "Cartas Patrimoniais", de 2004, na revisão feita pela autora pode-se observar o quadro de mudança do entendimento de patrimônio. As cartas referenciadas foram a Carta de Atenas (1931), a Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios (Carta de Veneza, 1964), a Recomendação de Paris (1964), as Normas de Quito (1967), as Recomendações de Paris (1968), o Compromisso de Brasília (1970), o Compromisso de Salvador (1971), a Convenção de Paris (1972), a Declaração de Amsterdã (1975), as Recomendações de Nairóbi (1976), a Carta de Florença (1981), a Declaração do México (1985), a Carta de Washington (1986), a Carta de Petrópolis (1987), a Declaração de Sofia (1996), a Carta de Mar Del Plata (1997), a Carta de Fortaleza (1997) e a Convenção de Paris (2003).

Para a apresentação deste panorama, faz-se necessário discorrer brevemente sobre o processo de institucionalização patrimonial no Brasil. Cabe destacar que não compete a este capítulo e nem a este trabalho apontar datas ou marcos iniciais exatos das práticas preservacionistas brasileiras, mas sim realizar um diálogo entre alguns autores que se propuseram a discorrer sobre a construção das ações de salvaguarda do patrimônio nacional tendo a instância governamental federal como foco de análise. Dentro desse conjunto de autores, além de José Reginaldo Gonçalves, os trabalhos de Lauro Cavalcanti, Márcia Regina Romeiro Chuva e Maria Cecília Londres Fonseca foram revisados e eles foram o condutor para o debate, uma vez que suas contribuições permitem uma reflexão da história da política da preservação patrimonial brasileira nas primeiras décadas do século XX.

A década de 1920[106] foi apontada por autores (FONSECA, 2017; CHUVA, 2017; MAGALHÃES, 2004) como os anos iniciais de uma política nacional que visou o resguardo daquilo que hoje se conhece como patrimônio cultural brasileiro[107], e o Iphan, na maioria dos trabalhos que debate a preservação patrimonial no país, tem destacado seu pioneirismo. O fato é que a referida instituição se faz presente por aproximadamente 80 anos na história preservacionista brasileira, sendo inegável seu protagonismo político de atuação. Embora o foco deste trabalho paire sobre as ações desse instituto, é necessário pontuar a existência da atribuição que o Museu Histórico-Nacional (MHN)[108] passou a exercer mediante o Decreto-Lei n. 24.735, de julho de 1934: a inspeção dos monumentos nacionais e do comércio de objetos artísticos históricos.

O aparecimento dessa função do MHN, de abrangência nacional, comandado pelo diretor do museu, Gustavo Barroso[109], marcou uma ação institucional anterior ao Serviço

---

[106] A Constituição Federal de 1934 trazia em seu artigo 10, parágrafo III, que dentre as competências da União estava a de proteger "[...] os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras. (BRASIL, 1934).

[107] Fonseca (2017) aponta para a distinção entre bem cultural e bem patrimonial, segundo a autora, o patrimonial se dá por intermédio do Estado, por meio de um corpo técnico e por práticas jurídicas, sendo que na ação deste ente há uma fixação de sentidos e valores. O bem cultural, por sua vez, tem enfatizado seu valor simbólico "como referência a significações de ordem da cultura", diferentemente dos bens institucionalizados, os quais o valor simbólico se refere a uma identidade coletiva.

[108] A historiadora Aline Magalhães dedicou-se ao estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN), assim como da figura de Gustavo Barroso, diretor do MHN e da Inspetoria em 1934. Para maiores informações sobre o assunto ver: Magalhães (2004, 2015, 2010, 2017). Essa produção abre um parágrafo dentro da memória histórica da preservação patrimonial no Brasil apontando não apenas ao conhecimento da IMN, mas também para Gustavo Barroso e suas práticas preservacionistas implementadas naquele final da década de 1930.

[109] Gustavo Barroso, natural do Ceará, foi advogado, jornalista, diretor da revista "Fon-Fon" (1916), escritor membro da Academia Brasileira de Letras, deputado federal pelo Ceará (1908-1909/1915-1918), participou da Ação Integralista Brasileira e entrou no cenário institucional em 1922 com a criação do Museu Histórico

de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por sua vez, o olhar recairia sobre os mesmos objetos de significância cultural. A Inspetoria de Monumentos Nacional (IMN), embora tivesse que olhar pelo patrimônio de todas as regiões do Brasil, ao longo dos três anos de sua curta trajetória, realizou alguns trabalhos em monumentos imóveis, localizados em Ouro Preto, Minas Gerais, tais como intervenções de restauração e de conservação de pontes, templos e chafarizes. Essas ações, de caráter restaurativo, visaram resgatar o primado dos projetos, a originalidade das obras, sanando-as das intervenções consideradas "infelizes"[110] por Gustavo Barroso (MAGALHÃES, 2004). Em 1937, a Lei n. 378 tratou da nova organização do MESP e criando o SPHAN, dando por encerrada as atividades de inspeção dos monumentos nacionais atribuídas ao Museu Histórico Nacional[111].

O SPHAN foi criado pela Lei n. 378/37, mas o Decreto-Lei n. 25/37 é que rege sua organização e a forma como ele protege o patrimônio histórico e artístico nacional, ou seja, sua regulamentação, com suas disposições atemporais em seus cinco capítulos.

O primeiro artigo do decreto 25 trata da definição de patrimônio histórico e artístico nacional:

> conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico" (IPHAN, 2006, p.99).

Nacional. Em 1932 fundou o curso de Museus sob a direção e fiscalização do MHN (MAGALHÃES, 2004).

[110] O termo "infelizes" utilizado por Gustavo Barroso diz respeito ao valor por ele atribuído aos monumentos. Para o inspetor, as obras deveriam apresentar seu estado original, assim previa o retorno da originalidade colonial nas obras, o passado colonial das igrejas, das pontes, dos chafarizes, da ornamentação representava na materialidade, a continuidade da raiz portuguesa no Brasil. O inspetor considerava que esse original era uma fonte de continuidade da tradição cultural europeia, que deveria permanecer isenta de interferências da mão de obra indígena ou negra, sem aculturação em suas formas, sobretudo se tratando do barroco ou tardo barroco. O Barroco português, a arquitetura portuguesa implantada no Brasil no período colonial, na visão de Gustavo Barroso, era uma arquitetura pura e idêntica à produzida em Portugal, sendo assim não poderiam sofrer interferências de materiais diversos e muito menos se perderem em virtude da ausência de manutenção, dessa forma, tudo aquilo que sofrera intervenção que havia mudado a tal essência era considerado como infeliz. (MAGALHÃES, 2017).

[111] A Inspetoria de Monumentos Nacionais em seus três anos de funcionamento realizou 20 obras de restauração e conservação (MAGALHÃES, 2017), todas em Ouro Preto. Consta também no acervo do MHN um catálogo iconográfico com pinturas de paisagens, arquitetura civil, religiosa e mobiliário principalmente do estado de Minas Gerais. Segundo Magalhães (2004), os catálogos são resultado da ação de documentação das imagens feitas por artistas das cidades que apresentavam uma quantidade significativa de arquitetura colonial. Dentre os artistas há pinturas a óleo produzidas por José Wasth (quatro obras, sendo três de monumentos de Ouro Preto, encomenda direta do diretor Gustavo Barroso e compradas com orçamento do MHN), de Hans Nobauer (26 pinturas documentais, sendo 12 também encomendadas por Gustavo Barroso e compradas com orçamento do MHN), além de aquarelas, desenhos a lápis e bico de pena de Alfredo Norfini, totalizando 150 obras voltadas para as cidades mineiras (MAGALHÃES, 2004). Cabe destacar que Norfini também fez apreensões de Belém nos anos 1940.

Dentro desse conjunto de bens estavam também monumentos naturais, como sítios e paisagens, os quais deveriam ser resguardados se suas feições fossem consideradas notáveis, seja por natureza ou pela agência humana. Nota-se neste excerto o caráter de excepcionalidade e singularidade que a gama de objetos deveria possuir.

O segundo capítulo do Decreto 25 aborda o tombamento, instrumento que consiste na inscrição das obras nos quatro livros do tombo: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, livro do Tombo Histórico, livro do Tombo das Belas-Artes, livro do Tombo das Artes Aplicadas. No capítulo 2 do decreto são explicados os procedimentos para o tombamento de bens pertencentes à União, assim como para pessoas físicas ou jurídicas. A diferenciação de tombamento voluntário – quando o proprietário solicita ou quando consente com a notificação para tombamento – e tombamento compulsório – quando há a recusa do tombamento, também está disposto nesse capítulo.

O terceiro capítulo, por sua vez, versa sobre os efeitos do tombamento, dispondo que os bens pertencentes à União, estado ou município são inalienáveis, só podendo ser transferidos entre entidades, e quando houver tal transferência, ela deverá ser comunicada ao Iphan.

Quanto ao tombamento definitivo, a coisa tombada, móvel, poderá sair do país, apenas por curto prazo, sem transferência de domínio e para intercâmbio cultural, a juízo do conselho consultivo da instituição, sendo dispostas penalidades no caso da saída indevida. Para as coisas imóveis, o Decreto determina que:

> Não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado (IPHAN, 2006, p.104).

O decreto também prevê que a vizinhança à coisa tombada é resguardada, não podendo construções impedirem ou reduzirem sua visibilidade ou serem colocados anúncios ou cartazes.

O capítulo 4 trata de direito de preferência face a alienação onerosa de bens tombados, tendo essa prioridade a União, seguida do estado e do município (BRASIL, 1937).

O último capítulo do Decreto aborda as disposições gerais, tais como o acordo entre União e estados para melhor coordenar as atividades de proteção, assim como uniformizar a legislação estadual sobre o assunto, além do uso dos museus para conservação e exposição de obras, a busca por entendimento "com autoridades eclesiásticas, instituições científicas, históricas ou artísticas e pessoas naturais e jurídicas, com objetivo de obter a cooperação das mesmas em benefício do patrimônio histórico e artístico nacional" (BRASIL, 1937), o registro especial no Iphan de comerciantes de obras de arte de qualquer natureza e, por fim, a venda dos objetos de arte de qualquer natureza, que só podem ser postos à venda mediante autenticação do instituto ou de um perito.

O Decreto-Lei n. 25, a partir de seus capítulos e por quem o faz valer, vai ter um papel simbólico na estruturação da política preservacionista brasileira, os objetos para participar do conjunto patrimonial nacional, precisavam/precisam estar "vinculados à fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico" (IPHAN, 2006, p.99).

A autenticação dessa pretensa qualidade é atribuída por uma equipe, que aferia a valoração. Como mencionado anteriormente, os modernistas foram os intelectuais, os homens públicos do SPHAN, que se apropriaram desse lugar na construção dos objetos de excepcionalidade histórico-artística nas primeiras décadas de fundação da instituição, que ficou conhecida pelo termo 'SPHAN de Rodrigo Melo Franco de Andrade'. Como esse corpo técnico, que preza pelo antigo e flerta com a modernização, foi recrutado?

Fonseca (2017), ao discorrer da trajetória patrimonial desta instituição, denomina de 'fase heroica do SPHAN', os anos 1930-1940, centrada no movimento modernista e na instauração do Estado Novo. O ano de 1930 traz a figura de Getúlio Vargas, que permaneceu por 15 anos como chefe de um governo provisório, como presidente por voto indireto e como presidente por voto popular. Naquela década, o governo provisório tentava se afirmar em meio às incertezas de um período de crise mundial, que trazia consequências na produção e na economia brasileira. A dissolução do Congresso Nacional colocou os poderes Executivo e Legislativo nas mãos de Vargas. Na época, nos estados e municípios deu-se a substituição de governadores por interventores federais, nomeados pelo Presidente, ficando subordinados à federação pelo Código dos Interventores (FAUSTO, 2015).

A centralização foi a marca do governo varguista e em todas as instâncias do aparelho do Estado: sindicatos, economia, educação entraram na linha centralizadora do governo. Os dispositivos de poder e saber tornam-se responsáveis pela disseminação e

consolidação do projeto ideológico do Estado, a criação do Ministério da Educação e Saúde, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, do Departamento Nacional de Propaganda (DNP), do Departamento Administrativo do Serviço Público, dentre outros órgãos estatais, ações que foram os primeiros passos na reforma administrativa varguista. Segundo Fausto (2015), o regime de 1937 tratou de formar a opinião pública a seu favor, elaborando sua versão da fase histórica que o país vivia, tal preocupação já vinha desde 1931 com a criação do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, que teve seu funcionamento até 1939, quando surge o Ministério da Propaganda e seu célebre Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), subordinado ao presidente.

A versão que o Estado Novo tentava construir da história daquele contexto, colocava em oposição um Brasil velho, dominado pelas oligarquias, e o Brasil novo, nascido da Revolução de 1930, o qual buscava a integração nacional e era responsável pela entrada do país aos tempos modernos. Esse ponto explica os novos caminhos tomados para a construção da imagem desse Estado autoritário e modernizante.

As publicações dessa época figuraram nas páginas da revista "Cultura Política", que circulava em um grupo restrito no meio intelectual, pois segundo Fonseca (2017), as tradições culturais brasileiras eram invocadas para legitimar o regime. Para o grande público, as instituições oficiais incentivavam as atividades cívicas e recorriam a símbolos pátrios como bandeira, hino, a imagem de Vargas etc., tendo como finalidade forjar uma cultura nacional homogênea, que fizesse os cidadãos se identificarem com a nação.

De acordo com Fausto (2015), o Estado Novo:

> [...] prendeu, torturou, forçou ao exílio intelectuais e políticos, sobretudo de esquerda e alguns liberais. Mas não adotou uma atitude de perseguições indiscriminadas. Seus dirigentes perceberam a importância de atrair setores letrados a seu serviço. Católicos, integralistas autoritários, esquerdistas disfarçados vieram ocupar os cargos e aceitar as vantagens que o regime oferecia (FAUSTO, 2015, p. 208).

Segundo o autor, o Departamento Administrativo do Serviço Público foi o responsável pelo recrutamento desse pessoal, que tinha como base o mérito como qualificação para ingressar na carreira pública, sendo os cargos principais do aparelho burocrático feitos por indicação do presidente ou dos ministros. Fausto (2015) acrescenta que o governo Vargas procurou reformular a administração pública, criando uma elite burocrática desvinculada de política partidária e que apresentava identidade com o regime, esse corpo técnico deveria estar focado apenas nos interesses nacionais. Assim,

segundo Fonseca (2017), o Estado abre espaço para os intelectuais que se declaravam a favor da ideologia do regime, como também para aqueles que tinham ressalvas, mas que vislumbraram participar da construção da nação.

A recusa de Plínio Salgado em assumir o Ministério da Educação e Saúde permitiu que Gustavo Capanema assumisse o cargo e, com a criação do SPHAN, um número expressivo de intelectuais, sobretudo os modernistas – por causa da relação de Capanema com o grupo –, foram angariados para fazer corpo e falar por este aparelho do Estado.

A criação do órgão e a formulação do Decreto-Lei n. 25 são os marcos da temática patrimônio histórico e artístico nacional guiada pelo Estado. O Modernismo dos anos 20 e 30, do século XX, tinha como lema a "crítica ao passadismo e à linguagem acadêmica, esse movimento teve diversas orientações estéticas e também ideológicas" (FONSECA, 2017, p. 85), pontos interessantes ao discurso estadonovista. Dentro da gama das correntes modernistas, a questão da identidade nacional era um ponto comum, por exemplo, e no caso de Mário de Andrade expressava-se na sua prosa e poesia, sob uma visão crítica ao Brasil que cultuava a tradição europeia e valorizava os traços tidos como primitivos da cultura brasileira – vistos por outros grupos como uma questão de atraso. Para Mário de Andrade, era preciso "a elaboração de uma visão sintética da 'identidade nacional' era algo a ser realizado no futuro e devia ser precedida por um trabalho de análise e do conhecimento das raízes culturais brasileiras" (FONSECA, 2017, p.86).

A vanguarda modernista brasileira teve um elo estreito com as vanguardas europeias, tanto nas artes plásticas, como na Literatura e na Arquitetura, nessa última, havia uma aversão à estética historicista eclética da *École des Beaux-Arts* francesa, que entrava no gosto das elites. Necessitando de uma imagem inovadora e modernizante, os arquitetos que seguiam a linha modernista receberam apoio de Gustavo Capanema. Assessorado por como Carlos Drummond de Andrade, chefe de gabinete, o ministro Capanema também estabelecia ligações com nomes, como o do jornalista e advogado Rodrigo Melo Franco de Andrade, que foi nomeado ao cargo de diretor do SPHAN – tornando-se um articulador da nova história da preservação patrimonial, modernizadora. Outros nomes modernistas eram o de Manuel Bandeira, conselheiro do SPHAN; e Lucio Costa, conselheiro e técnico.

Miceli (1979) afirma que no regime de Vargas o domínio cultural era um "negócio oficial", que demandava um corpo técnico para intervir em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico. O ministro Gustavo Capanema, à frente do Ministério da Educação e Saúde, havia convocado seus conterrâneos, que

participaram do “surto modernista em Minas Gerais” (MICELI, 1979), agregando demais sujeitos como poetas, arquitetos, artistas plásticos etc. Segundo esse autor, a concepção de cultura brasileira que tomou corpo neste momento fora feita a partir dos modernistas, os quais haviam sido cooptados pelo Estado se autodefinindo como porta-vozes da sociedade.

Cavalcanti (1993), seguindo na mesma linha de Miceli (1979), aponta que o Brasil foi um dos únicos países em que os membros que pregavam novas formas artísticas, ao mesmo tempo, eram os árbitros zeladores do passado cultural. Segundo o autor, duas decisões de Gustavo Capanema influenciaram na inserção dos modernistas na instituição patrimonial: a primeira, foi em 1936, a decisão do ministro para a escolha do projeto arquitetônico da sede do Ministério da Educação e Saúde, no Distrito Federal, no qual preteriu o projeto marajoara de Archimedes Memória, vencedor do concurso público, para convidar Lucio Costa e sua equipe modernista, sob consultoria do arquiteto franco-suíço Le Corbusier, para realizar o projeto do prédio. A segunda decisão foi a solicitação a Mário de Andrade para a elaboração do anteprojeto de criação da instituição.

Cavalcanti (1993) afirma, ainda, que no ano de 1936, acreditava-se que os modernistas tinham determinado status, por serem grupos de intelectuais que se destacavam no Sudeste brasileiro, e dentro dessa ideia, eles seriam os “mais aptos a erigir os novos monumentos do Estado, assim são considerados ‘dignos’ pelo Estado para tornarem ‘digna’, em seu nome, a produção do passado que será por ele protegida para a posteridade.” (CAVALCANTI, 1993, p.16). Na realidade, uma conjuntura de fatores, demonstrado ao longo deste item, convergiu para que os modernistas tomassem a dianteira na ação de forjar um conjunto de elementos do passado como patrimônio nacional.

A rede de relações construída por aqueles próximos ao ministro Gustavo Capanema possibilitou a legitimação do SPHAN, assim como a representação daquilo que se constituiu o patrimônio nacional. Segundo Chuva (2017), foi um trabalho intenso para que o Decreto-Lei n. 25 fosse legitimado, as referências a ele são constantes nos processos, nos enunciados de Rodrigo Melo Franco e sua equipe técnica, assim como no Conselho Consultivo do SPHAN.

A construção da nação, simbolizada por meio dos objetos patrimoniais protegidos por essa lei, estava pautada sobre os valores artísticos e históricos, valores concebidos por

um grupo de intelectuais que construiu o que se identifica hoje como a "era mítica"[112] da instituição ou a "fase heroica", caracterizada pelas querelas travadas para tombamento dos bens (CAVALCANTI, 1993; FONSECA, 2017).

Os tombamentos nesses primeiros anos vão se voltar para arte e arquitetura colonial brasileira e tinham como justificativa o processo acelerado de sua perda, consequente do processo acelerado de transformações dos centros urbanos pela urbanização, assim como os saques aos monumentos para fins comerciais. Gonçalves (1996) identifica esse momento histórico, pela "retórica da perda", no qual os agentes da instituição vinculavam nos meios de comunicação um discurso baseado na ameaça constante do desaparecimento de objetos que deveriam ser salvaguardados.

No conjunto formado por arquiteturas salvaguardadas pelo SPHAN há que se entender um ponto importante no que tange às ações dos tombamentos da 'fase heroica': o papel das cidades mineiras. Elas foram reconhecidas como polos da arte e da arquitetura colonial, ação que já vinha sendo forjada desde antes dos anos 1930. A mudança da capital mineira de Ouro Preto para Belo Horizonte, no final do século XIX, fez com que alguns intelectuais, políticos e eclesiásticos voltassem seu olhar para a antiga capital, como uma fonte de referências de um passado artístico e histórico colonial que se contrapunha ao progresso da nova capital.

A necessidade de exaltar a beleza e a tradição de Ouro Preto, sobressaindo seu papel para Minas Gerais, foi construída ao longo de vários episódios, como apontou Magalhães (2017): no final do século XIX, com a figura de Tiradentes como herói da República; com a Inconfidência Mineira como palco para independência do Brasil; a valorização do século XVIII e da figura de Aleijadinho; a comemoração do 200 anos de Ouro Preto em 1911; o centenário de Independência, que colocou algumas edificações de Ouro Preto como marcos atrelados à Inconfidência Mineira; a inauguração do Museu Arquidiocesano de Arte e História de Mariana em 1926 – que contou coma presença de Gustavo Barroso, assim como a recuperação de algumas edificações consideradas significativas historicamente e esteticamente, a criação do concurso Araújo Vianna, para documentação dos detalhes arquitetônicos da obra de Antônio Francisco Lisboa (PINHEIRO, 2011) e, por fim, a fundação do Instituto Histórico de Ouro Preto em 1931.

Essas ações, segundo a autora, contribuíram sobremaneira para que Ouro Preto despontasse como fonte da identidade nacional, fazendo com que em 12 de julho de 1933,

[112] Os termos entre aspas foram utilizados por Fonseca (2017) para demarcar as décadas iniciais do SPHAN.

fosse elevada a monumento nacional, a partir do Decreto n. 22.928, considerando que era dever do poder público:

> [...] defender o patrimônio artístico da Nação e que fazem parte das tradições de um povo os lugares em que se realizaram, os grandes feitos de sua história; considerando que a cidade de Ouro Preto, antiga capital do Estado de Minas Gerais, foi teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação da nacionalidade e que possúe velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras d'arte, que merecem defesa e conservação[...] (BRASIL, 1933).

Assim, Ouro Preto foi erigida a outra escala simbólica e a legislação escolheu os seguintes elementos para salvaguarda: monumentos ligados à História pátria, monumentos religiosos e as obras de arte para constituir o patrimônio histórico e artístico de Ouro Preto. Para tanto, caberia ao governo do estado, ao município e às autoridades eclesiásticas o resguardo e conservação desses bens. A arquitetura monumental e de excepcionalidade histórica e artística passaram ser o foco do SPHAN, mediante a sua criação em 1937. O decreto que elevou Ouro Preto à condição de monumento, deu maior visibilidade ao conjunto arquitetônico, tornando-o modelo/parâmetro no âmbito dos discursos preservacionistas.

Com a fundação do SPHAN deu-se continuidade nesse processo de legitimação do colonial como excepcionalidade histórica e artística, porém com abrangência nacional. Os agentes que irão atuar nessa formatação já se encontravam sensibilizados (FONSECA, 2017), eram eles:

Rodrigo Melo Franco de Andrade, mineiro de Belo Horizonte;

Mário de Andrade, que foi a Ouro Preto em uma viagem em 1916, descobrindo o Barroco mineiro e percebendo a necessidade de sua proteção; e nos anos 1920, quando acompanhou o poeta Blaise Cendrars em uma viagem a Minas Gerais, entrando em contato com a arte colonial e com Carlos Drummond de Andrade (FONSECA, 2017).

Lucio Costa, que quando estudante de Arquitetura fez uma viagem para Diamantina em 1924, patrocinado pela Sociedade Brasileira de Belas-Artes (quando José Mariano a presidia), objetivando o estudo da Arquitetura colonial brasileira. Além disso, como arquiteto, era adepto do neocolonial, antes de sua fase modernista (PINHEIRO, 2011).

Pode-se fazer uma analogia no que tange ao referido ideal patrimonial centrado na arte e arquitetura colonial brasileira, com o que disse Schwarcz (2009) em seu ensaio "Paisagem e Identidade: a construção de um modelo de nacionalidade herdado do período

joanino", ao descrever as experiências de uma classe de intelectuais que visitava a Itália no século XVIII, em busca das ruínas da Antiguidade das descobertas arqueológicas. Segundo a autora, esses "tesouros" geraram "um novo ideal, uma beleza e uma natureza platônica passavam a inspirar as novas gerações e criavam vogas artísticas" (SCHWARCZ, 2009, p.21). Schwarcz (2009) complementa, afirmando que os viajantes se deixavam impregnar pelos gostos, as concepções sobre arte, sobre a paisagem gerando um passado inspirador, a Itália era entendida como uma nação adormecida, perdida em sua origem e a partir disso, se aproximavam a um conceito de "mundo ideal".

Com as devidas proporções comparativas, deslocando no tempo e no espaço para a experiência de intelectuais na "redescoberta" do Brasil colonial, sua peregrinação aos centros antigos das cidades adormecidas consagrou o Barroco mineiro, sendo ele identificado como primeira manifestação típica brasileira, um modelo ideal, contribuindo, dessa maneira, para que monumentos à sua imagem e semelhança fossem alvo de pesquisas e proteção. Dessa forma, Minas Gerais é apontado como o estado que estabeleceu uma espécie de cânone, um padrão para que os demais objetos fossem salvaguardados.

Nos anos iniciais dos tombamentos, segundo Gonçalves (1996), a população não tinha percepção do valor que o SPHAN atribuía aos bens, considerando-os como algo ultrapassado. O valor de excepcionalidade era amplamente difundido para a escolha dos elementos que representassem simbolicamente a nação, sua atribuição era feita por critérios adotados pelos agentes da instituição, sendo a maioria com formação em Arquitetura, os quais imprimiam às escolhas o critério formal das obras, segundo a visão modernista de história da Arquitetura brasileira[113].

Ao longo desse contexto, a arquitetura religiosa foi eleita como fonte primordial do patrimônio, moldada sobre a visão do corpo técnico, que não apenas as escolhiam, mas também emitiam diretrizes para intervenção nos bens (FONSECA, 2017). Como o SPHAN mantinha delegados regionais espalhados por todo Brasil, esses critérios foram se espalhando nas cidades e assim contribuindo para a legitimação da instituição e para consolidação de uma paisagem histórica pautada em tais escolhas.

[113] Como pontuado anteriormente, o projeto de construção da nação pelo Estado Novo baseado na associação da modernidade à tradição abarca alguns intelectuais do movimento modernista, quem, por sua vez, buscava "reelaborar o passado e construir a tradição brasileira, a partir de uma postura autônoma sem uma visão patriótica sentimental." (FONSECA, 2017, p. 92).

Assmann (2003), ao expor as diferenças entre a memória individual e a memória coletiva, toma as instituições e as corporações como as nações, o Estado, a Igreja e as empresas como exemplo da ausência da capacidade de recordação, ou seja, não possuem memória, no entanto, uma memória é construída, assim como uma identidade para si. A partir disso, uma memória intencional e simbólica é constituída com base na seleção de símbolos e sinais memoriais, formando uma memória uniforme e clara, com maiores propensões a serem repassadas ao longo do tempo.

O Estado Novo mobilizou seu aparelho de poder e saber para a construção e a fundamentação da identidade nacional, selecionando símbolos e sinais, retirados de referências da história, dignas de serem recordadas e, consequentemente, capazes de fortalecer a autoimagem da nação (ASSMANN, 2003). A seleção de um fato histórico é uma eleição, em que se prefere uma, dentre as múltiplas perspectivas, de como tal fato histórico pode ser transmitido para posteridade.

Essa questão também é tratada por Bispo (2011), ao se voltar para o estudo das memórias oficiais, destacando que elas são construídas e consolidadas a partir do trabalho de gestão do passado, que classifica e seleciona as memórias pertinentes a determinado fim, por sua vez, elas passam a influenciar o horizonte cultural de determinada sociedade. O autor trabalha a atuação dos agentes do SPHAN nos anos iniciais de criação do órgão, destacando o discurso da perda, mediante a destruição e perigo constante dos bens. Bispo (2011) aponta as considerações de Halbwachs (2013), as mesmas trabalhadas por Ricouer (1999) no que diz respeito à memória coletiva para a percepção de como ela foi trabalhada pelos modernistas da instituição nos anos 1930 e 1940, quando tomaram por base as interações de memórias entre os indivíduos, assim como a afetividade relacionada às trocas dessas experiências, e que foram usadas como justificativa na formação de uma memória nacional.

> Os modernistas ampliam seus interesses estéticos e históricos para toda uma coletividade, forjando uma memória que é coletiva porque emerge dos contatos entre esses intelectuais e seus pares, mas não nacional, na medida em que não é compartilhada diretamente pelo todo grandioso que a ideia de “povo brasileiro” (BISPO, 2011, p. 38).

Os agentes do patrimônio daquela época acreditavam estar elegendo bens que representassem a nação, a coletividade cultural do povo brasileiro, porém, estavam longe de abranger a diversidade do país, submetendo-a a uma memória coletiva de um grupo. Esse é um risco incutido, quando se trata da elaboração de uma memória oficial: a

supressão de outras memórias, o esquecimento, no caso do bem material, a ausência de amparo legal por um instrumento de preservação, como o tombamento, que pode ter como consequência o desaparecimento de um objeto que pode ser significativo para uma determinada população

A lista de patrimônios tombados das décadas iniciais de atuação do SPHAN legitimou esse código, o simbolismo do que representava/representa o patrimônio imóvel. Chuva (2017), ao tratar da hierarquização presente nos bens institucionalizados entre os anos de 1938 e 1946, destaca que nos primeiros anos de funcionamento do SPHAN os próprios agentes do órgão fizeram as indicações do que deveria ser resguardado, uma vez que nos processos não havia a motivação da indicação, sendo que os bens arquitetônicos formam a maioria do patrimônio histórico e artístico nacional protegido.

A autora listou os bens no recorte de tempo de 1938 e 1946 e verificou que a concentração deles por estados indicava que o maior quantitativo era no então Distrito Federal, Rio de Janeiro, em seguida, a Bahia, Pernambuco e Minas Gerais. Minas Gerais aparece com o menor quantitativo de inscrições no tombamento, em virtude de ter as inscrições de cidades, dando um número de objetos resguardados muito maior aos demais, por exemplo, as sete cidades inscritas nos livros de tombo Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina (1938), Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Mariana (1938), Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto (1938), Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de São João Del Rey (1938), Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Serro (1938), Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Tiradentes (1938) e o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Congonhas (1941).

Nos anos subsequentes ainda houve uma alta taxa de inscrições de bens no conjunto patrimonial do Brasil em uma continuidade do projeto identificatório de um tempo originário de nação e que havia se iniciado ainda no MHN. Chuva (2017) afirma que:

> O contexto de nacionalização do Estado brasileiro em que se inseriu a gestão estatizada de bens simbólicos encetada a partir do SPHAN caracterizou-se pelo projeto em que nacionalizar significou, antes de tudo, impingir unidade, impedindo qualquer feição plural da nação (CHUVA, 2017, p. 212).

Segundo a autora, a feição que o patrimônio histórico e artístico nacional deveria conter estava centrado na produção artística e arquitetônica do período colonial brasileiro, buscando na história “as raízes fundadoras da nacionalidade” (CHUVA, 2017, p. 212).

Esse ideal patrimonial é destacado em outro trabalho de Chuva (2012), ao tratar das restaurações realizadas pelo SPHAN, afirmando que o Barroco, em sua gama de expressividade, foi considerado expressão artística maior do período colonial brasileiro pelo arquiteto Lucio Costa. A historiadora atribuiu ao arquiteto da instituição, parte da responsabilidade da construção da ideia de que a arte e a arquitetura colonial eram representantes autênticos da cultura brasileira.

Segundo Oliveira (2019), autenticidade é um conceito complexo e deve ser entendido em relação a outros valores, quando o reconhecimento de um objeto como tal, depende do contexto cultural, social e político no qual está inserido. A autora, ao tratar a questão da construção da autenticidade na cidade de Goiás no processo de tombamento como patrimônio nacional pelo IPHAN, constatou que a atribuição de determinados valores e as justificativas envoltas à autenticidade estavam fundamentadas em aspectos históricos e estéticos coloniais. Eles, por sua vez, eram frutos de práticas adotadas pela atuação do IPHAN no olhar para com a cidade, centrado em um "conjunto que pudesse representar as origens da nação brasileira" (OLIVEIRA, 2019, p.11), com isso, aquilo que estivesse fora dessa essência tinha grande probabilidade de ter seu pedido de inclusão ao conjunto matrimonial, negado[114].

Identificou-se, dentro do campo dos tombamentos do SPHAN, que a autenticidade é utilizada para caracterizar, para valorar algo e assim passar a fazer parte de um conjunto de objetos que atribuem ao Brasil sua identidade. Nesse caminho, Schwarcz e Starling (2015) consideram que a identidade pode ser lida como uma construção histórica e que diz respeito a "como queremos ser vistos", com isso, seu entendimento se entrelaça à noção de autenticidade.

Schwarcz (1995) considera ainda que a identidade nacional é um jogo de construção e desconstrução, a qual se molda e remolda a partir de demandas de diversos contextos. Segundo a autora, há um movimento cíclico, em que grupos de intelectuais de diferentes gerações forjam um conceito, criando uma imagem da cultura nacional brasileira. Tal ação ganha corpo com a vinda da Corte portuguesa em 1808 e a emancipação política em 1822, contexto no qual foram criadas as primeiras faculdades, como a de Medicina e posteriormente a de Direito, assim como o Instituto Histórico e

[114] Segundo a autora, dentre os pedidos de tombamento feitos à instituição na cidade de Goiás, na década de 1940, a presença de prédios ecléticos atribuía à cidade referências que não correspondiam aos aspectos da dita origem nacional, acarretando a negação dos pedidos. Outra ação, mencionada por Oliveira (2019), diz respeito à década de 1940 e 1950, quando a instituição chegou a solicitar a retomada do estilo colonial em determinadas edificações, a fim de que fosse possível efetivar o tombamento.

Geográfico Brasileiro, que passou a modelar uma história de nação brasileira, além de outros grupos de intelectuais que também passaram a refletir sobre temáticas que caracterizariam o Brasil em diversos aspectos.

Gonçalves (1996) expõe que ao longo dos primeiros 30 anos do século XX, as discussões sobre identidade nacional brasileira – que antes estavam centradas em termos raciais – passaram a pensar questões culturais "como uma busca da 'brasilidade', de uma 'essência', 'alma' ou simplesmente 'identidade' da nação brasileira" (GONÇALVES, 1996, p.41).

Segundo Schwarcz[115] (1995, p. 5), na década de 1930, intelectuais ligados ao poder público passaram a pensar políticas culturais que viabilizassem "uma autêntica identidade brasileira". Com esse fim é que foram criadas e aprimoradas instituições culturais que visavam "resgatar' nosso folclore, nossa arte e nossa história" (SCHWARCZ, 1995, p. 5). É nessa ação da construção de uma identidade nacional feita de forma cíclica, ao longo da primeira metade do século XX, que grupos distintos responderam por diversos argumentos de como o Brasil poderia ser identificado culturalmente por meio de um conjunto de objetos.

A qualificação de arquiteturas naquelas décadas iniciais de atuação do SPHAN era um reflexo daquilo que o grupo dos modernistas tinha por ideal patrimonial, no sentido de um conjunto que pudesse ser visualizado como o autêntico brasileiro, que atribuísse identidade à nação. Essa noção, tanto de identidade como de autenticidade, como mencionado por Schwarcz (1995), é que muda no decorrer do tempo, no âmbito da instituição patrimonial, e pode ser observada, uma vez que, ao conjunto tombado, houve um alargamento tanto quantitativo como qualitativo de bens escolhidos para participar do patrimônio nacional. O juízo de valor, por parte de técnicos, ainda permitiu o ingresso de objetos para além da estética colonial nos livros do tombo ao longo da primeira metade do século XX.

Sobre o conjunto de bens que foram sendo selecionados pelos técnicos, Gonçalves (1996) menciona que tais objetos são como coleções, apropriadas visualmente e dispostas, em exposição com um intuito de representar categorias sociais culturais, no caso do Iphan, passado/presente. Tal prática, segundo o autor, tinha/tem por finalidade,

[115] Neste artigo, a autora discute o vínculo da identidade brasileira à "mestiçagem" e aos significados e ressignificados dela por parte de grupos de intelectuais ao longo de determinados contextos da história do Brasil.

responder ao desafio de salvaguardar os objetos, demonstrando que eles são representativos e estavam em constante ameaça de desaparecimento.

Diante disso, Gonçalves (1996) afirma que a apropriação do patrimônio cultural é um sinônimo de preservação, sendo definida como identidade:

> o que significa dizer, no plano das narrativas nacionais, que uma nação torna-se o que ela é na medida em que se apropria do seu patrimônio. Em outras palavras, as práticas de apropriação e colecionamento são entendidas como um esforço no sentido de restabelecer ou defender a continuidade e a integridade do que define a identidade e a memória nacional; um esforço no sentido de transcender a inautenticidade e garantir a "autenticidade" ao restaurar e defender um evanescente "sentido de ser" (GONÇALVES, 1996, p. 24).

Nesse sentido, as narrativas preservacionistas emergidas do Iphan nas décadas iniciais de sua atuação construíram um conjunto de objetos aos quais foram atribuídos valores e que os elevaram a uma categoria de distinção. A essa distinção atrelou-se a necessidade de apropriação, o que responderia à ameaça de desaparecimento de objetos, os quais simbolizariam a nação. Cabe ratificar que foi o período colonial escolhido como o difusor de um modelo de autenticidade a ser resguardado naquela instituição.

3.2 ERNESTO CRUZ E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO PARAENSE

Os agentes de "dedicação à causa patrimonial" que pertenciam ao SPHAN, segundo Chuva (2017), tinham estabelecido, desde a fundação da instituição, uma forte rede de relações pessoais. Tais agentes estavam distribuídos em um quadro de funcionários regulamentado pelo Decreto n. 20.303, de 1946, formado por uma Diretoria Geral, um Serviço Auxiliar, uma Divisão de Estudos e Tombamentos (DET), com duas seções: de Arte e de História e uma Divisão de Conservação e Restauração, que se subdividia em Seção de Projetos e Seção de Obra.

Chuva (2017) afirma que dentro dessa estrutura havia quatro distritos atuantes em alguns estados do Brasil, que funcionavam com equipes reduzidas, basicamente centradas no chefe do distrito. Esses setores da instituição deveriam colaborar na defesa do patrimônio histórico e artístico nacional dialogando com as autoridades da União, do município e do estado.

Naquela época, a região Norte do país ainda se encontrava desprovida da ação de um distrito, a interlocução era feita entre delegados/representantes locais – denominações

que se encontram nas documentações de tombamento – com a direção geral ou com outros setores do SPHAN.

A rede de relações mencionada anteriormente também atuou no estado do Pará, pois no ano de 1940, Rodrigo Melo Franco de Andrade delegou ao arquiteto paraense Renato Soeiro – chefe da Seção de Obras – a tarefa de ir à região Norte do país com a finalidade de encontrar pessoas para trabalhar na defesa do patrimônio nacional, segundo o próprio Soeiro:

> [...] estava certo de que em Belém não encontraria maiores dificuldades, pois, já saíra daqui com a intenção de obter a contribuição de Arthur Ferreira Reis, o que consegui. Dei assim a Rodrigo e a todos os companheiros do antigo SPHAN a tranquilidade da aquisição de um elemento para aquela área que, estava certo, seria melhor valia (SOEIRO, 1976, p. 47).

A narrativa de Renato Soeiro[116] aponta os caminhos trilhados na construção da institucionalização nacional do patrimônio paraense, que centrou os primeiros passos na figura de Arthur Cézar Ferreira Reis[117], que por sua vez não permanecera por muito tempo na função de representante do SPHAN em virtude de outros encargos assumidos. Segundo Soeiro, Arthur Ferreira Reis havia prestado muitos serviços na atuação patrimonial no Pará e dentre eles estava a indicação de Ernesto Cruz para substituí-lo (SOEIRO, 1976).

Esse contato inicial do SPHAN com seus representantes no Pará também fora explicitado por Ernesto Cruz, duas vezes, nos jornais de Belém. Os fatos apontaram que o historiador foi o terceiro representante do Serviço, sendo precedido por Artur Ferreira e por Carlos Estevão, todos agentes da causa do patrimônio. Em 23 de agosto de 1953, Cruz contestou uma crítica feita por um articulista anônimo no jornal "Folha Vespertina" às obras que estavam sendo realizadas nas igrejas da Sé, de Santo Alexandre e do Carmo:

> [...] também esclareço que não sou funcionário do Patrimônio, apenas seu representante neste Estado, não tendo ordenado, nem figurando nas folhas de pagamento do Ministério da Educação. Quando o dr. Artur Reis transferiu para mim a representação do P.H.A.N[118] em 1946 [...] faço o que posso, o que devo e o que manda o Diretor geral do P.H.A.N. Porém, o sr. Arcebispo D. Mário de Miranda Villas Bôas, a quem rendo mais uma vez o tributo da

[116] Paraense, formado em arquitetura na Escola Nacional de Belas-Artes em 1937, atuou por longa na instituição nacional de preservação patrimonial de 1946 a 1979, passando pelo cargo de diretor da Divisão de Conservação e Restauração e diretor-geral.
[117] Até o momento final da pesquisa não se obteve a documentação que trata da passagem de Arthur Cézar Ferreira na instituição. Porém, destaca-se a importância de aprofundar os estudos sobre sua trajetória na construção do patrimônio paraense.
[118] A denominação Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (PHAN) foi também encontrada em alguns documentos dos processos de tombamento.

> minha respeitosa homenagem, sabe que nunca neguei esforços para pedir pelas Igrejas do Pará ao Patrimônio Histórico. (CRUZ, 1953, p. 11).

A crítica questionava se os serviços "do Patrimônio" (CRUZ, 1953, p. 11) eram efetivos, uma vez que a aparência das igrejas não estava condizente com a atuação da instituição. Ernesto Cruz contesta e discorre sobre o não vínculo de funcionário com o "PHAN", e se coloca em uma situação de passividade ante as ordens da diretoria geral. Decorrido um ano desse acontecimento, em agosto de 1954, Ernesto Cruz contesta mais uma crítica feita no jornal "Imparcial" sobre os serviços prestados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:

> [...] não sou funcionário deste Departamento. Por conseguinte, não recebo ordenado que possa servir de mira aos interesses de quem quer que seja. Paga-me o Patrimônio, apenas as monografias e os serviços de natureza histórica que presto como tombamentos, inventários, pesquisas nos Arquivos, esclarecimentos etc. e cujas importâncias recebidas, nunca foram além de doze mil cruzeiros anuais (Cr$12.000,00), conforme declaração feita por mim à delegacia do Imposto sobre a Renda. (CRUZ, 1954, p.4).
> .

Ernesto Cruz insiste em afirmar que não possuía vínculo de servidor com a instituição e que apenas prestava serviços, especificando os trabalhos que ele desenvolvia, assim como a importância que recebia por eles. Na mesma nota de respostas, esclarece como se dava a gestão das verbas enviadas para execução de serviços tombados, e complementa:

> [...]E isto vem acontecendo desde o tempo em que foram representantes do P.H.A.N no Pará os srs. drs. Carlos Estevão e Arthur Cézar Ferreira Reis. Todas as Obras feitas são comprovadas por documentário fotográfico. Eu as fiscaliso apenas a pedido e por designação da Diretoria do P.H.A.N.[...] (CRUZ, 1954, p.4)

As respostas dadas pelo historiador indicam quantos representantes atuaram no estado até ser transferida a representação a ele, vale destacar que os tombamentos no estado iniciaram em 1938, com o acervo da Coleção Arqueológica e Etnográfica do Museu Paraense Emílio Goeldi, em que há referências a Carlos Estevão. Assim, são três nomes que figuram nas ações iniciais do SPHAN no Pará: Carlos Estevão, Arthur Cézar Ferreira Reis e Ernesto Cruz, sendo o último o representante que passou mais tempo desempenhando a interlocução entre o Pará e a direção geral do órgão.

Além das referências de vinculação instituição patrimonial na década de 1950, a pesquisa desta tese encontrou, ainda nos anos 1940, publicado no jornal "A Província do Pará", de 26 de julho de 1949, uma nota sem autoria em que o historiador paraense aparece a serviço do SPHAN no estado do Maranhão:

> [...]Encontra-se em Alcantara, procedendo o serviço de tombamento dessa cidade maranhense, o historiador paraênse Ernesto Cruz, diretor da Biblioteca e Arquivo Público do Pará. A fim de desincumbir dessa importante missão, que lhe foi atribuída pelo Ministério da Educação, por intermédio do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [...] (EM ALCANTARA..., 1949, p.8).

Ernesto Cruz iniciou suas atividades como representante do SPHAN em 1946, essa indicação é demonstrada na carta de novembro de 1945 remetida por Artur Cézar Ferreira Reis à direção geral, como visto no capítulo 1. Em 19 de janeiro de 1946 é possível acompanhar a efetivação das atividades do historiador paraense no cargo, pois Rodrigo Melo Franco de Andrade comunica em uma carta a Ernesto Cruz sobre as atividades a serem desenvolvidas, assim como a expedição de um pagamento para atender às despesas das atividades da diretoria no estado. O diretor também especificou o valor de seu vencimento mensal de CR$ 500,00, que em valores[119] atualizados, somam aproximadamente, R$ 1.250,71.

Nos anos iniciais, os trabalhos desempenhados pelo representante do SPHAN, de acordo com o recibo de pagamento, eram os seguintes: "estudos e pesquisas históricas, inventário e inspeção de monumentos e obras de valor histórico e artístico, documentação fotográfica. [...]" (ANDRADE, 1946, p. 6). Chuva (2017) relata que havia uma estreita correspondência entre os chefes dos distritos e a direção geral do SPHAN, acrescentando nesse conjunto de agentes do patrimônio a figura do delegado/representante, que pela configuração observada na documentação de pesquisa, foram pessoas contratadas para fazer a mediação nos estados os quais não estavam sob a ação de um distrito[120].

---

[119] Atualização de valor feita a partir do Índice Geral de Preços (IGP), disponível em https://arquivofee.rs.gov.br/servicos/atualizacao-valores/.

[120] Segundo Chuva (2017), o término do Estado Novo refletiu uma nova organização de agências do Estado, o SPHAN passou por uma organização, sendo denominado de Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional (DPHAN). O regimento interno fomentava a hierarquia entre as regionais e os setores da sede, localizada no Rio de Janeiro, capital federal na época. Havia, portanto, quatro Distritos: "1º Distrito, chefiado pelo engenheiro Ayrton Carvalho, com sede em Recife, e responsabilidade sobre os estados do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco e de Alagoas; 2º Distrito, chefiado pelo escritor e historiador da arte Godofredo Filho, com sede Salvador, atuando na Bahia e em Sergipe; 3º Distrito, chefiado pelo arquiteto Sílvio Vasconcelos, com sede em Belo Horizonte, atuando exclusivamente em

A pesquisa na documentação das correspondências entre o diretor-geral e Ernesto Cruz apontou para o modo de operação desse agente e permitiu pensar a hipótese desta tese no que tange como as ações e a noção de preservação de Cruz refletem a prática discursiva do SPHAN na construção do patrimônio paraense.

A partir do conjunto dos processos de tombamento que abrangem correspondências e demais documentos, como também na consideração dos espaços das cidades que apresentam arquiteturas marcadas por uma estética historicista e que passaram a ser transformados com a criação das instituições oficiais, que instituições como o SPHAN visavam resguardar alguns exemplares por meio de um instrumento legal – o tombamento – o que faz com se aproprie aqui das reflexões sobre análise do discurso em Foucault (1979), considerando tais instituições como dispositivos de poder e saber.

Tais dispositivos, formulados na década de 1930, foram capazes de fixar suas práticas discursivas ao longo da história de preservação patrimonial no Brasil. Segundo Foucault (1979), em cada momento histórico, grupos sociais apresentam seus discursos, os quais produzem as verdades daquele período, tais discursos se envolvem, se conectam em uma rede de signos e de outros discursos que contribuem para validar a sua verdade. Podendo assim voltar o olhar para as instituições patrimoniais e enxergá-la como um desses dispositivos, que nada mais é, segundo o autor, que:

> Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1979, p. 244).

Segundo o autor, um dispositivo engloba o dito e o não dito, o dizer e o fazer, ele é a rede que interliga todos esses elementos e que em um determinado momento histórico foi capaz de responder a uma urgência.

Dessa maneira, os discursos devem ser vistos como resultantes do esforço que determinada sociedade, em um determinado momento, fez para garantir que a imagem que ela queria deixar de si pudesse chegar às futuras gerações. Por isso, vale analisar as condições de produção dos discursos e se colocar diante das fontes e dos sujeitos, na

---

Minas Gerais; 4º Distrito, chefiado pelo engenheiro Luiz Saia, com sede em São Paulo, responsável pelos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul" (CHUVA, 2017, p.180).

atitude descrita por Le Goff (2003), ao tratar do documento-monumento, em que o olhar para aquele material não deve ser inocente, pois é preciso desmistificar o significado aparente que eles carregam. Para ler "a massa de elementos", a qual se refere Foucault (2008), vale fazer o esforço de desenrolá-la, isolá-la, reagrupá-la e fazê-la pertinente, e é nesse processo de leitura de discurso que se analisa como a prática individual discursiva de Ernesto Cruz atravessa, e é atravessada pelo discurso patrimonialista do SPHAN.

Os enunciados emitidos pelos órgãos a partir daquela década agruparam-se, formando o discurso dessa instituição, que por sua vez apresentam os sujeitos, ou seja, o quadro de funcionários atuante que emitiu parecer, escolheu os bens e também produziu materiais, como artigos em revistas, jornais, livros etc., garantindo a perenidade da memória institucional.

Esses múltiplos sujeitos trazem em sua bagagem intelectual uma visão particular, as quais podem trazer o discurso de outros dispositivos, e que irá influenciar as escolhas dos objetos a serem resguardados. Ernesto Cruz passa a ser um elemento desse dispositivo de poder a partir dos anos 1940, trazendo com ele a sua perspectiva de valoração e eleição daquilo que poderia ser um bem patrimonial dentro do espaço da cidade. A massa de documentos, dentre eles, processos de tombamento, o Decreto-Lei 25, as trocas de correspondências, a arquitetura tombada, assim como aquela que não se resguardou, auxiliam a refletir sobre a efetivação do discurso da necessidade de se tombar, difundida no final dos anos 1930.

No capítulo 3 foi pontuada a perspectiva do "Historiador da Cidade de Belém" para com as transformações ocorridas no tecido da urbe, dentro dessa transformação destrutiva de um passado emerge da fala do historiador alguns aspectos que apontam para aquilo que deveria ser valorizado, ser reverenciado pelo paraense. O processo de modernização trouxe o tensionamento entre agentes da cidade que se opunham ao apagamento de elementos tradicionais da paisagem e outros que deflagravam o gosto pela modernização. O modo de operação do SPHAN para o resguardo de bens no Pará passava pela intermediação de Cruz e estava inserida nesse conjunto de forças que se opunham ao total processo de reconfiguração dos espaços.

Cruz é um agente do SPHAN e passa a fazer parte de um dispositivo que apresenta estratégias de controle daquilo que pode ou não ser tombado, daquilo que pode ou não representar a nação brasileira. A instituição, como visto anteriormente, criou a classificação e a hierarquização estética, histórica e artística dos objetos, apresentando no topo da lista os bens de natureza material com características, segundo a história da

Arquitetura brasileira, de arquitetura colonial, e dentro desses bens encontram-se a gama da arquitetura religiosa, militar e civil marcada pela monumentalidade, pela singularidade estética e histórica.

Demonstra-se neste capítulo como esse discurso foi efetivado, para tanto é importante fazer um percurso no modo de operação do historiador Ernesto Cruz, a partir de sua contratação pelo SPHAN em 1946[121]. Ressalta-se que o tema "História da Preservação Patrimonial no Pará" é pouco explorado dentro das áreas de conhecimento tanto da Arquitetura quanto da História. O que se tem são pesquisas que tratam de determinados bens patrimoniais tombados e um catálogo de exposição: "Pedra e alma: 30 anos de IPHAN no Pará", que traz brevemente a trajetória da instituição, porém trabalhos acadêmicos que discutem como se construiu a institucionalização patrimonial no Pará, ainda necessita de esforços investigativos. Ressalta-se que a originalidade desta tese está na construção de uma história da preservação a partir da perspectiva do historiador Ernesto Cruz.

Alguns documentos trocados entre a sede da instituição e Cruz apontam que a demanda de atividades do representante era intensa, uma vez que recaía sobre uma única pessoa: a gestão da verba, a fiscalização de obras no estado, as pesquisas sobre os bens, dentre outras solicitações. Destacam-se dentro do acervo documental sobre Ernesto Cruz no Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro, algumas passagens que trazem aspectos do dia a dia da sua função, assim como informações importantes para pesquisas no campo da Arquitetura e que podem ser utilizadas em investigações futuras.

O excerto a seguir é a transcrição completa de um itinerário de visitação e pertence ao relatório de uma das primeiras fiscalizações que Cruz realizou no cargo de representante, nas obras da igreja de Vigia:

> Atendendo a honrosa solicitação de V.S. tomarei a meu cargo a fiscalisação periódica das obras que vão ser feitas nesse tradicional templo católico. Cabe-me, no entanto, prestar a V.S. os seguintes esclarecimentos: Não existe um serviço regular de transporte entre os municípios de Belém e Vigia. O fluvial, feito por embarcações á vela, é incomodo e demorado, gastando, geralmente, as canoas nesse trajeto de 12 a 15 horas, sugeitas as condições favoráveis do tempo. O transporte rodoviário é deficiente. Feito em conexão com os trens da Estrada de Ferro de Bragança, deixa muito a desejar, sendo comum os casos de ficarem os viajantes retidos no município de João Coelho, antigo de Santa Izabel, á espera do regresso da viatura, para, então, tomarem o caminho da Vigia [...] Só há um sistema de

[121] Tenta-se nesta tese apontar para a construção de uma história da preservação a partir da perspectiva do historiador Ernesto Cruz.

> transporte capaz de atender á conveniência dos interessados: - o automóvel (CRUZ, 1946, p.7).

Nesse trecho da carta percebe-se que as inspeções não estavam restritas à capital do estado, mas que o encarregado do ofício deveria percorrer os interiores para fiscalização das obras. O percurso para se chegar a Vigia parecia exaustivo nos anos 1940, os meios de transportes comuns ofertados para o destino demandavam muito tempo e dependiam de fatores que poderiam deixar a viagem mais longa, como as condições de maré e a conexões com outros transportes. Mesmo com a solução apontada por Cruz, o automóvel de aluguel, ainda havia outras intercorrências:

> Desse modo, a viagem [de automóvel] pode ser feita, sem interrupção, de 18 a 20 horas, ida e volta. Assim mesmo torna-se incomodativa, em consequência do mao estado da rodovia, devido a época invernosa que atravessamos. Esse o motivo das Garages, recusarem-se a mandar seus carros á Vigia, a não ser, por contrato especial, mediante o pagamento de quantias que variam de mil e duzentos a mil e quinhentos cruzeiros (CR$ 1.200,00 a 1.500,00). Consegui, no entanto, quem faça esse serviço por novecentos cruzeiros (CR$ 900,00), ficando a hospedagem do chaufeur por minha conta (CRUZ, 1946, p.7).

O período chuvoso, que vai de dezembro a março na região Norte, tornava-se um contratempo ainda maior para o tráfego de automóveis na rodovia para Vigia, como ressaltado por Ernesto Cruz. Cabe salientar que esta carta ainda indica que além do aluguel do automóvel – valor do honorário mensal de Cruz – ele tinha outras despesas, como as hospedagens e refeições para ele e o motorista, e quando houvesse a inspeção ainda iriam o fotógrafo e o seu ajudante. Tais observações foram acatadas pelo diretor do SPHAN e os valores para despesas de viagens pagos.

Chuva (2012) afirma que as viagens se tornaram uma prática da preservação patrimonial, uma vez que além das descobertas de novos bens, também eram o meio de fiscalizar, de conservar e de restaurar o acervo tombado. Assim, segundo a autora, as viagens eram rotinas de trabalho que naquele período possibilitaram a invenção de procedimentos de trabalho. A atividade não estava restrita apenas aos técnicos da sede ou às direções regionais, já que, como visto no caso de Ernesto Cruz, o representante também carregava essas responsabilidades. A autora menciona também a adversidade das viagens, como os deslocamentos, a rede de hotelaria, além desses fatores, quanto mais no interior se encontrava o bem, mais difícil era conseguir uma equipe para a execução de obras.

O representante/delegado, além das vistorias, fazia o estabelecimento de contato com construtores para execução das obras, os pagamentos efetuados pelo Serviço de Patrimônio na aplicação dessas obras e encargos e ainda se ocupava de outras funções solicitadas por Rodrigo Melo Franco de Andrade. O serviço de recepcionar e guiar visitantes "amigo de nossa repartição"[122], estudantes e demais pesquisadores viajantes também era um serviço prestado por Ernesto Cruz.

É interessante observar o trânsito de pessoas que vinham para pesquisar a história do Pará, visitar monumentos ou inspecionar os serviços da instituição. Dentre os documentos da "pasta Ernesto Cruz", no acervo do Arquivo Noronha Santos (Iphan-RJ), destacam-se alguns excertos de cartas de recomendações emitidas por Rodrigo Melo Franco Andrade a Ernesto Cruz:

> tenho o prazer de apresentar-lhe o portador desta, Sr. Fernando Saturnino de Brito, que aí vai com a incumbência desta Diretoria de não só inspecionar os serviços executados em proveito dos "Monumentos de Belém" sob a sua direção, mas também transmitir-lhe orientação para os que terão de ser realizados no exercício corrente. (ANDRADE, 1954, p. 5).

Segundo Uribarren (2015), Saturnino de Brito colaborou na instituição entre as décadas de 1950 e 1960, realizando inspeções e dando pareceres sobre tombamento. A autora afirma que em 1953, Brito atuou em Pernambuco, na Paraíba e no Rio Grande do Norte – estados do 1º Distrito. De acordo com a correspondência entre a diretoria e Ernesto Cruz, o arquiteto também passara por Belém em inspeção.

Outras solicitações encontradas apontam professores e alunos: "o distinto escritor e professor francês, Sr. Michel Simon, residente em nosso país durante muitos anos, amigo de nossa repartição e apreciador muito esclarecido de nosso patrimônio de arte tradicional [...]" (ANDRADE, 1957, p.1). Andrade complementa o texto fazendo recomendações para que o historiador paraense prestasse "bondosa assistência". Destacam-se também, em 1959, a visita dos estudantes universitários Paulo Sérgio de Sousa Silva (FAU/USP) e Gunter Eberardt (Mackenzie) que, a pedido de Melo Franco, solicitam a Cruz para facilitar "o estudo do acervo arquitetônico" do Pará (ANDRADE, 1959, p.1).

[122] Termo recorrente encontrado em algumas das cartas de Rodrigo Melo Franco de Andrade enviadas a Ernesto Cruz.

Em 1960, o diretor da instituição encaminhou um professor da Universidade do Kansas, Seymour Menton, para que fosse recebido e que lhe fosse prestada assistência (ANDRADE, 1960). Ainda na década de 1960, Rodrigo de Melo Franco solicitou a recepção do fotógrafo Hans Mann, "autor de um trabalho apreciado sôbre 'Os Doze Profetas de Congonhas' editado pelo Serviço de Documentação do MEC, assim como colaborador de outras publicações de interesse público [...]" (ANDRADE, 1966, p. 4). Ernesto Cruz, na ocasião, deveria auxiliar Mann a fazer uma seleção de monumentos e obras de arte do Pará para serem fotografados, por incumbência de uma universidade estadunidense.

É importante pontuar neste momento que as trocas de correspondências entre a sede no Rio de Janeiro e a representação no Pará apontaram para a possível existência de um acervo fotográfico de bens do Pará que merecem estudos futuros. São registros feitos ao longo dos anos 1940 a 1960 e solicitados para diversos fins, tais como comprovações de obras de reparo ou restauro, estado de conservação no qual se encontrava o bem, ou ainda a aferição se o objeto arquitetônico teria ou não interesse para tombamento etc.

Como mencionado por Chuva (2017), a fotografia teve muita relevância nas primeiras décadas de funcionamento do SPHAN, no caso das informações do Pará, muitos desses documentos não apresentam os autores das fotografias, porém alguns nomes foram mencionados na documentação: além de Hans Mann, por exemplo, tem-se um recibo de serviços fotográficos assinado por Raymundo Freitas em novembro de 1945 e relativo a fotografias do edifício da Cia. de Eletricidade Paraense. O próprio historiador mencionou em 1949, em uma vistoria ao estado do Maranhão, que sua máquina fotográfica havia falhado.

Há também menção à documentação fotográfica do Forte de Gurupá, solicitada em 1952 por Rodrigo Melo Franco de Andrade, em virtude do apelo feito pela Assembleia Legislativa do Pará para que fossem tomadas providências sobre a edificação (ANDRADE, 1952). O trâmite para que a equipe técnica da sede averiguasse a edificação estava pautado nos serviços de levantamento histórico e fotográfico emitidos pelos delegados dos estados, e em resposta à demanda, Cruz enviou um telegrama com os seguintes dizeres: "apezar de considerar fortaleza apenas relíquia histórica deve ser conservada sem utilidade porem restauração devido elevadíssimo preço" (CRUZ, 1952, p.10). Nota-se que o historiador emite um parecer inicial sobre a fortificação, a qual teria valor histórico e por isso deveria ser conservada, mas seu uso original não mais caberia, pontuando ainda sobre os gastos para a restauração do bem.

O levantamento da edificação foi feito pelo fotógrafo francês Marcel André Gautherot (ANDRADE, 1952), que também era arquiteto. O francês mudou-se para o Brasil em 1940 e contribuiu com trabalhos de documentação fotográfica para o SPHAN, inclusive viajando por um período para a região Norte do país. Em 1947, Ernesto Cruz informava à direção da instituição que Gautherot havia lhe procurado, com uma apresentação da diretoria, e que fora encaminhado para o Museu Paraense Emilio Goeldi:

> Dei-me pressa em encaminha-lo ao MUSEU PARAENSE, solicitando da direção daquele estabelecimento científico toda a atenção ao recomendado de V.S. Independente dessa recomendação, estive por várias vezes no Museu, onde o Sr Marcel manifestou-se satisfeito com a acolhida, nada lhe faltando para o cabal desempenho da sua missão (CRUZ, 1947, p.21).

Estas notas demonstram que o fotógrafo francês coletou material do Pará, segundo o Observatório Cidadania, Cultural e Cidade[123] da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Marcel Gautherot estabelecera contatos com arquitetos brasileiros, o que acarretou uma vasta produção documental da arquitetura brasileira, com destaque para "The Construction of Brasilia", entre os anos 1958-1960. O fotógrafo retratou aspectos culturais do cotidiano do brasileiro, como o trabalho de operários de construções, camponeses, pescadores etc., de acordo com o Instituto Moreira Salles (IMS), o conjunto de sua obra teve um papel fundamental na "construção da representação e do imaginário modernos do Brasil" (GAUTHEROT VOLTA..., 2016).

Outra documentação fotográfica relevante é relativa à visita do historiador Robert Smith, em suas pesquisas sobre o urbanismo, a arquitetura e a arte colonial brasileira[124]. Segundo Bueno (2012), Smith 'descobriu' o Brasil em 1937, a partir de uma bolsa do *American Council of Learned Societies*, ocasião na qual realizou uma longa viagem por várias cidades brasileiras, incluindo Belém. Nesse período, Smith estabelecera vínculos com o corpo técnico do recém-criado SPHAN, contribuindo para as pesquisas da instituição e publicando uma série de artigos para a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

---

[123] O acervo significativo de suas obras encontra-se no IMS e para maiores informações, ver: https://ims.com.br/2017/08/23/mais-sobre-marcel-gautherot/ ou http://www.observatorioculturaecidade.ufscar.br/acervo/fotografia/registros-fotograficos/fotografo-marcel-gautherot/.

[124] Algumas imagens de Belém estão disponíveis no acervo fotográfico digital do Fórum Landi, mas não apresentam a exatidão da datação, porém, a partir dessas informações, supõe-se que são das décadas de 1930 a 1950.

Pessoa e Araújo (2012) afirmam que o historiador estadunidense deixou para o SPHAN inúmeras fotografias de monumentos da Bahia, do Rio de Janeiro e do Pará, as quais foram capturadas entre as décadas de 1940 e 1950. No ano de 1947, Ernesto Cruz mencionou que esteve com Smith em Belém, recepcionando-o a 12 de abril:

> Levei o dr. Smith a visitar os nossos monumentos e trechos pitorescos de Belém, principalmente a CIDADE VELHA, onde nos demoramos em inspeção ao velho e colonial edifício do antigo Senado da Câmara, tendo o dr. Smith tirado várias fotografias [...] (CRUZ, 1947, p. 21).

No ano de 1953, Ernesto Cruz enviou uma carta para Rodrigo Melo Franco de Andrade informando sobre a chegada de Robert Smith a Belém em 10 de setembro, informando que o historiador passara três dias na cidade em sua companhia. A carta traz detalhes dessa estadia[125], com a indicação das visitas realizadas:

> monumentos mais interessantes de Belém, detendo-se especialmente nas igrejas de Santo Alexandre, Carmo e São João, das quais tirou grande documentário fotográfico levando, também esclarecimentos históricos que lhe interessavam e que forneci. Visitou também a igreja das Mercês e a Cidade Velha, [...]. Estivemos no Palácio do Governo, onde foi notado restos do traçado de Landi. De todo tirou apontamentos que interessam os seus estudos especializados [...] (CRUZ, 1953, p.19).

As visitações demonstram o direcionamento para alguns exemplares específicos, os coloniais, porém, vale atentar, nesse momento, para o arquivo fotográfico do Pará registrado nesse intervalo de tempo da atuação de Ernesto Cruz, algo relevante de se comentar em virtude de alguns indícios de existência de um acervo fotográfico significativo de bens e outros aspectos culturais do estado do Pará no IPHAN, algo que poderia ser explorado em futuras pesquisas ou mesmo em uma exposição das fotografias.

Percebe-se que o "Historiador da Cidade de Belém" assumia diversas responsabilidades em sua atuação como representante do SPHAN no Pará, a documentação pesquisada indicou que ele era responsável por todas as ações e diálogos entre a sede e as demandas do Estado quanto a assuntos de bens patrimoniais, por exemplo, a pesquisas históricas sobre edificações, a pesquisas de documentação de propriedades de imóveis, a inventário fotográfico, ao recebimento e repasse de recursos para obras de conservação e restauração, ao contato com empreiteiras e engenheiros para obras, a contato com proprietários de edificações de interesse à preservação ou tombadas,

[125] Essa carta será discutida com mais detalhes no capítulo 4.

além de vistoria de obras e os monumentos – no estado do Pará, não apenas na capital – dentre outras funções, como relatadas anteriormente (receber viajantes, marcar hospedagem em hotel[126] etc.).

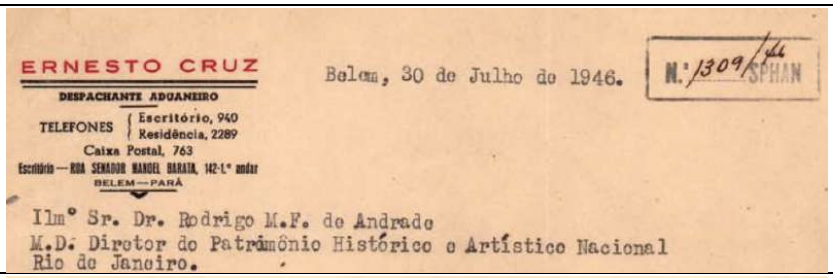
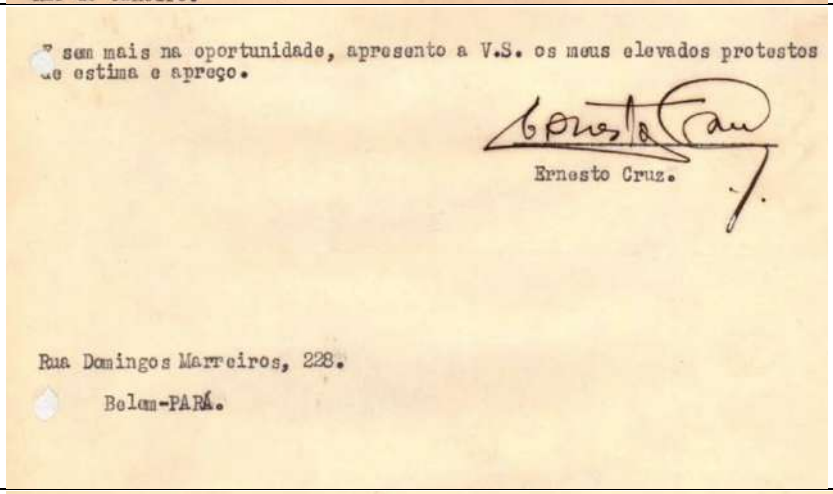
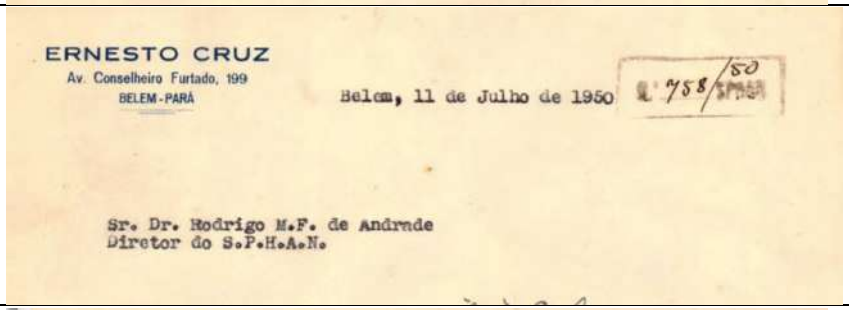
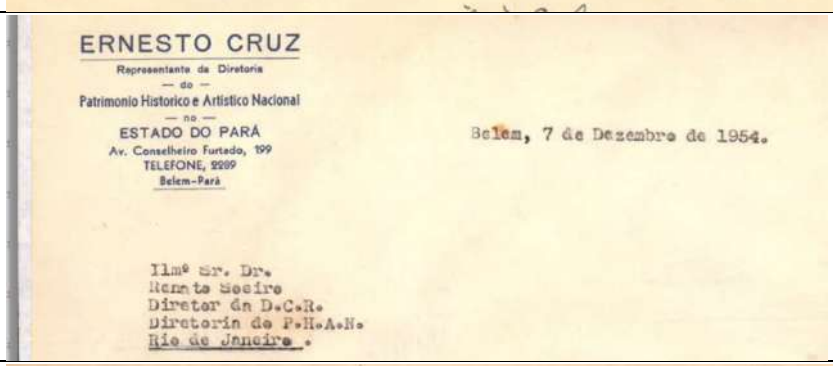
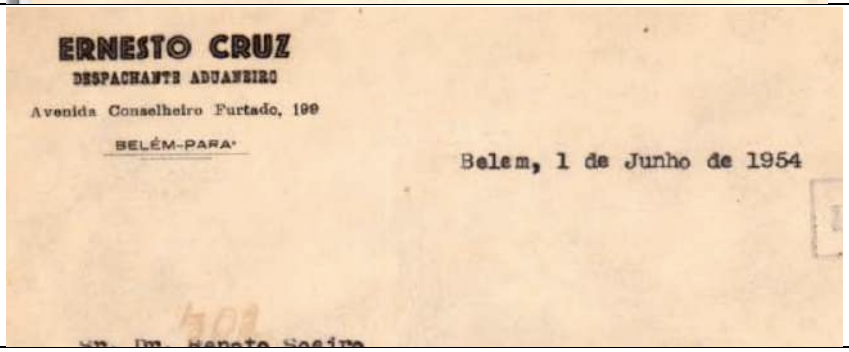
Cabe ressaltar que Ernesto Cruz, além dessa representação, ainda acumulava a direção da BAP, além do IHGP. Tal empenho para o serviço com patrimônio, ao longo dos anos, fora exaltado por Renato Soeiro, em um relatório de inspeção realizado em Belém e em Macapá em 1964:

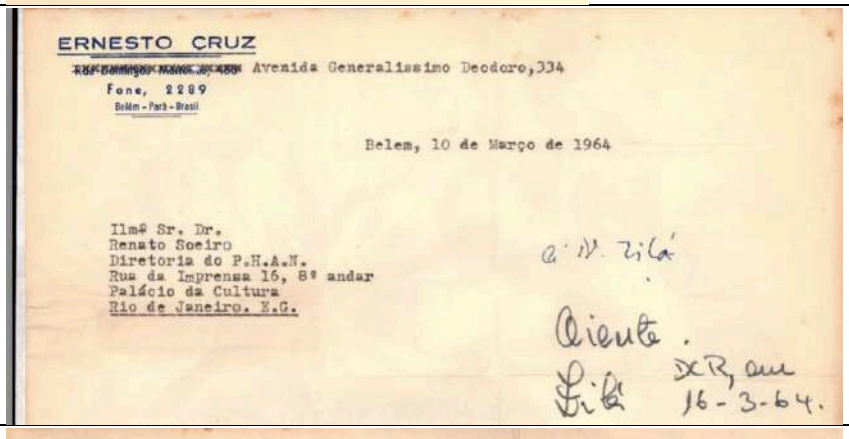
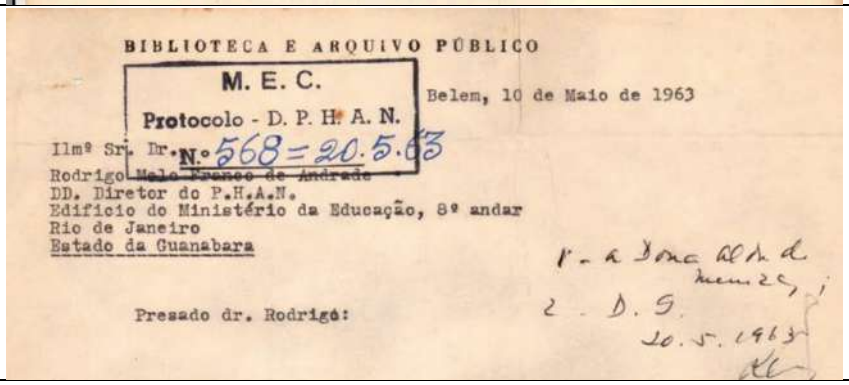
> A situação de representação no Estado do Pará que, sob responsabilidade do Sr. Ernesto Cruz, completa êste ano vinte anos, é de prestigio e acatamento, apesar dos limitados recursos de que tem disposto. Ressente-se, entretanto, de assistência técnica mais esclarecida, principalmente, e serviços de maior envergadura vierem a ser programados. Consultou-me sôbre a possibilidade da colocação de uma placa indicativa da referida representação em sua residência particular e bem assim, de uma possível melhoria em seus honorários, estando em princípio de acordo com as pretensões dentro de nossas possibilidades (SOEIRO, 1964, p.20).

Soeiro menciona que o historiador paraense solicitava maior amparo no âmbito de assuntos técnicos a alguns processos de tombamento, como o da Casa da Joaquim Távora e do Solar Barão de Japurá, abordados mais adiante nesta tese e que mostram que direcionamentos e falas tomadas por Ernesto Cruz ao longo do trâmite, transparecendo pouco conhecimento, seja na classificação da arquitetura ou do próprio entendimento do processo de tombamento do bem. Salienta-se também que o cargo demandava múltiplos conhecimentos, que fugiam das alçadas de um historiador, por isso, seu ressentimento de maior apoio técnico, assim como um *pro labore* a nível das atividades desempenhadas. Outro ponto que chama atenção é sobre a necessidade de demarcação visual, com uma placa, fazendo menção à representação da instituição na porta de sua residência. Com relação à necessidade de vincular-se à instituição federal, foram encontrados alguns papéis timbrados que também indicam a trajetória do historiador, seja pelos endereços nos quais residiu, e que relatava à direção do SPHAN, seja pela indicação de outro ofício.

[126] Na pasta pessoal do historiador, no acervo do Iphan-RJ, foi encontrado um telegrama que informava a chegada de Renato Soeiro a Belém e um pedido para que Cruz reservasse um quarto no Grande Hotel (ANDRADE, 1964).

Quadro 1 – Papéis timbrados e cartas utilizados por Ernesto Cruz nas correspondências com a sede do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

1946	
1946	
1950	
1954	
1954	

1961	
1964	
1963	

Fonte: Pasta Ernesto Cruz (Arquivo Noronha Santos - IPHAN)

O quadro 1 aponta para algumas profissões que o historiador também desenvolvia, ou desenvolveu, em paralelo à representação do SPHAN, como despachante aduaneiro e diretor da BAP.

O fato de haver pouca referência na sua produção bibliográfica e biográfica quanto à função de representante, já que ele fazia questão de ter a indicação de uma placa na porta de sua residência, chama atenção. A pouca visibilidade e consolidação da instituição ao longo dos anos 40, 50 e 60 do século XX, pode estar relacionada ao não aparecimento dela nas notas biográficas de Ernesto Cruz, uma vez que havia titulações tidas como mais elevadas, como a de "Historiador da Cidade de Belém", assim como seu vínculo às instituições que se encontravam estabelecidas, que tinham reconhecimento e que tinham as posses de suas 'cadeiras' como objeto de conquistas, tais como o IHGP e a APL. Soma-

se também a direção da BAP, que lhe atribuía respaldo intelectual, portanto, aspectos denotam que o reconhecimento como um importante historiador paraense fora construído e que sua faceta preservacionista se misturava ao historiador.

Mencionou-se anteriormente que, dentre os trabalhos solicitados a Cruz, os relatórios e recibos eram comuns por parte da sede do SPHAN. O representante tinha um rigor, tanto no envio das solicitações como em relatar suas ausências no serviço. A viagem que Cruz fizera para Europa, na década de 1950, é mencionada em carta para Rodrigo Melo Franco de Andrade:

> Dia 15, como já mandei dizer ao dr. Renato, irei á Europa, comissionado pelo governo do Estado do Pará. Assistirei na oportunidade, como representante do meu Estado, o 6º Congresso Histórico Municipal Interamericano, a reunir-se em Madri (CRUZ, 1957, p. 9).

Observa-se que a pequena nota explicativa de ausência da função, ao mesmo tempo valida sua autoridade de portador do título de "Historiador da Cidade de Belém" – concedido em 1957. Ernesto Cruz iria a uma viagem para um congresso internacional de História, em missão oficial, esses informes terminavam por elevar e (re)validá-lo no cargo de representante, visto que as indicações para o posto deveriam ser de autoridades, ou melhor, de pessoas da rede de relações dos agentes do patrimônio.

Algumas ausências de Ernesto Cruz, em virtude de viagens, algumas atividades foram desempenhadas pelo seu filho, Coaracy José de Souza Cruz, respondia por seu pai, já que em algumas correspondências, fica claro que ele assumia brevemente algumas funções do Instituto. Enquanto Ernesto Cruz esteve na Europa, por exemplo, em 1957, ele menciona que seu filho fiscalizaria obras:

> Estarei de volta a tempo de remeter o documentário fotográfico relativo às obras em andamento nesta capital. Deixarei a encargo do meu filho, assistente jurídico da SPVEA, a fiscalisação das ditas obras [...]. (CRUZ, 1957, p. 9).

A documentação pesquisada mostra que dedicação do historiador à instituição era rigorosa, em 10 de dezembro o representante remeteu uma carta para Renato Soeiro comunicando que se recuperava de uma cirurgia e que enviava aquela carta diretamente do hospital, juntamente com os recibos de serviços: "escrevo-lhe do Hospital da ordem Terceira de São Francisco, onde fui operado dia 29. Estou bem graças á Deus. Envio com esta o recibo que me pede [...]" (CRUZ, 1962, p. 44).

Dentre as atividades de inventários de bens e fiscalização de obras destacam-se alguns exemplos que auxiliam pensar como o rótulo de tradicional concebido por Ernesto Cruz dialogava com o discurso preservacionista da instituição.

A identificação de um bem para se tornar um patrimônio nacional institucionalizado decorria do juízo de valor lançado pelo representante para o referido objeto. Nos anos 1940, no início de suas atividades, Ernesto Cruz fora comunicado que sua habilitação para agregar objetos ao "Inventário de monumentos e obras de valor histórico e artístico" seria feito com base naquilo que pudesse ter interesse para fazer parte do inventário, como demonstrou Andrade em uma correspondência: "peço-lhe que envie a esta sede os subsídios e a documentação fotográfica que lhe parecerem de interesse para o fim desejado" (ANDRADE, 1946, p.10).

Tais medidas foram emitidas pelo diretor-geral Rodrigo Melo Franco de Andrade, que justificara ainda não ter em mãos instruções, pois ainda estavam sendo elaboradas pela secção de Arte e de História da Divisão de Estudos e Tombamento, para dar apoio às ações. Nota-se que as ações de Cruz, com a variedade de possíveis bens os quais ele se depararia, se dava com base em seu autodidatismo no trato arquitetônico e das belas-artes em geral, e que ao longo do tempo, com a práxis cotidiana advinda da demanda dos serviços prestados, ia se construindo um saber.

Assim, à medida que surgiam os inventários, as pesquisas históricas de bens, as fiscalizações de obras, as acolhidas de pesquisadores, ele ia aprendendo sobre o ofício, e aqui retoma-se a solicitação feita por Ernesto Cruz a Renato Soeiro, nos anos 1960, quanto à necessidade de maior apoio técnico por parte da instituição.

Cruz prestou serviços para o estado do Maranhão na década de 1950, e em um recibo enviado por Renato Soeiro é pedido para que o historiador comprovasse o pagamento de seus honorários, evidencia-se que, além do trabalho em outro estado, naqueles tempos ainda havia a predominância de inventários de bens coloniais do Brasil, os quais não ficavam restritos à Arquitetura, mas passavam pela pintura e mobiliário:

> recebi de D. Judith Martins, Arquivologista do Ministério da Educação e Saúde, a importância de CR$ 12.041,00 (doze mil e quarenta e um cruzeiros), correspondente a serviços prestados durante os meses de outubro e novembro do corrente ano, por incumbência da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para a ampliação do inventário e tombamento do acêrvo histórico e artístico dos Estados do Pará, Maranhão, visando à arquitetura, a pintura e ao mobiliário do período colonial [...] (SOEIRO, 1950, p. 6).

A produção do período colonial brasileiro teve um lugar de singularidade no que tange a valoração por parte dos agentes que atuaram no SPHAN nas décadas iniciais de constituição do órgão e, em certa medida, se perpetuam até hoje em discursos de tombamento. O discurso centrado na relevância desse período histórico também teve sua recepção no Pará, Ernesto Cruz, ao assumir o cargo, permanecendo até os anos 1970, construiu em paralelo sua produção bibliográfica detendo atenção para temas relativos à colônia, assim como suas buscas documentais para o acervo da BAP, sob sua direção, eram voltadas ao colonial brasileiro, como visto no capítulo 2 deste trabalho. Unia-se, então, a temática colonial com a vontade de conhecer Belém em sua completude, como afirmara Cruz.

Alguns episódios nos quais o olhar do historiador para a arquitetura e a temática colonial se sobressaíram na documentação relativa aos interesses da instituição, por exemplo, em um dos primeiros trabalhos de inspeção de obras na Igreja de Madre de Deus, em Vigia, Cruz relatou em um telegrama para a direção do SPHAN que havia solicitado o material proveniente de uma demolição, telhas e tijolos, os quais, segundo o historiador, teriam "datação do período colônial" (CRUZ, 1946a, p.14) e por conseguinte seriam utilizados na obra da igreja.

> solicitei obtendo da chefia dominio da União VG telhas fabricadas a mao e tijolos barro cosido de origem colonial provindos recente demolicao para o telhado e piso da egreja da Vigia cujas obras prosseguem PT Viajarei amanha servico inspeção PT saudacoes cordiais PT Ernesto Cruz PT (CRUZ, 1946a, p.14).

A provável colonialidade dos materiais é o que os atribuía o valor para que fossem utilizados nas obras do templo católico do século XVIII, estando dessa maneira o conjunto inserido no mesmo momento histórico. Em outro documento, um relatório de atividades com a descrição das ações desenvolvidas em Vigia, narra a utilização daquele material de demolição "da casa colonial" (CRUZ, 1946b, p.9). A garantia do objeto ser colonial estava sob o respaldo do olhar de Cruz para a antiga casa demolida, demonstrando que o representante do Pará estava ciente de ações interventivas praticadas pelo SPHAN naquele contexto, visto que a prática de adotar as técnicas e tecnologias do período em que a edificação fora construída foi apontada como corrente por Chuva (2012), pois as intervenções restaurativas do SPHAN visavam 'a harmonia de estilo'[127].

[127] Termo utilizado por Márcia Chuva no texto.

A autora, ao citar uma intervenção realizada em Olinda, Pernambuco, aponta as soluções de procurar material de demolição – tal como Cruz narrou no telegrama – por causa da dificuldade em conseguir materiais adequados para empregar nas intervenções.

A documentação das décadas iniciais do processo de institucionalização do patrimônio nacional no Pará manifesta em diversos excertos a construção do lastro de valorização da produção material do período colonial, encontrando em Ernesto Cruz um grande entusiasta desse processo. No relatório de atividades de julho de 1946, o historiador respondia algumas indagações sobre assuntos que pudessem auxiliar na composição de um material que estava sendo elaborado por Lúcio Costa[128], um inventário sobre a arquitetura e "seus complementos" (marcenaria, talha, imaginária, pintura, douramento, ourivesaria etc.) (COSTA, 1946, p.15).

O trabalho necessitava do registro de referências a obras que, porventura, fossem encontradas nos documentos, e que seus excertos deveriam observar a descrição da obra, as informações sobre autoria (nomes oficiais e mestres das diversas tarefas referentes a elas), as datas de início e andamento e as técnicas construtivas adotadas. Havia também uma instrução para que se fizesse um registro à parte com expressões técnicas para que compusesse um "vocabulário dos termos técnicos apropriados antigamente empregados" (COSTA, 1946, p.15), um documento de instruções do arquiteto Lucio Costa, diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos[129].

Em resposta, Ernesto Cruz discorreu:

> estou trabalhando para tombar os precisos códices manuscritos do nosso Arquivo Público. Trata-se de um acervo histórico de elevado valor, principalmente quanto ao ciclo colonial que abrange em diferentes e sucessivas fases, a vida administrativa, social e política do Estado do Maranhão e Grão Pará. Será um trabalho de vulto que vai requerer, no entanto, tempo e paciência. Irei, depois, fazer o mesmo com o arquivo municipal, onde tenho encontrado peças interessantíssimas sobre aspectos da evolução da cidade, sua formação e peculiaridades, principalmente nos séculos XVIII e XIX [...] (CRUZ, 1946b, p.10).

O historiador afirmava estar inventariando os códices "de elevado valor" (CRUZ, 1946b, p. 10), os quais pertenciam ao período colonial brasileiro e estavam presentes no na Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará (BAP) – e que também o faria no

[128] O arquiteto Lucio Costa respondia pela direção da Divisão de Estudos e Tombamentos (DET).
[129] Chuva (2012) cita em seu trabalho sobre as intervenções realizadas em bens pelo SPHAN uma documentação dos anos 1940 em que o engenheiro Ayrton Carvalho, de Pernambuco, informava em detalhes as descobertas do processo construtivo antigo dos materiais utilizados no restauro da Casa na rua Amparo, em Olinda.

acervo do município. Cruz, neste mesmo documento, finalizou o texto da carta recomendando seus livros "Belém aspectos geo-sociais do município", "A água de Belém – sistemas de abastecimento usados na capital desde os tempos coloniais aos dias atuais, "Nos bastidores da Cabanagem" e "Monumentos de Belém", nos quais, segundo o autor, já havia apresentado alguns dos documentos que tratavam da temática-foco da instituição. Observa-se no excerto que o historiador tinha proximidade com a documentação do período colonial, destacando alguns aspectos referentes ao contexto social assim como às transformações da cidade de Belém.

Ainda na década de 1940, outro relatório de atividades aponta para a valorização da arquitetura pedra e cal. Na estadia de Robert Smith em Belém no ano de 1947, fora mencionado uma visitação ao bairro da Cidade Velha, em que se detiveram na inspeção no Palácio Velho, antigo prédio do Senado. Cruz relatou que:

> coloquei à sua disposição os nossos preciosos códices manuscritos, tendo ele se interessado muito pelas CARTAS RÉGIAS, de onde copiou várias e interessantes peças. Mostrei-lhe a nossa coleção de fotografias da igreja da Vigia, do Convento de Santo Antônio, do solar do barão de Guamá e do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade, tendo pedido várias cópias que gostosamente lhe ofertei [...] (CRUZ, 1947, p.21).

Os estudos de Robert Smith, como exposto anteriormente, contribuíram para a construção do patrimônio nacional que tinha como base o modelo arquitetônico produzido no período colonial. Os agentes da instituição – o corpo técnico da sede e representações – construíram esse simbolismo do autêntico brasileiro para alimentar o discurso da singularidade desses objetos, como colocado por Chuva (2017) e Fonseca (2017). No excerto da visita, Cruz deixa evidente o encantamento do historiador visitante na documentação colonial, assim como pelos exemplares indicados desse período: a igreja Madre de Deus, o solar do Barão de Guamá e o convento Santo Antônio. A exceção estava no cemitério Nossa Senhora da Soledade, conjunto do século XIX, que um ano mais tarde, em 1948, foi feita a solicitação de seu tombamento.

Os inventários de bens de interesse à preservação no Pará e seu processo de escolha de bens eram feitos também pela identificação por parte de Ernesto Cruz, conforme mostra o telegrama abaixo com a demanda da direção do órgão:

> Solicito providencieis elaborar remeter urgentemente esta sede programa inventário tombamento obras valor histórico artístico situadas região vosso cargo especificando documentação fotográfica e doutra natureza coligir

> bem assim viagens realizar e custo aproximada cada serviço (ANDRADE, 1949a, p.14).

Em resposta à solicitação, o historiador enviou o programa de atividades necessários para o inventário e uma listagem de imóveis os quais deveriam demandar atenção por parte do SPHAN no ano de 1949. Neste documento, Cruz destacava o município e os nomes dos objetos, juntamente com um pequeno resumo de informações, e o valor com as despesas para inventariá-los. Naquele ano foram escolhidas edificações pertencentes a quatro municípios: Cametá, Monte Alegre, Barcarena e Belém. Abaixo são listadas algumas observações que Ernesto Cruz fizera:

- Barcarena – Sobre a localidade, Cruz (1949a) relata: "local da antiga Fazenda Gibrié, de propriedade dos jesuítas. Foi elevada á categoria de Freguezia na segunda metade do século XVIII" (CRUZ, 1949a, p.16).

Nota-se que o município é caracterizado pela sua localização histórica no período histórico colonial brasileiro, da mesma forma o historiador valora a edificação escolhida: "Fazenda CAFEZAL. Uma página empolgante dos idos coloniais. É motivo de atração aos visitantes. Propriedade particular [...] (CRUZ, 1949a, p.16). É importante destacar que no ano de 1947 Rodrigo Melo Franco de Andrade havia solicitado a Ernesto Cruz uma documentação sobre esse imóvel.

- Cametá – Foi caracterizada historicamente como "Antiga Capitania de Feliciano Coelho de Carvalho, missionada pelos Capuchos de Santo Antônio e instalada em 1635" (CRUZ, 1949a, p.16).

O período colonial e a arquitetura religiosa predominavam nessas escolhas, seguindo o padrão da instituição para aquelas décadas iniciais de atuação. O bem escolhido para estudos de inventário fora a Igreja de São João Batista, "a mais antiga do município, pois ao século XVIII" (CRUZ, 1949a, p.16). Assim como a igreja consagrada a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na Vila de Parijós, localidade situada "Á margem esquerda do Rio Tocantins, fundada pelos jesuítas no século XVII" (CRUZ, 1949a, p.16).

- Monte Alegre – A localidade é caracterizada como "Antiga Aldeia de Gurupatuba, missionada pelos Capuchos da Piedade" (CRUZ, 1949a, p.16).

O imóvel era religioso, e como alguns dessa listagem, tinha sua monumentalidade destacada: "[...] a Igreja de São Francisco de Assis "construída no século XVIII. É um templo majestoso [...]" (CRUZ, 1949a, p.16). Nesse momento, as arquiteturas

monumentais religiosas, militares e administrativas tinham destaque para serem inventariadas.

- Belém – Cruz (CRUZ, 1949a) apontou a fazenda Murutucú: “Ruinas da secular capela e Casa de Engenho, construídas pelo arquiteto José Antônio Landi, no século XVIII. Espetaculo maravilhoso, digno de ser contemplado [...] Constitue, pela raridade, motivo de grande atração para quantos visitam aquele sitio” (CRUZ, 1949a, p.16).

O conjunto formado pelos cinco imóveis elencados por Ernesto Cruz demonstram uma consonância discursiva com a sede, no que tange à singularidade, a monumentalidade e a relevância histórica, as quais os objetos deveriam ter para integrar o conjunto do patrimônio nacional. São obras interpretadas ao olhar do historiador paraense como relevantes e por isso necessitavam de um inventário com pesquisas históricas, documentário fotográfico e de plantas. Cruz circunscreve a origem das localidades no período colonial brasileiro, fato que dá ênfase para a possibilidade das edificações selecionadas estarem dentro daquele contexto.

O representante, desde que relatasse previamente as dificuldades no ofício à tomada de decisões, tinha certa autonomia no exercício do cargo, por exemplo, selecionando os bens a serem inventariados. Observa-se no texto abaixo, no qual o diretor geral comunica a aprovação dos trabalhos a serem executados em 1949 no Pará, embora não tivessem uma documentação prévia de referência, eles davam crédito ao representante:

> trata-se de uma colheita de material visando o inventário de cinco monumentos na previsão de que venham a ser tombados. Como não há no arquivo documentação alguma referente aos mesmos, não pode o D.E.T. opinar sobre a conveniência ou não dos trabalhos projetados. Deve-se pois confiar no critério do representante local da DPHAN [...] (ANDRADE, 1949, p.19).

As incursões pelas cidades em busca de bens não se restringiam ao Pará, nesse mesmo documento, Rodrigo de Melo Franco Andrade, mediante a estimativa alta de valor dos serviços para o inventário do ano de 1949, solicitou a Ernesto Cruz que não se limitasse às cinco edificações, mas que incluísse o inventário de bens de valor histórico e artístico existentes no estado do Maranhão, sobretudo Alcântara, “erigida há poucos meses em monumento nacional, e da qual a documentação guardada no arquivo da DPHAN é insatisfatória” (ANDRADE, 1949b, p.20).

No pequeno relatório de viagem ao Maranhão, Ernesto Cruz também menciona uma visita ao Tocantins para "tirar o documentário referente aos monumentos locais" (CRUZ, 1949b, p. 26), ou seja, o representante do Pará supria algumas demandas em outros estados. Ainda nesse documento destacam-se detalhes do trabalho desempenhado nas visitações, assim como o modo de intervenção nos bens. Por exemplo, houve duas inspeções em monumentos maranhenses, um na Igreja do Carmo e outro na Igreja das Mercês, na primeira edificação foi feita uma obra emergencial no piso do presbitério, espaço que antecede o altar-mor, por causa do estado de degradação.

Cruz (1949b) comunica a direção do 'PHAN' que atendeu ao pedido da irmandade, que queria fazer o revestimento do piso "com lageotas de barro vermelho. Não me opuz á iniciativa, pois fiscalizarei o trabalho. Junto ao altar mór ainda restam algumas do piso primitivo, que irão servir de modelo" (CRUZ, 1949b, p. 26). Pela descrição, o piso do presbitério, que ameaçava ruir, iria ser revestido com o mesmo modelo do piso do altar-mor, a pedido da irmandade. Tal tomada de decisão fora feita por analogia de aproximação dos ambientes entre o revestimento da capela e o do presbitério, ou seja, tentava-se resgatar uma estrutura de aparência original, prática recorrente nas intervenções do SPHAN.

Sobre os procedimentos de restauração, Chuva (2012) menciona que Lucio Costa, conhecido nome do Modernismo brasileiro, teve um papel significativo nessas intervenções empreendidas pelo SPHAN entre os anos 1930 até os anos 1970. O arquiteto era responsável pelo DET, setor de onde partiam as normatizações e instrumentalizações dos procedimentos a serem feitos nas regionais. A autora observou que as ações tinham:

> necessidade de desvendar as origens da nação – para conhecê-las e cultivá-las – na expressão arquitetônica, que se encontrava encoberta por reformas inadequadas. Ou seja, buscavam os traços definidores das origens da nação, que se escondiam por trás das inúmeras reformas sofridas pelo patrimônio edificado. Na busca do "aspecto primitivo", "original", pretendia encontrar a "harmonia de estilo" rompida com reformas posteriores (CHUVA, 2012, p. 96).

As intervenções vistas nas documentações no Pará ressoaram a autoridade de Costa em tais aspectos, pois os direcionamentos, tanto para inventário quanto para o modo de intervir estavam voltados para a estética e para o contexto histórico do original colonial brasileiro.

Ainda no ofício do Maranhão, na Igreja das Mercês, havia uma solicitação para "levantar um altar em honra a Santo Antônio" (CRUZ, 1949b, p. 26), por parte de

membros do comércio. Essa decisão, por sua vez, não fora tomada pelo representante do Pará, mas ele fez o levantamento fotográfico do local para que fosse deliberado pela Diretoria. Cabe ressaltar que ambas as deliberações do Maranhão, tomadas por Cruz, foram aprovadas por Andrade. A prática de envio de material fotográfico para acompanhamento das obras era corrente nas localidades que o SPHAN atuava. Como pontuado anteriormente, a fotografia era essencial para o andamento das obras, para que bens fossem tombados e para o seu inventário. Abaixo é destacado mais um momento no qual o registro fotográfico conduzia, como também possibilitava, a apreciação estilística das obras:

> Logo que sejam reiniciadas as obras em benefício da igreja do Rosário, peço-lhe o favor de não só dar conhecimento delas a Divisão de Conservação e Restauração, mas também documentar os respectivos serviços com fotografias elucidativas. Aguardo com grande interêsse o recebimento da documentação histórica e fotográfica prometida sôbre a chamada capela dos Pombos. (ANDRADE, 28 jun. 1949, p.9).

Ainda sobre as formas de intervir nos monumentos e as práticas em obras, vale destacar alguns eventos que demonstram esse aspecto do ofício, assim como apontando alguns profissionais que atuavam no estado do Pará e que foram contratados para realizar os serviços do SPHAN. O documento, datado de 30 de julho de 1946, traz a descrição de algumas intervenções feitas na Igreja Madre de Deus, as ações executadas são interessantes para a análise da atividade restaurativa empregada na década de 1940 pela instituição. As diretrizes de intervenção em monumentos, geralmente vinham e eram aprovadas pela Divisão de Conservação e Restauração da instituição, em um relatório, Cruz afirmava, em determinados momentos, a conformidade com o SPHAN:

> [...] está tudo feito de acordo com a proposta aprovada pelo SPHAN. O piso da varanda lateral esquerda é de acapú, sendo restaurada a respectiva cobertura e a do salão com telhas usadas, aproveitadas da casa colonial que obtive do Domínio da União. Toda a parte restaurada satisfaz, plenamente, a expectativa. As paredes estão revestidas com argamassa de areia, cal de concha e cimento, caiados os revestimentos novos e adjacentes. As grades foram feitas de acapu usado sendo pintados a óleo. Já foi iniciada a construção do passeio circundante de proteção. Toda a extensão lateral direita da igreja foi batida de arenito sendo espalhada a primeira camada de cimento [...] (CRUZ, 1946, p.9).

Observa-se a utilização do material de demolição de outra edificação da cidade de Vigia, como mencionado anteriormente, para utilização na cobertura. O restauro das

paredes utilizava uma tecnologia distinta da adotada no período colonial, com a adição de cimento na composição do traço, porém, a finalização era feita com caiação, acabamento característico do colonial. Dessa maneira, nota-se que a intenção de resgatar o aspecto colonial da edificação pela utilização de um padrão de telhas e o acabamento final de revestimento de paredes caiadas.

Ainda sobre as práticas de intervenção nos bens havia também medidas de conservação, como observado em relatório do ano de 1947:

> [...] julgo necessária [a verba] para a conservação permanente dos edifícios tombados em Belém, o que penso trará grande economia para o SPHAN. Terei sob a minha orientação uma turma especializada de trabalhadores, que fará os serviços especificados, de modo a conservar os próprios tombados, sem o inconveniente dos destelhamentos, dos apuizeiros, das goteiras etc. Mandarei, antes de ser autorizado a efetuar esses trabalhos, o documentário fotográfico do estado atual dos edifícios, e após, os detalhes das obras feitas (CRUZ, 1947, p.15).

O representante havia solicitado uma verba destinada às medidas preventivas nas edificações tombadas, medidas que tinham como intenção aumentar o grau de conservação dos imóveis, com a consequente redução de gastos em intervenções mais incisivas e dispendiosas, como de restauração. É interessante notar no excerto que as adversidades que afligiam as edificações estavam ligadas à questão das intempéries da região amazônica, intensificadas nos períodos que aumentam o volume de chuvas, surgindo então os problemas, até hoje recorrentes, como destelhamentos das coberturas, goteiras e a manifestação de vegetação que pode ser danosa à estrutura do bem. Cabe pontuar que a solicitação foi acatada pelo diretor-geral da instituição.

As incumbências da representação no Pará eram intensas, as ações de vistorias identificavam as demandas dos bens de interesse à preservação que contemplavam diversos aspectos, desde ações de conservação, como pequenos reparos, até intervenções de restauração. A documentação administrativa apontou nos anos 1940 alguns prestadores de serviços na área da construção civil, como é o caso da empresa construtora "Escritório Técnico do Pará Ltda.", que tinha como responsáveis técnicos o mestre de obras[130] Sebastião Cordeiro de Vasconcelos e Carlos M. Gobert Damasceno.

[130] Quanto à formação de Sebastião Cordeiro, fora inicialmente identificado como "mestre de obras" na carta enviada à direção geral do SPHAN em 1949 (CRUZ, 1949, p. 9) e posteriormente mencionado como "engenheiro" por Andrade (1949), como também por Ernesto Cruz (1949), acredita-se, desta maneira que Sebastião Cordeiro era um engenheiro encarregado.

O escritório ficava localizado na rua Padre Prudêncio, 45 e a empresa trabalhava com projetos, construção civil em geral, orçamentos, cálculos para telhados e concreto armado, cópias heliográficas, fiscalizações, administração, empreitadas e confecções de marco de pedra, sendo representantes dos materiais Sika (produtos para impermeabilização) e Eternit (produtos do segmento de telhas) (DAMASCENO, 1946). O Escritório Técnico do Pará atuou ativamente nas obras da Igreja Madre de Deus, em Vigia; e na Igreja do Rosário dos Homens Pretos, e possivelmente em outros bens, entre os anos de 1946 a 1949, com a parceria com o SPHAN rompida em 1949, como relatado por Cruz:

> Este profissional [o engenheiro Carlos Damasceno] não tem mais interesse pelos serviços do Patrimônio, neste Estado, deixando as obras unicamente a cargo do Mestre de Obras, sr. Sebastião Cordeiro, que diga-se a bem da verdade, é um esforçado trabalhador, correspondendo, plenamente, ás minhas expectativas. Desde o mês de setembro do ano passado, que peço ao dr. Damasceno os orçamentos do Palácio Velho, sem que até a presente data haja conseguido cousa alguma. (CRUZ, 1949, p.9).

Ernesto Cruz mostrava-se insatisfeito com a falta de diligência do engenheiro, o qual deixava as responsabilidades nas mãos de Sebastião Cordeiro. Cruz, nessa carta, ainda salientou que havia levantamentos a serem feitos na "igreja de Cametá", assim como orçamentos "necessários à restauração dos monumentos" de Belém, dentre eles na Igreja de Santo Alexandre, na Igreja das Mercês e no Palácio Arquiepiscopal, porém em virtude dos afazeres de Damasceno na Comissão de Estradas e Rodagem, o engenheiro não se preocupava mais com "os serviços do Patrimônio" (CRUZ, 1949, p. 9).

O relato do representante do SPHAN no Pará traz a indicação de um novo engenheiro, Afonso Seguin Dias, que era um "profissional de indiscutíveis méritos e que juntamente com o mestre sr. Sebastião Cordeiro, que tem a sua carteira de Habilitação devidamente legalisada, podem prestar ótimos serviços ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. São pessoas de minha confiança" (CRUZ, 1949, p. 9). O engenheiro Carlos Damasceno foi substituído por Afonso Dias, mas o mestre Cordeiro[131] fora mantido na prestação de serviços na representação da instituição no Pará. Todavia, mesmo sendo aprovada a troca de técnico, Cruz foi advertido pela direção, por não ter tratado da dispensa e do contrato anteriormente com a direção:

[131] Sebastião Cordeiro permaneceu prestando serviços ao IPHAN, inclusive viajara ao Maranhão juntamente com Ernesto Cruz para realização de visita técnica naquele estado em 1949.

> teria, entretanto, sido mais acertado e prudente que o prezado amigo tivesse consultado previamente esta Diretoria antes de dispensar os serviços do Dr. Damasceno, cuja colaboração êste órgão se tem utilizado com proveito, desde muitos anos (ANDRADE, 1949, p.12).

O cotidiano do representante no estado do Pará, como visto, era marcado pelo acúmulo de diversas funções, que hoje são competências de uma equipe técnica multidisciplinar e dirigida por uma superintendência. A identificação de bens, os registros fotográficos, a pesquisa histórica, a abertura de processos de tombamento, o inventário, as visitas de fiscalizações em obras, a contratação de mão de obra para intervenção nos bens, o pagamento de serviços prestados, a confecção de relatórios e a prestação de contas – além da recepção e condução de visitantes recomendados pelo SPHAN/PHAN/DPHAN ficaram nas mãos de Ernesto Cruz ao longo de aproximadamente 30 anos de trabalho. O historiador acumulou paralelamente, ao longo de sua trajetória pública, além dessas atividades, outros cargos, como direções e a participação ativa na APL, no IHGP, na BAP e em 1967 no Conselho Estadual de Cultura, ocupando a presidência na área de Ciências Humanas e de Patrimônio Histórico e Artístico, este último se dera, provavelmente, pelo conhecimento acumulado por sua trajetória no SPHAN.

Pôde ser observado ao longo dos exemplos citados neste item sobre a prática da função do representante, os esforços que a instituição deflagrava para consagração do modelo patrimonial brasileiro inserido dentro de um dito mundo colonial. Tentou-se ao longo dos anos, a ampliação do acervo de bens e, nesse contexto, o tradicional de Ernesto Cruz esteve atrelado ao imaginário considerando o período colonial brasileiro como um produtor de significância cultural e histórica, havendo uma predominância do historiador para com as produções dessa época. Contudo, como visto no capítulo 2, Cruz tinha um olhar singular para com outros aspectos da cidade, que transbordava os anos da colonização portuguesa, como será visto a seguir nos três casos de processos para tombamento regidos por ele, dois deles – o Solar Barão de Japurá e o Cemitério da Soledade – remontam ao século XIX e o outro, a casa da Joaquim Távora, pairava no simbolismo da arquitetura colonial.

4 ENTRE O TOMBAMENTO E O APAGAMENTO: O OLHAR DE ERNESTO CRUZ PARA O PATRIMÔNIO PARAENSE

O conteúdo documental do IPHAN sobre os tombamentos, no recorte de tempo deste trabalho, é vasto. Os processos carregam em suas pastas inúmeros documentos, dentre cartas, fotografias, pareceres, recortes de jornais e toda a gama de fonte sobre o determinado bem.

Procurou-se nos objetos tombados, ao longo de aproximadamente 30 anos da presença direta de Ernesto Cruz nos processos de tombamento, enxergar para além de sua materialidade estética, dados que possibilitassem interpretar como, porquê e de que forma a perspectiva e a forma de atuação de Ernesto Cruz influiu ou não para que tais bens fossem resguardados ou rejeitados pela instância federal da preservação patrimonial, ou seja, entender umas das possibilidades que os objetos tem a comunicar e que vai além da linguagem arquitetônica.

4.1 A CASA "COLONIAL" DA TRAVESSA JOAQUIM TÁVORA, CIDADE VELHA, BELÉM DO PARÁ

Os pedidos de tombamento ao longo das décadas de 1950 e 1960 avolumaram-se e diversificaram no que tange a sua natureza e estilo, alargando os valores para além do colonial, embora ele prevalecesse. Nessas duas décadas, dentre as solicitações para tombo, há um número expressivo de indeferimentos, e que foram negados pela superintendência central do DPHAN[132]. Dentro deste conjunto de recusas à proteção federal, encontram-se os dois casos: o da Casa da Joaquim Távora e a do Solar do Barão de Japurá.

[132] Utilizar-se-á as denominações correspondentes a cada época, no caso aqui, será usada Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN).

4.1.1 O bairro da Cidade Velha e a arquitetura colonial

Figura 28 – Vista das fachadas da “Casa da Joaquim Távora”



Foto: Dinah Reiko Tutyia (2022)

A imagem acima traz a vista atual da edificação que nomeia o Processo nº 609-T-60, “Casa: Joaquim Távora (trav.), 60. Belém, Pará”, observa-se pela fotografia, vista pela travessa Joaquim Távora, um grande bloco maciço horizontalizado, sem aberturas de vãos de portas ou janelas, o único destaque nesta estrutura é o beiral, marcado pela avantajada cornija com seus frisos, já que a cimalha suporta a terminação da cobertura em telhas de barro do tipo capa-canal. Os extremos da casa apresentam os resquícios das pilastras, e a união das faces o cunhal, faixa sobressalente que abrange da base ao coroamento. A fachada voltada para a Praça do Carmo apresenta dois grandes vãos, um de porta e outro de janela, ambos com a verga reta, identificando-se seu uso atual, de oficina mecânica.

Essa edificação passaria despercebida ao olhar desatento de um transeunte, alheio às escassas informações remanescentes de outras épocas ainda presentes na fachada. Um olhar mais atento para a estrutura, cobertura, assim como para o lote e o bairro no qual se encontra o imóvel poderia levar às indagações quanto a sua ancianidade.

A edificação encontra-se localizada no CHB, no bairro da Cidade Velha, conjunto arquitetônico e paisagístico tombado pela Lei Orgânica do Município em 1990 e regulamentado pela Lei 7.709 de 1994. Os bairros apresentam hoje marcas em sua arquitetura e no tecido urbano do processo de colonização iniciado em 1616. É importante pontuar essa questão, a construção do espaço onde se localiza a “Casa da Joaquim

Távora", pois determinadas características da época são destacadas como significativas no pedido de tombamento do imóvel em 1960.

A aparência do bairro da Cidade (posteriormente chamada de Cidade Velha) no século XVII, o primeiro sítio de ocupação portuguesa de Belém, apresenta-se por meio de relatos de viajantes da seguinte forma: "[...] ruas estreitas e tortuosas, poucas edificações, mas com algumas importantes Igrejas e conventos compondo o conjunto arquitetônico. As casas predominantemente de dois pavimentos, de taipa ou barrote revestido de tijuco" (PENTEADO, 1968, p.118).

Reis Filho (1978) ao discorrer sobre a arquitetura brasileira, da colônia aos meados do século XX, adota uma perspectiva analítica da transformação da arquitetura ante sua adaptação ao lote urbano. Segundo o autor, assim como Araújo (1998), a política urbana de ordenação das cidades no período colonial contava com a presença dos engenheiros militares (o fortificador) ou o arruador, os quais eram responsáveis pelos primeiros traçados de ruas, quadras e lotes.

As ruas apresentavam aspecto uniforme, com as casas térreas ou sobrados no limite da via pública, assim como ocupando as laterais dos lotes. As vias acabavam sendo delimitadas pelo conjunto das casas, que eram erguidas uma em continuidade da outra, geminadas, sem afastamentos laterais. A maior parte das vezes, a arquitetura civil apresentava certa monotonia, tendo em vista a uniformidade dos partidos arquitetônicos adotados.

No século XVIII, o crescimento urbano é orientado para o interior afastando-se do litoral. Em 1753, no governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado – irmão do Marques de Pombal, ministro do rei – chega a Comissão Demarcadora dos Limites com a finalidade de fixar as fronteiras das duas nações ibéricas de acordo com o Tratado de Madri. A Comissão traz para o desenvolvimento de suas atividades, engenheiros, arquitetos-desenhadores, astrônomos e topógrafos que atuaram na transformação da paisagem da cidade.

Belém passa a ser a capital da Capitania do Grão-Pará e Maranhão em 1751, as relações entre capitania e metrópole intensificam-se, seja pela mudança da capital, seja pelo parentesco de Francisco Xavier com o ministro do rei. Nas colônias portuguesas, as vilas e cidades passam a intensificar as diretrizes de ordenamento urbano implementadas pelas Cartas Régias, com normativas sintéticas e simplificadas que previam a criação de praça, a instalação de edifícios oficiais, a abertura de ruas largas e direitas, em linha reta e a definição de um modelo único de fachada para que sempre se conservasse a mesma

"formosura das terras" e a mesma largura das ruas (ARAÚJO, 1998). É importante colocar que a padronização de fachadas era valorizada para que se vislumbrasse a hierarquia das edificações, destacando-se os edifícios religiosos, militares e oficiais.

Morgado (2008), ao estudar um sobrado colonial localizado no bairro da Cidade Velha, conhecido na atualidade popularmente como "Casa Rosada", considera que nesse momento, Belém sofrera transformações significativas, especialmente no seu perfil arquitetônico e volumétrico a partir da monumentalização – da qual esse sobrado de dois pavimentos, com os vãos de porta e janelas emoldurados com ricos detalhes, é exemplo.

A expansão urbana de Belém passa por significativas mudanças no século XIX em virtude do aterro do alagadiço Piri, área pantanosa que dividia os dois bairros da cidade até o início do referido século. A obra de "higienização" iniciada no governo do Conde dos Arcos possibilitou a ocupação dessa extensa área tomada pelo alagado assim como o crescimento da cidade à Leste da cidade. A paisagem urbana dessa época foi relatada por alguns viajantes naturalistas, que deram importantes contribuições para a caracterização da arquitetura civil:

> A arquitetura é singela, raro tendo as casas mais de dois pavimentos; quase sempre térreas, são menos decoradas do que as do Maranhão, simplesmente caiadas e em geral sem vidraça; mas o conjunto é asseado, cômodo e dá a impressão de uma vida domestica feliz. (PENTEADO, 1968, p.127).

Na segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX, Belém sofreu significativas transformações em virtude do capital gerado pelo ciclo econômico da borracha. Elas partiram das aspirações da nova classe social, a burguesia gomífera, emergida em decorrência da cultura extrativista. As aspirações dessa classe encontraram forte apoio dos governantes, uma vez que coincidiam com seus projetos higienistas para a cidade (SARGES, 2002).

Assim, data das primeiras décadas do século XX a aplicação do código de posturas imposto pelo intendente Antonio Lemos, como também o incremento de equipamentos públicos e de diversão, como praças, mercados, teatro, cinematógrafos etc. Segundo Sarges (2002), Belém tomava feições de metrópole, com desenvolvimento urbanístico e arquitetônico e cultural com aspirações europeias.

O bairro da Campina – também chamada de Comércio – destacou-se com os investimentos em infraestrutura, tanto do governo quanto da burguesia, o que incluíam calçamento, iluminação, reformas e construções das casas de venda de produtos

importados europeus. A Rua dos Mercadores, atual João Alfredo, é considerada a via mais emblemática da época, com o crescimento e a concentração de comércios e serviços ali, demonstrando a mudança do eixo comercial de Belém. A arquitetura eclética foi a expressão desse poderio econômico e permaneceu vigente até meados da década de 1920, quando a cidade experimentava as consequências da decadência da economia extrativista.

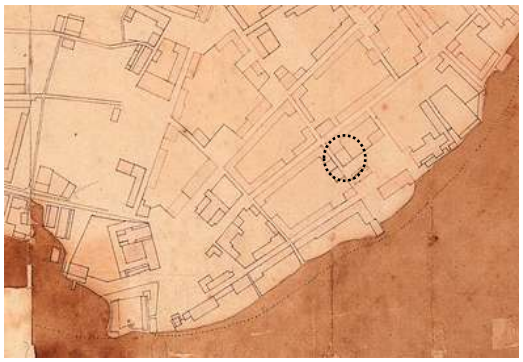
O recorte de tempo acima tratado é aquele que constituiu a identidade e a historicidade na construção do CHB e, ao resgatar as legislações preservacionistas de Belém, encontrou-se uma das primeiras tratativas que associam a delimitação espacial à necessidade de salvaguarda patrimonial, datada de 1967. A Câmara Municipal estatuiu naquele ano a Lei n. 6.307, que delimitava a área do bairro da Cidade Velha, com a finalidade de sua "[...] preservação histórica e arquitetural naquilo em que ela representa as origens da cidade e os primórdios de sua formação [...]" (BELÉM, 1967). Segundo a lei, a poligonal que definia o bairro representa o núcleo de formação da cidade, da sua fundação até sua expansão para o bairro da Campina.

A área considerada como "zona da velha Cidade de Belém" (BELÉM, 1967, p. 9) foi delimitada para que fosse possível a preservação do "testemunho dos fundamentos da capital paraense, nos períodos dos séculos XVII e XVIII" (BELÉM, 1967, p. 9). O desenvolvimento da legislação se deu nos anos subsequentes, até culminar no tombamento pela Lei Orgânica do Município de 1990[133], que por sua vez alarga a historicidade do CHB, agregando as arquiteturas do século XIX e início do século XX como de interesses à preservação.

No que tange à fisionomia a qual as legislações visavam/visam resguardar, recorreu-se aos mapas abaixo para discorrer sobre os aspectos da cidade, essas figuras trazem a configuração de Belém no século XVIII: a "Planta da Cidade de Bellem, Capital do Estado do Gram Par." (Figura 29), de 1761, de autoria não identificada; o "Plano Geral da cidade do Pará" (Figura 30), de autoria de Teodósio Constantino de Chermont, datado de 1791; e uma imagem de satélite (Figura 31), do *Google Maps* do ano de 2021.

[133] No final de 2010 foi encaminhada a proposta de tombamento do "Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico" dos bairros da Cidade Velha e Campina, assim como seu entorno, pelo Iphan. Esse pedido foi homologado dia 8 de maio de 2012.

Figura 29 – Recorte da planta de Belém datada de 1761. A imagem mostra parte da vista do bairro da Cidade Velha, e em destaque a área de localização da casa da Joaquim Távora.



Fonte: Reis Filho (2000)

Figura 30 – Recorte da planta de Teodósio Chermont, de 1791. A imagem, na mesma área da figura 29, traz em destaque o que seria a delimitação do lote de localização da casa da Joaquim Távora



Fonte: Acervo BN Digital

Na primeira imagem, de 1761, já havia a delimitação do lote referente à casa, que se localiza na esquina da travessa Joaquim Távora com a Praça do Carmo. A planta de Chermont de 1791 apresenta o nível de detalhes mais apurado, visualizando-se o lote onde se encontra a casa, um bloco sólido, inferindo a existência de uma área edificada, visto que no terreno contíguo a ele, já na Praça do Carmo, há um vazio em ambas as representações, ou seja, aquele espaço estava ocupado por uma edificação já no século XVIII.

Figura 31 – Imagem de satélite da área onde está localizada a edificação em recorte espacial semelhante ao das figuras 29 e 30



Fonte: Google Maps (2021)

Ainda no que se refere ao desenho do mapa de 1791, identificam-se outra curiosidade: nos espaços internos das quadras existem áreas verdes, já que a forma de implantação da arquitetura no loteamento colonial gerava essa característica (Figura 30):

> A impressão de monotonia era acentuada pela ausência de verde. Inexistindo jardins domésticos e públicos e a arborização das ruas, acentuava-se naturalmente a impressão de concentração, mesmo em núcleos de população reduzida. Atenuava-se apenas os pomares derramando-se por vez sobre os muros (REIS FILHO, 1978, p. 24).

A ausência de afastamentos laterais e frontais determinava o padrão de ocupação do solo descrito pelo autor. Na representação de Chermont, o nível de detalhes permite identificar as plantações nos quintais e a ausência de representação de vegetação em áreas livres públicas. A imagem de satélite de 2021 aponta, dentre as mudanças, que as referidas áreas internas de permeabilização de quadras foram sendo reduzidas e até apagadas e novos padrões surgiram com o adensamento das construções. Observa-se também o surgimento do paisagismo na praça – cabe salientar que a Igreja Rosário dos Homens Brancos, localizada em frente à edificação em estudo, fora demolida.

O recorte de tempo, da fundação até o século XIX, estabeleceu um imaginário de uma Belém de arquitetura colonial[134], muito embora as edificações consolidadas e transformadas neste período transbordem o tempo da Colônia, passando pelo período Imperial até o início da República Velha. As características arquitetônicas da arquitetura civil colonial implantada no bairro da Cidade Velha foram das casas térreas ou sobrados de dois pavimentos com ou sem camarinhas, alinhadas na testada do lote e geminadas umas às outras.

As ilustrações abaixo do livro "Quadro da Arquitetura no Brasil", de Reis Filho (1978), demonstram o padrão adotado no Brasil colonial.

[134] Essa discussão é tratada por Tutyia (2013) na dissertação "Rua Dr. Assis: uma incursão pela paisagem patrimonial transfigurada da Cidade Velha, Belém do Pará". Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8593.

Figura 32 – Croqui da disposição das casas térreas no lote colonial



Fonte: Reis Filho (1978)

Figura 33 – Croqui com modelos de casa térrea e sobrado. As coberturas podiam ter variações, como no sobrado, em que há o destaque para a presença da água furtada e na casa térrea, da camarinha



Fonte: Reis Filho (1978)

As casas térreas e sobrados geralmente apresentavam a cobertura em duas águas com beiral, mas também, como nos exemplos acima, poderia haver as variações com a camarinha ou água-furtada. As telhas eram de barro do tipo capa-canal, raros eram os modelos com forro, geralmente adotava-se o padrão da telha vã. O piso era em chão batido nas casas térreas e assoalho em madeira no segundo pavimento dos sobrados. A tecnologia construtiva das edificações variava entre argamassa em pedra e cal e taipa[135], quanto aos vãos de portas e janelas, os mais comuns podiam ser em verga reta ou arco abatido, com esquadrias em madeira. Os sobrados eram dotados de guarda-corpo em madeira ou ferragem. Quanto maior e mais complexa a habitação, maior era o poder econômico e social daquela família, a materialidade arquitetônica deste período diz sobre uma camada específica da sociedade brasileira.

[135] Para maiores informações da tecnologia de taipa empregada em edificações no Pará, ver "A taipa como patrimônio cultural: a preservação do saber fazer", de Carvalho e Miranda (2015). Disponível em: https://revista.ufrr.br/rct/article/download/2479/1802.

Figura 34 – Edificação na rua Dr. Malcher, registrada por Robert Smith entre 1937 e 1947



Foto: Acervo fotográfico Fórum Landi [s/d.]

As figuras 35 e 36 são fotos do bairro da Cidade Velha e remetem à ambiência da paisagem descrita pelos viajantes e historiadores, sugerindo o caráter colonial do bairro.

Figura 35 – Conjunto de edificações da Praça do Carmo registrado por Robert Smith entre os anos de 1937 a 1947



Foto: Acervo fotográfico Fórum Landi [s/d.]

As fotos são registros feitos pelo historiador estadunidense Robert Smith, datadas de 1937 a 1947[136], quando pesquisava sobre o urbanismo, a arquitetura e a arte colonial brasileira. Observa-se nos conjuntos edificados as características bem marcantes da

[136] As informações de datação foram coletadas no acervo fotográfico Fórum Landi em 2011, mas Bueno (2012) indica que Robert Smith "descobriu" o Brasil em 1937, a partir de uma bolsa do *American Council of Learned Societies,* ocasião na qual realizou uma longa viagem por várias cidades brasileiras, incluindo Belém. Por sua vez, Pessoa e Araújo (2012) afirmam que Robert Smith deixou para o SPHAN inúmeras fotografias de monumentos da Bahia, no Rio de Janeiro e no Pará, os quais foram capturados entre as décadas de 1940 e 1950. Dessa forma, por não haver comprovação de uma datação correta, optou-se em deixar registradas essas informações.

arquitetura civil descritas anteriormente no trabalho, o imóvel da figura 35 não existe mais e os da figura 36, que se localizam na Praça do Carmo, foram remembrados, ou seja, houve a junção interna dos dois sobrados para formar um único prédio e que pertence hoje à UFPA, onde funciona o Fórum Landi. A casa térrea também fora apagada da paisagem.

4.1.2 A Casa da Joaquim Távora (travessa) nº 60

É nesse contexto de apagamentos e transformações que se apresenta o que foi a "Casa da Joaquim Távora nº 60" em suas configurações externas tidas como iniciais.

Figura 36 – Vista da fachada pela Praça do Carmo: lateral mais comprida do imóvel, com a presença de quatro vãos de janelas e um de porta e molduras no contorno dos vãos em arcos abatidos
Foto: Iphan (1960)



Figura 37 – Vista da fachada pela travessa Joaquim Távora, observa-se a presença marcante do beiral e o embasamento da edificação
Foto: Iphan (1960)





Figura 38 – Vista da fachada da travessa Joaquim Távora. Observam-se alguns detalhes do estado de conservação da edificação, como desgaste dos frisos da cimalha que apoiam o beiral, assim como as esquadrias em madeira com algumas peças faltantes
Foto: Iphan (1960)



Figura 39 – Vista interna, com detalhe para o estado de conservação. Os vãos eram em verga reta e as portas apresentavam bandeiras na parte superior. Outro detalhe é a presença de um pátio interno, posterior à mureta no primeiro plano da foto
Foto: Iphan (1960)

A foto atual da casa, exposta no início deste item, mostrou os vestígios de alguns elementos que compunham o imóvel, como o beiral, as telhas capa-canal em barro, o cunhal de junção entre as fachadas. Sendo possível recompor sua fisionomia externa e observar os vãos de portas e janelas emoldurados com frisos que acompanham a verga em arco abatido, sendo quatro janelas e uma porta na fachada da Praça do Carmo, e três janelas e uma porta na fachada da trav. Joaquim Távora. Outros elementos que também estão presentes são o embasamento e as feições da pilastra com os socos – a base da coluna – ainda em suas formas definidas. A figura 37 traz a vista da edificação pela travessa Joaquim Távora, possivelmente da família proprietária do imóvel, e na figura 38 tem-se uma vista interna, que mostra o mau estado de conservação, fato que será utilizado como um dos motivadores ao tombamento.

Belém no final da década de 1950 e ao longo da década de 1960 passou por um processo acelerado de transformação de sua paisagem urbana, como visto no capítulo 2, pois havia um tensionamento latente entre as duas cidades: a Belém de novos ares tentava apagar os elementos da Belém passadista para deflagrar o seu processo de modernização. Essa ação, todavia, enfrentava resistências, ilustradas pela figura do representante estadual do SPHAN, na época, o historiador Ernesto Cruz, que acolhia e fazia as

demandas, enviando-as para a sede daquele órgão no Rio de Janeiro. As solicitações tinham por finalidade o resguardo federal dos bens com o instrumento de tombamento, estabelecido no Decreto Lei n. 25, de 1937. O processo de tombamento de um imóvel apresenta, geralmente, um conjunto de documentos com informações de natureza diversa[137], que visam auxiliar o parecer da equipe técnica da instituição à apreciação do valor cultural do objeto.

O processo da Casa da Joaquim Távora chamou atenção, primeiramente, pelo seu indeferimento, e posteriormente por ser um objeto que fugia do padrão da monumentalidade dos tombamentos feitos naquele período. A casa térrea marcada pela pátina[138] do tempo em sua fisionomia, já estava em descompasso com a modernização da época, de modo que a "retórica da perda" (GONÇALVES, 1996, p. 9) é lançada com a finalidade de evitar o apagamento daquele imóvel pelo progresso.

A análise documental do processo demonstra que fora solicitado por Paulo Fender, senador do Pará, em 16 de abril de 1960, ao encaminhar uma carta a Rodrigo Melo Franco de Andrade com provas as quais julgava informar o "reconhecimento do valor histórico do imóvel" (FENDER, 1960, p. 2). Segundo Fender, a demolição estava a vias de se iniciar e "[...] o referido prédio – agora objeto de vandalismo capitalista, que, em nome da civilização, a ela própria apunhala no seu cerne histórico e tradicional, sem aquele mínimo de respeito exigível ao que deve ser preservado. [...]" (FENDER, 1960, p.2). Nota-se na fala do senador que a possível perda prematura do imóvel, por questões econômicas imobiliárias, clamava pelo seu resguardo pela legislação federal, uma vez que ele tinha valores históricos e tradicionais.

Paulo Fender anexa à carta um atestado dos valores atribuídos por Ernesto Cruz. O referido documento, por sua vez, é uma carta do historiador em resposta a "Sr. Dr. Carlos Zoghbi", sobre informações históricas da casa, declaradas em 9 de fevereiro de 1960:

> A casa de referência é uma das mais antigas residências da era colonial, de Belém. Deve remontar ao século XVIII ou princípios de XIX. Os naturalistas Bates e Agassiz que estiveram no Pará, no século XIX, descrevem nos seus livros, este tipo de casa, usada pelos moradores daquele tempo. Todas as suas características, deste o talhe, feitura das janelas e portas, disposição do telhado,

[137] A Portaria n. 11, de setembro de 1986, do Iphan, trata da normatização de procedimentos para processo de tombamento, dispondo no art. 4º, inciso 1º, que a instrução do pedido consta "[...] de estudo, tanto quanto possível minucioso, incluindo a descrição do(s) objeto(s) de sua(s) área(s), de seu(s) entorno(s), à apreciação do mérito de seu valor cultural [...] informações precisas sobre a localização do bem ou dos bens, o(s) nome(s) do(s) seu(s) proprietário(s), certidões de propriedade e de ônus reais do(s) imóveis, o(s) seu(s) estado(s) de conservação, acrescidas de documentação fotográfica e plantas" (IPHAN, 1989, p. 2).
[138] Pátina são as marcas da passagem do tempo na materialidade arquitetônica.

> soleiras etc. Indicam ser a casa em tela, uma residência colonial. Constitui, realmente, uma relíquia do passado, que deve ser conservada na sua estrutura original, cujo valor histórico não pode ser esquecido (CRUZ, 1960, p.3).

O historiador pauta-se nas descrições das edificações de Belém presentes nos relatos dos viajantes e nas características da arquitetura do século XVIII, para conferir de antemão a possível autenticidade daquele objeto, e tentar dar os primeiros passos para garantir o seu resguardo. Nota-se que a residência, por ter as características coloniais, deve ser elevada à categoria patrimonial em sua feição integral, a estética da edificação é utilizada naquele momento pelo historiador como o próprio valor histórico.

Além disso, para construir a autenticidade inicial do objeto, Cruz (1960) faz uso do art. 1 do Decreto-Lei n. 25, reforçando assim os valores ali considerados relevantes, pois o decreto vai ter um papel simbólico na estruturação da política preservacionista brasileira, já que os objetos para participarem do conjunto patrimonial nacional precisavam/precisam ter a qualificação de "vinculados à fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico" (IPHAN, 2006, p. 99) – argumento utilizado pelo historiador na carta.

Segundo Chuva (2017), foi um trabalho intenso para que o Decreto Lei n. 25 fosse legitimado, as referências a ele são constantes nos processos, nos enunciados de Rodrigo Melo Franco, da equipe técnica assim como do Conselho Consultivo do SPHAN. A construção da nação simbolizada por meio dos objetos patrimoniais protegidos por essa lei específica estava pautada sobre os valores artísticos e históricos para a representação da nação. E foi com base nesse decreto que o historiador conferiu um pretenso atestado de valoração da edificação:

> O prédio nº 60, da travessa Joaquim Távora, nesta capital está inegavelmente vinculado a fatos memoráveis da história do Pará, tal seja – a época colonial, - a fase que vem merecendo dos historiadores brasileiros, constantes investigação para o seu completo conhecimento (CRUZ, 1960, p.3).

As trocas de correspondências entre a diretoria do então DPHAN e sua representação no Pará, por meio de Ernesto Cruz, demonstraram que no tramitar do processo, houve exigência de detalhamento da aferição de valores feitos pelo historiador – sobretudo referente ao excerto acima. Além de fotos do imóvel, Carlos Drummond de Andrade – que respondia como chefe da Seção de História da instituição – solicitou comprovações de "indicações de fato preciso, ou de circunstância histórica relevante, que

permita relacionar especificamente a casa da Praça do Carmo com a história brasileira no período colonial" (ANDRADE, 1960, p.6).

A casa da Joaquim Távora por si, pelas suas características e elementos que a vinculava com a arquitetura colonial brasileira, só poderia ser tombada se fosse um representante ilustrativo de um estilo, ou de um modo de construir, ou ainda se não existisse algum outro modelo mais ilustre na cidade. Aos olhos de Drummond, a edificação deveria estar atrelada à "história brasileira no período colonial", dessa forma, as afirmativas feitas por Cruz deveriam ser comprovadas historicamente, assim como a vetustez do imóvel (ANDRADE, 1960, p. 6).

O chefe da Seção de História ainda pondera que a comprovação da ancianidade[139] da construção pode conferir a ela o "testemunho do passado" (ANDRADE, 1960, p.6), consequentemente, sua inscrição com os exemplares de interesse histórico. Porém:

> Esta caracterização, [...], quando desligada de ocorrências própriamente históricas, desenroladas no imóvel ou que nêle de algum modo repercutam, só vem sendo feita pela DPHAN se a edificação é realmente ilustrativa de uma fase arquitetônica, de um estilo, de um modo de construir, e se outros modelos mais ilustres não se oferecem ao interêsse do pesquisador, na mesma cidade ou região[...] (ANDRADE, 1960, p.6).

A fala de Drummond demonstra que naquele início dos anos 1960 havia uma seleção mais rigorosa dos bens, que para serem elevados à categoria de patrimônio nacional, por sua relevância arquitetônica, deveriam ser singulares nos aspectos explicitados. Dessa maneira, o processo passaria por uma análise "à luz de critério arquitetônico" na Seção de Arte do DPHAN (ANDRADE, 1960, p.6).

Ernesto Cruz dá início à tentativa de autenticar os valores da casa, por meio de fotografias e documentações solicitadas, inserindo pequenos textos, nos quais tentava valer de sua autoridade de historiador e diretor da BAP para persuadir aquela equipe externa da importância do imóvel para o Pará. Dentre esses textos, ele afirmava a Rodrigo Melo Franco:

> A casa é de construção colonial, datando do século XVIII. Está situada na CIDADE VELHA[140], de onde partiram os colonizadores portugueses para o desbravamento. Este edifício impressionou profundamente o Dr. Robert Smith, pelo seu estilo e pela sua antiguidade, sendo mesmo um dos monumentos da cidade (CRUZ, 1960, p.7).

[139] A ancianidade é empregada nos documentos deste processo no sentido de tempo histórico decorrido.
[140] A palavra está grafada em caixa alta originalmente no texto.

Por mais que ainda não tivesse apresentado as provas documentais, o historiador utilizava argumentos reafirmando a colonialidade da casa, primeiramente pela sua localização no bairro-gênese da colonização portuguesa em Belém, e também considerando as impressões do historiador Robert Smith – não há referências em que meio tais impressões foram deixadas, se por fotografia, por texto ou informação oral. É interessante notar que o historiador de Belém resgata o olhar de Robert Smith para com o objeto – um historiador com lastro nas pesquisas da arquitetura colonial brasileira para aquela instituição[141], com a finalidade de declarar que a casa é um monumento para Belém.

A transformação da cidade e da arquitetura de outrora é latente na documentação de tombamento, a pressão do capital imobiliário pela renovação dos espaços é sempre pontuada pelos sujeitos paraenses que aparecem no processo: "o seu atual proprietário pretende demolir esta impressionante relíquia do Pará-colonia, para em seu lugar erigir um prédio moderno. Se isto acontecer Belém vai perder Belém uma peça valiosa de sua História" (CRUZ, 1960, p.7).

Segundo Vidal e Lima (2018), esse período foi marcado pela presença de novos agentes do setor privado que passaram a participar da exploração de recursos minerais da Amazônia. As ações deles no tecido da cidade se dava na tentativa de criar uma nova paisagem da metrópole da Amazônia, modernizada, que tinha na construção de edifícios, no processo de verticalização, a nova imagem de Belém.

Ernesto Cruz clamava pela salvaguarda do imóvel, mas não bastava o valor simbólico que aquele objeto tinha para o representante regional do DPHAN. Era preciso atender às exigências da equipe técnica da sede. No decorrer do processo, outros sujeitos apontaram para a necessidade de estudos aprofundados sobre as primeiras edificações erguidas no mais antigo sítio da cidade, dentre eles, Arthur Ferreira Reis – solicitado por Rodrigo Melo Franco de Andrade – que sugeriu à diretoria um inventário do casario do bairro para que fosse possível tomar conhecimento daqueles mais antigos e assim "merecer a interferência do Estado na sua ação visando á preservação do patrimônio histórico e artístico local" (REIS, 1960, p.15).

O relatório de Paulo Thedim Barreto, chefe do Setor de Artes do DPHAN também recai nos aspectos da arquitetura tradicional, da arquitetura antiga. Ele, por sua vez, relata

[141] Segundo Bueno (2012), Robert Chester Smith estabeleceu vínculos com o corpo técnico do recém-criado Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dessa forma, nutrindo e contribuindo para as pesquisas da instituição.

que a Praça do Carmo era um dos poucos núcleos onde as edificações não sofreram tanta intervenção da inserção de platibanda: "[...] o incentivo lastimável da lei municipal que determina o despojamento das cornijas e beirais das casas de Belém" (BARRETO, 1960, p.11).

Acrescenta ele ao parecer que as "casas desfiguradas são em pequeno número" e solicita urgência para o tombamento do convento carmelita, adaptado ao colégio, assim como da Casa da Joaquim Távora, pois "Essa vivenda, de fato, por suas proporções e robusto cornijamento, é uma daquelas que como disse bem Saint Adolphe 'foram feitas de pedra-e-cal com solidez e elegância"[142] (BARRETO, 1960, p.11).

As observações de Barreto (1960) sobre a Casa da Joaquim Távora trazem algumas informações que ajudam a refletir sobre as várias formas de mudança da paisagem arquitetônica de Belém naquele período, seja pela renovação total da edificação no lote, seja por intervenções pontuais, mas que desfiguravam a Belém colonial, apagando alguns dos elementos de composição da fachada. Fica explícito tanto na fala de Reis como na de Barreto que as características da colônia deveriam ser preservadas, lançando o olhar para a atribuição de valor à arquitetura de pedra e cal do período colonial.

O desfecho desse processo chama a atenção pelo fato de Ernesto Cruz, que demandou empenho para validar a relevância histórico e estética da Casa da Joaquim Távora, tenha atestado o seguinte sobre o imóvel, em 24 de junho de 1960: "não possuir as caraterísticas positivas de ancianidade" (CRUZ, 1960, p. 21).

Mas como se chegou a esse veredito? Na busca pela documentação que atestasse a data de existência da casa na história colonial brasileira – pois o valor colonial era o almejado – o historiador havia encontrado a "Escritura Pública e o Termo de Traspasse", comunicando a Rodrigo Melo Franco de Andrade "ao contrário do que informei anteriormente, levado na tradição oral, muitas vezes falha e imprecisa, dito prédio não possue a antiguidade que lhe é atribuída" (CRUZ, 1960, p. 21).

Cruz assumia que fora levado a reconhecer a antiguidade da edificação por meio de relato oral e atribui a isso a falha da possível datação cronológica no período colonial brasileiro. No Termo de Traspasse que indicava o processo de compra, constava que o Barão de Arary havia adquirido dos herdeiros de José Antonio Oliveira, em abril de 1865,

[142] A citação se refere ao conteúdo presente no verbete "Belêm" do "Dicionário Geographico, historico e descriptivo do Imperio do Brazil", originalmente publicado em 1845 pelo militar francês Millet de Saint-Adolphe. Saint-Adolphe menciona o sistema construtivo da pedra e cal ao se referir às edificações "da cidade de Belêm" no século XVIII. Segundo o autor, Belém recebera o título de "cidade" no ministério de Marquês de Pombal (SAINT-ADOLPHE, 1845).

um terreno na atual Joaquim Távora. O historiador concluiu que pelo motivo do Termo de Traspasse não se referir a "terreno edificado" e simplesmente "terreno", que o Barão de Arary havia construído a edificação após aquela data de compra, sendo assim "Não se trata de casa colonial, quer dizer, do tempo da colônia, mas do estilo da época em que foi construída, posterior ao ano de 1865" (CRUZ, 1960, p.21).

A partir da exposição de Cruz na carta, o processo foi arquivado e fora dada autorização para que o atual proprietário executasse as "obras de restauração" (CRUZ, 1960, p.21), tendo em vista o estado precário de conservação da parte interna do imóvel. Destacam-se alguns pontos de reflexão sobre o processo: o valor do documento oficial com a datação do século XIX teve mais peso que as características coloniais que a casa apresentava, ou seja, a ancianidade não confirmada que o papel atribui, suplanta a ancianidade estética da materialidade – mesmo com o parecer de Paulo Thedim Barreto, chefe do Setor de Artes do DPHAN, conforme seu relatório,

> as casas da Praça do Carmo ainda formam um conjunto apreciável [...] valorizando mais ainda a referida praça lá estão a igreja do Carmo, projeto de Landi e o Palácio Velho. É preciso, pois, que o DPHAN preserve o ambiente tradicional e característico desses dois momentos já tombados, tombando também aquela pequena praça – com todas as construções que lhe ficam a borda (BARRETO, 1960, p.11).

Existia uma composição harmoniosa entre o conjunto edificado, a Igreja do Carmo e o Palácio Velho – ambos já haviam sido tombados pela instituição – a Casa da Joaquim Távora contribuía para compor essa vista formando um ambiente tradicional com ambos os bens. Porém, por não estar explícito em documentos que havia edificação construída no terreno comprado pelo Barão de Arary, na segunda metade do século XIX, ela passou a não possuir características positivas de ancianidade, portanto sem interesse ao tombamento.

A arquitetura do século XIX foi por um tempo, sobretudo nas primeiras décadas de tombamento do SPHAN/DPHAN, colocada em segundo plano ou invisibilizada aos olhares dos técnicos atrelados ao Modernismo. Segundo Fonseca (2017), havia uma aversão ao gosto burguês que acompanhava o padrão europeu com as linguagens de revisitação ao passado. Críticas ao passadismo da linguagem acadêmica da arquitetura da Escola de Belas-Artes francesa, estilo atrelado à República Velha brasileira do final do século XIX às primeiras décadas do século XX, eram correntes no grupo dos técnicos da instituição. A Casa da Joaquim Távora, que não apresentava um caráter monumental, não

havia sido palco de fatos históricos significativos para a nação e estava sendo enquadrada no século XIX, deixou de ter a importância que foi construída nas primeiras correspondências do processo para tombamento.

A análise dos recortes dos mapas, com as indicações de existência de construções no local, também leva a se questionar se realmente não haveria remanescente do século XVIII naquela edificação... Fato que vai ser deixado em aberto para que em futura pesquisa aprofunde-se no conhecimento sobre os documentos Termo de Transpasse do século XIX.

Vale atentar também nos discursos produzidos pelos agentes da instituição, como mencionado anteriormente, que os modernistas se apropriaram deste lugar na construção dos objetos de excepcionalidade histórico-artística, eles são os intelectuais e homens públicos do SPHAN/DPHAN das primeiras décadas de sua fundação, do 'SPHAN de Rodrigo Melo Franco de Andrade' e que terminaram por fixar uma hierarquia de valores com suas respectivas características para se preservar. Os intelectuais assumiram a implantação do serviço destinado a proteger as obras de arte e de história no país, com suas concepções sobre arte, história, tradição e nação e foram responsáveis pela elaboração da "ideia na forma de um conceito abrangente de patrimônio que se tornou hegemônico no Brasil. [...]" (FONSECA, 2017, p. 83).

Dessa forma, fica evidente que o conjunto de bens tombados ainda "deveriam expressar a 'memória nacional' ou a produção cultural 'mais autêntica' da nação, capaz portanto, de narrar sua história e origem, conforme expressão distinta e recorrente nos discursos dos agentes do órgão" (CHUVA, 2017, p. 210).

No processo da Casa da Joaquim Távora é recorrente a menção à "ancianidade positiva", "aspecto tradicional", "casario antigo" e essas denominações remetem ao período colonial brasileiro, que por sua vez está relacionado a uma materialidade arquitetônica dita autêntica. Essa noção foi sendo perpetuada ao longo das décadas na instituição e ainda nos anos 1960 eram realizadas as práticas do período inicial de tombamento. Os documentos do início do processo apontam que foram as características coloniais da edificação que fomentaram o historiador a construir, por meio de relatos, do que se tratava uma casa autêntica, porém, após a análise do termo de transpasse, houve a contestação da datação no século XVII e XVIII. Esse fato acarretou a perda significativa das características arquitetônicas da edificação, como visto na fotografia que inicia essa discussão, embora não tivesse um atestado datado de colonialidade naquele momento, tinha outros aspectos – inclusive destacados por Paulo Thedim Barreto – como a cornija

avantajada, o beiral, a ausência de platibanda, fatores que dialogavam com o ambiente tradicional no qual estavam o Palácio Velho e a Igreja do Carmo.

Assim, percebe-se que Ernesto Cruz, como representante regional, tivera o ímpeto de classificar a edificação como colonial, já que inicialmente para ele, a edificação era uma testemunha da história de colonização na Pará e como tal deveria ser salvaguardada, fato que justificaria sua preservação. Posteriormente, ele aproxima falas de viajantes estrangeiros que deixaram relatos sobre os aspectos das moradas paraenses, assim como a utilização de um depoimento não oficial de Robert Smith para autenticar a ancianidade do imóvel. O representante da instituição no Pará adotara no processo dessa edificação uma postura que refletia o autodidatismo daquele ofício, porém, ao mesmo tempo ele sempre demonstra entrar em consonância com o discurso institucional, à medida que destaca a excepcionalidade histórica e estética para a atribuição de valor, os quais pairavam no autêntico colonial.

4.2 O SOLAR DO BARÃO DE JAPURÁ, AVENIDA NAZARÉ

Figura 40 – Vista da fachada do Solar do Barão de Japurá, observam-se características neoclássicas da edificação, como a presença do frontão triangular, que esconde a cobertura em telhas; e o uso de esculturas ornamentando a platibanda, além da fachada simétrica



Foto: Goodwin (1943)

O Solar do Barão de Japurá localizava-se onde hoje é o espaço da quadra do Colégio Marista Nossa Senhora de Nazaré, na avenida Nazaré, e pertencia aos Irmãos Maristas. O processo de tombamento (n. 708-T-63) dessa edificação foi instaurado em 2 de abril de 1963, a partir de um requerimento assinado por Leandro Tocantins e Mario Barata[143], o texto do requerimento era direto, e solicitava a inscrição do bem "para os fins estabelecidos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937".

Destaca-se esse processo como significativo, por observar nele a construção do discurso para tombamento de uma edificação do século XIX com características neoclássicas, assim como o envolvimento de outras instituições para a salvaguarda do

[143] Nascido no Rio de Janeiro em 1921, tinha um vasto currículo na área das artes em geral. Formado no curso de Museus do Museu Histórico Nacional na década de 1940, também se graduou em outras áreas, como bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais, curso Didático Geral e Especial de Geografia e História pela Universidade do Brasil na década de 1940, Letras e História da Arte, pela Universidade de Paris (Sorbonne), além de cursos na Escola do Louvre e de Etnologia, no Museu do Homem, em Paris. Foi docente na Escola Nacional de Belas-Artes, no Museu de História Nacional, na Unirio etc. Participou de eventos nacionais e internacionais no campo de museus e artes. Pertenceu a diversas congregações, como o IHGB, além de membro da Seção Brasileira do Icomos. Fonte: https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/mabarata.html.

bem. Esse fato demonstra que na década de 1960, Belém apresentava algumas[144] frentes na luta pela preservação patrimonial da cidade, havia uma tomada de consciência que ia além de manifestações individuais, já que, dentre as instituições envolvidas no processo estavam o Instituto dos Arquitetos do Brasil, Departamento Pará (IAB-PA), o CEC-PA e o curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPA. Somado a esses fatores, a questão do objeto não ter sido tombado em virtude de sua demolição, assim como uma discussão nos jornais envolvendo o representante do DPHAN, Ernesto Cruz, com os proprietários da edificação, os Irmãos Maristas.

O Solar do Barão de Japurá foi objeto de estudo do TCC de Túlio Chaves em 2008, nele o autor enfocou as reportagens publicadas na imprensa como fonte de discussão para analisar as diferentes representações sobre a questão patrimonial em Belém. Aqui serão abordadas questões relacionadas às minúcias do trâmite do processo de tombamento do Solar, levando em conta sua documentação para discorrer sobre a construção dos valores enunciados no discurso preservacionista e intervencionista do DPHAN.

Mediante a demanda de Leandro Tocantins e Mario Barata, o arquiteto Augusto da Silva Telles[145] emitiu um parecer inicial para o diretor da instituição sobre o Solar, no qual atribuiu à publicação da edificação no livro/catálogo "Brazil Builds: Architecture New and Old, 1652 - 1942", publicado em 1943, o seu reconhecimento, assim como destacou algumas características do prédio, datado do século XIX. Segue abaixo todo o trecho do parecer de Telles para se observar os termos utilizados:

> [...] Este solar, que graças ao livro "Brazil Builds", é dos mais conhecidos de Belém, representa bem, a arquitetura da segunda metade do século XIX, ainda neo-clássico[146], mas fora dos cânones da gramática classicista. A fachada principal onde domina o enorme frontão, pesado, mas calmo, contrasta com as laterais, muito singelas, onde avarandados com uma série de colunas cilíndricas, esguias, suportam as abas do telhado. A casa, que pertence atualmente aos irmãos Maristas, acha-se em mau estado de conservação, pois quem segundo informa Leandro Tocantins, não se

[144] É importante destacar que Túlio Chaves utiliza um artigo de Donato Mello Júnior, historiador da Arquitetura, professor visitante da UFPA naquela época. O artigo intitulado "O Solar do Barão do Japurá", publicado em 11 de fevereiro de 1970, faz uma compilação do processo de tombamento da edificação, sem referenciá-lo. Nesse item do trabalho dar-se-á destaque ao trâmite, expondo as trocas das correspondências.
[145] Augusto Carlos Silva Telles, arquiteto de formação, passou a compor o quadro técnico do Iphan em 1957, ocupando diferentes cargos ao longo do tempo na instituição. Fonte: https://ims.com.br/por-dentro-acervos/a-colecao-augusto-silva-telles-um-olhar-sobre-o-patrimonio-cultural/.
[146] Koch (2004), no "Dicionário de Estilos Arquitetônicos", define "neoclassicismo/classicismo" como toda tendência artística que se ancora no modelo da Antiguidade, de uma maneira mais estrita, se desenvolveu na Europa na segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX, tendo sido adotado em vários países. No Brasil temos oficialmente a introdução da linguagem neoclássica com a instalação dos artistas da Missão Francesa na segunda metade do século XIX.

> interessam os proprietários pela sua preservação. Somente pelo tombamento, poder-se-á salvar da ruínas êste solar, dos mais interessantes do acervo do Pará (TELLES, 1964, p.4).

Telles (1964) ressoa as diretrizes do discurso de Carlos Drummond de Andrade, apontado no parecer da Casa da Joaquim Távora, de que a edificação não estava ligada a fatos históricos memoráveis, mas – por ter sido divulgada no livro "Brazil Builds..." – ela ganhava outro valor, o de reconhecimento[147]. Além desse aspecto, nota-se ainda que o arquiteto enquadrava o imóvel como um ilustrativo de estilo, e aqui vale salientar que a arquitetura do século XIX, sobretudo a atrelada à República Velha, foi por muito tempo malvista, algo que fica claro nas falas de alguns modernistas da primeira metade do século XX. O livro "Brazil Builds..." traz um excerto que demonstra a visão que se tinha da arquitetura eclética que se encontrava na avenida Rio Branco, na capital federal, pois Goodwin (1943), ao mencionar a biblioteca, o museu, o teatro e o Palácio Monroe, exclama:

> [...] Talvez seja melhor não falar neles. Apresentam uma imponência de acordo com os grupos estatuários monumentais que os circundam. Rio de Janeiro como Washignton, foram vítimas da mania internacional do carregado à Palladio. [...]. O caso, porém, teve um bom fim. Poucos anos decorridos e, quasi da noite para o dia, a encantadora cidade curou-se dessa doença, começando a ver melhor as vantagens de uma arquitetura de acordo com a vida atual e com a moderna técnica construtora. (GOODWIN, 1943, p. 25).

[147] É importante pontuar que este livro/catálogo foi elaborado em 1942, e lançado pelo Museu de Arte Moderna de Nova Iorque (MoMA), em 1943, juntamente com uma exposição fotográfica de seu conteúdo. Escrito e organizado pelo arquiteto Philip Goodwin (presidente da Comissão de Relações Exteriores do Instituto Americano, junto com o fotógrafo e arquiteto Kidder Smith no registro de arquiteturas escolhidas para compor o livro). Essas construções estavam enquadradas como arquitetura colonial e moderna, embora houvesse arquitetura imperial. Segundo o autor do livro, havia um desejo do MoMA e do Instituto Norte Americano de Arquitetos em estreitar relações com o Brasil, e o intuito daquela publicação estava em conhecer melhor a arquitetura brasileira, "principalmente as soluções dadas ao problema do combate ao calor e aos efeitos da luz sobre as grandes superfícies de vidro na parte externa das construções [...]" (GOODWIN, 1943, p.7). Essa fala é uma reverberação da necessidade de "inventariar" a experiência modernista da arquitetura em países que as adotava, e segundo Scottá (2019), a exposição e o livro representavam uma busca da definição do lugar da arquitetura dentro do MoMA. A introdução do livro mostra dados interessantes, destacando-se sua ligação com o SPHAN no agradecimento de Goodwin a Rodrigo Melo Franco de Andrade, por abrir caminhos nas cidades das edificações registradas. Além do agradecimento, verifica-se que ao longo do texto das construções, sobretudo dos "Early Building", há menções às restaurações e tombamentos feitos pelo SPHAN naquele período. O trabalho gerou exposições itinerantes pelos Estados Unidos, em Boston, por exemplo, contou com uma palestra de abertura de Robert Smith sobre arquitetura colonial brasileira – historiador que estava nos agradecimentos do livro. Já no Brasil, o lançamento da obra contou com palestras de Oscar Niemeyer, Henrique Mindlin e Carlos Cardim Filho.

O autor fazia menção ao ecletismo que vigorava naquelas edificações cariocas da avenida Rio Branco, a profusão de elementos ornamentais são, inclusive, encarados como doenças, mas, segundo o autor, a cidade do Rio de Janeiro vinha passando por uma assepsia, "melhorando a sua arquitetura" a partir das novas arquiteturas que passavam a ser construídas (GOODWIN, 1943, p. 34).

Fabris (1993), por sua vez, ao fazer uma revisão desse tipo de avaliação, pontua a aversão que alguns arquitetos e historiadores da arte e da arquitetura trataram a arquitetura eclética, poliestilística, neoclássica, dentre outros. Segundo a autora, "a afirmação do ecletismo no Brasil não implicava em conhecimento da tradição anterior e sim o rechaço radical dos vestígios coloniais que persistiam no país [...]" (FABRIS, 1993, p. 136).

Seja pela retomada de modelos arquitetônicos de outrora, seja pela repulsa à estética colonial, verifica-se na fala de Telles (1964, p. 6), a valoração daquele modelo arquitetônico do Solar, por estar "fora dos cânones da gramática classicista", o enquadrou em um neoclássico "mais sóbrio", que mesmo com a presença do frontão triangular, o qual era "calmo", e seu frontispício, marcadamente neoclássico, contrastava com a fachada lateral – que remetia a modelos de casas rurais do período colonial. Dessa forma, o imóvel, da segunda metade do século XIX, poderia, então, ser passível ao tombamento.

No relatório de inspeção em Belém e no Amapá, realizado em maio daquele mesmo ano, Renato Soeiro reiterava a importância do imóvel e validou a necessidade de sua salvaguarda, sobretudo por restar apenas a fachada frontal e lateral, uma vez que a edificação se encontrava em estado de ruína, devido à má-conservação dos irmãos maristas:

> [...] e fora de dúvida a necessidade de proceder-se ao tombamento do Solar de propriedade do Colégio de N.S. de Nazaré, sito à Av. de Nazaré, junto e antes do nº 902, apesar de só restarem, da construção primitiva, a fachada principal e os avarandados com colunas lateralmente. Sendo, entretanto, exemplar único na Região, de arquitetura neo-classica da segunda metade do século XIX [...] (SOEIRO, 1964, p.5).

Transcorridos cinco anos do início[148] do processo de tombamento do bem, o Instituto dos Arquitetos do Brasil[149]- Departamento Pará encaminhou um ofício a Ernesto

[148] Em 20 de maio de 1963, Ernesto Cruz recebe um ofício da chefe da Seção de História, Judith Martins, comunicando, para conhecimento, que a pedido de Leandro Tocantins, havia sido iniciado o processo de tombamento de alguns bens no Pará, dentre eles o Solar do Barão de Japurá (MARTINS, 1963).

[149] Entidade sem fins lucrativos, fundado em 1921, hoje encontra-se presente em todas as regiões do país. Reúne ideias de um coletivo que debate as ações referentes aos aspectos urbanos, político, urbanístico, de preservação patrimonial etc. Fonte: https://iab.org.br/iab/.

Cruz, assinado pelo seu presidente Augusto Emauz dos Santos e pelo secretário Roberto de La Rocque Soares. No ofício, os arquitetos afirmavam, equivocadamente, que a edificação estaria tombada pelo DPHAN e ameaçada de desabamento. Acusam também que obras de "adaptação e modernização" que foram feitas na parte posterior do imóvel, para a instalação da Associação dos Antigos Alunos Maristas, alteraram, "suas linhas arquitetônicas básicas e substituição dos seus materiais primitivos, contrariando normas do DPHAN" (SANTOS; SOARES, 1968, p. 6).

Nota-se neste documento que os arquitetos que respondiam pelo IAB-PA não estavam satisfeitos com algumas posturas da representação do DPHAN[150], no que tange ao trato com aquela edificação, já que enfatizaram, por mais de uma vez, que as obras naquele imóvel contrariavam as normas do DPHAN. No ofício, relatam que após a derrubada das colunas do portão de entrada do terreno do Solar, por um caminhão, eles haviam sido surpreendidos "com obras de recomposição do referido muro, porém sem obediência às suas características primitivas e que fazem parte do tombamento do DPHAN" (SANTOS; SOARES, 1968, p.6). Finalizam o documento evidenciando o descuido dos proprietários do prédio tombado e que o IAB-PA "não pode se omitir sem incorrer no perigo de participar de mais este atentado ao patrimônio histórico e artístico de nossa terra" (SANTOS; SOARES, 1968, p.6).

O ofício evidencia diversas questões, primeiramente, a atenção que o IAB-PA destinava à salvaguarda patrimonial. Diferentemente dos anos 1940, quando práticas individuais preservacionistas se somavam ao SPHAN, nesse processo de tombamento têm-se entidades organizadas que fiscalizam e, nesse caso, cobram posicionamento daquela representação ante as transformações no tecido da cidade. Outras questões levantadas dizem respeito à noção de intervenções em bens, as quais deveriam manter ou resgatar o seu estado primitivo, nas palavras dos arquitetos, tais noções se convergem para as práticas propagadas pela instituição federal de preservação patrimonial.

[150] É oportuno destacar que em 1964 a UFPA inaugurou o curso de Arquitetura e Urbanismo, e no decorrer desse processo, houve uma mobilização de arquitetos que passam a reivindicar a ocupação de seus espaços de atuação. O IAB do Pará, funcionava na sede do curso de Arquitetura e Urbanismo, na avenida Almirante Barroso,152, como informa o ofício encaminhado para o diretor Renato Soeiro, ou seja, a maior parte dos agentes mobilizadores e fiscalizadores nesse processo de tombamento faziam parte da mesma classe, os arquitetos, com exceção de Ernesto Cruz e Clóvis Moraes Rego. No ano de falecimento de Ernesto Cruz, 1976, sai a Portaria n. 230, do Ministério da Educação e Cultura, com o novo regimento interno, o qual adotava quatro novas representações: as Diretorias Regionais nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste (REZENDE; GRIECO; THOMPSON, 2015). Apenas no ano de 1979, é implantada a Diretoria Regional de Norte, com sede em Belém e seu primeiro diretor foi o arquiteto, urbanista e professor do curso de Arquitetura da UFPA, Jorge Derenji (IPHAN, 2010).

Aqui se dá ênfase à consideração do bem como tombado, esse entendimento estava equivocado, visto que, ao longo da documentação do processo de tombamento, é notório que o parecer final para a ação foi dado em 1969, por Silva Telles, relator do processo, ou seja, em 1964 a edificação não estava tombada.

O equívoco de entendimento pode ter ocorrido, mediante a comunicação da sede, a Ernesto Cruz, sobre o início do processo em 1963. Visto que Renato Soeiro viria a explicar o trâmite da ação, a partir do desentendimento gerado nas publicações dos jornais sobre a derrubada da fachada do Solar, em 1969, visto mais adiante.

O IAB-PA, após o ofício a Ernesto Cruz, não obtivera resposta, e solicitou então a Rodrigo Melo Franco de Andrade providências quanto ao caso e ainda se colocou à disposição de angariar recursos para a restauração do prédio. A partir desse contato, o encaminhamento do processo "708-T-63" foi dado a Silva Telles, o qual declarou que o bem deveria ser tombado.

No mês de setembro de 1969, Ernesto Cruz tomou conhecimento da deliberação para inscrição do Solar do Barão de Japurá nos livros de tombo, porém para que fosse expedida a notificação aos proprietários, Cruz deveria "informar sôbre o estado de conservação do imóvel em causa, assim como a rua e número em que se acha situado e, ainda o nome do respetivo representante legal" (SOEIRO, 1969, p.17). Apenas no mês de dezembro, Ernesto Cruz respondera ao ofício, com as devidas informações, e alegou encontrar-se fora da capital em estado de saúde precário: "tendo tido necessidade, sob recomendação médica de um período de repouso total [...]" (CRUZ, 1969, p.18).

O historiador complementa as informações falando sobre o estado de conservação do Solar: "[...] os irmãos maristas jamais dispensaram ao edifício nenhuma atenção, pois o seu desejo é demoli-lo, levando-o para isso à ruína total. [...]" (CRUZ, 1969, p.18).

A demanda das atividades recaia sob uma única pessoa, no representante local, como visto anteriormente. Ernesto Cruz, além desta função, exercia outras em instituições e congregações na cidade, segundo o documento, e sua ausência por motivos de saúde o impedira de responder em um curto espaço de tempo ao ofício. Sobre o estado de conservação da edificação, o historiador é taxativo ao informar que ele estava em péssimas condições, e atribui a culpa aos Irmãos Maristas que tinham o desejo de derrubar o imóvel.

Figura 41 – Foto vinculada na matéria sobre a demolição do Solar do Barão de Japurá, cujo recorte fora enviado à direção do DPHAN por Ernesto Cruz

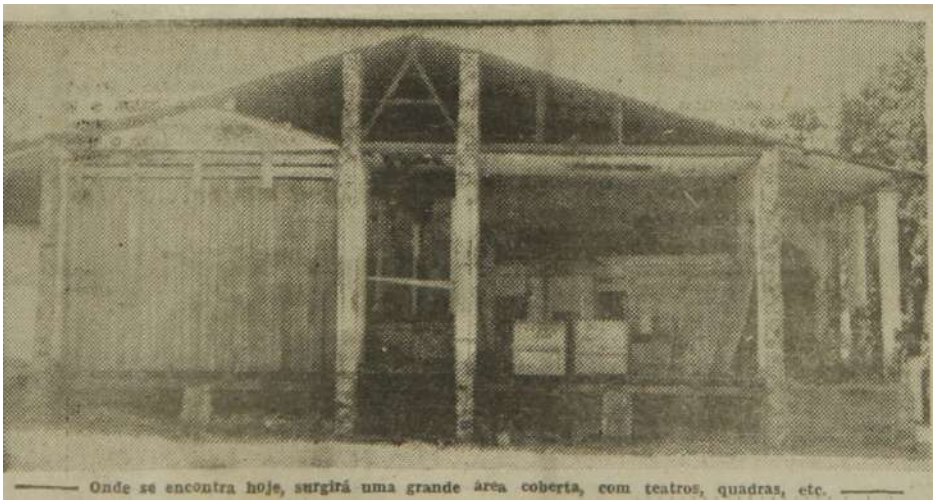


Foto: Colégio... (1969)

A demolição da fachada por parte dos Irmãos Maristas ocorreu dias após, e fora informada a Renato Soeiro por Ernesto Cruz, o qual ficou sabendo da derrubada a partir de uma matéria no jornal "A Província do Pará". A carta de Cruz mencionava que:

> [...] os Irmão Maristas mandaram derrubar a casa do Barão de Japurá, única das rocinhas tradicionais de Belém, que ainda resistia à incompreensão dos homens. Aliás, os religiosos não se apegam à tradição. O pior é que eles me envolveram nesse criminoso procedimento, como se fosse possível imaginar que eu fosse tão contraditório, preocupado como sempre no tombamento do prédio, e agora, afirmando que o edifício – "não despertava interesse para o ORGÃO QUE DIRIGE". A única intromissão que tive no assunto, foi de há muitos anos atráz, a pedido do meu amigo dr. Adalberto Acatauassú Nunes solicitar ao dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, que permitisse à Associação do ex-alunos Maristas que usassem o interior do edifício, podendo para isso concertar ou fazer novo assoalho que se achava estragado, e realizassem concertos de paredes internas [...] (CRUZ, 1969, p. 19).

O Solar do Barão de Japurá é mencionado pela primeira vez como uma rocinha no documento, o que segundo Cruz (1947) e Soares (1999), eram edificações que estavam mais afastadas do centro da cidade, com os lotes maiores e que possibilitavam uma construção solta no terreno e que poderiam ter diversas configurações. Ernesto Cruz atribui à edificação, único exemplar, os valores de singularidade e de tradição, como visto anteriormente, esse tipo de morada remeteria ao colonial e por esse motivo tinha valor patrimonial para o historiador. O representante do DPHAN afirmou que os religiosos não se apegavam à tradição, embates entre o SPHAN/DPHAN/IPHAN e as pessoas à frente

de bens religiosos – padres, arcebispos etc. – foram recorrentes ao longo da trajetória da instituição (FONSECA, 2017), e perduram até os dias atuais.

No ofício observa-se ainda a reforma feita na edificação, citada pelo IAB-PA, como não condizente às diretrizes do DPHAN, porém, como mostra o documento, a intervenção tinha sido acatada por Rodrigo Melo Franco de Andrade. Poderia até não estar condizente com os princípios dos arquitetos do IAB-PA, ou ainda ter sido mal executada. Mais uma vez cabe pontuar que Ernesto Cruz não possuía formação de arquiteto, ou engenheiro, era um historiador autodidata e que algumas vezes essa condição fora mencionada por alguns colegas, que discordavam de determinas conclusões tiradas sobre fatos históricos, como visto no capítulo 1 deste trabalho.

Outro ponto significativo desse ofício é sobre a matéria publicada no jornal "A Província do Pará", "Colégio Nazaré derruba prédio (que não estava tombado) para ampliações", conteúdo que gerou revolta no "Historiador da Cidade de Belém". A reportagem, sem autoria, menciona que os Irmãos Maristas resolveram demolir parte do prédio, a mais significativa – a fachada – utilizando como justificativas o risco de ruir, o que comprometeria a integridade física dos estudantes e a invalidação do valor histórico e estético do imóvel, que "há muitos anos que se discute a validade histórica da casa, em estilo colonial despertando por isso mesmo as atenções das pessoas interessadas no assunto" (COLÉGIO..., 1969), além da consulta a Ernesto Cruz, "que informou que de fato o prédio não despertava interesse para o órgão que dirige, motivo pelo qual não havia sido tombado"(COLÉGIO..., 1969) e o fato do prédio não ter sido citado na lista de prédios tombados divulgado pela imprensa de Belém.

A matéria deixa evidente, pelas argumentações, a tentativa de justificar a demolição do Solar e imputar a Ernesto Cruz um parecer favorável para tal ação. Na ocasião do ofício de comunicação da ação feita pelo Colégio Nazaré, Ernesto Cruz informa a Renato Soeiro que daria resposta ao noticiário do jornal, assim que Soeiro tomasse ciência sobre o fato.

A matéria da demolição mobilizou o professor Paul Albuquerque, do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPA, então recém-criado. O professor enviou uma carta para Renato Soeiro em 25 de novembro daquele ano, pedindo informação precisa sobre o tombamento da edificação, com a finalidade da tomada de providências sobre uma possível restauração da fachada (ALBUQUERQUE, 1969). A matéria do jornal gerou alguns questionamentos, dentre eles o questionamento se a edificação estava realmente tombada. Como colocado anteriormente, pode ter havido uma interpretação errônea sobre

o significado legal de dar início ao processo de tombamento e estar tombado. Tal fato demonstra que o procedimento da ação federal ainda não tinha boa compreensão entre os arquitetos e no meio que circulava.

A dúvida, no entanto, foi sanada por Soeiro (1969), ao afirmar que o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional havia deliberado por unanimidade proceder o tombamento, para esse fim, "solicitou-se ao representante desta Diretoria, naquele Estado, informações sôbre o nome e endereço da entidade proprietária do imóvel, a fim de lhe ser expedida a notificação necessário (SOREIRO, 1969, p. 26). O então diretor da instituição afirmou antes da expedição da notificação que a demolição já tinha sido feita, e que o Conselho Consultivo deliberaria sobre as providências quanto ao caso.

Outra manifestação sobre o assunto foi do Conselho Estadual de Cultura do Pará, do qual Ernesto Cruz fazia parte como presidente da Câmara de Ciências Humanas e Patrimônio Histórico e Artístico estadual, na figura de seu presidente Clóvis Moraes Rêgo. No dia 27 de novembro daquele ano, Moraes Rêgo encaminhou um ofício ao DPHAN solicitando providências para paralisar a demolição do "antigo Solar do Barão de Japurá – antiga rocinha da cidade de Belém" (RÊGO, 1969, p.22), declarou também que o Conselho prestara apoio irrestrito a Ernesto Cruz. Em anexo ao documento estava o ofício encaminhado para o "Sr. Irmão Diretor do Colégio Nossa Senhora de Nazaré", cuja principal solicitação era para que a demolição da edificação fosse sustada até o pronunciamento definitivo do DPHAN. Utilizavam para esse fim os termos da Lei n. 2073, de 30 de dezembro de 1967, que instituíra o CEC-PA, o qual tinha em seu encargo

> adotar as medidas necessárias para a defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico do Estado e Município", bem como "a conservação e guarda de seu patrimônio artístico", visa não apenas a preservação do prédio em apreço, como evitar problemas de ordem legal, levantadas pelo ilustre proponente [Ernesto Cruz] (art. 17 do De. Lei nº 25, de 30/11/37 – Legislação Brasileira de Proteção aos bens Culturais – Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), notadamente porque afirma jamais haver declarado não ser tombado o imóvel em questão, mas, ao contrário, encontra-se, sim, nessa situação, embora em caráter provisório, até que se ultime o respectivo processo. (RÊGO, 1969, p. 25).

Esse excerto demonstra as funções do CEC-PA – salvaguarda patrimonial – assim como a "penalidade legal" que o Colégio Nazaré poderia sofrer caso não parasse com a demolição. Como justificativa para a infração, ele cita o artigo 17, do Decreto-Lei 25, que prevê

> coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cincoenta por cento do dano causado. (BRASIL, 1937).

Porém, o decreto, como observado, aplica-se a bens já tombados, aqui se observa parte do equívoco de interpretação do instrumento do tombamento. O texto, ao eximir Ernesto Cruz de ter afirmado que o imóvel não era tombado, acrescenta que a edificaçãose encontrava em processo de tombamento e assegura um caráter provisório, e aqui se tem mais um equívoco, explicado mais à frente.

A repercussão da demolição fez com que Ernesto Cruz respondesse àquela matéria, que é anexada no ofício encaminhado a Renato Soeiro de 11 de dezembro de 1969. Segundo o historiador, a repercussão fora bem-vista e esclarecedora, segundo os leitores:

> mando-lhe o recorte de "A Provincia do Pará" de ontem. Os meus esclarecimentos foram bem recebidos pelo público, prova o grande numero de cumprimentos com que fui recompensado. Aguardo novas informações, pois o assunto sendo grave de mais, os infratores da lei devem receber o castigo que merecem. O exemplo deve produzir grande efeito entre os possíveis demolidores, porque os padres se reformam as leis da Igreja, quanto mais os edifícios históricos ou artísticos de que se servem (CRUZ, 1969, p.28).

Cruz solicita à instituição providências de punição para que sirva de exemplo a outros atos semelhantes que atentem contra o patrimônio histórico, voltando a mencionar a relação de tensão que haveria entre religiosos e o trato com o bem tombado. A resposta à matéria "Demolição da última rocinha de Belém" foi publicada em "A Província do Pará", no dia 10 de dezembro de 1969. No texto, Ernesto Cruz afirma que as informações prestadas para a matéria eram falsas, sobretudo de assegurar que ele havia confirmado que a edificação não tinha interesse à preservação, e complementa:

> [...] além disso, o mesmo informante alegou que eu era o DIRETOR DAQUELE ÓRGÃO, e que não via nenhum interesse em conservá-lo... puro e lamentável equívoco. O patrimônio de conformidade com a Lei que o criou e rege, tem dois modos de tombar as coisas históricas e artísticas: a) em caráter provisório; b) definitivamente. O provisório é quando se inicia o trabalho de "tombamento". Para isso torna-se necessária a documentação histórica e fotográfica [...] (CRUZ, 1969, p.3).

Mais uma vez a questão é colocada em pauta: o trâmite do processo. Esse ponto leva à reflexão de que a representação no Estado, ao longo desses anos, permanecia priorizando apenas a experiência prática do dia a dia do ofício, não havendo

instrumentalização por parte da sede ao agente local. A publicação do jornal, encaminhada por Cruz a Soeiro, foi corrigida posteriormente pelo então diretor:

> [...] verifiquei que há ali discordância nas informações prestadas por V.Sª. àquele jornal, sôbre o tombamento do Solar do Barão de Japurá. [...] Na realidade o Solar do Barão de Japurá encontrava-se desde 1963, inventariado para o respetivo tombamento e, somente em setembro do corrente ano, foi que o Conselho Consultivo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional deliberou adotar aquela medida protetora. No entanto, para que o tombamento do prédio fosse considerado como provisório, tornava-se imprescindível que tivesse sido preliminarmente, expedida a necessária notificação, a qual daria origem ao respetivo processo (art. 10 do Decreto-lei nº 25, de 30.XI.1937). Essa providência, porém, ficou na dependência de informações de V.Sª. que, por motivos justificados, chegaram após a demolição parcial que sofreu o monumento. (SOEIRO, 1969, p. 31).

Renato Soeiro comunica que o imóvel não estava em caráter provisório, haja vista que necessitava da notificação aos proprietários, para isso faz uso do artigo n. 10 do Decreto-Lei, que rege o tombamento provisório, já que ele só ocorre mediante a notificação. Nota-se que os entendimentos sobre o caráter provisório estavam desencontrados, em todos os manifestantes, e legalmente a edificação ainda não estava resguardada.

Ernesto Cruz, com base naquele entendimento, ainda afirmou que o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional iria deliberar as providências punitivas aos responsáveis pela demolição do bem tombado, afirmando que: “para cumprir os dispositivos legais, é de prever sejam os demolidores obrigados a reconstruir o edifício demolido e tombado, e pagar a multa de 50% calculada sôbre o valor do mesmo” (CRUZ, 1969, p. 3).

A diretoria do DPHAN, no entanto, recomendou que Cruz, juntamente com o apoio do CEC-PA e ao IAB-PA, tentasse a desapropriação do imóvel e a sua possível restauração. Contudo, a documentação do processo de tombamento demonstrou que o Conselho Consultivo deliberou, posteriormente, a impossibilidade de recuperação da parte demolida, pois a fachada era o principal elemento da edificação, o que justificava seu tombamento, por isso, não prosseguiu com o processo, sendo ele arquivado em 22 de janeiro de 1970.

As falas desse processo trazem a unanimidade, exceto do autor da notícia e dos Irmãos Maristas, de que a edificação apresentava singularidade histórico e estética para qualificá-la como patrimônio nacional, como mencionado, um exemplar da arquitetura

urbana do final do século XIX. Nota-se que ao longo da trajetória da instituição esse discurso propagou-se no que concerne ao trato dos bens materiais e transmitido ao longo do tempo, sendo ainda observado em deliberações recentes, por exemplo, na Igreja de São José em Macapá, cujo parecer identifica sua singularidade estilística e histórica, porém não contempla o excepcional valor para a salvaguarda federal.

Pontua-se aqui duas tomadas de decisões distintas, a casa da Joaquim Távora, uma arquitetura singela e com fisionomia marcadamente colonial, não fora concedido o tombamento pela ausência de um documento que atestasse sua ancianidade na colônia. Já o caso do Solar do Barão de Japurá, um imóvel que, ao longo do processo de tombamento, não teve um documento de sua datação apresentado, apenas o reconhecimento pela publicação em um livro internacional que considerava sua singularidade estilística como forma de validação de sua excepcionalidade para o tombamento. Nota-se que os procedimentos de deliberação sobre o tombamento tramitavam de modo eram distintos.

Esse discurso de singularidade/excepcionalidade forjou um modelo e uma hierarquia daquilo que se devia resguardar e intervir, que também esteve presente no caso da Casa da Joaquim Távora, no qual Drummond de Andrade enumerou os valores adotados pelo DPHAN para salvaguarda de um bem – de acordo com algumas recomendações da Carta de Atenas.

Chuva (2012) faz a ligação entre as recomendações do CIAN e a prática preservacionista do SPHAN, porém, segundo a autora, as ideias de intervenção refletiam a força da palavra de Lucio Costa. Chuva (2012) aproxima as intervenções realizadas pela instituição à experiência de Costa em congressos internacionais, mais especificamente, ao CIAM, do qual resultavam documentos norteadores para intervenções urbanas e arquitetônicas com vieses bem particulares, e hoje questionáveis, no que tange à salvaguarda, prevendo, inclusive, a derrubada de exemplares para as práticas de salubridade urbana ou de zoneamento da cidade – como visto no plano de Cavalcanti para o centro de Belém, no capítulo 2.

A Carta de Atenas deveria ser também uma das norteadoras de intervenções nos bens edificados no DPHAN, mas no que tange à recomendação para intervenções, a Carta previa que o trabalho de conservação deveria ser mais constante do que as restaurações, e o que se via no DPHAN era o contrário, as restaurações eram práticas rotineiras da instituição. Chuva (2012) liga esse fato à necessidade de desvendar a origem da nação, e muitos exemplares arquitetônicos eram considerados inadequados por estarem revestidos de reformas. Dessa maneira, buscava-se um aspecto tido como primitivo/original.

Assim, as restaurações procuravam “recuperar, física e simbolicamente, as origens da nação, promovendo a reconstituição de um patrimônio ‘original’, ‘autêntico’, ‘primitivo’ e ‘genuíno[...]” (CHUVA, 2012, p.8), esses termos são constantemente utilizados nos processos de intervenção, sendo o discurso dominante na década de 1930 no SPHAN. No entanto, percebe-se o mesmo pensamento intervencionista dos arquitetos no Pará, na década de 1960, pautados no resgate das feições originais das edificações, algo visível na fala do IAB-PA, quando questionava as obras feitas no interior do imóvel e que não seguiam as linhas arquitetônicas básicas e que substituíam os materiais primitivos, ou seja, havia uma assimilação do modo de intervir entre os arquitetos que estavam em Belém e as diretrizes do DPHAN.

Ernesto Cruz, por sua vez, não apontou nenhuma ação equivocada nas intervenções feitas pela Associação dos Antigos Estudantes Maristas no Solar do Barão de Japurá. Mencionou no artigo de resposta do jornal:

> [...] alguns anos depois e a pedido do meu presado confrade e amigo dr. Adalberto Acatauassú Nunes, consultei o diretor geral do Patrimônio sôbre a possibilidade da Associação dos Ex-Alunos Maristas aproveitar a “parte interna” do edifício – substituindo o assoalho e concertando as paredes e o fôrro, para o fim desejado. A permissão foi dada, ficando estabelecido que seria “conservado o exterior” do prédio. Foi a única interferência no assunto, para uso do edifício do Barão de Japurá. Não é possível que eu afirmasse não ter antiga “rocinha” nenhum valor histórico ou artístico. [...] (CRUZ, 1969, p.3).

Na visão do historiador, as especificidades de materiais ou as soluções arquitetônicas adotadas na reforma não transgrediam os valores da edificação, deixando explícito que a preocupação estava na manutenção da fisionomia externa do imóvel – fato que os arquitetos já haviam discordado – que era o elemento material que carregava o valor artístico para tombamento.

Fica evidente ao longo do processo que sua atribuição de valor ao bem se dava a partir do caráter histórico, pois era a partir dessa perspectiva do objeto ou como testemunhas de um tempo pretérito, ou vinculados a fatos e vultos da História paraense, que se arrolava as demais valorações, como o valor artístico, que fora, neste caso, construído pelos pareceres da sede da instituição que consideravam o Solar do Barão de Japurá um exemplar significativo da arquitetura neoclássica do final do século XIX.

4.3 ERNESTO CRUZ E A RETÓRICA DA PERDA: O TOMBAMENTO DO CEMITÉRIO NOSSA SENHORA DA SOLEDADE

Ernesto Cruz, ao longo de sua trajetória como historiador, realizou alguns estudos sobre o Cemitério de Nossa Senhora da Soledade que foram publicados em artigos de jornais e livros e em levantamento histórico e fotográfico feito para o DPHAN. Esse material foi utilizado como base documental deste subcapítulo, que dialoga com outros autores, com a finalidade de analisar o olhar do historiador para o objeto patrimonial, o qual, diferentemente dos casos anteriores, encontra-se resguardado pelo instrumento de tombamento federal desde a data de 23 de janeiro de 1964.

O cemitério foi inscrito sob número 29 no Livro de Tombo n. 1 (Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico), por meio do Processo de Tombamento n. 376-T-48 como "Conjunto Paisagístico do Cemitério Nossa Senhora da Soledade; Natureza da Obra: Conjunto Arquitetônico", e teve seu pedido para salvaguarda iniciado em 1948 por Ernesto Cruz.

O processo de tombamento do Cemitério Nossa Senhora da Soledade é tomado como fio condutor para entender a contribuição de Cruz na construção do discurso patrimonial preservacionista, discurso que sofreu transformação ao longo desse período. Pontua-se que é impossível discorrer sobre o assunto detendo-se unicamente aos documentos do processo do Cemitério da Soledade, dessa forma, aqui se dialoga com artigos publicados em jornais e livros, tanto do historiador como de outros autores que trataram dos temas abordados.

4.3.1 O Cemitério de Nossa Senhora da Soledade

O primeiro cemitério municipal público de Belém foi criado no ano de 1850, com uma capela construída sob invocação de Nossa Senhora da Soledade. Embora a prática de enterramento dos mortos em um local edificado para este fim tivesse sido determinada em 1801 por Carta Régia e autorizada por Francisco de Souza Coutinho, governador da província do Pará e Rio Negro (CRUZ, 1946), a construção de cemitérios não fora cumprida. Os enterros continuaram acontecendo no interior das igrejas, em seus adros ou cemitérios anexos – para a classe mais abastada – e em um pequeno espaço, onde hoje se localiza a Praça da República, destinado aos escravizados, excomungados, acatólicos e condenados à morte.

A segunda metade do século XIX trouxe as epidemias de febre amarela e cólera, que contribuíram para efetivar a proibição dos enterramentos nas igrejas e impulsionaram a consolidação do cemitério público feito pelo presidente da província Jerônimo Francisco Coelho. Cabe destacar que naquele momento o processo de secularização dos cemitérios era vigente, o Estado passou a atuar no processo de enterramento, subtraindo da Igreja Católica o poder exclusivo sobre a morte. Mesmo com a construção do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade, a secularização ocorreu gradualmente na cidade.

Silva (2005), em sua pesquisa sobre a secularização dos cemitérios em Belém na segunda metade do século XIX, afirma que neste período a cidade passava por um processo de urbanização, contexto no qual se convergiam as ações de "embelezamento" e "salubridade", "higienização" e "progresso". As ideias médicas ganhavam mais espaço em associação aos conceitos de "desenvolvimento" e de "progresso".

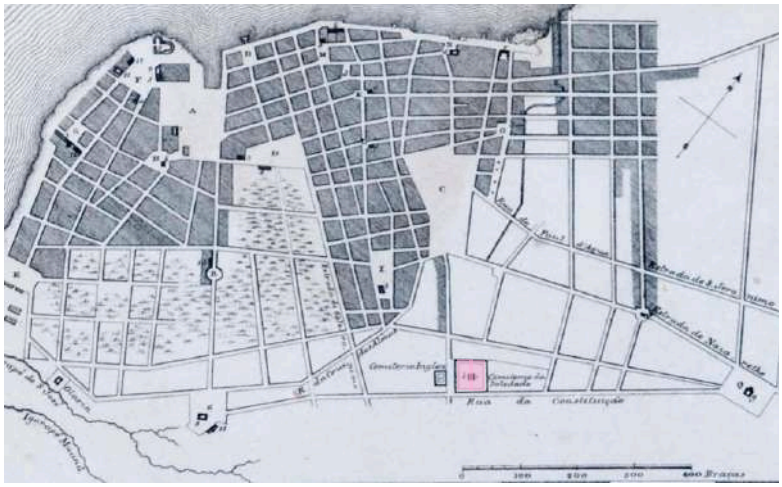
Segundo a autora, algumas medidas intervencionistas não visavam apenas o controle físico da sociedade, mas também da moral, do social e do cotidiano. A questão higiênico-sanitarista guiava a transformação da cidade, os espaços insalubres tinham que ser neutralizados, uma vez que eram vistos como foco de proliferação de epidemias. Aliado a isso, havia também a política de controle social, tendo o poder público que ordenar locais vistos como ameaçadores da ordem e da salubridade urbana. Dentro desse conjunto de medidas foram sendo consolidados na paisagem da capital paraense os equipamentos, como hospício e cemitério, ambos afastados do núcleo urbano.

No que tange à construção do Cemitério Municipal da Soledade, Rodrigues (2014) considera que a ação representou, além de uma mudança cultural do local de sepultamento – que ocorriam no interior e entorno das igrejas para uma área limite da cidade – um marco histórico nas mudanças urbanísticas, pela consolidação desse equipamento no tecido da cidade.

A necrópole foi instalada no lugar onde existia o Cemitério Municipal que, segundo Cruz (1946), estava localizado na rua São Vicente de Fora. Posteriormente fora comprado pela Câmara Municipal um terreno pertencente a Martinho de Freitas Noronha, para que o cemitério ocupasse todas as quatro faces do lote. Os mapas 1 e 2 são seções das obras "Atlas do Império do Brasil", de 1868, e "Planta da Cidade de Belém do Gram-Pará", de 1881, respectivamente. Em destaque, o terreno de locação do Cemitério Nossa Senhora da Soledade nos períodos aproximados de sua fundação e desativação em 1880.

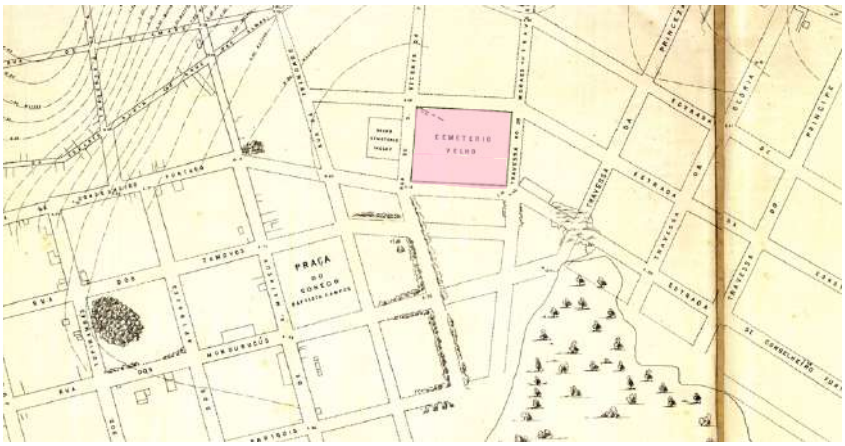
As ilustrações são importantes para que seja observado o processo de consolidação do núcleo urbano no entorno do Cemitério da Soledade. Os cemitérios, dispostos em extremos da cidade, em áreas longínquas dos centros urbanos, com o passar do tempo passaram a sofrer pressão da expansão da malha urbana de Belém, tal fato acarretou nos anos 1940 o mote de sua preservação.

Mapa 1 – Belém de 1868 presente no "Atlas do Império do Brasil". Destaque em vermelho-claro para a localização do terreno do Cemitério Nossa Senhora da Soledade



Fonte: Mendes (1889, marcação da autora)

Mapa 2 – Secção da "Planta da Cidade de Belém do Gram-Pará", elaborada pelo engenheiro Edmund Compton, datada de 1881



Fonte: Blog da FAU/UFPA (2017, marcação da autora)

A primeira imagem traz parte da prancha da província do Grão-Pará, com destaque para a planta de Belém produzida no início da segunda metade do século XIX. Neste levantamento, que compõe o "Atlas do Império do Brasil", organizado por Candido Mendes[151], observa-se que além dos núcleos iniciais da colonização portuguesa – Cidade Velha e Campina – há uma configuração de quadras mais longínquas, por assim dizer, rumo à expansão Leste e Sudoeste.

Nesses setores de limites da cidade, os cemitérios de Nossa Senhora da Soledade e dos Ingleses marcam visualmente o desenho, sendo que no Soledade, a fachada Sudoeste encontra-se na atual avenida Serzedelo Correia e a delimitação da face Nordeste chama atenção por não haver a marcação da atual travessa Dr. Moraes.

No mapa de 1881, de autoria do engenheiro civil inglês Edmund Compton[152], o Cemitério da Soledade encontra-se ocupando uma quadra em suas quatro faces, na poligonal formada pela Estrada de Conselheiro Furtado (atual avenida Conselheiro Furtado), travessa do Dr. Moraes (atual travessa Dr. Moraes), a Estrada da Constituição

[151] É importante pontuar que Candido Mendes na introdução da obra faz uma ressalva sobre a precisão das pranchas reproduzidas naquele trabalho: "Nos mappas parciaes das Provincias forão contempladas as divisões judiciarias, mas os seus limites não estão traçados com o rigor. A deficiência de estudos topographicos, de accordo com as paixões e interesses políticos tornão a geographia do nosso Paiz, sobremaneira instável [...] (MENDES, 1868, p.8). O autor declara que não havia um padrão de organização territorial naquele momento, fato que poderia gerar incertezas no levantamento geográfico do território. Sobre a planta de Belém, Candido Mendes indica que a base utilizada fora uma fonte manuscrita de propriedade de Dr. Francisco da Silva Castro.

[152] Segundo Almeida (2010) em sua tese "As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX", o engenheiro Edmundo Comptom esteve à frente da "Companhia das águas do Gram-Pará" como gerente. A Companhia teve seu funcionamento autorizado pelo Decreto n. 8244, de 1881, e apresentava como função abastecer a cidade com água potável.

(atual avenida Gentil Bittencourt) e rua de São Vicente de Fora (atual avenida Serzedelo Correia). É interessante observar que a travessa Dr. Moraes, não demarcada no mapa do Atlas, está presente com a configuração que hoje se encontra naquele espaço da cidade[153].

Chama a atenção, em ambos os mapas, as limitações geográficas do espaço de Belém que seriam consolidadas ao longo do século XIX e primeira metade do século XX, como a área do antigo "alagado do Piri" e os limites Sudoeste. Neste último caso, verifica-se o fato corrente que tange à locação de cemitérios nos limites das áreas urbanas das cidades[154], estando o Cemitério da Soledade alocado próximo a uma barreira limítrofe indicada pela simbologia de vegetação no mapa de 1881, uma área considerada "terrenos baixos" por Almeida (2010).

No que tange à arquitetura da necrópole, a construção foi encarregada ao capitão Joaquim Vitorino de Sousa Cabral[155], em 1850, e o acabamento ficou por conta da Santa Casa, que contratou em 1853 o construtor Joaquim Maria Osorio para fornecer o pórtico e o gradeamento daquele espaço. O material utilizado para esse fim foram pedras de lioz talhadas em cantaria e a ferragem de origem inglesa, material que guarneceu a cortina de assentamento do gradil assim como o pórtico da entrada principal – projetado pelo arquiteto e engenheiro Pierre Joseph Pezerat[156] (CRUZ, 1946).

---

[153] Sobre a retificação do traçado urbano e denominação das ruas de entorno do Cemitério Nossa Senhora da Soledade ver: "O Mapa de Belém 1868 dá à percepção duas vias da Constituição" e "Santa Izabel e Soledade: o eterno e o mutável nas alterações dos espaços cemiteriais na Belém do século XIX, através de uma análise cartográfica da morte" (BOTELHO, 2018), disponíveis, respectivamente nos seguintes links: https://ppgau.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2018/Dissertação%20-%20Amanda%20Roberta%20de%20Castro%20Botelho.pdf/https://fauufpa.org/2017/06/03/o-mapa-de-belem-1868-da-a-percepcao-duas-vias-da-constituicao.

[154] O recorte do mapa não mostra o Cemitério de Santa Izabel, que veio suprir a demanda dos enterramentos intensificados com a epidemia de varíola de 1870. Essa necrópole foi inaugurada em 1874 e também se encontra em um outro ponto extremo da expansão urbana de Belém do final do século XIX. Funchs (2019), ao fazer um estudo sobre o espaço cemiterial em São Paulo, discorre sobre a secularização no trato com a morte e destaca que o discurso de higiene e saúde pública, difundido na Europa a partir da segunda metade do século XVIII, defendia que os funerais deveriam ser retirados dos centros urbanos. A referência para esse deslocamento dos enterramentos estava na Antiguidade romana, quando o mundo dos vivos deveria estar separado do mundo dos mortos, a necrópole.

[155] Segundo Cruz (1946), Joaquim Vitorino Cabral encontra-se enterrado naquele espaço no quadrante reservado à Ordem de Senhor Santo Cristo. A referida Ordem, por ter prestado serviços para construção do cemitério, teria comprado o quadrante destinado às Irmandades por um valor menor.

[156] Pierre Joseph Pezerat, também conhecido por Pedro José Pezerat, arquiteto e engenheiro francês que desenvolveu diversos trabalhos no Brasil, Argélia e Lisboa. No Brasil, entre os anos de 1825 e 1831, foi capitão de Engenharia no Rio de Janeiro e encarregado por levantamentos de plantas e trabalhos geodésicos. Foi "engenheiro particular" e "arquiteto imperial" de D. Pedro I, realizando projetos e as reformas de remodelação, adaptações ao neoclássico, dentre suas obras estão a casa da Marquesa de Santos no Rio de Janeiro, o Palácio Imperial de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, e o Edifício da Academia Imperial Militar. Com abdicação de D. Pedro I, o engenheiro-arquiteto passou um período na Argélia e voltou a Portugal em 1840, em 1852 passou a ser engenheiro contratado pela Câmara Municipal de Lisboa (PAIXÃO, 2007).

A capela localizada no centro do cemitério foi construída em 1850 sob invocação de Nossa Senhora da Soledade, e apresenta uma planta baixa simples, constituída por uma única nave, seu frontispício é marcado por quatro pilastras que apoiam um frontão triangular, encimado por dois pináculos laterais e uma cruz no ponto mais alto. A entrada principal apresenta uma porta em arco pleno, com um gradil em ferragem ornamentada, fechando a bandeira.

O Cemitério da Soledade sofreu influência de modelos cemiteriais adotados na França, na Itália e em Portugal, o que segundo Funchs (2019), assumindo a arte tumular, diferenciando-se dos cemitérios do Reino Unido e Estados Unidos, onde os modelos de cemitérios tinham túmulos que "faziam parte da natureza" (FUNCHS, 2019, p. 64).

> [...] os túmulos eram concebidos como parte de um ambiente que deveria ser paisagisticamente capaz de estabelecer um sentido moral pela presença de arvores, jardins e plantas [...] desse modo, à exceção de mortos ilustres, os túmulos eram concebidos de forma menos monumental, buscando uma postura de maior simplicidade frente à morte (FUNCHS, 2019, p. 64).

Segundo o autor, França, Itália e Portugal, por sua vez, trilharam por outro caminho, incorporando estátuas e monumentos às sepulturas e adotando construções funerárias mais elaboradas. No caso brasileiro, os cemitérios públicos tomaram este tipo de estruturação, e as classes mais abastadas passaram a investir em ornamentações fúnebres grandiosas, enquanto as "demais classes" e aqueles considerados "menos dignos" (FUNCHS, 2019, p. 66) tinham seus túmulos mais simples, demonstrando que a desigualdade econômica e social em vida se estendia para a morte.

Assim como as edificações das classes privilegiadas no século XIX tinham boa localização na cidade dos vivos e eram suntuosas em ornamentos, os túmulos refletiram semelhante padrão na cidade dos mortos, estabelecendo uma setorização de classe social no espaço cemiterial. A arquitetura tumular simplificada não estava alocada nas alamedas principais, as quais eram ocupadas pelas classes mais abastadas que possuíam seus túmulos dotados de acabamento artístico com maior complexidade.

No Cemitério Nossa Senhora da Soledade é percebido esse padrão, comum aos cemitérios tradicionais brasileiros do século XIX, na figura 42 tem-se uma imagem que faz parte do *Album descrittivo annuário dello stato del Pará,* de Arthur Caccavoni, publicado no ano de 1898, e mostra umas das alamedas da necrópole com os mausoléus do lado direito e a predominância de ornamentos com elementos neoclássicos, como pilastras, frontões triangulares e frontão segmentar, frisos, vasos e estátuas, pertencentes

às famílias abastadas da sociedade do século XIX no Pará – políticos, militares, comerciantes, fazendeiros etc., há também túmulos com elementos da linguagem neogótica, assim como da eclética.

Figura 42 – Vista da alameda com os mausoléus com as características do Neoclássico



Fonte: Caccavoni (1898)

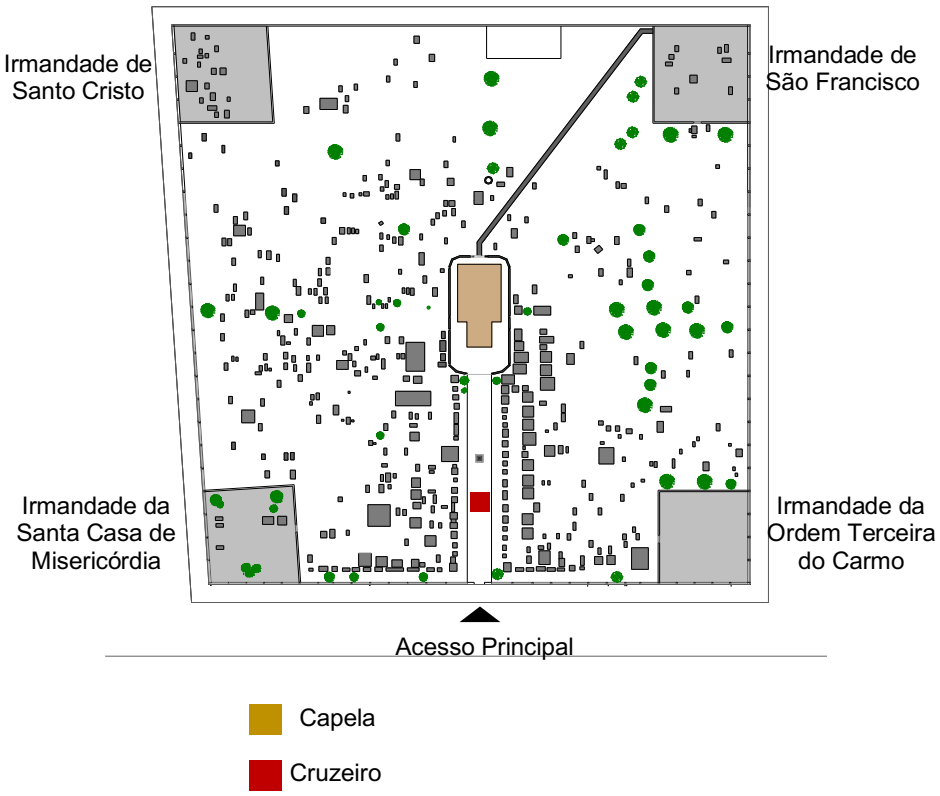
Com o processo de secularização, segundo Barriga e Paraense (2017), as irmandades[157] acabaram sendo uma alternativa de ação de influência da Igreja Católica nos enterramentos na necrópole, uma vez que a elas foram destinadas áreas para seus associados. Cruz (1946) afirma que a planta do terreno do cemitério foi dividida em quartéis destinados às Irmandades da Santa Casa, Ordens Terceiras do Carmo e Militar do Santo Cristo e São Francisco da Penitência, por sua vez, como determinava a Resolução n. 181, de 9 de dezembro de 1850[158], esses quartéis deveriam ser delimitados por grade em madeira ou ferro.

[157] Henrique (2009) afirma que as Irmandades eram espaços de socialização regidos por estatutos, chamados de "Compromissos", os quais eram aprovados na instância religiosa, pelo bispo diocesano, assim como na instância civil pelo presidente da província. Segundo o autor, as Irmandades atuavam na vida de seus participantes do nascimento à morte, por isso, fazer parte ou não como membro de uma Irmandade implicava à pessoa alguns juízos por parte da sociedade, incluindo de uma boa conduta moral e civil no caso da participação: "[...] não pertencer a nenhuma irmandade poderia trazer problemas de caráter mais prático, como não poder contar com a assistência médica e espiritual fornecida por essas associações (HENRIQUE, 2009, p. 33).

[158] Dentre os dispositivos da Resolução estava a obrigatoriedade de serem enterradas no Cemitério da Soledade todas as pessoas falecidas em Belém, elas iriam ser sepultadas em monumentos particulares, catacumbas e sepulturas para pessoas livres e para escravizados (CRUZ, 1946).

A figura 43 traz a configuração contemporânea do cemitério, com as demarcações das localizações das irmandades de Santo Cristo e de São Francisco, na parte posterior, pela travessa Dr. Moraes; das irmandades da Santa Casa da Misericórdia e Ordem Terceira do Carmo, pela av. Serzedelo Correia, onde está o acesso principal.

Figura 43 – Planta do Cemitério Nossa Senhora da Soledade com a localização das Irmandades



Fonte: Trindade (2008, modificado pela autora)

A influência da Igreja Católica no ritual de enterramento foi finalizada em 1891, quando os cemitérios da Nossa Senhora da Soledade e Santa Izabel passaram para administração da Intendência Municipal mediante o cumprimento da secularização determinado na Constituição de 1891 (BARRIGA; PARAENSE, 2018)[159]. Cruz (1946) afirma que os enterramentos no Soledade foram encerrados em 1880, embora essa data

[159] Ernesto Cruz (1946), no relatório sobre o Cemitério da Soledade para o SPHAN, menciona que a Santa Casa fez a entrega do espaço à Intendência Municipal de Belém em 18 de março de 1890.

seja oficial, é possível constatar hoje no cemitério, lápides com inscrições posteriores, datadas da década de 1920[160].

Ao longo desse período, algumas intervenções foram feitas no espaço do cemitério, como em 1863, com a modificação das grades de madeira por mureta com tijolos cerâmicos côncavos, assim como a mudança das telhas e o caiamento da capela e a derrubada de uma árvore de casuarina, que "enfeitava as alamedas do cemitério" (CRUZ, 1946, p.6). Esses aspectos foram dispostos no relatório de Ernesto Cruz para o SPHAN, no qual finaliza o documento dando ênfase à falta de continuidade de manutenção daquele espaço, sendo contundente ao dizer "E mais nada mais foi feito...", se referindo à data da última intervenção: 1912, ação realizada no governo de intendente Virgílio Mendonça.

A carência de manutenções e conservações daquela necrópole alonga-se até o ano de 2021, e mesmo após o tombamento em 1964, apenas intervenções pontuais foram realizadas naquele espaço. É importante destacar que o cemitério sempre esteve em uso e mesmo após os sepultamentos serem interrompidos, o uso de culto/devocional permaneceu ativo, conforme a legenda de uma foto do relatório de Ernesto Cruz de 1946 mostra:

> Sepultura feita de mosaicos portugueses, de RAIMUNDA CHERMONT PICANÇO, que é tida como milagrosa. Vive constantemente iluminada e florida. As manchas na pedra são produzidas pelas ceras que os devotos acendem durante o dia [...] (CRUZ, 1946, p. 7).

O excerto descreve o ato devocional/culto dos usuários daquele espaço na sepultura de Raimunda Picanço, a quem eram atribuídas graças naquele ano de 1946. Netto e Souza (2017), na pesquisa sobre o culto aos mortos no Cemitério da Soledade, afirmam que os devotos realizam intervenções de reforma e manutenção nas estruturas de algumas sepulturas como forma de agradecimento às graças alcançadas. Hoje se tem compreensão que o uso devocional dos frequentadores da necrópole agrega valor cultural ao patrimônio.

Segundo Rodrigues (2014), a necrópole da Soledade passou por um processo maior de degradação na década de 1990, a autora destacou – a partir da fala da arquiteta

[160] Segundo Trindade (2008) e Rodrigues (2014), após o encerramento dos enterramentos no Cemitério da Soledade, o espaço continuou a receber corpos embalsamados e ossadas.

Jussara Derenji[161] – que parte deste processo se deu em virtude dos "atos de vandalismos de jovens tidos como 'góticos'" (RODRIGUES, 2014, 76). Porém, essa afirmação fora contestada por pessoas que participam da subcultura gótica belenense, que frequentaram o cemitério em encontros e eventos culturais, os quais contavam com "[...]saraus de poesias, ensaios fotográficos, mostras de filmes de horror organizados por coletivos e inciativas independentes distintas de produtores locais"[162], como afirmou Jonn Noir, produtor cultural e DJ, em entrevista. Segundo o produtor cultural,

> Nós, lamentamos que, equivocadamente, "góticos" sejam acusados, presunçosamente por atos de depredação de cemitérios, que são frequentemente vistos com grande respeito por frequentadores da subcultura gótica no mundo todo. Algumas pessoas afirmam coisas sobre as quais pouco sabem e, talvez, tenham tido muito pouco interesse em checar a veracidade do que afirmam[163].

O geógrafo André Ferreira[164], que na década de 1990 participava de coletivos e bandas voltados para o universo gótico, também discorda da afirmação que os responsabilizam pela depredação da necrópole. Segundo ele, as pichações existentes no local indicam não se tratar de góticos e sim de "gangues de pichadores" e que os furtos são/foram feitos por ladrões e não pelos participantes do grupo.

A partir do exposto destaca-se a falta de ações efetivas por parte do poder público no que se refere às estruturas materiais do Cemitério da Soledade, seja pela conservação seja pela segurança do espaço, até o ano de 2022. Os dados consultados ao longo desta pesquisa apontam para carência desses aspectos após seu tombamento, e com indicações de que os usuários fazem as intervenções de manutenções em algumas sepulturas como forma de agradecimento às graças alcançadas. Projetos de intervenção no conjunto cemiterial foram elaborados ao longo do tempo, mas não vinham sendo executados, porém, em 2022, foi colocado em prática um projeto para restauração e transformação da necrópole, o Parque Cemitério, inaugurado em janeiro de 2023.

Após a inserção do bem no livro do tombo federal, a necrópole passou um longo período sem intervenções em sua estrutura, sendo a última mais incisiva entre os anos de

[161] Arquiteta e urbanista, foi professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA entre as décadas de 1980 e 1990, assumiu a direção do Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA) em 2003 atuando até hoje no cargo. Rodrigues (2014) menciona que Jussara Derenji fez um projeto de restauração para o Cemitério Nossa Senhora da Soledade em 1994, não executado em virtude da troca de governo.
[162] Entrevista concedida por Jonnhson Noir a Dinah Reiko Tutyia em 01/04/2021.
[163] Entrevista concedida por Jonnhson Noir a Dinah Reiko Tutyia em 01/04/2021.
[164] Entrevista concedida por André Ferreira a Dinah Reiko Tutyia em 03/03/2021.

1994 e 1996, na prefeitura de Hélio Gueiros, por meio da Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL), que contou com limpeza e restauração dos túmulos da alameda principal[165], ações que faziam parte do projeto interrompido "Cemitério-Parque", da arquiteta Jussara Derenji.

A primeira década dos anos 2000 ainda foi palco de projetos e possíveis intervenções que visavam a restituição do cemitério enquanto patrimônio no cotidiano da cidade. No ano de 2012, na gestão municipal de Duciomar Costa, a Procuradoria da República no Pará (MPF-PA), ajuizou uma ação para que a PMB restaurasse a necrópole, tendo sido solicitado, em caráter de urgência, a estabilização estrutural da capela do cemitério, que estava por ruir (MPF PEDE..., 2012). A matéria "MPF pede à Justiça Federal que cemitério de Belém seja reformado" mencionou que o órgão acompanhava a situação do bem tombado desde o ano de 2004, por meio de relatórios do IPHAN/PA, que constatavam o mau estado de conservação da capela, a qual fora consolidada ao longo do ano de 2013.

Nesse artigo do portal G1 também há menção da elaboração do projeto de restauração do cemitério[166], entre os anos de 2007 a 2009, pelo escritório de arquitetura R2, que tinha à frente os arquitetos Raul Ventura, Raul Ventura Neto e Marilia Freitas. Com base nessas informações, o arquiteto e urbanista Raul Ventura Neto[167] foi entrevistado, que contribuiu para o entendimento da proposta, a qual também não fora executada.

Segundo o arquiteto, o projeto era denominado pela equipe de "Projeto de Requalificação do Cemitério da Soledade para Transformação em Cemitério Parque", desenvolvido entre os anos de 2008 e 2009. Tinha como objetivo a manutenção e restauração de toda materialidade existente no conjunto, dentre essas as construções tumulares que abrangeriam dos mais suntuosos aos mais modestos modelos. Visava também as demarcações das áreas das irmandades ainda existentes e em processo de degradação, e suas estruturas de pórticos e demais vestígios materiais detectados pelo auxílio da pesquisa arqueológica.

---

[165] Rodrigues (2014) menciona que a intervenção foi feita pelo Departamento de Patrimônio do município e teve participação do conservador e restaurador do Iphan João Carlos Velozo Santos.

[166] A partir da entrevista, o arquiteto afirmou que as pesquisas arqueológicas e complementação do inventário arquitetônico ficaram sob coordenação do arquiteto e arqueólogo Fernando Marques, do Museu Paraense Emílio Goeldi; da arquiteta do Iphan Carmen Trindade e da arquiteta e professora da UFPA Thaís Sanjad. Participaram também como consultores a restauradora Rosa Arraes, com uma pesquisa historiográfica sobre fontes que tratavam do Cemitério Nossa Senhora da Soledade, e Márcia Lima com o projeto paisagístico, além de equipe de engenharia e estagiários.

[167] Entrevista concedida por Raul Ventura Neto para Dinah Reiko Tutyia em 17/03/2021.

Raul Ventura Neto afirmou que para a tomada das decisões projetuais foram levados em conta, além dos dados de pesquisa histórica e arqueológica, as práticas devocionais ainda correntes pelos usuários daquele espaço, e que nada seria retirado. Destaca-se que no entorno imediato do bem tombado existe uma feira livre, localizada na travessa Dr. Moraes, que se utiliza do passeio público e do muro lateral e posterior da necrópole, assim como de uma pequena entrada para o Cemitério, onde os feirantes guardam suas barracas. Sobre esse fato, o arquiteto ponderou:

> [...] iríamos fazer uma segunda entrada para o cemitério no local em que hoje guardam as barracas da Feira. Para isso, a proposta era fazer estruturas permanentes para os feirantes na Doutor Moraes, ampliando a calçada e reduzindo o leito carroçável dos carros para apenas uma pista.[168]

A não execução do restauro da necrópole se deu em virtude de pendências entre a prefeitura da época e o governo federal que impediram a transferência de recursos para a execução do projeto, o qual contava com verba do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)[169] Cidades Históricas (MPF PEDE..., 2012). No início do ano de 2013, as notícias de abandono da necrópole ainda eram correntes nos jornais, o portal G1 publicou uma vídeo-reportagem intitulada "Abandono no cemitério da Soledade em Belém, deixa famílias indignadas", vale destacar alguns pontos sobre a matéria.

Primeiramente, no tempo decorrido de seis meses do ajuizamento da ação do MPF-PA houve apenas a consolidação da capela, não tendo indícios do início da execução do projeto realizado pelo escritório R2. As condições de conservação das construções tumulares e demais estruturas cemiteriais também não contaram com ações de conservação e como observado no título da matéria e nas figuras 44 e 45, apresentavam-se em estado de abandono, com alguns túmulos violados e ossadas expostas.

As falas dessa reportagem também trazem um olhar interessante no que tange aos valores atribuídos ao espaço cemiterial, por exemplo, o depoimento do sobrinho-bisneto do general Hilário Maximiliano Antunes Gurjão, que dizia ter "vergonha de ser paraense, de ser brasileiro porque é um país que parece que não tem memória, não se respeita os verdadeiros heróis"[170], ou seja, para o senhor João Virgulino Gurjão, além da memória

---

[168] Entrevista concedida por Raul Ventura Neto para Dinah Reiko Tutyia em 17/03/2021.

[169] O Programa de Aceleração do Crescimento foi instituído pelo Decreto n. 6.025, de 22 de janeiro de 2007, tendo como foco o estímulo de investimentos privados assim como a "[...] ampliação dos investimentos públicos em infra-estrutura e voltadas à melhoria da qualidade do gosto público e ao controle de expansão dos gastos correntes no âmbito da administração Pública Federal" (BRASIL, 2007).

[170] Entrevista concedida por João Virgulino Gurjão a Pollyana Bastos em 21 de fevereiro de 2013. Disponível em: http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/02/abandono-no-cemiterio-da-soledade-em-belem-deixa-familias-indignadas.html.

afetiva, pelo grau de parentesco, a valoração do Cemitério da Soledade também é dada por guardar os restos mortais de um, nas suas palavras, verdadeiro herói nacional, que atuou na Guerra do Paraguai.

Figuras 44 e 45 – Reportagem do Portal G1 dando ênfase ao processo de degradação do Cemitério Nossa Senhora da Soledade. Nas imagens, a repórter e o sobrinho-bisneto do general Gurjão junto ao mausoléu dele, que se encontrava violado e com os ossos expostos no chão





Fonte: http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/02/abandono-no-cemiterio-da-soledade-em-belem-deixa-familias-indignadas.html

A significância cultural que a necrópole apresenta na matéria do G1 está atrelada aos vultos históricos ali enterrados, visto que a escolha do entrevistado – um familiar de uma figura ilustre da História do Brasil – assim como os exemplos tumulares selecionados: general Gurjão e família do general Botinelli, ou seja, de sujeitos tidos como notáveis, preterindo outros túmulos que também se encontravam em péssimo estado de conservação.

Percebe-se que alguns dos valores notórios da solicitação de tombamento do final da década de 1940: a relevância histórica e artística ainda reverbera nas falas atuais. O Cemitério de Nossa Senhora da Soledade, no século XXI, também se faz presente enquanto um panteão – "monumento em que se depositam os restos mortais dos heróis ou grandes benfeitores da humanidade" (CORONA; LEMOS, 1972, p. 357) – por uma parte da sociedade que valora o espaço como tal.

Todavia, outros significados foram sendo depositados ao longo da trajetória do cemitério, aos que estão ali enterrados e representados materialmente nos elementos/fragmentos tumulares. Netto e Souza (2017), no trabalho "Culto das Almas", expõem a manifestação do Catolicismo popular que acontece às segundas-feiras na necrópole, "pessoas de diversos tipo – de classe, cor, idade e credos – peregrinam nos cemitérios da cidade em busca de graças, pagamento de promessas e orações[...]" (NETTO; SOUZA, 2017, p. 24). Segundo os autores, esse evento traz consigo

características da religiosidade amazônica, um sincretismo entre "santos, caboclos, encantados e pessoas comuns" (NETTO; SOUZA, 2017, p. 24).

Netto e Souza (2017) discorrem sobre um ponto importante para as reflexões dos patrimônios institucionalizados: a imaterialidade[171] na qual os objetos estão submersos. No caso do Cemitério Nossa Senhora da Soledade, a troca estabelecida entre os usuários e os santos populares – ali representados pelos objetos cemiteriais – por meio de orações, ritos e as mais variadas manifestações espirituais, permitem a continuidade de uso daquele espaço, ou seja, da vida da necrópole. Os ilustres habitantes de hoje, "Menino Cícero", "Menino Zezinho", "Preta Domingas" etc. figuram em igualdade, ou até em mais destaque, ao lado de generais e grandes fazendeiros do século XIX do Pará, os quais eram destacados em 1948 como vultos que atribuíam significância para o tombamento.

Rodrigues (2014) também ressalta o caráter devocional de santos populares a determinados túmulos, que seria uma devoção específica, e/ou a devoção "geral" para "todas as 'Santas Almas' do Purgatório" (RODRIGUES, 2014, p. 84). Esse uso, o de devoção, passou a ser a principal função do espaço – praticado na necrópole provavelmente ao longo do século XX – como pontuado por Cruz (1946) na legenda da foto do túmulo de Raimunda Picanço – e permanece até o momento atual. Rodrigues (2014) também destacou outras duas atividades no local, a visitas a túmulos de familiares e também a visita turística, em menor proporção.

Todas as manifestações pontuadas pelos autores supracitados no que se refere às formas de usos na contemporaneidade foram observadas *in situ*, assim como foi possível também verificar o estado de conservação do complexo cemiterial, que se encontra com um número considerável de mausoléus em um estado ruim de conservação material, sem limpeza regular, porém com as práticas devocionais ainda presentes.

Sobre as tentativas de ações intervencionistas por parte do poder público no cemitério, destaca-se que após um ano da consolidação da capela, em 2012, o projeto Parque da Soledade fora mencionado na entrevista "O flâneur e a cidade", da revista Leal Moreira, com o arquiteto Paulo Chaves Fernandes, o qual ocupava o cargo de Secretário da Cultura do Estado do Pará, em 2013:

---

[171] Os autores acrescentam ao Cemitério da Soledade a categoria de patrimônio "Imaginal", que estaria além do imaterial, apoiado em narrativas do imaginário cemiterial da cidade de Belém. Porém, neste trabalho, adota-se o entendimento de imaterialidade como aquilo que abrange as relações que emanam do homem para com os objetos e destes para com os homens, destacando-se as memórias, as afetividades, as festividades, os cultos, os ritos, como também a arte de saber fazer, o conhecimento de técnicas e demais considerações do "patrimônio imaterial institucionalizado". Neste caso, o "patrimônio imaginal", considerado por Netto e Souza (2017) estaria dentro do entendimento atribuído por patrimônio imaterial.

> [...] tenho um projeto, pronto para fazer junto com a prefeitura e eu já conversei com o prefeito, 'Parque da Soledade', tirar o estigma de cemitério, transformar aquele lugar em um lugar de memória, de história, de rememoração do passado. E é um desperdício – o Soledade é quase do tamanho da Praça Batista Campos, com mangueiras intactas. Ali não podaram – ali é o exemplo mais bonito de mangueiras saudáveis. Sem mencionar que o Soledade, embora tenha funcionado 30 anos, reúne estilos variados. Ali você encontra o art nouveau, o art déco, o neoclássico. Instaurar uma cultura de que é possível 'saudar as almas' ou os santos populares sem queimar. Temos que ter um lugar para as velas. A cultura será mantida porque é bonito e cultural" (O FLÂNEUR..., 2013).

A tentativa de intervenção no cemitério almejada por Paulo Chaves perdurou ainda em 2016, porém não seguiu adiante, naquele mesmo ano, o *site* da Secretaria de Planejamento do Governo do Pará (SEPLAN) publicou uma entrevista com o arquiteto, titular da Secretaria de Estado de Cultura (SECULT- PA), o qual relatou que o projeto estava na lista de futuras execuções do governo (NÃO HÁ...., 2016).

É importante destacar na fala de Paulo Chaves de 2013, que a proposta "Parque da Soledade"[172] visava "tirar o estigma de cemitério", ou seja, havia uma intencionalidade de apagamento do espaço enquanto "[...] recinto aberto onde se enterram e guardam os mortos" (CORONA; LEMOS, 1972, p.122). A função encerrada nas primeiras décadas do século XX passaria a dar lugar a outros usos do espaço, tal qual o nome do projeto, um parque, um espaço de sociabilidade e rememoração do passado. Porém, segundo o arquiteto, feito a partir de condicionamento das ações dos usuários, que atribuem com a "vida" do lugar, mantendo a devoção popular, mas contendo-os: "sem queimar. Temos que ter um lugar para as velas. A cultura será mantida porque é bonito e cultural" (NÃO HÁ..., 2016).

Quanto às ações que envolvem o reconhecimento de valor cultural nos objetos, Meneses (2012) pontua os cuidados dessas medidas no campo do patrimônio cultural. O autor considera que se deve estar atento ao esvaziamento de sentidos e práticas legítimas, que ante as ações de intervenções, podem não corresponder a tal ordem de interesse e se perderem ao longo do tempo. O autor ainda complementa, ressaltando a indissociabilidade entre o material e imaterial ao trato patrimonial, prática que ainda perdura nas ações intervencionistas em bens culturais.

[172] A pesquisa desta tese não teve acesso ao projeto "Parque da Soledade" citado pelo arquiteto Paulo Chaves, dessa forma não foi possível maiores reflexões sobre as propostas de mudança daquele espaço.

Pontuam-se ainda duas observações na fala de Paulo Chaves, a primeira refere-se à vegetação do cemitério, composta de "mangueiras saudáveis"[173], estando nesses elementos, um dos valores atribuídos ao cemitério ao longo dos anos 1950 e 1960, o valor paisagístico, o qual ainda é observado e potencializado como marca daquele espaço. A outra observação é sobre os valores artísticos, sendo importante ressaltar que nem com toda a gama de estilos mencionados pelo narrador ainda não se faz presente no local, por exemplo, o *Art Déco*.

Transcorridos cinco anos após a entrevista do antigo secretário de cultura do estado, os projetos de intervenções elaborados para a necrópole não tinham sido executados, ficando o espaço com o seu fluxo contínuo de uso, o devocional/culto, e sem uma intervenção de conservação e restauração das estruturas cemiteriais. Porém, na segunda década do século XXI, em março de 2021, durante a pandemia da Covid-19, o pórtico de entrada principal do Soledade sofreu uma inclinação, provocando o descolamento do pilar com o arco. Tal fato acarretou a interdição da necrópole por parte da Defesa Civil do município de Belém, por alguns meses, mas no ano de 2022 o conjunto arquitetônico passou por um projeto de restauração e requalificação para transformação de um parque, com uma etapa inaugurada em janeiro de 2023[174].

[173] Essas mangueiras são consideradas saudáveis na visão do narrador, por não terem passado pelas podas, consideradas drásticas na sua visão, usualmente realizadas nas mangueiras da cidade de Belém.

[174] Até a finalização da pesquisa de campo da tese, não se conseguiu detalhes do projeto arquitetônico completo do Parque Cemitério Soledade. Com a recente reabertura do espaço, notou-se que as devoções populares, depósito de fitas, velas e demais acessórios ainda não se encontram manifestadas nos santos populares.

Figura 46 – Vista do pórtico de entrada do Cemitério da Soledade na vistoria de técnicos da Defesa Civil em 20 de março de 2021



Fonte: https://redepara.com.br/Noticia/219239/defesa-civil-de-belem-interdita-cemiterio-da-soledade

O objeto antigo de outrora, concebido para atender às demandas sociais, econômicas, culturais e tecnológicas do tempo de sua produção, passa a ser assimilado na contemporaneidade repleto de novos usos e valores simbólicos, os quais ultrapassam aqueles iniciais (MENESES, 1992). A trajetória do Cemitério Nossa Senhora da Soledade, resguardado pelo instrumento federal de tombo desde 1964, demonstra que ao longo do tempo alguns valores foram incorporados ao conjunto cemiterial, saindo da singularidade dos vultos históricos e da estética arquitetônica, para um conjunto paisagístico que abarca, além dos antigos aspectos, a devoção aos santos populares e demais valores imateriais – que sempre estiveram presentes – os quais promoveram a dinâmica daquele espaço.

Assim, cabe enfatizar que qualquer intervenção no Cemitério da Soledade deve ter as reflexões centradas nos agentes e em suas práticas, ou seja, nos atuais usuários daquele espaço para que não haja o esvaziamento simbólico atribuído por eles aos objetos, ao lugar de culto/devoção, e qualquer ação no projeto que force uma assepsia das práticas sempre presentes na necrópole deve ser ponderada. Lembrando que não se pode tratar o material desarticulado do imaterial.

4.3.2 Ernesto Cruz e o processo de tombamento do Cemitério Nossa Senhora da Soledade

O processo do tombamento da necrópole da Soledade iniciou-se no ano de 1948, e é utilizado aqui para refletir sobre as práticas patrimoniais de Cruz e da instituição a

qual ele representava, junto com o conteúdo do processo, assim como as notas e artigos de jornais que trataram do tema nos anos 1940 até a inscrição do bem no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Iphan, em janeiro de 1964. Discorre-se sobre a construção da singularidade do cemitério para o tombamento, tendo como foco o olhar lançado pelo historiador Ernesto Cruz ao bem.

Assim que Ernesto Cruz recebeu a carta tratando sobre o início de sua representação no SPHAN em janeiro de 1946, respondeu a Rodrigo Melo Franco de Andrade, em fevereiro daquele ano, comunicando que estava ciente dos termos de compromisso e encaminhou para o diretor da instituição uma lauda com um pequeno resumo das tarefas a serem feitas em Vigia, juntamente com um apelo para que aquela instituição tombasse o Cemitério Nossa Senhora da Soledade:

> Estou enviando a V.S. por esta mala aérea encomenda expressa, o documentário histórico e fotográfico do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade, o primeiro de Belém, construído em 1850, e onde, desde 1880 não são feitos enterramentos. Trata-se de um próprio municipal de grande valor histórico e artístico, que tem sido constantemente louvado por quantos visitam esta cidade. Todos os monumentos ali eretos datam do século XIX. Realizei um intenso trabalho de pesquisa com o propósito de esclarecer detalhes que tem escapado aos cronistas da terra, inclusive o nosso grande Arthur Viana. Já houve um administrador da comuna belenense, que tentou modificar o aspecto da Soledade, preconizando a derrubada da capela por ser antiga e a substituição do gradeamento primitivo. Não é de extranhar que apareça outro tentando aproveitar o local para outra finalidade...Não acha que devemos defender esse patrimônio histórico e artístico do Pará? Não merece ser tombado? Estou certo que V.S. dispensará ao assunto a atenção merecida (CRUZ, 1946, p. 2).

Esse relatório, denominado pelo autor de “documentário histórico e fotográfico” (CRUZ, 1946, p. 2), que fora em anexo à carta, é provavelmente o primeiro elaborado por Cruz a serviço do SPHAN, por conter respostas dos acertos da contratação ao diretor geral. É importante a transcrição desse documento, pois demonstra aspectos fundamentais para entender o valor que Cruz atribuía àquele conjunto arquitetônico. Não fora feito uma solicitação por parte da sede da instituição, como era recorrente, mas é uma demanda, uma escolha levada pelo representante à direção. Dentro dela, estava um conjunto marcadamente inserido no século XIX, tanto historicamente quanto artisticamente, como pontua o documento. Anteriormente, viu-se que o referido tempo e sua produção cultural não eram o primeiro alvo dos técnicos daquela instituição, mas Cruz faz um inventário fotográfico e histórico na tentativa de convencer sobre a relevância da necrópole para compor o patrimônio nacional. Além de destacar tais aspectos, o historiador reforça com

a retórica da perda, a necessidade de sua salvaguarda, visto que o objeto fora alvo de tentativas de apagamento em seus elementos constitutivos, a capela e o gradil primitivo, e chama atenção para algo que ele veria futuramente: a investida de destruição da necrópole.

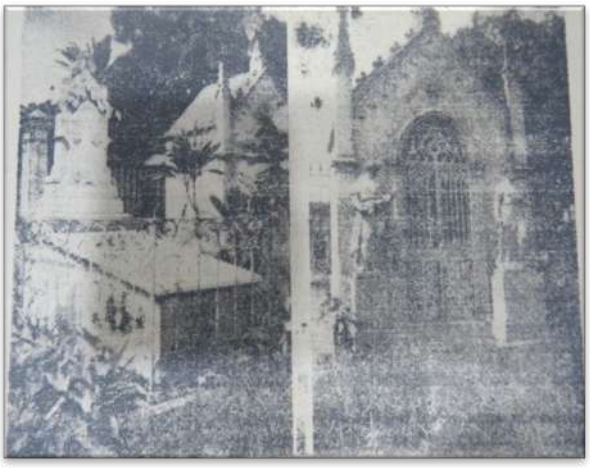
O historiador levantou os aspectos históricos, artísticos, o pioneirismo – pois enfatiza ser o primeiro cemitério construído em Belém – e ainda a admiração pública de visitantes da cidade, como valores que deveriam ser levados em conta para a inserção do bem no livro do tombo. Como resposta, Rodrigo Melo Franco de Andrade comunicou que submeteria à Divisão de Estudos de Tombamento para que se pronunciasse sobre a conveniência do tombamento.

Em 1947, Ernesto Cruz trazia o Cemitério de Nossa Senhora da Soledade, no caderno "Arte e Literatura", do jornal "A Província do Pará". Seu texto narra brevemente a construção da necrópole e aponta para aspectos históricos e artísticos no que tange às figuras ilustres da criação do cemitério, assim como aquelas que se encontram sepultadas. O historiador discorreu também sobre a arte tumular e características ornamentais arquitetônicas presentes no lugar, este artigo tomou como base o relatório histórico elaborado por Ernesto Cruz para o SPHAN, denominado "O Cemitério de Nossa Senhora da Soledade: o primeiro do Pará, construído no ano de 1850, pelo presidente Jerônimo Francisco Coelho", elaborado em 1946.

A capela, construída sob invocação de Nossa Senhora da Piedade, é um dos elementos arquitetônicos destacados pelo historiador, apontando como encarregado construtor, o capitão Sousa Cabral, que se encontra enterrado no cemitério e recebe o seguinte comentário: "em um artístico mausoléu ereto na área do Senhor Santo Cristo, cuja Ordem pertencia" (CRUZ, 1947, p. 5), assim como o túmulo de Pedro da Cunha, chefe da esquadra imperial, os dois são destacados no artigo, o primeiro como uma obra artística e histórica por envolver um vulto, em que o túmulo é qualificado como "artístico mausoléu" e o segundo como uma figura de destaque da História do Pará. A figura 47, ilustrativa do texto, traz a seguinte legenda:

> [...] dois belos túmulos do Cemitério da Soledade. Um deles o da esquerda é o do chefe de esquadra Pedro da Cunha, que comandou a esquadra imperial contra os cabanos. Na lousa estão gravados estes versos: 'A quem perdeo tanto affecto/Ninguém diga nunca esquece/ que acaba o alento a vida/ quando a sáude esmorece'" (CRUZ, 1947, p.5).

Figura 47 – Fotografias escolhidas por Cruz para destacar os vultos históricos e os valores artísticos tumulares da necrópole



Fonte: Cruz (1947)

Para retratar artisticamente a arte tumular do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade para os leitores, Ernesto Cruz escolheu dois vultos históricos, mas alguns outros nomes são citados neste artigo, como o da "preta Romana, escrava de Joaquim Francisco Corrêa" (CRUZ, 1947, p. 9), que é destacado como o primeiro sepultamento da necrópole, já o último sepultamento foi da "a menor Ana, filha de Luiz Manoel d'Oliveira e sua mulher, dona Josefa Maria d'Oliveira" (CRUZ, 1947, p. 9). Em ambos os casos, a ênfase não é dada às figuras, no que tange a uma trajetória de feitos históricos ou trato de arte tumular, mas aos marcos de tempo de primeiro e último enterramento oficial.

Ernesto Cruz destaca que em 1850, o cemitério passou para responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia, segundo o historiador, foi firmado um contrato com o construtor de Lisboa, Joaquim Maris Osório, representado por Francisco Antônio Fernandes, para fornecimento de material para o pórtico e gradeamento, pedras de cantaria lioz e portão de ferro.

O historiador afirma que o gradeamento era proveniente da Inglaterra – nota-se aqui a valoração do material e da arte – e o desenho do pórtico ficou por conta do engenheiro arquiteto Pedro Pezerat (Figura 48): "[...] Assim teve começo a construção do artístico pórtico da Soledade, talhado em cantaria de pedra de lioz, da melhor qualidade, lavrada e escodada 'com ferramenta mais fina nos enfeites e nas guarnições' (CRUZ, 1947, p. 9). Nesse excerto, o historiador deixa transparecer a importância artística que conjunto teria, seja em virtude dos materiais importados empregados na construção, seja pela qualidade técnica do lavrado da ornamentação.

Figura 48 – Fotografias do pórtico de entrada do cemitério feitas por Pedro Pezerat. Essa imagem faz parte do "documentário histórico e fotográfico" que Cruz entregou ao SPHAN em 1946



Fonte: Cruz (1946)

As observações sobre as transformações sofridas no ano de 1863 são direcionadas a uma árvore de casuarina que enfeitava as alamedas do cemitério, e às grades de madeira substituídas por parapeito de "tijolinhos côncavos" (CRUZ, 1947, p. 9), a capela teve sua cobertura refeita e fora também caiada. Quanto a essas intervenções, a crítica se deu pela retirada da árvore, mas às demais, ele não menciona problemas.

O artigo era um resumo do inventário histórico, cujo conteúdo também apresenta uma descrição do estado atual do cemitério. A capela e os túmulos foram destacados: "O adro da capela conserva o revestimento primitivo. Nas áreas laterais permanecem os mesmos ladrilhos vermelhos do século XIX. O vigamento e as paredes estão firmes. [...] E está quase a completar seu centenário" (CRUZ, 1947, p. 9). As características primeiras de materiais foram evidenciadas na descrição, atribuindo o historiador, um valor de tempo decorrido à obra, inclusive enfatizando ser a edificação quase centenária.

Alguns aspectos sobre os túmulos merecem ser ressaltados: além da conservação – muitos abandonados – a denominação desses como monumentos artísticos, demonstra a aproximação de Cruz com os trabalhos que passa a assumir no SPHAN em 1946, este texto, assim como os citados no capítulo 2, sobre os elementos de interesses à preservação no estados contribuíram para a construção do valor histórico e artístico, uma vez que direcionavam o público leitor ao entendimento desses objetos como bens que deveriam

ser salvaguardados, como no excerto abaixo, em que o autor afirma que os monumentos artísticos "despertavam admiração coletiva" (CRUZ, 1947, p. 9).

> Muitas sepulturas jazem abandonadas. Outras ainda tem quem as enfeites de flores no dia dos finados, quando a Soledade está aberta à curiosidade pública e os monumentos artísticos espalhados no cemitério despertam a admiração coletiva. Existe, contudo, uma sepultura rara, revestida de mosaicos portugueses, circundada por uma grade de ferro que permanece constantemente florida e iluminada. É a de Raimunda Chermont Picanço, a quem o povo atribue virtudes quase divinas, e tem na opinião dos mais crédulos realizado inúmeros milagres. Todos os dias há quem se ajoelhe na sepultura de Raimunda Picanço, para pedir ou agradecer alguma graça. São os que não se esquecem da Soledade e se encarregam de espargir as flores e de ascender as ceras que continuadamente renovam (CRUZ, 1947, p. 9).

O texto traz informação dos usuários daquele espaço da cidade, demonstrando que havia visitação de curiosos, movidos pelos monumentos ali presentes. Dentro desse contexto, o autor aponta para o caráter da imaterialidade, embora não utilizasse esse termo ou não tivesse seu entendimento como valor cultural significativo a se preservar institucionalmente, porém, o historiador reconhece as práticas como uma ação que não deixa o cemitério cair no esquecimento, afirmando que aqueles usuários crédulos "são os que não se esquecem do Soledade" (CRUZ, 1947, p. 10).

O artigo publicado em 1947, assim como a documentação histórica já enviada para o SPHAN em 1946, serviram de base argumentativa para a solicitação de tombamento do conjunto arquitetônico, visto que no ano de 1948, há uma sucessão de artigos e notas no jornal "A Província do Pará" que discorreram sobre a celeuma gerada pela notícia de ocupação do terreno do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade por um empreendimento, de iniciativa da PMB, na gestão de Rodolfo Chermont, que decidiu ceder o terreno da necrópole para a construção de uma vila de casas. O artigo "Serão cedidos ao IAPC os terrenos do cemitério da Soledade" tornou público o fato e desencadeou uma sequência de opiniões sobre o assunto no referido jornal.

Esses artigos auxiliaram a analisar a construção o discurso de preservação do cemitério ante o discurso que clamava pelas modificações modernizantes da cidade de Belém, assim como contribuiu para as reflexões nesta tese sobre a imagem da cidade e as práticas patrimoniais no que tange à atribuição de valores que definiam o porquê da salvaguarda de alguns objetos.

O artigo “Serão cedidos ao IAPC os terrenos do cemitério da Soledade” tratou sobre a ação que a PMB pretendia executar, com o apoio do Arcebispado de Belém[175]: um empreendimento da construção de uma vila de casas no lote ocupado pelo Cemitério de Nossa Senhora da Soledade. Segundo a notícia, a Prefeitura recebera do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários (IAPC):

> a ideia de fazer construir uma vila de casas em local acessível e bem situado, de maneira a concorrer para resolver o problema de habitações em Belém [...] estudada a proposta em todos os ângulos, surgiu a ideia de fazer essas construções no local do cemitério da Soledade, campo santo que já nenhuma utilidade tem, estando mesmo se desmoronando não só os vetustos sarcófagos como os muros que o circundam [...]. (SERÃO..., 1948, p.8).

A década de 1940, como colocado anteriormente, foi marcada no campo da Arquitetura e Urbanismo de Belém pela intensificação das substituições de edificações antigas por edificações de estéticas modernizantes e pela remodelação do espaço livre urbano. Na área central, as iniciativas pública e privada fomentavam a consolidação desses novos modelos arquitetônicos (CHAVES, 2016). No texto citado, a quadra do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade estava localizada em uma região de expansão da avenida 15 de agosto, hoje Presidente Vargas, sendo dotada de atributos do solo, como boa localização e infraestrutura, qualidades significativas para empreendimentos. O autor da matéria, sem identificação, para desvalorizar a necrópole e invalidar sua utilidade, foi enfático ao dizer que o Soledade não tinha nenhuma utilidade, uma vez que seu estado de conservação era precário, estando os “vetustos sarcófagos” e o muro “desmoronando” (SERÃO..., 1948, p. 8).

No mês seguinte, o Cemitério continuou sendo pauta de posicionamentos a favor de seu apagamento do tecido urbano de Belém, alguns dias após o anúncio da construção do conjunto, em 3 de abril de 1948, a coluna “Crônicas da Cidade” assinada por “P.S.”, ou seja, Pedro Santos[176], destacava a repercussão pública ocorrida diante da possibilidade de transformação do cemitério em vilas de casas por parte da Prefeitura. O autor mostrou-se a favor da obra, não vendo inconveniente à pretensa transformação, uma vez que,

[175] Ernesto Cruz nos anos 1960 deixou explícito em algumas correspondências que muitos religiosos não eram adeptos ao que ele considerava tradições, e por isso, não mantinham diálogo coerente ante a preservação dos bens que estavam sobre sua tutela – como visto no caso do Solar do Barão de Japurá.

[176] A coluna “Crônicas da Cidade” do jornal “A Província do Pará” era assinada naquele ano por Pedro Santos, que, em alguns artigos, aparecia apenas como “P.S.”, provavelmente a abreviatura do nome. Mas optou-se por se fazer a citação e a referência com “P.S.”, quando ela apareceu abreviada.

segundo sua visão, era um entendimento entre a autoridade municipal e a eclesiástica. Segundo Pedro Santos:

> Belém evoluiu e cresceu, assumindo proporções de metrópole moderna e o Cemitério da Soledade, encravado como está em seu centro urbano, necessita de uma transformação, seja ela no sentido de sua conservação ou no de aplicação de outra finalidade (P.S., 1948, p. 2).

O autor enfatiza o aspecto de transformação pela qual a capital paraense passava naquela virada de década, defendendo a necessidade de uma ação no cemitério, seja pela manutenção, seja pela utilização do lote, que se localizava em uma área central. P.S. menciona que houve uma celeuma sobre a proposta de intervenção e que terminou por gerar dois grupos, os quais o autor distinguiu com as seguintes palavras: "os que se mostram intransigentes, desejosos de que seja conservado" e "os que apoiam a iniciativa da Prefeitura" (P.S., 1948, p. 4).

A coluna expõe ainda os argumentos desfavoráveis ao primeiro grupo, a partir da ideia da necessidade de "evolução da capital". Para o autor, seria mais relevante renovar o espaço cemiterial: "Monumento histórico, como é a tese defendida pelos que zelam pelas obras antigas, não está à altura da fôrça do argumento com que clama a medida." (P.S.,1948, p. 2), ou seja, o apagamento do conjunto histórico e artístico do Soledade para dar espaço às novas construções era mais relevante que sua manutenção.

O mau estado de conservação das sepulturas e do cemitério, assim como o uso de culto, foi descrito por Pedro Santos como argumentação para consecução do empreendimento. Tais falas remetem ao artigo publicado por Ernesto Cruz em 1947, o qual descrevia o Soledade nos seus aspectos históricos, de conservação, de uso e artístico, e P.S. se opunha às falas de Cruz.

É interessante notar que ao longo do mês de abril, o jornal foi expondo alguns artigos que se opunham à permanência do cemitério em seu uso original, dois dias após a argumentação de P.S., na coluna "Crônicas da Cidade", o mesmo jornal noticia a seguinte manchete: "Furtado o mausoléo do V. de Arari, no Cemitério da Soledade: ladrões sacrílegos levaram valioso crucifixo de prata e duas artísticas jarras de porcelana – Depredações" (FURTADO ..., 1948, p.8). O artigo narra furtos sucessivos ocorridos naquele mês e em datas anteriores, tanto nos mausoléus quanto na capela da necrópole.

Dentre os objetos desaparecidos, foi dado destaque aos castiçais, às tocheiras e ao pedestal de prata, assim como um crucifixo de ornamentação do altar-mor da capela, além

de objetos pertencentes à família Chermont e a Francisco Aguiar de Sousa: um valioso, segundo a matéria, crucifixo de prata, uma jarra de porcelana e demais itens não especificados. A denúncia também faz menção à família Miranda Pombo[177], porém, ela nada tinha sofrido com as ações.

Um ponto de destaque na matéria sobre roubos na necrópole foi uma citação feita pelo autor, na tentativa de ligar o mau estado de conservação com a falta de vigilância do espaço: "[...] o cemitério da Soledade – o qual vem sendo objeto de inúmeras discussões no caso das construções da vila do IAPC" (FURTADO, 1948, p.8). A matéria, assim como as anteriores, dava visibilidade à possibilidade/necessidade da transformação da necrópole.

Dentre os posicionamentos sobre a questão da preservação do Cemitério Nossa Senhora da Soledade, destacam-se os de Cécil Meira[178], que em meio à celeuma criada ante a transformação, manifesta-se a favor da mudança de uso no artigo "Cemitério da Soledade, questão sem questão", mais uma vez no jornal "A Província do Pará", no mesmo mês e ano que o jornal expôs as notas de furtos aos mausoléus da necrópole. Segundo o bacharel:

> trata-se de um bem público e jamais se deve tocar no que pertence a todos nós se a troca não trouxer um benefício maior. Seria o caso do Largo de São Braz que é mais útil como Largo, como praça, - a única entre o Largo de Nazaré e a Bandeira Branca, - do que transformá-lo em um arruamento, sufocando um logradouro magnífico e de grande utilidade futura. Ao contrário acontece com o campo santo da Soledade, sem qualquer utilidade, a não ser assombrar as crianças da vizinhança durante a noite. Quais os motivos poderosos para manter a todo custo o cemitério? A tradição? A presença de defuntos ilustres, de belos mausoléus? Medo de sacrilégio? É uma face da medalha, dos que desejam a permanência do Cemitério da Serzedelo Corrêa [...] (MEIRA, 1948, p.4).

Cécil Meira (1948), por meio de alguns argumentos, discorre sobre os motivos pelos quais os defensores da permanência daquele espaço como necrópole não deviam ser levados em consideração, pois, em sua visão, os benefícios que acarretariam a retirada do cemitério eram superiores para a sociedade. O autor compara, a partir de uma

[177] Uma pequena nota ainda sobre os furtos na necrópole foi dada dois dias após essa matéria. A nota trazia as declarações da zeladora Ana Augusta Ferraz Mendes sobre a data de ocorrência do roubo no mausoléu do Visconde do Arari, manifestado pelo coronel José de Miranda Pombo. (OS FURTOS..., 1948, p. 4).

[178] Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ele foi "[...] professor Emérito da Universidade Federal do Pará, ex-livre docente e ex-catedrático, por concurso, de Português e Literatura do Colégio Estadual Paes de Carvalho. Da Academia Paraense de Letras, membro do Conselho Estadual de Cultura do Pará. Do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Membro correspondente da Academia Brasileira de Filologia. Membro Correspondente da Academia Mineira de Letras" (MEIRA, 1988, orelha do livro). Em 1988 foi presidente da Comissão de Desenvolvimento Cultural da SPVEA.

suposição, a transformação do "Largo de São Braz" em rua, observação que contribuía para minimizar os argumentos favoráveis à preservação.

Meira enfatiza que a necrópole não tinha valor e faz uma série de indagações para diminuir a utilidade daquele lugar, sobretudo nos valores que haviam sidos destacados por Ernesto Cruz, como a presença de vultos históricos e os mausoléus artísticos. O autor justifica o título de seu artigo, "uma questão sem questão", expondo que manter o cemitério nem deveria ser questionado, pois em sua visão, "[...] retirar o cemitério daquele local traz vantagens inúmeras para nossa população. Trata-se de uma zona urbana, urbaníssima, localizada perto dos pontos vitais" (MEIRA, 1948, p. 4), ou seja, sob sua perspectiva, aquela área que estaria sem uso, e localizada estrategicamente, na extensão da avenida 15 de agosto, epicentro das intervenções modernizadoras da paisagem urbana, deveria abrir espaço para as transformações da cidade.

A questão principal colocada por Cécil Meira (1948) seria a destinação da quadra, a "aplicação do terreno"[179], que não deveria contemplar o "afilhadismo", porém, ser repartido "com uma fórmula honesta, entre funcionários da prefeitura e do Estado, entre comerciários e industriários, de modo que a partilha viesse a beneficiar por sorte o maior número de necessitados" (MEIRA, 1948, p.4).

Para o autor, essa seria a principal preocupação que a opinião pública deveria se deter: por quem, como e para quem seria feita a comunhão da área. Meira (1948) propôs solução às indagações daqueles que almejavam a preservação do cemitério. O bacharel sugeria que os "mortos ilustres" (MEIRA, 1948, p.4) fossem conduzidos ao Cemitério de Santa Izabel:

> [...] o nosso grande General Gurjão não ficará ofendido se repousar eternamente entre Camilo Salgado e Assis de Vasconcelos; outros tantos paraenses ilustres também ficarão colocados ao lado de alguns mais existentes no Cemitério da José Bonifácio. Por acaso a terra de Soledade será mais pura mais santa, mais bendita que aquela outra do Cemitério de Santa Isabel? Sempre é a mesma terra paraense [...] (MEIRA, 1948, p. 4).

Para invalidar os valores destacados pelos defensores do Cemitério da Soledade, Cécil Meira considera que na mesma "terra paraense" (MEIRA, 1948, p.4) podem ser depositados os restos mortais das figuras ilustres, que segundo sua visão, não haveria hierarquia entre os campos santos, podendo os mortos serem transportados para o Santa Izabel, "sem ficarem ofendidos" (MEIRA, 1948, p.4). O autor traz dois valores atribuídos

[179] Termos utilizados pelo autor no texto.

ao objeto da discussão, o primeiro sobre as personalidades ilustres que ali encontram-se enterradas, como o General Gurjão – a significância do Cemitério da Soledade é limitada à relevância do vulto histórico, que por sua vez, é o mesmo valor atribuído ao cemitério da José Bonifácio, visto que na "mesma terra paraense", encontram-se Camilo Salgado e Assis de Vasconcelos, nomes considerados pelo autor, de destaque, pelo seus feitos em vida à sociedade do Pará.

O segundo valor recai nos mausoléus, os quais Meira (1948) menciona ocuparem uma parcela mínima do terreno do Cemitério do Soledade:

> convir que que o Cemitério da Soledade ocupa, com verdadeiros mausoléus, um terreno diminuto, numa sexta parte, e o restante vive entregue ao mato, às sombras, às seculares mangueiras. O próprio conjunto assim, não existe, para que pudesse surgir uma beleza artística de tal ordem que sua eliminação importasse em uma profanação (MEIRA, 1948, p.4).

Primeiramente, o autor distingue a existência de verdadeiros mausoléus, os quais provavelmente seriam os de maiores porte e ornamentação, em oposição aos demais, que estavam entregues "ao mato, às sombras" das mangueiras (MEIRA, 1948, p.4). Meira não retira totalmente o valor artístico dos túmulos, mas o diminui, uma vez que relaciona essa parcela a um contexto total, o qual anteriormente já expusera não ter valor artístico, e dessa maneira, não se destacavam os mausoléus verdadeiros, deixavam até de existir, na visão do bacharel.

O autor finaliza suas considerações afirmando a necessidade de demolição daquele conjunto, para que a vila pudesse se edificar: "O cemitério presta-se, na realidade, a uma página evocativa, mas entre evocar e morar, os vivos preferem morar" (MEIRA, 1948, p.4). Além de expor todos os pontos negativos de preservar a necrópole, Meira (1948) sugere, "com respeito e o carinho", que os remanescentes mortais ali existentes fossem transportados para o Cemitério de Santa Izabel.

A polêmica gerada entre "preservar x apagar", no jornal, chama a atenção para as transformações no espaço da cidade, essa tensão era difundida nas matérias neste meio de comunicação e não ficaram restritas ao Pará, o caso também foi divulgado no jornal "A Noite", do Rio de Janeiro, e teve como título: "Quer transformar o cemitério num bairro residencial" – O propósito da prefeitura de Belém do Pará colidindo com a divisão do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – um pouco de história do cemitério de Soledade – O caso está sendo estudado, para a devida solução, numa das divisões do referido departamento" (QUER..., 1948, p. 7).

Nessa matéria, o assunto e a figura de Ernesto Cruz como representante ganham notoriedade. A matéria pontua que Cruz havia feito uma intervenção no caso, uma vez que o conjunto cemiterial tinha valor histórico e artístico. A reportagem, por sua vez, entrevistou a diretoria da instituição, que resumiu o ocorrido desde o envio da documentação, "a iniciativa do aludido representante foi tomada na conformidade do disposto no artigo 2º do decreto-lei, de janeiro de 1946, segundo o qual a DPHAN 'terá por finalidade inventariar, classificar, tombar e conservar monumentos, obras, documentos e objetos de valor históricos e artístico existente no país'. [...]" (QUER..., 1948, p.7). Segundo a direção, o assunto estava em estudo pela Divisão de Estudo e Tombamento.

Diante da situação, Ernesto Cruz enviou um telegrama ao diretor-geral do SPHAN, lembrando que já havia remetido o documentário histórico e fotográfico, com o propósito de solicitar o tombamento do cemitério, e que naquele momento a municipalidade ainda queria desapropriar a necrópole para a construção de uma vila, e pedia, mais uma vez, diligência para tratar o caso:

> Sôbre o Cemitério da SOLEDADE reitero os termos dos meus telegramas anteriores. O assunto apaixonou a opinião pública. Recebi em minha residência várias comissões de senhoras e pessoas gradas, que inteiradas do telegrama passado por mim a essa Diretoria, e que os jornais destacaram no seu noticiário, estavam anciosas pelo desfecho do caso. Bem vê, a razão de haver solicitação de urgência na resposta (CRUZ, 1948, p. 55).

Cruz, nos telegramas, sempre solicitava a celeridade do processo, pois a movimentação da prefeitura, assim como as opiniões contundentes para que se construíssem a vila de casas não cessavam nos jornais. Na carta acima, após a divulgação do jornal "A Noite", o historiador tentava pressionar, colocando uma comoção popular, pois senhoras satisfeitas com a posição do representante ante a demolição, por exemplo, o visitaram e almejavam a deliberação do DPHAN a favor do tombamento.

Porém, mesmo levantada a significância cultural do Soledade, Rodrigo Melo Franco de Andrade respondeu ao representante que a DET havia apreciado a valiosa contribuição de Cruz, no sentido de habilitar o ajuizamento do valor histórico e artístico da necrópole. A DET, segundo o diretor, julgava a iniciativa da prefeitura "inconveniente e lamentável", e deliberou que:

> [...] entretanto quer parecer a mesma Divisão que, existindo no país grande número de outros cemitérios de equivalente e maior valor histórico e

> artístico, que não foram tombados para os fins estabelecidos no Decreto Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, seria injustificável tomar-se a iniciativa do tombamento isolado da Soledade, enquanto há muitas circunstancias que desaconselham o das outras necrópoles aludidas (ANDRADE, 1948, p.56).

Como exposto por Chuva (2017), havia uma hierarquia daquilo que se tombava nos anos iniciais de atuação da instituição. Nota-se na resposta acima que a justificativa para refutar o tombamento, naquele momento, estava pautada justamente na existência de outras necrópoles de valor histórico e artístico "equivalente e maior" (ANDRADE, 1948, p. 56), as quais não estavam tombadas e que por esse motivo não poderiam decidir pela ação ao Cemitério de Nossa Senhora da Soledade. Como exposto anteriormente, a questão valorativa artística, a arte que ali adornava não era colonial e não era prioridade da instituição um conjunto neoclássico do século XIX.

Salienta-se mais uma vez que as vanguardas e o movimento moderno do mundo ocidental, nas primeiras décadas do século XX, influenciaram uma cultura arquitetônica brasileira pautada numa visão antitética às linguagens neoclássica, eclética e *art nouveau.* Os passos dados para nova arquitetura do movimento moderno espraiaram-se da região Sudeste para as demais localidades do Brasil, em tempos variados e em diferentes manifestações. Pautaram-se, para consolidação de seus modelos, em uma agenda que visava desarticular os antigos arranjos urbanos históricos das cidades, "no abandono total de qualquer referência aos estilos históricos" (PATTETA, 1987, p. 10).

O Cemitério da Soledade era duplamente negligenciado, veementemente pelos modernizadores do espaço urbano de Belém – os construtores e empreendedores –, e passivamente, por assim dizer, pelo quadro técnico da instituição de patrimônio, como visto anteriormente, que também hierarquizava e até mesmo refutavam as referidas linguagens arquitetônicas como um modelo de representação de um autêntico brasileiro.

O diretor do SPHAN, por sua vez, como forma de compensar o não tombamento, pediu para Cruz verificar quais medidas poderiam ser feitas para que as autoridades de Belém demovessem do propósito de destruir o Cemitério da Soledade. Na troca de correspondência seguinte, o historiador comunicou que entendeu e estava de acordo com as explicações dadas pela direção, mas insistiu na comoção da população "o assunto [...] empolgou a opinião pública, de tal modo e com tamanha vibração, que a Prefeitura não teve coragem para prosseguir na sua intenção." (CRUZ, 1948, p. 57).

As obras foram contidas, mas como observado por Celma Chaves (2008), aquela área, ao longo dos anos 1940 e 1950, fora identificada como um novo centro da cidade,

ou seja, os artigos dos jornais construíam uma narrativa que havia de um lado da via o progresso a modernidade, e do outro lado, um espaço desconexo, ultrapassado, 'morto' que impedia o avanço das políticas de crescimento e modernização de Belém, que aspirava ser a Metrópole da Amazônia.

O campo santo foi palco das disputas simbólicas de dois grupos distintos, aqueles que desejavam a renovação e aqueles que almejavam a permanência dos elementos históricos da cidade. Vivenciando aquele contexto das ocupações dos espaços centrais para abrirem a guarda à modernização, Ernesto Cruz ainda alertou naquela carta:

> é possível que mais tarde, se repita o desejo de destruir o campo santo, para aproveitamento daquela área, bem valiosa e disputada, pela sua localização. Acredito, porém, que se isso acontecer, a resistência do povo será tão vibrante como agora (CRUZ, 1948, p.57).

Apesar de todas os argumentos para o tombamento, o processo foi arquivado por Carlos Drummond de Andrade em 1950.

Segundo Castriota (1999), a geração do entreguerras vivenciava uma experiência de ruptura com a tradição, em que a lógica da obsolescência atuava em quadros estáveis de referências com seu processo de renovação de usos e costumes, imagens e valores:

> nela, nada pode durar mais que o tempo necessário para ser consumido pelo mercado, e mesmo o mais novo deve se tornar rapidamente antiquado. Nesse quadro, a arquitetura e a própria cidade, que em princípio constituiriam estruturas duráveis, passa também, a fazer parte daquela "via das cinzas" [...] (CASTRIOTA, 1999, p.134).

As ações preservacionistas surgem diante da destruição dos tecidos históricos da cidade (CHOAY, 2001), a ânsia pela modernização dos espaços tensiona constantemente os agentes envolvidos em forças opostas. Esse fenômeno, visto ao longo da trajetória da instituição federal de preservação, manteve-se presente no processo de tombamento do Cemitério da Soledade, 14 anos após seu arquivamento, quando é solicitada sua reabertura a partir de um telegrama de Ernesto Cruz em 30 de janeiro de 1962. Novamente a década de 1960, no mesmo contexto das tentativas de apagamento e tombamento da Casa da Joaquim Távora e do Solar do Barão de Japurá.

O pedido de Cruz, mais uma vez, não foi atendido. Rodrigo Franco respondeu que o processo referente ao Cemitério da Soledade havia sido arquivado, e os motivos estavam na última resposta, 14 anos antes. Porém, em 13 de dezembro de 1963, Mário Barata, "Professor Catedrático de História da Arte da Universidade do Brasil (ENBA) e Membro dos Institutos Histórico e Geográfico do Pará e Brasileiro" – na apresentação de

assinatura presente na carta – encaminha um documento à direção do DPHAN, solicitando nova consideração da necessidade de tombamento do Cemitério da Soledade. Em anexo, a carta foi um documento denominado "Valor urbanístico do Cemitério da Soledade", de sua autoria. Nesse documento, o professor faz um retrospecto de pontos abordados no documento histórico de Ernesto Cruz, de 1946, e adiciona ao valor histórico e artístico, o valor e a importância urbanística-paisagística da necrópole para Belém. Barata (1963) trabalha o conjunto formado pelo cemitério em composição com a paisagem urbana, o tratando como "elemento artístico-paisagístico [...] quadra verde de mangueiras e arvores regionais, com gradis externos ou internos de valor estético" (BARATA, 1963, p. 61).

Mário Barata estava atento às discussões hodiernas sobre preservação patrimonial. No ano de 1962, ocorrera a Recomendação Relativa à Salvaguarda da Beleza e Caráter das Paisagens e Sítios, promovida pela conferência geral da Unesco em Paris, trazendo a inserção de dois novos elementos para o campo da preservação: as paisagens e os sítios.

Eram/são constantes as ameaças que perseguem o acervo patrimonial, e em 1962, segundo as recomendações do evento, as grandes obras, as instalações de equipamento industrial e comercial ocasionavam o desordenamento e causavam o risco de rápido desaparecimento das paisagens e dos sítios. Dentre os princípios gerais do documento elaborado no evento estava a salvaguarda de paisagens e sítios, tais como as paisagens e sítios urbanos, que eram os mais ameaçados pelas obras de construção e pela especulação imobiliária (IPHAN, 2004).

Sobre as ameaças do setor mobiliário, Mario Barata ressaltou em seu requerimento com Ernesto Cruz, em 1962, e naquele momento, havia confirmado que: "[...] permanecem as ameaças de arrasamento do cemitério para construção de edifícios residenciais. É tão grande a pressão imobiliária na capital do Estado, que agora mais do que nunca impõe-se – a meu modo de ver – o tombamento da área do cemitério" (BARATA, 1963, p. 62).

A transformação da cidade pressionava os espaços dotados de infraestrutura e localizados em áreas centralizadas no tecido urbano, impondo ações de renovação, conhecidas comumente como 'arrasa-quarteirão', essa era a dialética da construção destrutiva, erguendo novas construções, novos arranjos urbanos ante a destruição das antigas configurações espaciais consideradas em desuso ou desapropriadas para aquela contemporaneidade.

Observa-se na carta de Mario Barata, e ao longo do processo de tombamento, que o Cemitério da Soledade havia ganhado novos valores ao longo dos anos, além do arquitetônico, do escultórico e do histórico e naquele momento, a necrópole era tratada como um conjunto paisagístico. Os ilustres sepultados, a quem atribuiu-se a significância ao espaço por suas trajetórias de vida e a arquitetura tumular, em 1946, aos olhos de Ernesto Cruz, passaram a somar valor com o aspecto paisagístico do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade. Valor que ganhou força nos anos 1960, e que foi sendo construído ao longo do tempo do processo de tombamento[180].

A transformação da cidade nos anos 1960, e que transparece nas fontes pesquisadas, gerou reações aos apagamentos dos estratos históricos do passado. Associações, congregações, conselhos e institutos, intelectuais, como o já falado Mario Barata, somavam-se aos preservacionistas de Belém e reagiam às intervenções. É perceptível que a figura do professor e sua construção valorativa do bem trouxe peso para a aprovação do tombamento do Cemitério Nossa Senhora da Soledade em 1964.

Assim como no caso do Barão de Japurá – no qual Mario Barata também estava envolvido – o reconhecimento da edificação por parte de um grupo social, no caso, Philip Goodwin e o MoMA, validou sua significância artística[181]. Da mesma forma, foi a autoridade de Mario Barata, enquanto "Professor Catedrático de História da Arte da Universidade do Brasil (ENBA) e Membro dos Institutos Histórico e Geográfico do Pará e Brasileiro", ao solicitar a inclusão do conjunto cemiterial no livro de tombo, obteve aprovação imediata, sem ressalvas por parte da direção da instituição.

Entretanto, esse objetivo não tivera o êxito quando Ernesto Cruz, desde 1946, se empenhando para o reconhecimento do bem naquela instituição, mesmo tendo formulado a construção de significado histórico e artístico da necrópole e mobilizado populares à

[180] Embora seja mencionado por Rodrigues (2014) que a justificativa do historiador Ernesto Cruz para o pedido de tombamento "estava intimamente ligada à importância arquitetônica, artística e paisagística atribuída ao campo santo no contexto urbanístico da cidade. A preocupação principal era proteger um bem material ameaçado de ser desapropriado e demolido [...]" (RODRIGUES, 2014, p.75), é necessário fazer a ressalva que o valor paisagístico não está presente na abertura do processo em 1948, mas a sua valoração ganhou impulso ao longo dos anos 1950 e 1960, como demonstrado nesta tese.

[181] É importante ressaltar que Goodwin (1943) e seu livro reverberam o discurso de preservação do SPHAN, primeiramente mediante as escolhas da arquitetura colonial para compor a obra, as quais são predominantes, dentre os exemplares da arquitetura "antiga", como denomina o livro. Outro ponto é o destaque dado às obras da arquitetura modernista brasileira, esse ambiente, do antigo-moderno, permeava a instituição naqueles anos iniciais, como visto no início deste capítulo, adiciona-se o amparo do SPHAN às visitações nas cidades, assim como as fotos que foram reproduzidas para compor a exposição e o livro. A difusão da publicação, de repercussão internacional e nacional, também contribuiu para consagrar as obras ali apresentadas, pois, segundo Scottá (2019), a exposição e o livro levaram a arquitetura brasileira a lugares distantes, como as principais cidades da Europa e a África do Sul. O livro contou com três edições que se esgotaram rapidamente.

causa – impedindo seu desaparecimento na década de 1940 – teve a solicitação negada pelo Departamento de Estudo de Tombamento, tanto naquela década de 1940, quanto em 1962. Tal fato deixa explícito que o discurso de Ernesto Cruz, embora participante daquele dispositivo institucional, não tinha o mesmo valor dos sujeitos internos, assim como de alguns sujeitos externos à instituição.

Vale refletir sobre esses sujeitos e o poder de seus discursos a partir das considerações de Foucault (2014), que ao tratar do discurso na sociedade, considera que a sua produção é controlada, selecionada e organizada por procedimentos, os quais permitem o reforço, a limitação e/ou sua exclusão. Segundo o autor, é um procedimento que permite a determinação das condições do funcionamento do discurso, que impõe aos indivíduos que os pronunciam, um conjunto de regras, não permitindo que: "[...] todo mundo tenha acesso a eles. Rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfazer a certas exigências ou se não for, de início qualificado para fazê-lo. [...]" (FOUCAULT, 2014, p. 35).

A partir desse princípio de controle de produção do discurso, o autor alerta para pensar/questionar os modelos dominantes do conhecimento. Operando este questionamento à discussão patrimonial, os sujeitos Philip Goodwin e Mario Barata representavam autoridades no campo disciplinar da arte. As escolhas desses sujeitos, por determinados objetos, estavam resguardadas no discurso dominante da verdade[182] histórico-artística, que consagrava a arquitetura a uma categoria tida como elevada, com singularidade de objetos que deveriam ser apreciados e/ou resguardados como bens.

Tal discurso hegemônico – que atribui características singulares aos objetos arquitetônicos – tem seu lugar em determinados sujeitos que estão autorizados a legitimá-lo, e que também encontram na instituição patrimonial de salvaguarda, sua validação e a reverberação de suas verdades. O SPHAN, como visto ao longo deste capítulo, tinha o corpo técnico constituído por personalidades, os quais construíram e proferiam o discurso que dominou, nas décadas iniciais da instituição, para a construção de um modelo de patrimônio nacional. Percebe-se, a partir da análise dos processos de tombamento aqui

[182] Segundo Foucault (2014), dentre esses aspectos limitadores do discurso, encontra-se a oposição entre verdadeiro e falso, surgindo o que o autor denomina de vontade de verdade, apoiada sobre um suporte institucional, podendo ser reforçada e reconduzida por práticas, como: "[...] a pedagogia, é claro, como o sistema de livros, da edição, das bibliotecas, como a sociedade de sábios de outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído" (FOUCAULT, 2014, p.17), ou seja, segundo o autor o "discurso verdadeiro", dominante e hegemônico é resultante dessa gama de práticas, nas quais a vontade de verdade se apoia para exercer seu poder de pressão e coerção.

estudados que o “discurso verdadeiro” (FOUCAULT, 2014, p. 35) da instituição, alimentava e era também alimentado por autoridades externas, as quais tinham o poder de declarar a autenticidade e a valoração dos bens para tombamento.

Segundo Le Goff (2003), o documento deve ser lido para além dos significados que carregam, por isso, os processos de tombamentos mostram que nas entrelinhas dos documentos, uma série de informações encontra-se escamoteada e vai além do ato do tombamento, ou do não tombamento, de um bem, indicando uma rede hierárquica de sujeitos que carregava o poder da autenticação artística e histórica, na qual Ernesto Cruz não se encontrava em um mesmo patamar.

Dentre as hipóteses que podem ser levantadas para essa diferenciação estão para a formação do historiador, um autodidata, que não teve uma trajetória acadêmica dentro da área das Belas-Artes, de História ou outra área que pudesse dar peso à sua validação discursiva. A palavra de Cruz, na instituição, necessitava da comprovação documental – conforme mostra o processo da Casa da Joaquim Távora – ou ainda, sua documentação histórica e fotográfica não tinha força para mobilizar um tombamento, havendo a necessidade de uma autoridade maior para aferição valorativa do reconhecimento de bens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto patrimonial arquitetônico da cidade de Belém guarda hoje, em sua fisionomia, valores que vão além da beleza estética e histórica. Esse conjunto simboliza uma trajetória de resistência ao processo constante de atualização dos espaços da cidade ao longo do tempo. É no sentido empregado por Le Goff (2003), um conjunto documental, no qual cada elemento seu traz nas entrelinhas as suas condições de produções. A arquitetura histórica, e as condições pelas quais elas foram elevadas à categoria patrimonial, aponta para as instituições patrimoniais que foram criadas com a finalidade de estabelecer a salvaguardar bens. A cidade de Belém, Pará conta com três instituições, que desempenham esse papel: o Iphan, o Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Pará (DEPHAC), da Secult-PA; e o Departamento de Patrimônio Histórico (DEPH), da Fumbel.

O Iphan, instituído com a denominação de SPHAN, foi criado pela Lei n. 378 em 1937, tendo no Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, seu diretivo para a organização da proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional. Ele é o órgão que atua há mais tempo na cidade, como demonstrado neste trabalho, já que desde 1938, com o início do processo de tombamento da coleção arqueológica e etnográfica do Museu Paraense Emilio Goeldi, ele aqui se instalou.

O Cemitério Nossa Senhora da Soledade, a Casa da Joaquim Távora e o Solar do Barão de Japurá, bens que tiveram registros para tombamento no SPHAN, trouxeram a reflexão para além de suas materialidades. Esse exercício suscitou o preenchimento de uma lacuna no campo da História e da Arquitetura no que se refere aos debates que constroem uma História da Preservação na Amazônia e a importância que os sujeitos envolvidos nessas ações, assim como as instituições preservacionistas, tiveram para a consolidação da política de salvaguarda em Belém.

Ernesto Cruz foi o representante do SPHAN que mais tempo ocupou o cargo no Pará e esteve envolvido em todos os tombamentos no Pará até a década de 1970, não apenas nos processos de tombamento, como também nas ações de conservação das edificações, como visto ao longo do capítulo 3, já que tudo recaía sobre sua pessoa, todos os ofícios daquela instituição – a pesquisa histórica, o diálogo entre as entidades governamentais no estado e nos municípios com a sede do SPHAN, o assessoramento de parceiros da instituição quando em visita ao estado, a fiscalização de obras, a contratação e pagamentos de serviços de terceiros, as prestações de contas etc.

Sua face de historiador atravessa, e é atravessada pelo ofício de representante do SPHAN/DPHAN, sua faceta preservacionista, já que ambas são construídas paralelamente. A escrita da História do autodidata Ernesto Cruz estava respaldada em documentos, os quais, segundo o historiador, fosse possível se aproximar da verdade. O ato de "revelar" essa gama de conhecimento, aos olhos dele e daqueles que estavam na sua rede de relações, implicava um dever da sua condição de "Historiador da Cidade de Belém", honraria concedida em 1957 pela Câmara de Vereadores de Belém.

O autodidatismo recebeu destaque em sua trajetória pública e fora evidenciado após seu falecimento, em 1976, pelas falas de colegas e confrades, tal fato permite refletir para possíveis disputas de poder entre os homens das letras da sociedade paraense, visto que em algumas homenagens póstumas foram expostos alguns equívocos na narrativa histórica de Ernesto Cruz. A vida privada, que ainda apresenta lacunas de pesquisas, mostrou que Cruz não nasceu em uma família tradicional e nem dentro dos grandes círculos de intelectuais do Pará, pelo contrário, demandou muitos esforços para participar desses lugares, assim como atingir a honraria de "Historiador da Cidade de Belém".

A recriação do passado pautada em eventos lineares, que tinha como objetivo uma história verdadeira dos grandes fatos e vultos, abria margem para temas não recorrentes à tradição do IHGP, pequenos fatos, por assim dizer, e que ainda assim poderiam ser considerados singulares e excepcionais. Ernesto Cruz inicia sua trajetória de escrita com temas significativos da História do Pará até seu recorte focar no entendimento de Belém e da escala humana da cidade, passando pelas obras monumentais, como igrejas e palácios, chegando nas edificações de menor porte, como os telheiros.

O olhar atribuído para os sujeitos históricos refletia-se nos objetos arquitetônicos, os quais alguns se encontravam nas discussões patrimoniais pelo SPHAN/DPHAN. Nesse sentido, o Parque Cemitério da Soledade, inaugurado em janeiro de 2023, é fruto do empenho que Cruz dispôs em 1948 para que o conjunto arquitetônico não fosse demolido para dar espaço a uma vila habitacional. A materialidade ali presente também carrega as práticas imateriais, como seu uso devocional aos santos populares – apontado pelo historiador desde os anos 1940 – que contribuiu para sustentar o conjunto cemiterial como um objeto vivo até a contemporaneidade.

A pesquisa colocou-se diante das fontes e dos sujeitos, em uma atitude descrita por Le Goff (2003), ao tratar do documento-monumento com o olhar do historiador, como não inocente, a fim de extrair dos documentos a gama de significados aparente que eles carregam. Para ler "a massa de elementos", a qual se refere Foucault (2008), foi realizado

o esforço de desenrolá-la, isolá-la, reagrupá-la e fazê-la pertinente. Dessa forma, a documentação dos tombamentos permitiu ver como e qual era o discurso de preservação instaurado em meio ao processo de modernização de Belém ao longo das décadas do tombamento do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade, e dentro deste intervalo de tempo, dois outros objetos apontados como bens de interesse à preservação, a Casa da Joaquim Távora e o Solar do Barão do Japurá, também significativos para a compreensão da História da Preservação no Pará.

Esse conjunto documental apontou para os discursos dos embates e da disputa em torno da memória nacional, assim como para a memória arquitetônica de Belém. Tais discussões dizem respeito, ao mesmo tempo, à História e à Arquitetura, e por essa razão, a disciplina da História é fundamental para os debates na área do patrimônio e para o campo da Arquitetura.

O modo como operou o SPHAN em sua rede de contato nos estados da federação, permitiu entender que os enunciados emitidos por ele e seus agentes, a partir de 1937, formaram um discurso preservacionista que garantiu a perenidade da memória institucional e da construção de modelo patrimonial. Segundo Foucault (1979), em cada momento histórico, grupos sociais apresentam seus discursos, os quais produzem as verdades daquele período, tais discursos se envolvem, se conectam em uma rede de signos e de outros discursos que contribuem para validar a sua verdade. Essa trama de relações constituiu-se em um dispositivo para o autor.

Ernesto Cruz passa a ser um elemento desse dispositivo, a partir dos anos 1940, carregando com ele uma noção de valoração daquilo que poderia ser um bem patrimonial dentro do espaço da cidade. Entende-se que a concepção patrimonial de Cruz tem seus valores construídos ao longo de seu ofício de historiador e do lugar social de sua produção.

Ernesto Cruz, esteve vinculado a várias associações culturais paraenses, mas encontrou-se sempre atrelado à direção da antiga BAP e ao IHGP, duas instituições que moldaram sua escrita da História. Sua metodologia seguia os moldes herdados pelos historiadores daquela instituição, em que a validade dos temas escritos estava baseada nos documentos oficiais dos arquivos, assim como nas referências aos nomes que eram considerados como grandes autoridades historiográficas, sobretudo os filiados ao IHGP. Ressalta-se na produção bibliográfica do historiador, três temas significativos para compreender seu olhar para o patrimônio: Belém, Arquitetura e Tradição. A partir desse aporte, apreende-se sua perspectiva de como Belém se figura e transfigura, por meio dos

sujeitos escolhidos assim como pelos seus objetos arquitetônicos e escultóricos, os quais despontam para caracterizar historicamente a Belém de Ernesto Cruz.

Essa cidade, com a qual o historiador tem uma relação afetiva, transparece nos seus textos e está intrinsecamente ligada aos documentos oficiais da História do Pará e a relação se prolonga às edificações da cidade de Belém, lugar onde se desenvolvem os fatos e vultos históricos. Além de fatos e vultos históricos, algumas passagens de sua obra deram evidências da significância que o período colonial tinha para Ernesto Cruz. A materialidade cultural gerada por esse período é sempre pontuada, como a arquitetura da origem do processo de colonização, a manufatura arquitetônica edificada pelas mãos dos ditos desbravadores, todo um repertório do imaginário colonial, o qual ele considerava tradicional, destaca-se em suas palavras.

A documentação pesquisada para esta tese permitiu identificar o universo considerado como tradicional pelo historiador, composto por fatos e vultos excepcionais da História do Pará, assim como pelo conjunto arquitetônico constituído pela arquitetura monumental de excepcionalidade histórica e/ou artística, as habitações nas quais esses vultos da História estiveram hospedados ou residiram, a arquitetura religiosa do período colonial brasileiro, mas também habitações consideradas como arquitetura menor, a morada mais modesta, que possuísse relevância histórica, a partir dos seus moradores, ou ainda aqueles modelos atrelados à sua memória/afetividade.

Esse universo tradicional de Ernesto Cruz foi significativo para entender como sua concepção da História do Pará refletia em seu olhar para com a cidade e a arquitetura, o que consequentemente apontou para os valores atribuídos a esse conjunto de vultos, fatos e objetos arquitetônicos. A relação de Cruz com a cidade de Belém e sua arquitetura encontra-se presente nas documentações dos processos de institucionalização do patrimônio no estado do Pará.

A criação do SPHAN estava atrelada a uma política cultural e educacional que passou a ser direcionada pelo governo federal, ou seja, a instituição fazia parte de um projeto amplo do Estado com uma orientação ideológica nacionalista e modernizadora, e que fora implementada por uma nova elite urbana (GONÇALVES, 1996). O Estado Novo tentava construir a história daquele contexto, colocando em oposição um Brasil velho, dominado pelas oligarquias, a um Brasil novo, nascido da Revolução de 1930, buscando a integração nacional e sendo responsável pela entrada do país aos tempos modernos.

Coube ao SPHAN a seleção de bens e a construção da identidade nacional assim como sua salvaguarda. Foi pelas mãos de Rodrigo Melo Franco de Andrade, entre 1937

até o final dos anos 1970, na direção do órgão, que foi formulada uma concepção de patrimônio histórico e artístico nacional, o que por sua vez estava atrelado a uma ideia de tradição. O conjunto patrimonial era dotado de nacionalismo, resultante de um conhecimento técnico-profissional, embasado em pesquisa e difundido pela instituição patrimonial a partir de seu corpo técnico, assim como em publicações acadêmicas.

O patrimônio brasileiro tinha uma feição, que segundo Chuva (2017, p. 391), estava na materialidade do período colonial brasileiro, sobretudo centrado no Barroco. Essa escolha, segundo a autora, contribuía para a inclusão do Brasil no mundo dito civilizado das artes: "[...] mais do que isso, tornou-se de tal forma reconhecido pela comunidade nacional imaginada, por ampla, variada e infinita multiplicação e reprodução de sua imagem por diferentes suportes" (CHUVA, 2017, p. 391). Os agentes da sede do SPHAN, localizada no Rio de Janeiro, capital federal naquele período, construíram uma autoimagem de nação, segundo Chuva (2017), com representações que se reportavam a um tempo originário e heroico de nação e a objetos que eram os testemunhos desse tempo.

É a partir desse discurso de originalidade e autenticidade que se constrói a hierarquização dos bens elegidos para figurar no conjunto do patrimônio nacional brasileiro. Chuva (2017) afirma que dentro da escala de valor, o patrimônio mineiro ocupara o nível máximo, sendo reconhecido como polo da arte e da arquitetura colonial, ação que já vinha sendo forjada desde antes dos anos 1930 por grupos de intelectuais, artistas e políticos, como visto no capítulo 3. O SPHAN passa então a consolidar a legitimação do colonial como excepcionalidade histórica e artística, com abrangência nacional.

O Decreto-Lei n. 25 passou a ser efetivado no estado do Pará, na década de 1940, inicialmente com Carlos Estevão na representação do SPHAN, seguido por Arthur Cézar Ferreira Reis, que passou o cargo a Ernesto Cruz em 1946.

Cruz assume o discurso patrimonial, com sua noção de que os objetos, para participarem do conjunto patrimonial nacional, precisavam estar "vinculados a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico" (IPHAN, 2006, p. 99). Porém, a partir de tal classificação, o patrimônio nacional não é homogêneo, visto que a aferição da autenticidade do objeto é atribuída por uma equipe, a partir de juízo de valor, e a figura dos modernistas ocupa o lugar de construção simbólica das excepcionalidades histórico-artística (FONSECA, 2017).

Foram apresentados três casos distintos do modo como operava Ernesto Cruz ante aos processos de tombamentos de bens no Pará, eles demonstraram também o funcionamento da representação regional com a sede da instituição no Rio de Janeiro. O discurso de Cruz de valoração para tombamento dos bens apontava para pontos de consonância, por exemplo, a singularidade da arquitetura colonial, que tanto Ernesto Cruz quanto a equipe técnica da sede, supervalorizavam.

O caso da Casa da Joaquim Távora é emblemático dessa consonância, pois era recorrente a menção a uma "ancianidade positiva", "aspecto tradicional", "casario antigo", termos constantemente utilizados pelos agentes do SPHAN (CHUVA, 2017), e essas denominações eram direcionadas ao período colonial brasileiro, que por sua vez está relacionado a uma materialidade arquitetônica tida como autêntica. Embora o tombamento desse bem imóvel tenha sido refutado por dois motivos: a ausência de um documento que comprovasse a datação da edificação remontando ao período colonial brasileiro e a descoberta de um termo de transpasse que dava a entender que a obra seria do século XIX.

O processo do Solar do Barão de Japurá, uma edificação com características neoclássicas, apontou para tomadas de decisões distintas do SPHAN para os bens de Belém: em relação à casa da Joaquim Távora, a arquitetura singela e com fisionomia marcadamente colonial não garantiu seu tombamento, justamente pela ausência de um documento que atestasse sua ancianidade na colônia. Já no caso do Solar do Barão de Japurá, ao longo do seu processo de tombamento, não havia nenhum documento de sua datação, apenas o reconhecimento em uma publicação internacional, considerando sua "singularidade estilística" (GOODWIN, 1943, p. 56), suficiente como forma de validação de sua excepcionalidade para tombamento. Nota-se que os procedimentos de deliberação sobre o tombamento tramitavam de modos distintos.

O discurso de singularidade/excepcionalidade forjou um modelo e uma hierarquia daquilo que se devia resguardar e intervir e que também esteve presente no caso da Casa da Joaquim Távora, do Solar do Barão do Japurá, assim como no Cemitério Nossa Senhora da Soledade. No processo da necrópole, ficou evidente a questão da hierarquia de tombamento, conforme discutida por Fonseca (2017) e Chuva (2017), por parte dos agentes da sede. O primeiro parecer emitido pela direção do órgão ao pedido de tombamento da necrópole em 1948, por Ernesto Cruz, demonstrou que o conjunto cemiterial do século XIX apresentava valor histórico e artístico inferior ou equivalente a outros cemitérios no Brasil, que até então não tinham sido tombados. A questão valorativa

artística, a arte que ali adornava não era colonial, o que não estava no primeiro plano da instituição um conjunto neoclássico do século XIX.

Ernesto Cruz empenhou-se para o reconhecimento do cemitério desde 1946, formulando um significado histórico e artístico para a necrópole e tendo mobilizado populares à causa – impedindo, inclusive, seu desaparecimento na década de 1940. A negativa também fora dada em 1962, em uma nova tentativa de tombamento, o que ocorreu apenas em 1964, a partir de uma solicitação de um catedrático historiador da arte, Mario Barata, só assim para o conjunto arquitetônico ser salvaguardado pela instituição, deixando explícito que o discurso de Ernesto Cruz, embora participante daquele dispositivo institucional, não tinha o mesmo valor dos sujeitos internos, assim como de alguns sujeitos externos à instituição.

O processo do Cemitério da Soledade, no intervalo de tempo dos anos 1940 a 1960, também apontou para o palco das disputas simbólicas de dois grupos distintos, ou seja, aqueles que desejavam a renovação e aqueles que almejavam a permanência dos elementos históricos da cidade. O processo de modernização da infraestrutura urbana e a implementação de novos estilos arquitetônicos e novas formas de morar, com o processo de verticalização, solicitavam os lotes, que por muitos eram considerados sem uso, com o foi o caso do cemitério, que não tinha o uso original para enterramentos. Mais uma vez, ressalta-se a importância de Ernesto Cruz na defesa do patrimônio edificado, pois o Parque Cemitério da Soledade, de hoje, só foi possível pela batalha travada pelo historiador com os governos municipal e federal.

Por fim, os três casos de tombamento tratados nesta tese demonstram um recorte da trajetória de Ernesto Cruz na institucionalização do patrimônio paraense a partir do SPHAN, despontando para os momentos iniciais do debate da preservação patrimonial no Pará. Dentro desse contexto, salienta-se a relevância exercida pelo “Historiador da Cidade de Belém” – que desempenhava múltiplas funções na instituição, assim como em outros cargos em órgãos e organizações na cidade – na consolidação da materialidade histórica na paisagem da Belém e de outros municípios do Pará.

FONTES E REFERÊNCIAS

ARTIGOS EM ANAIS DE EVENTOS

BARRIGA, L.P.; PARAENSE, M.P.S. Os braços misericordiosos: igreja, irmandades religiosas e secularização no processo de enterramento da Belém oitocentista (1850-1891). *In:* II SEMINÁRIO INTERNACIONAL BRASIL NO SÉCULO XIX, 2018, Niterói. **Anais** [...]. Niterói: UFF, 2018. Disponível em https://www.seo.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=415. Acesso em: 24 jan. 2021.

DE LUCENA, E.; CAVALCANTI FILHO, I. O Neocolonial Hispano-americano como documento de uma arquitetura residencial pessoense no século XX. *In:* 3º SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO, 2013, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

MAGALHÃES, A.M. Entre o museu e a cidade: um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937). *In:* ENANPARQ, 2010, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro, 2010.

MENESES, U.T.B. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. *In:* I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL: SISTEMA NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL – DESAFIOS, ESTRATÉGIAS E EXPERIÊNCIAS PARA UMA NOVA GESTÃO, 2012, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: Iphan, 2012. p. 25-39.

SCOTTÁ, L. Brazil Buids: repercussão e disseminação da arquitetura moderna brasileira. *In:* 13º DOCOMOMO Brasil, 2019, Salvador. **Anais** [...]. Disponível em: https://docomomobrasil.com/wp-content/uploads/2020/04/110889.pdf. Acesso em: 22 nov. 2022.

ARTIGOS EM JORNAIS

A PROVÍNCIA DO PARÁ

A ENGENHARIA moderna não encontra obstáculos em terrenos de fundação. **A Província do Pará**, Belém, p. 4, 25 out. 1953.

A MODERNISAÇÃO de Belém. **A Província do Pará**, Belém, p. 5, 21 fev. 1948.

ADQUIRA o seu lar. **A Província do Pará**, Belém, p. 20, 11 out. 1953.

AMEAÇADO o edifício da Biblioteca e Arquivo Público: documentos preciosos em perigo. **A Província do Pará**, Belém, p. 12, 14 maio 1954.

APÊLO na Assembleia para não ser vendida a "Caixa Dágua". **A Província do Pará**, Belém, p. 10, 30 abr. 1954.

ASSUMIRÁ a direção da biblioteca o Sr. Ernesto Cruz. **A Província do Pará**, Belém, 8 maio 1954.

CARVALHO, José. A Ossatura da Casa Velha. **A Província do Pará**, Belém, p.1, 9 jan. 1924. Microfilme

COLÉGIO Nazaré derruba prédio (que não está tombado) para ampliações. **A Província do Pará**, Belém, p. 9, 23 nov. 1969.

COMO FICARÁ o monumento? Crônica da Cidade _ P.S. **A Província do Pará**, Belém, p. 3,19 ago. 1948.

CRUZ, Cauby. Organização e funcionamento das bibliotecas públicas. **A Província do Pará**, Belém, p.11, 29 mar. 1953.

CRUZ, Ernesto. Demolição da última rocinha de Belém. **A Província do Pará**, Belém, p. 3, 10 dez. 1969.

CRUZ, Ernesto. A data certa da fundação de Belém. **A Província do Pará**, Belém, 9 fev. 1958.

CRUZ, Ernesto. Dona Luiza da Fonseca. **A Província do Pará**. Belém, 12 jan.1958.

CRUZ, Ernesto. A última resposta. **A Província do Pará**, Belém, p. 4, 17 ago.1954.

CRUZ, Ernesto. Gazeta do Pará: uma retificação histórica. **A Província do Pará**, Belém, p. 7, 26 nov. 1953.

CRUZ, Ernesto. De baixo de cada pedra um escorpião. **A Província do Pará**, Belém, p.11, 23 ago.1953.

CRUZ, Ernesto. Andréa e a sua época. **A Província do Pará**, Belém, p. 11, 25 dez.1953.

CRUZ, Ernesto. As ruínas do Engenho Murutucú: uma bela página da nossa colônia. **A Província do Pará**, Belém, p. 1, 15 fev. 1948.

CRUZ, Ernesto. Rocinhas e solares de Belém. **A Província do Pará**, Belém, p.7, 13 abr.1947.

CRUZ, Ernesto. Há falta de documentos no Arquivo Público. **A Província do Pará**, Belém, p.7-p. 8, 16 mar.1947.

CRUZ, Ernesto. O Cemitério de Nossa Senhora da Soledade. **A Província do Pará**, Belém, p.1, 9 mar.1947.

CRUZ, Ernesto. Ruas da cidade: confrontos e contrastes. **A Província do Pará**, Belém, p. 7, 11 fev. 1947.

CRUZ, Ernesto. Factos Históricos: evacuação das tropas brasileiras do Uruguay. **A Província do Pará**, Belém, p. 1, 18 dez.1924.

CRUZ, Ernesto. Factos Históricos: elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves. **A Província do Pará**, Belém, p. 1, 16 dez. 1924.

CRUZ, Ernesto. Factos Históricos: a prisão de José Bonifácio. **A Província do Pará**, Belém, p. 1, 15 dez. 1924.

CRUZ, Ernesto. O Senhor Don Pedro. **A Província do Pará**, Belém, p. 1, 5 dez. 1924.

CRUZ, Ernesto. A República e sua implantação no Brasil. **A Província do Pará**, Belém, p.1, 15 nov.1924.

CRUZ, Ernesto. Uma these e um logro. **A Província do Pará**, Belém, p.1-2, 9 jul.1924.

CRUZ, Ernesto. A these do sr. José Carvalho é uma baboseira histórica. **A Província do Pará**, Belém, p.1,7 jul.1924.

CRUZ, Ernesto. A Confederação do Equador e a these do senhor José Carvalho. **A Província do Pará**. Belém, p. 1, 5 jul. 1924.

CRUZ, Ernesto. Petrópolis serra maravilhosa. **A Província do Pará**, Belém, p.1, 23 jan.1924.

CRUZ, Ernesto. Um projecto para os sargentos do nosso exército. **A Província do Pará**, Belém, p.1, 18 jan.1924.

CRUZ, Ernesto. Da origem e finalidade das gazetas. **A Província do Pará**, Belém, p.1, 13 dez.1953.

CURSO de Biblioteconomia. **A Província do Pará**, Belém, p. 10, 13 set. 1957.

DOCUMENTOS históricos escolhidos na Europa em exposição na B.A.P. **A Província do Pará**, p.3, 11 jan.1958.

DOCUMENTOS para a Biblioteca e Arquivo: regresa hoje o historiador Ernesto Cruz, diretor daquela repartição. **A Província do Pará**, Belém, p. 8, 15 set.1948.

EDIFÍCIO Nossa Senhora de Nazaré. **A Província do Pará**. Belém, p. 9, 9 jun. 1955.

EM ALCÂNTARA o Sr. Ernesto Cruz. **A Província do Pará**. Belém, p. 8, 26 jul.1949.

ERNESTO Cruz no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **A Província do Pará**, Belém, p. 4, 17 jan. 1956.

FURTADO o mausoléo do V. de Arari, no Cemitério da Soledade. **A Província do Pará**, Belém, p. 8, 6 abr. 1948.

FOI... **A Província do Pará**, Belém, p.2 , 1976.

HISTÓRIA do Pará em nove aulas. **A Província do Pará**, Belém, p. 8, 10 jul. 1960.

IMPONENTE edifício será construído na Avenida Quinze de Agosto para a Agencia. **A Província do Pará**, Belém, p. 2, 2 nov. 1948.

INSPEÇÃO aos monumentos históricos de Belém. **A Província do Pará**, Belém, p.16, 28 fev. 1954.

INTERESSADO o general na renovação da Biblioteca. **A Província do Pará**, Belém, p. 3, 29 abr. 1953.

MEIRA, Cécil. Cemitério da soledade, questão sem questão. **A Província do Pará**, Belém, p. 6. 14 abr. 1948.

NOVA ala do palácio do comércio. **A Província do Pará**, Belém, p. 16, 7 nov. 1948.

O PARÁ perdeu um de seus maiores historiadores. **A Província do Pará**, Belém, 15 maio1976.

OS FURTOS no Cemitério da Soledade. **A Província do Pará**, Belém, p. 4, 8 abr. 1948.

PESQUISA de documentos históricos. **A Província do Pará**. Belém, p. 3, 11 set. 1957.

POSSE do novo diretor da Biblioteca e Arquivo Público do Pará. **A Província do Pará**, Belém, 27 fev.1951.

PRAÇAS públicas reformadas ou remodeladas: melhoramentos de vulto que embelezam a cidade. **A Província do Pará**, Belém, p. 19, 29 ago. 1948.

P.S. O cemitério da Soledade. Crônica da Cidade. Crônicas da Cidade. **A Província do Pará**, Belém, p. 2, 3 abr. 1948.

QUIOSQUES inestéticos. Crônica da Cidade. **A Província do Pará**, Belém, p. 2, 7 fev. 1948.

REALIZAR-SE-Á em abril o quarto Congresso de História Nacional: apresentação de 41 teses ao importante conclave. **A Província do Pará**, Belém, p. 3, 15 jan.1949.

REIS, Arthur Ferreira. À Margem da História Paraense. **A Província do Pará**, Belém, p. 7, 1 mar. 1953a.

SERÃO cedidos ao IAPC os terrenos do cemitério da Soledade. **A Província do Pará**, Belém, 25 mar. 1948. P.8

TAMER, Victor. Homenagem a Ernesto Cruz. **A Província do Pará**, Belém, 27 jun. 1976.

VAI ser vendida finalmente a Caixa D'agua **A Província do Pará**, Belém, p. 9, 29 abr. 1954.

VERIFICAÇÃO da observância dos cálculos do edifício "Manuel Pinto da Silva". **A Província do Pará**, Belém, p. 15, 18 out. 1953.

VIDA e obra de Ernesto Cruz foram lembradas no Conselho de Cultura. **A Província do Pará**, Belém, p. 8, 10 maio 1976.

JORNAL A NOITE

QUER transformar o cemitério num bairro residencial. **A Noite**, Rio de Janeiro, p. 7, 8 abr. 1948.

JORNAL FOLHA DO NORTE

SEIXAS, Feliciano. Urbanismo. **Folha do Norte**, Belém, 12 de jan. 1940.

JORNAL O LIBERAL

A POESIA da saudade e do amor de D. Antonietta Cruz. **O Liberal**, Belém, p.1, 10 jan. 1983.

ERNESTO Cruz na Academia. **O Liberal**, Belém, p.4, 19 nov. 1946.

JORNAL PORTAL G1 (FORMATO DIGITAL)

ABANDONO DO Cemitério da Soledade em Belém, deixa famílias indignadas. Portal G1 21 fev. 2013. Disponível em http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/02/abandono-no-cemiterio-da-soledade-em-belem-deixa-familias-indignadas.html. Acesso em: 6 fev. 2022.

MPF PEDE à Justiça Federal que cemitério de Belém seja reformado. 14 ago. 2012. Disponível em: http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2012/08/mpf-pede-justica-federal-que-cemiterio-de-belem-seja-reformado.html

SEPULTADO no Pará Ernesto Cruz. O Globo, p. 6, 18 maio 1976, Caderno O país. Disponível em: https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019760518. Acesso em: 16 nov. 2021.

ARTIGOS EM REVISTAS

ANDRADE, R.M.F. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, ano 1, n.1, 1937.

ASSMAN, A. A Gramática da Memória Coletiva. **Revista Humboldt**, Rio de Janeiro, ano 45, n. 86, p. 2, 2003.

BISPO, R. Selecionar, disputar e conservar: práticas de comunicação social e constituição da memória nacional pelo IPHAN. **Revista CPC,** n.11, p. 1-193, nov. 2010/abr., 2011. Disponível em: http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/cpc/n11/03.pdf. Acesso em: 4 nov. 2021.

CARDOSO, A.C.; NASSAR, F.S. Pobreza urbana e o centro histórico de Belém. Disponível em: http://www.forumlandi.com.br/?action= bibliotecaProcuraSubmit. Acesso em: 4 nov. 2021.

CARVALHO, R. M.; MIRANDA, C. S. M. (2015). A taipa como patrimônio cultural: a preservação do saber fazer. **Revista de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal de Roraima**. v. 1, n. 1. Disponível em: https://revista.ufrr.br/rct/article/download/2479/1802. Acesso em: 19 ago. 2021.

CASTRIOTA, L. B. Alternativas contemporâneas para políticas de preservação. **Topos – Revista de Arquitetura e Urbanismo**. Belo Horizonte, v.1, p. 134-138, jul./dez. 1999.

CHAVES, C. Arquitetura, modernização e política entre 1930 e 1945 na cidade de Belém. **Vitruvius**, ano 8, 2008a. Disponível em: https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.094/161. Acesso em: 4 nov. 2011.

CHAVES, C. Modernização, inventividade e mimetismo na arquitetura residencial em Belém entre as décadas de 1930 e 1960. **Risco - Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo**, n. 8, 2008b. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v0i8p145-163. Acesso em: 11 ago. 2022.

CHAVES, C. Experiências do Moderno em Belém: construção, recepção e destruição. **V!RUS**, São Carlos, n. 12, 2016. Disponível em: http://www.nomads.usp.br/virus/virus12/?sec=4&item=11&lang=pt. Acesso em: 29 jul. 2022.

CHAVES, M. A. Oração proferida por Maria Annunciada Chaves, no Instituto Histórico Geográfico do Pará em 16 de maio de 1979, em homenagem ao terceiro aniversário de morte de Ernesto Cruz. **Revista de Cultura do Pará**, Belém, ano 9, n.33-34, 1979.

CHAVES, M. A. Abertura da Sessão Especial em Memória de Ernesto Cruz. **Revista de Cultura do Pará**, Belém, n. 22-23 jan.-jun. 1976.

CHUVA, M. O modernismo nas restaurações do SPHAN: modernidade, universalidade, brasilidade. **Revista IEB**, São Paulo, n.55, p.89-107, 2012.

COELHO, B. Pronunciamento do Conselheiro Bandeira Coelho em Sessão Especial em Memória de Ernesto Cruz. **Revista de Cultura do Pará**, Belém, n. 22-23, jan.-jun. 1976.

COSTA, P. C. Ilusões biográficas: a polêmica sobre o valor das histórias de vida na sociologia de Pierre Bourdieu. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 51-71, set./dez. 2015.

DEL RIO, V. Voltando às origens. A revitalização de áreas portuárias nos centros urbanos. **Vitruvius**, São Paulo, ano 2, n. 015.06, ago. 2001 https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.015/859. Acesso em: 29 jul. 2022.

FABRIS, A. Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização. **Anais do Museu Paulista Nova Série**, n. 1, 1993.

FALCON, F. A identidade do Historiador. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.9, n.17, jul. 1996.

FONSECA, R. M. O positivismo, "historiografia positivista" e história do direito. **Argumenta Journal Law**, n. 10, p. 143-166, fev. 2013. Disponível em: http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/131. Acesso em: 1 jul. 2019.

FONTES, E. J. O. Cultura e política dos anos trinta no Brasil e as memórias do interventor do Pará, Magalhães Barata (1930-1935). **Revista Estudos Políticos**, n. 7, 2013. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/38810/22251. Acesso em: 10 jun. 2021.

MAGALHÃES, A. M. A Inspetoria de Monumentos Nacionais do Museu Histórico Nacional e a proteção de monumentos em Ouro Preto (1934-1937). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, vol.25, n.3 p. 233-290, set.-dec. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-47142017000300233&lng=en&nrm=iso&tlng=pt >. Acesso em: nov. 2018.

MENESES, U. T. B. História, cativa da memória? para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 34, p. 9-23, 1992.

HENRIQUE, M. C. Irmandades escravas e experiência política no Grão-Pará do século XIX. **Revista Estudos Amazônicos**, v. IV, n.1, 2009.

LIRA, J. T. C. O urbanismo e seu outro: raça, cultura e cidade no Brasil (1920-1945). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 1, p. 47- 78, 1999.

LOBATO, S. S. Estado, nação e região na obra de Arthur Cézar Ferreira Reis. **Diálogos**, v. 13, n. 3, p. 625-642, 2009. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/36722. Acesso em: 28 abr. 2021.

MEIRA FILHO, A. Pronunciamento do Conselheiro Augusto Meira Filho em Sessão Especial em Memória de Ernesto Cruz. **Revista de Cultura do Pará**, Belém, n. 22-23, jan.-jun. 1976.

MENDONÇA, O. Pronunciamento do Conselheiro Otávio Mendonça em Sessão Especial em Memória de Ernesto Cruz. **Revista de Cultura do Pará**, Belém, n. 22-23, jan.-jun. 1976.

MIRANDA, C. S.; MANESCHY, B. M. Belém com fisionomia de metrópole: David Lopes e a produção arquitetônica nos anos 40. **PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção**, Campinas, v. 12, n. 00, p. e021018, 2021. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/parc/article/view/8657329. Acesso em: 9 ago. 2022.

MONTEIRO, C. Uma abordagem da historiografia brasileira da segunda metade do século XIX até 1920. **Revista Estudos Ibero-Americanos**, n.1, jul. 1994.

MORAES, C. C. Festas da Cultura Paraense: o Conselho Estadual de Cultura do Pará em movimento (1967-1973). **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v.1, n.1, 2008.

NASCIMENTO, A. P. Entre a fricção e a serenidade, a caminho do interior: os painéis de Wasth Rodrigues no peristilo do Museu Paulista. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 27, 2019. Acesso em: 12 nov. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-02672019v27e21d2. Acesso em: 9 ago. 2022.

NORA, P. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

O FLÂNEUR e a cidade: entrevista com arquiteto Paulo Chaves. **Revista Leal Moreira**. n. 37, ano 9. 2013. Disponível em: https://issuu.com/doorcomunicacao/docs/rlm_37_-_web. Acesso em: 9 ago. 2022.

OLIVEIRA, C. F. Autenticidade e preservação do patrimônio cultural mundial no Brasil: algumas reflexões a partir da "velha" cidade de Goiás (GO). **Revista Patrimônio e Memória**, Assis, v. 15, n. 1, p. 287-314, jan./jun. 2019. Disponível em: http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/877. Acesso em: 5 nov. 2022.

OLIVEIRA, R. P. D. O pensamento de John Ruskin. *Resenhas Online*, São Paulo, ano 7, n. 074.03, **Vitruvius**, fev. 2008 https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/07.074/3087. Acesso em: 9 ago. 2022.

PAIXÃO, R. A. G. Vida e obra do engenheiro Pedro José Pezerat e sua actividade na liderança da Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa (1852-1872). **Cadernos do Arquivo Municipal**, Lisboa, n. 9, p.100-113, 2007. Disponível em: https://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/cad09/111. Acesso em: 5 jun. 2021.

PESCATORI, C.; FARIA, R. Dispersão urbana e empresas urbanizadoras: a atuação da Compañia Madrileña de Urbanización, da Garden City Pioneer Company, da First Garden City Ltd e da Cia. City. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 22, 2020. Disponível em: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6136. Acesso em: 4 ago. 2022.

SILVEIRA NETTO, J. Pronunciamento do Conselheiro José da Silveira em Sessão Especial em Memória de Ernesto Cruz. **Revista de Cultura do Pará**, Belém, n. 22-23 jan.-jun. 1976.

SARQUIS, G. B.; CAMPOS NETO, C. M. Redescobrindo o Art Déco e o racionalismo clássico na arquitetura belenense. **Vitruvius**, São Paulo, ano 3, n. 032.08, jan. 2003. https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.032/719. Acesso em: 4 ago. 2022.

SARQUIS, G. B.; CAMPOS NETO, C. M. A arquitetura como expressão da modernidade em Belém entre 1930 e 1964. São Paulo: **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, v. 3, n.1, p. 29-51, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Complexo de Zé carioca: notas sobre uma identidade mística e malandra. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 29, p. 49-63, 1995. Acesso em: 11 jan. 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Paisagem e Identidade: a construção de um modelo de nacionalidade herdado do período joanino. **Revista do Arquivo Nacional**, v. 22, n. 1, p. 19-52. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/41773. Acesso em: 8 jan. 2022.

SILVA, Marcos Virgílio da. Detritos da civilização: eugenia e as cidades no Brasil. Arquitextos, São Paulo, ano 4, n.048.09, **Vitruvius**, maio 2004. https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.048/589. Acesso em: 8 jan. 2022.

VIDAL, C. C. P.; LIMA, G. B. A. Cidade e modernidade: Processos de modernização urbana em Belém do Pará entre 1930-1960. **Revista Registros**, v.12, p.88-112, 2018.

ATAS DE REUNIÕES DO CONSELHO FEDERAL DE CULTURA

ATA da 183ª Sessão Plenária do Conselho Federal de Cultura realizada em 2 de fevereiro de 1970. Boletim do Conselho Federal de Cultura. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, ano 4. n. 32, 1970. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=233501&Pesq=Ernesto%20Cruz &pagfis=102. Acesso em: 16 nov. 2021.

ATA da 512ª Sessão Plenária do Conselho Federal de Cultura realizada em 7 de junho de 1976. Boletim do Conselho Federal de Cultura, Rio de Janeiro, ano 6. n. 22, 1976. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=233501&Pesq=Ernesto%20Cruz &pagfis=3674. Acesso em: 18 nov. 2021.

ATA da 251ª Sessão Plenária do Conselho Federal de Cultura realizada em 25 de março de 1971. Boletim do Conselho Federal de Cultura. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, ano 1, n.1, 1971. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=233501&Pesq=Ernesto%20Cruz &pagfis=96. Acesso em 16 nov. 2021.

BOLETINS

BOLETIM DO CONSELHO FEDERAL DE CULTURA

SOEIRO, R. Ernesto Cruz. **Boletim do Conselho Federal de Cultura**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 22, p.48-49, 1976. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=233501&pagfis=3722. Acesso em: 16 nov. 2021.

CATÁLOGOS

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Caminhos da Memória e do Tempo. *In:* IPHAN-PA. **Pedra & Alma**: 30 anos de IPHAN no Pará. Belém: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2010.

PARÁ. Biblioteca Pública "Arthur Vianna". **Catálogo Obras Raras**. Belém: Fundação Cultural do Pará, 2021. Disponível em: http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/publicacao/catalogo-obras-raras/. Acesso em: 11 abr. 2022.

PARÁ. **Jornais Paraoaras**: catálogo. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985.

SILVA, A. R. S. R.; PORTELA, R. P.V. **Exposição biográfica de Ernesto Horácio da Cruz**. Belém: UFPA/Museu Histórico, 1979.

DICIONÁRIOS

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos. **Dicionário da Arquitetura brasileira**. São Paulo: EDART, 1972.

KOCH, Wilfried. **Dicionário de Estilos Arquitetônicos**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

LEGISLAÇÕES

BELÉM. **Lei Ordinária nº 6.769, de 30 de dezembro de 1969**. Estabelece prioridade no alargamento da atual Travessa Padre Eutíquio, nesta Cidade. Belém: Câmara Municipal, [2007]. Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/semaj/app/Sistema/view_lei.php?id_lei=2003. Acesso em: 11 abr. 2022.

BELÉM. **Lei nº 6.307, de 3 de abril de 1967**. Limita a Área da Cidade Velha para Sua Preservação Histórica e dá outras providências. Belém: Câmara Municipal, [1967].

BELÉM. **Lei Ordinária nº 7.709, de 18 de maio de 1994**. Dispõe sobre a preservação e proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de Belém e dá outras providências. Belém: Câmara Municipal, [1994]. Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/semaj/app/Sistema/view_lei.php?id_lei=1407. Acesso em: 18 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007**. Institui o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2007]. Disponível em:

https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/94985/programa-de-aceleracao-do-crescimento-decreto-6025-07. Acesso em: 18 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, DF: Presidência da República, [1937]. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf. Acesso em: 14 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro, DF: Presidência da República, [1937]. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 3 abr. 2018.

BRASIL. Iphan. **Portaria nº 11, de 11 de setembro de 1986**. Dispõe das normas de procedimento para os processos de tombamento, no âmbito da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1986]. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_11_de_11_de_setembro_de_1986.pdf. Acesso em: 19 ago. 2021.

LIVROS, CAPÍTULOS, APRESENTAÇÕES, PARECERES E PREFÁCIOS DE LIVROS

ARAÚJO, Renata Malcher de. **As cidades da Amazônia no século XVIII**: Belém Macapá e Mazagão. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1998.

BELÉM. Prefeitura Municipal. Apresentação do livro Monumentos de Belém. *In:* CRUZ, Ernesto Horácio da. **Monumentos de Belém**. Belém: Editora Barra/Oficinas Gráficas da Revista Veterinária, 1945.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

BEZERRA NETO, José Maia. Arthur nas forjas da História: a contribuição de Arthur Vianna para a historiografia paraense. *In:* FONTES, Edilza Joana de Oliveira; BEZERRA NETO, José Maia. **Diálogos entre História, Literatura e Memória**. Belém: Paka-Tatu, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In:* AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BUENO, Beatriz Piccolo Siquera. Robert Smith: um olhar inédito para linhas e entrelinhas do discurso visual. *In:* REIS FILHO, Nestor Goulart (Org.). **Robert Smith e o Brasil**: arquitetura e urbanismo. Brasília: IPHAN, 2012.

BURKER, Peter. **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

BURKER, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia**: a Escola dos Annales (1929-1989). São Paulo: Editora Unesp, 1991.

CACCAVONI, Arthur. **Album descrittivo annuário dello stato del Pará 1898: Destinato esclusivamente agli stabilimenti finanziarî, industriali commerciali ed ai signori viaggiatori**. Genova: Fratelli Armanino, 1898. Disponível em: http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/publicacao/album-descrittivo-annuario-dello-stato-del-para-1898/. Acesso em: 5 jun. 2021.

CAVALCANTI, Lauro. **Modernistas na Repartição**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Paço Imperial, 1993.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1982.

CHAVES, Aloysio da Costa. Apresentação. *In:* CRUZ, Ernesto. **História de Belém.** Belém: Universidade Federal do Pará,1973.

CHAVES, Annunciada. Prefácio. *In:* CRUZ, Ernesto. **História de Belém**. Belém: Universidade Federal do Pará,1973.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COELHO, Geraldo Mártires. Apresentação do livro Procissão dos Séculos. *In:* CRUZ, Ernesto Horácio da. **Procissão dos Séculos**. Belém: Imprensa Oficial, 1999.

COIMBRA, Oswaldo. **77 anos do CREA-PA**: os 4 séculos de exercício das suas profissões. Belém: CREA-AP/PA, 2011.

CRUZ, Ernesto. **Casas e Palácios do Governo Residências dos Capitães-Mores, Governadores e Capitães-Generais e Presidentes da Província do Pará 1616-1974.** Belém: Governo do Estado do Pará/Grafisa, 1976.

CRUZ, Ernesto. **Da Câmara ao Palácio Antônio Lemos**. Belém: Grafisa,1973.

CRUZ, Ernesto. **A história da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1971a.

CRUZ, Ernesto. **As edificações de Belém**: 1783-1911. Belém: Edição do Conselho Estadual de Cultura do Pará, 1971b.

CRUZ, Ernesto. **Ruas de Belém (significado histórico de suas denominações)**. Belém: Edição do Conselho Estadual de Cultura do Pará, 1970.

CRUZ, Ernesto. Parecer. *In:* RÊGO, Clóvis Moraes. **Subsídios para a História da Assembleia Paraense**. Belém: [s.e.], 1969.

CRUZ, Ernesto. **Ação do Dr. José Vieira Couto de Magalhães no Gôverno da Província do Pará (1864-1866)**. Belém: Imprensa Oficial, 1968.

CRUZ, Ernesto. **As obras públicas do Pará**: organização, trabalhos, direção (1838-1967). Belém: Imprensa Oficial do Estado,1967.

CRUZ, Ernesto. **História da Associação Comercial do Pará**: centenário de sua fundação (1864-1964). Belém: Universidade Federal do Pará, 1964.

CRUZ, Ernesto. **História do Pará**: volume 2. Belém: Universidade do Pará, 1963.

CRUZ, Ernesto. **Têmas da História do Pará**. Belém: SPVEA, 1960.

CRUZ, Ernesto. **A Estrada de Ferro de Bragança**: visão social, econômica e política. Belém: SPVEA, 1955.

CRUZ, Ernesto. **Igrejas de Belém**. Belém: Imprensa Oficial, 1953.

CRUZ, Ernesto. **Igrejas e Sobrados do Maranhão**. Rio de Janeiro: Editora Livros Portugal, 1950.

CRUZ, Ernesto. **Monumentos de Belém**. Belém: Editora Barra, 1945b.

CRUZ, Ernesto. **Belém**: aspectos geo-sociais do município. Rio de Janeiro: Livraria José Olimpio, 1945a.

CRUZ, Ernesto. **Noções de História do Pará**. Belém: Livraria Internacional, 1937.

CRUZ, Ernesto. **Da roça...Lendas e contos indígenas**. Belém: Livraria Clássica, 1921.

COELHO, Geraldo Mártires. História e identidade cultural na Amazônia. *In:* D'INCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (Orgs.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

COMISSÃO. Apresentação do livro. *In:* CRUZ, Ernesto. **História da Associação Comercial do Pará**: centenário de sua fundação (1864-1964). Belém: Universidade Federal do Pará,1964.

ELEUTÉRIO, Paulo. Parecer. *In:* **Belém**: aspectos geo-sociais do município. Rio de Janeiro: Livraria José Olimpio, 1945.

FERREIRA, Antonio Celso; MAHL, Marcelo Lapuente. Os Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros. *In:* **Os Institutos Históricos e Geográficos**: nação e região na história brasileira. FERREIRA, Antonio Celso; MAHL, Marcelo Lapuente (Orgs.). Campinas: Pontes Editores, 2017.

FIGUEIREDO, Aldrin; BRITO, Rosângela; LIMA, Dorotéa (Org.). **Pedra & Alma**: 30 anos de IPHAN no Pará. Belém: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2010.

FONSECA, Maria Cecília Lourdes. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MINC-IPHAN, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os limites do patrimônio. *In:* FILHO, Manuel Ferreira Lima; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane (Orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: ABA, Nova Letra. pp. 239-248.

GUILHON, Fernando. Apresentação do livro História do Pará. *In:* CRUZ, Ernesto. **História do Pará**: volume 1. Belém: Grafisa, 1973.

GUZMÁN, Décio. Bernardo Pereira de Berredo: Historiador da Amazônia. *In:* FONTES, Edilza Joana de Oliveira; BEZERRA NETO, José Maia. **Diálogos entre História, Literatura e Memória**. Belém: Paka-Tatu, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

IPHAN. **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

IPHAN. **Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio**. Rio de Janeiro, 2006.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. Cotia: Ateliê Editorial, 2020.

LACERDA, Franciane Gama. Euclides da Cunha e a invenção da Amazônia. *In:* FONTES, Edilza Joana de Oliveira; BEZERRA NETO, José Maia. **Diálogos entre História, Literatura e Memória**. Belém: Paka-Tatu, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LE GOFF, Jacques. **A História nova**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1990.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. *In:* AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ABREU, Regina Maria do Rêgo. A Antropologia e o Patrimônio Cultural no Brasil. *In:* FILHO, Manuel Ferreira Lima; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane (Orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: ABA, Nova Letra. pp. 18-40.

LOBATO, Manuel. Parecer do Livro “Noções de História do Pará”. *In:* CRUZ, Ernesto. **Noções de História do Pará**. Belém: Livraria Internacional, 1937.

MARQUES, Gilberto de Souza et al. **UFPA**: pública e gratuita. Belém: Paka-Tatu, 2021.

MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. **Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil**: uma trajetória. Brasília: Ministério da Cultura/Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Pró-Memória, 1980.

MEIRA, Cécil. **A sabedoria popular**. Belém: Editora Gafisa, 1988.

MENDONÇA, Otávio. Proposição. *In:* CRUZ, Ernesto. **Ruas de Belém**. Belém: Edição do Conselho Estadual de Cultura do Pará, 1970.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

MIRANDA, Cybelle Salvador et al. *Como ser moderno e restaurar o antigo*. 2017. Disponível em: https://issuu.com/lamemofauufpa/docs/como_ser_moderno_e_restaurar_o_anti. Acesso em: 2 fev. 2023.

NETTO, Hélio Figueiredo da Serra; SOUZA, José Leandro Gomes de. Moradas eternas, morada dos vivos: um olhar sobre o culto dos mortos no cemitério da Soledade. *In:* MENDONÇA, Kátia et al. **Sob as asas do mistério**: ensaios sobre o imaginário. Belém: edição do autor, 2017. Disponível em: https://issuu.com/cafemir/docs/sob_as_asas_do_misterio. Acesso em: 20 fev. 2023.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**: cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
.
PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

PATTETTA, Luciano. Considerações sobre o ecletismo na Europa. *In:* FABRIS, Annateresa (Org.). **Ecletismo na Arquitetura brasileira**. São Paulo: Editora Nobel, 1987.

PENTEADO, Antonio Rocha. **Belém do Pará**: Estudo de Geografia Urbana. Belém: Editora UFPA, 1968. v.1 e 2.

PESSOA José; ARAÚJO, Renata. O acervo fotográfico de Robert Chester Smith relativo ao Brasil. *In:* REIS FILHO, Nestor Goulart (Org.). **Robert Smith e o Brasil: arquitetura e urbanismo**. Brasília: IPHAN, 2012.

PINTO, Correia. Orelha do livro. *In:* CRUZ, Ernesto. **Ruas de Belém**. Belém: Edição do Conselho Estadual de Cultura do Pará, 1970.

RÊGO, Clóvis Moraes. Apresentação. *In:* CRUZ, Ernesto Horácio da. **Ruas de Belém (significado histórico de suas denominações)**. Belém: Edição do Conselho Estadual de Cultura do Pará, 1970.

RÊGO, Clóvis Moraes. Apresentação do livro. *In:* CRUZ, Ernesto. **As Obras Públicas do Pará**: organização, trabalhos, direção (1838-1967). Belém: Imprensa Oficial do Estado,1967.

RÊGO, Clóvis Moraes. Apresentação do livro. *In:* CRUZ, Ernesto. **A Ação do Dr. José Vieira Couto de Magalhães no Gôverno da Província do Pará (1864-1866)**. Belém: Imprensa Oficial do Estado,1968.

RÊGO, Clóvis Moraes. Apresentação do livro. *In:* CRUZ, Ernesto. **As Edificações de Belém**: 1783-1911. Belém: Edição do Conselho Estadual de Cultura do Pará, 1971.

REIS, Artur Cézar Ferreira. Parecer. *In:* CRUZ, Ernesto Horacio da. **Nos bastidores da Cabanagem**. Belém: Editora Barra/Oficinas Gráficas da Revista Veterinária, 1942.

REIS, Artur Cézar Ferreira. Parecer. *In:* CRUZ, Ernesto Horacio da. **Monumentos de Belém**. Belém: Editora Barra/Oficinas Gráficas da Revista Veterinária, 1945b.

REIS, Artur Cézar Ferreira. Prefácio. *In:* CRUZ, Ernesto. **Sobrados do Maranhão (São Luís e Alcantara)**. Rio de Janeiro: Editora Livros Portugal, 1953b.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. Prefácio do livro. *In:* CRUZ, Ernesto Horácio da. **História do Pará, volume 1**. Belém: Grafisa, 1973.

REIS, Artur Cézar Ferreira. Prefácio do livro. *In:* CRUZ, Ernesto. **Monumentos de Belém**. Belém: Editora Barra, 1945.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

RESUMO da vida e obra do autor. *In:* CRUZ, Ernesto. **História do Pará**: volume 1. Belém: Governo do Estado do Pará, 1973.

RIEGL, Aloïs. **O culto dos monumentos**: sua essência e sua gênese. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2006.

SAÍNT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet de. **Dicionário Geographico, historico e descriptivo do Imperio do Brazil**. Paris: J.P. Aillaud, 1845.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará sob o regime da escravidão**. Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.

SARGES, Maria de Nazaré. Belém, a urbe das riquezas. *In:* SARGES, Maria de Nazaré. Belém. **Riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SARGES, Maria de Nazaré. Do Traçado de Landi ao Plasmador da Cidade: a Obra Historiográfica de Augusto Meira Filho. *In:* FONTES, Edilza Joana de Oliveira;

BEZERRA NETO, José Maia (Org). **Diálogos entre História, Literatura e Memória**. Belém: Paka-Tatu, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil (1900-1990)**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2002.

SEIXAS, Feliciano. **Um brasileiro na Europa (Crônicas)**. Rio de Janeiro: Editora Americana, 1959.

SILVA, Maurila. Os "Historiadores da Cidade": Ernesto Cruz, Augusto Meira e Carlos Rocque. *In:* SARGES, Maria de Nazaré; LACERDA, Franciane Gama (Org). **Belém do Pará**: história, cultura e cidade – Para além dos 400 anos. Belém: Editora Açaí, 2016.

SOARES, Roberto de La Roque. **Vivendas rurais do Pará**: rocinhas e outras (do século XIX ao XX). Belém: Fundação Cultural do Município de Belém, 1996.

TAMER, Victor. Apresentação do livro. *In:* CRUZ, Ernesto. **As Obras Públicas do Pará**: organização, trabalhos, direção (1838-1967). Belém: Imprensa Oficial do Estado,1967.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TUTYIA, Dinah Reiko. Entre o tombamento e o apagamento: a casa "colonial" da travessa Joaquim Távora, Cidade Velha em Belém do Pará. *In:* MIRANDA, Cybelle Salvador; TUTYIA, Dinah Reiko; CARVALHO, Ronaldo Marques. **Arquitetura Amazônica**: tradição, tradução e inovação. Belém: Editora Folheando, 2021.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES

ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. **As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

BOTELHO, Amanda R. de Castro. **Santa Izabel e Soledade: o eterno e o mutável nas alterações dos espaços cemiteriais na Belém do Século XIX, através de uma análise cartográfica da morte**. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

CARDOSO, Wanessa Carla Rodrigues. **"Alma e Coração": O Instituto Histórico e Geográfico do Pará e a Constituição do Corpus Disciplinar da História Escolar no Pará Republicano (1900-1920)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa

de Pós-Graduação do Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

CHAVES, Túlio Augusto Pinho de Vasconcelos. **O Plano de Urbanização de Belém: Cidade e Urbanismo na Década de 1940**. 2016. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História da Amazônia, Belém, 2016.

CHAVES, Túlio Augusto Pinho de Vasconcelos. **Isto não é para nós? Um estudo sobre verticalização e modernidade em Belém entre as décadas de 1940 e 1950**. 2011. Dissertação (Mestrado em História da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História da Amazônia, Belém, 2011.

CHAVES, Túlio Augusto Pinho de Vasconcelos. **O Solar do Barão de Japurá e a Questão Patrimonial em Belém**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará, Faculdade de História, Belém, 2009.

CHAVES, Celma. **Arquitectura en Belém entre 1930 - 1960: modernización con lenguajes cambiantes**. 2005. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura) – Universidade Politécnica da Cataluña, Barcelona, 2005.

COELHO, Wanderson de Oliveira. **O projeto da ditadura civil-militar para a Amazônia no pensamento de Arthur Reis e Meira Matos (1964-1972)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, 2019. Disponível em https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/25150/3/ProjetoDitaduraCivil.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

FUCHS, Felipe. **Espaços de cemitério e a cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Colecionando relíquias... Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937)**. 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MORAES, Cleodir da Conceição. **O Pará em festa: política e cultura nas comemorações do Sesquicentenário da Adesão (1973)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

MORGADO NETO, José Marques. **Termo de Referência e Estudo de Reabilitação da "Casa Rosada"**. 2008. Monografia (Especialização em Interpretação, Conservação e Revitalização do Patrimônio Artístico de José Landi) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

RICCI, Magda Maria de Oliveira. **Assombração de um padre-regente: Diogo Antonio Feijó (1784-1843)**. 1998. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

RODRIGUES, Paula Andréa Caluff. **Duas faces da morte: o corpo e a alma do Cemitério Nossa Senhora da Soledade, em Belém/PA**. 2014. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – IPHAN, Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, Eunice Ferreira dos. **Autoria feminina na História Literária do Pará: diálogos com a Educação Básica**. Relatório de Pesquisa, 2010. Disponível em: https://docplayer.com.br/44822880-Relatorio-de-pesquisa.html. Acesso em: 24 jun. 2021.

SAPORETTI, Carolina Martins. **A gestão de Renato Soeiro na direção da DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) (1967-1979)**. 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em História, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6485. Acesso em: 5 mar. 2022.

SARGES, Maria de Nazaré dos Santos. **Memórias do "Velho" intendente: Antônio Lemos 1869-1973**. 1998. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas,1998.

TRINDADE, Carmen Silva Viana. **Proposta de pesquisa arqueológica na paisagem do cemitério nossa senhora da soledade**. 2008. Monografia (Especialização em Arqueologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

TUTYIA, Dinah Reiko. **Rua Dr. Assis: uma incursão pela paisagem patrimonial transfigurada da Cidade Velha**. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2013.

URIBARREN, Maíra Sabina. **Contatos e intercâmbios americanos no IPHAN: o setor de recuperação de obras de arte (1947-1976)**. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2015. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-07032016-200705/pt-br.php. Acesso em: 20 dez. 2021.

VIDAL, Fabiano Cesar Mendonça. **O negro na Paraíba a partir dos inéditos de Ademar Vidal: preposto informacional na construção da memória**. 2020. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/18557/1/FabianoCesarDeMendonçaVidal_Tese.pdf. Acesso em: 15 nov. 2022.

PLANTAS DA CIDADE DE BELÉM

MENDES, Candido. **Atlas do Império do Brasil**. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179473. Acesso em: 15 out. 2022

BN DIGITAL. **Plantas Teodósio Constantino de Chermont**. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/a-metropole-da-amazonia-400-anos-da-cidade-de-belem/cartografia-e-arquitetura/. Acesso em: 19 ago. 2021.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: EDUSP, 2000.

PROCESSOS DE TOMBAMENTO DO SERVIÇO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

ALBUQUERQUE, Paul. [**Correspondência Processo nº 708-T-63**]. Destinatário: Renato Soeiro. Belém, 25 nov. 1969. 1 carta, p. 21.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. [**Correspondência Arq.Tec.Repres: Caixa 19; Pasta 83/05: Ernesto Cruz**]. Destinatário: Ernesto Cruz. Belém, 1 set. 1966. 1 carta, p. 4.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. [**Correspondência Arq.Tec.Repres: Caixa 19; Pasta 83/04: Ernesto Cruz**]. Destinatário: Ernesto Cruz. Belém, 11 maio 1964. 1 telegrama, p. 19.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. [**Correspondência Arq.Tec.Repres: Caixa 19; Pasta 83/03: Ernesto Cruz**]. Destinatário: Ernesto Cruz. Belém, 1 out. 1962. 1 carta, p. 39.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. [**Correspondência Arq.Tec.Repres: Caixa 19; Pasta 83/03: Ernesto Cruz**]. Destinatário: Ernesto Cruz. Belém, 31 dez. 1960. 1 carta, p. 23.

ANDRADE, Carlos Drummond de. [**Correspondência Processo DPHAN nº 609-T-60**]. Destinatário: Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rio de Janeiro, 27 abr. 1960. 1 carta, p.6.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. [**Correspondência Arq.Tec.Repres: Caixa 19; Pasta 83/03: Ernesto Cruz**]. Destinatário: Ernesto Cruz. Belém, 9 jan. 1959. 1 carta, p. 1.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. [**Correspondência Arq.Tec.Repres: Caixa 19; Pasta 83/02: Ernesto Cruz**]. Destinatário: Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rio de Janeiro, 11 set. 1957. 1 carta, p. 9.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco Destinatário: Ernesto Cruz. Belém, 19 fev. 1954. 1 carta, p. 5.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. [**Correspondência Arq.Tec.Repres: Caixa 19; Pasta 83/02: Ernesto Cruz**]. Destinatário: Ernesto Cruz. Belém, 4 fev. 1957. 1 carta, p. 1.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. [**Correspondência Arq.Tec.Repres: Caixa 19; Pasta 82/04: Ernesto Cruz**]. Destinatário: Ernesto Cruz. Belém, 27 nov. 1952. 1 carta, p. 18.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. [**Correspondência Arq.Tec.Repres: Caixa 19; Pasta 82/04: Ernesto Cruz**]. Destinatário: Ernesto Cruz. Belém, 1 out. 1952. 1 carta, p. 8.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. [**Correspondência Arq.Tec.Repres: Caixa 18; Pasta 81/04: Ernesto Cruz 1948-1949**]. Destinatário: Ernesto Cruz. Belém, 2 fev. 1949. 1 telegrama, p.14.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. [**Correspondência Arq.Tec.Repres: Caixa 18; Pasta 81/04: Ernesto Cruz 1948-1949**]. Destinatário: Ernesto Cruz. Belém, 29 mar. 1949. 1 carta, p. 19.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. [**Correspondência Arq.Tec.Repres: Caixa 18; Pasta 81/04: Ernesto Cruz 1948-1949**]. Destinatário: Ernesto Cruz. Belém, 19 mar. 1949. 1 carta, p.19-20.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. [**Correspondência Arq.Tec.Repres: Caixa 18; Pasta 81/04: Ernesto Cruz 1948-1949**]. Destinatário: Ernesto Cruz. Belém, 4 jun. 1949. 1 carta, p.25.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. [**Correspondência Arq.Tec.Repres: Caixa 18; Pasta 81/05: Ernesto Cruz 1949**]. Destinatário: Ernesto Cruz. Belém, 9 ago. 1949. 1 carta, p.9.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. [**Correspondência Processo nº 376-T-48**]. Destinatário: Ernesto Cruz. Rio de Janeiro, 24 abr. 1948. 1 carta, p.56.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. [**Correspondência**]. Destinatário: Ernesto Horácio da Cruz. [*S.l.*], 24 abr. 1948, 1 cartão pessoal.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. [**Correspondência Arq.Tec.Repres: Caixa 18; Pasta 81/01: Ernesto Cruz 1945-1946**]. Destinatário: Ernesto Cruz. Belém, 19 jan. 1946. 1 carta, p. 6-10.

BARATA, Mario. [**Correspondência Processo nº 708-T-63**]. Destinatário: Rodrigo Melo Franco. Belém, 20 ago. 1963. 1 Ofício, p. 15-16.

BARRETO, Paulo Thedim. [**Correspondência Processo nº 609-T-60**]. Destinatário: Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rio de Janeiro, 3 maio 1960. 1 carta, p.11.

COSTA, Lucio. [**Correspondência Arq.Tec.Repres: Caixa 19; Pasta 81/02: Ernesto Cruz 1946-1947**]. Destinatário: Ernesto Cruz. Belém, 20 ago. 1946. 1 Ofício, p. 15-16.

CRUZ, Ernesto Horácio da. [**Correspondência Processo nº 708-T-63**]. Destinatário: Renato Soeiro. Belém, 11 dez. 1969. 1 carta, p. 28.

CRUZ, Ernesto Horácio da. [**Correspondência Processo nº 708-T-63**]. Destinatário: Renato Soeiro. Belém, 20 nov. 1969. 1 carta, p. 18; p.19.

CRUZ, Ernesto Horácio da. [**Correspondência Arq.Tec.Repres: Caixa 19; Pasta 83/03: Ernesto Cruz**]. Destinatário: Renato Soeiro. Rio de Janeiro, 10 dez. 1962. 1 carta, p. 44.

CRUZ, Ernesto Horácio da. [**Correspondência Processo DPHAN nº 609-T-60**]. Destinatário: Carlos Zoghi. Belém, 9 fev. 1960. 1 carta, p. 3.

CRUZ, Ernesto Horácio da. [**Correspondência Processo DPHAN nº 609-T-60**]. Destinatário: Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rio de Janeiro, 27 abr. 1960. 1 carta, p.7.

CRUZ, Ernesto Horácio da. [**Correspondência Processo DPHAN nº 609-T-60**]. Destinatário: Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rio de Janeiro, 24 jun. 1960. 1 carta, p.21.

CRUZ, Ernesto Horácio da. [**Correspondência Arq.Tec.Repres: Caixa 19; Pasta 83/02: Ernesto Cruz**]. Destinatário: Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rio de Janeiro, 11 set. 1957. 1 carta, p. 9.

CRUZ, Ernesto Horácio da. [**Correspondência Arq.Tec.Repres: Caixa 19; Pasta 82/05: Ernesto Cruz**]. Destinatário: Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rio de Janeiro, 30 set. 1953. 1 carta, p. 19.

CRUZ, Ernesto Horácio da. [**Correspondência Arq.Tec.Repres: Caixa 19; Pasta 82/04: Ernesto Cruz**]. Destinatário: Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rio de Janeiro, 9 out. 1952. 1 carta, p. 10.

CRUZ, Ernesto Horácio da. [**Correspondência Arq.Tec.Repres: Caixa 19; Pasta 81/05: Ernesto Cruz 1949**]. Destinatário: Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rio de Janeiro, 30 ago. 1949. 1 carta, p. 15.

CRUZ, Ernesto Horácio da. [**Correspondência Arq.Tec.Repres: Caixa 19; Pasta 81/05: Ernesto Cruz 1949**]. Destinatário: Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rio de Janeiro, 28 jun. 1949. 1 carta, p. 10.

CRUZ, Ernesto Horácio da. [**Correspondência Arq.Tec.Repres: Caixa 19; Pasta 81/04: Ernesto Cruz 1948-1949**]. Destinatário: Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rio de Janeiro, 27 maio 1949. 1 relatório, p. 26.

CRUZ, Ernesto Horácio da. [**Correspondência Arq.Tec.Repres: Caixa 19; Pasta 81/04: Ernesto Cruz 1948-1949**]. Destinatário: Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rio de Janeiro, 3 fev. 1949. 1 carta, p. 16-18.

CRUZ, Ernesto Horácio da. [**Correspondência Arq.Tec.Repres: Caixa 19; Pasta 81/04: Ernesto Cruz 1948-1949**]. Destinatário: Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rio de Janeiro, 14 jan. 1949. 1 carta, p. 9-10.

CRUZ, Ernesto Horácio da. [**Correspondência Processo nº 376-T-48**]. Destinatário: Rodrigo Melo Franco de Andrade. Belém, 14 maio 1948. 1 carta, p. 57.

CRUZ, Ernesto Horácio da. [**Correspondência Processo nº 376-T-48**]. Destinatário: Rodrigo Melo Franco de Andrade. Belém, 15 abr. 1948. 1 carta, p. 55.

CRUZ, Ernesto Horácio da. [**Correspondência Arq.Tec.Repres: Caixa 19; Pasta 81/03: Ernesto Cruz 1947**]. Destinatário: Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rio de Janeiro, 26 ago. 1947. 1 relatório, p. 15.

CRUZ, Ernesto Horácio da. [**Correspondência Arq.Tec.Repres: Caixa 19; Pasta 81/02: Ernesto Cruz 1946-1947**]. Destinatário: Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rio de Janeiro, 17 abr. 1947. 1 relatório, p. 21.

CRUZ, Ernesto Horácio da. [**Correspondência Arq.Tec.Repres: Caixa 19; Pasta 81/01: Ernesto Cruz 1945-1946**]. Destinatário: Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rio de Janeiro, 22 jan. 1946. 1 carta, p. 7.

CRUZ, Ernesto Horácio da. [**Correspondência Arq.Tec.Repres: Caixa 19; Pasta 81/01: Ernesto Cruz 1945-1946**]. Destinatário: Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rio de Janeiro, 29 nov. 1946. 1 carta, p. 14.

CRUZ, Ernesto Horácio da. [**Correspondência Arq.Tec.Repres: Caixa 19; Pasta 81/02: Ernesto Cruz 1946-1947**]. Destinatário: Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rio de Janeiro, 30 jul. 1946. 1 relatório, p. 9-10.

CRUZ, Ernesto Horácio da. [**Correspondência Processo nº 376-T-48**]. Destinatário: Rodrigo Melo Franco de Andrade. Belém, 11 fev. 1946. 1 carta, p.2.

DAMASCENO, Carlos M. Gobert. [**Correspondência Arq.Tec.Repres: Caixa 19; Pasta 81/02: Ernesto Cruz 1946-1947**]. Destinatário: Ernesto Cruz. Belém, 17 abr. 1946. 1 Carta, p. 17-18.

FENDER, Paulo. [**Correspondência Processo DPHAN nº 609-T-60**]. Destinatário: Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rio de Janeiro, 16 abr. 1960. 1 carta, p.2.

FREITAS, Raymundo. [**Correspondência Arq.Tec.Repres: Caixa 19; Pasta 81/01: Ernesto Cruz 1945-1946**]. Destinatário: Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rio de Janeiro, 10 nov. 1945. 1 recibo, p. 15.

MARTINS, Judith. [**Correspondência Arq.Tec.Repres: Caixa 19; Pasta 83/04: Ernesto Cruz**]. Destinatário: Ernesto Cruz. Belém, 20 jan. 1963. 1 carta, p. 4.

RÊGO, Clóvis Moraes. [**Correspondência Processo nº 708-T-63**]. Destinatário: Renato Soeiro. Belém, 27 nov. 1969. 1 carta, p. 22.

REIS, Artur Cézar Ferreira. [**Correspondência Arq.Tec.Repres: Caixa 18; Pasta 81/01: Ernesto Cruz 1945-1946**]. Destinatário: Rodrigo Melo Franco de Andrade. Belém, 5 nov. 1945. 1 carta, p. 5.

SOEIRO, Renato. **[Trecho extraído do relatório de inspeção [...]. Rio de Janeiro. Arq.Tec.Repres: Caixa 19; Pasta 83/04: Ernesto Cruz]**. 1964. p.20.

SOEIRO, Renato. [**Correspondência Arq.Tec.Repres: Caixa 19; Pasta 82/02: Ernesto Cruz**]. Destinatário: Ernesto Cruz. Belém, 19 out. 1950. 1 carta, p. 39.

SOEIRO, Renato. [**Correspondência Processo nº 708-T-63**]. Destinatário: Ernesto Cruz. Rio de Janeiro, 15 dez. 1969. 1 carta, p. 5,17, 31.

SOEIRO, Renato. [**Correspondência Processo nº 708-T-63**]. Destinatário: Paul Albuquerque. Rio de Janeiro, 28 nov. 1969. 1 carta, p.26

SPHAN. **Processo nº 376 – T – 48**: Conjunto Arquitetônico Cemitério de Nossa Senhora da Soledade: conjunto paisagístico. Belém, [s.d.].

SPHAN. **Processo nº 439 – T – 50**: Ruína Engenho do Murucutu: ruínas e Capela de Nossa Senhora da Conceição. Belém, [s.d.].

SPHAN. **Processo nº 439B – T – 50**: Edificação Casa e Poço dos Jesuítas. Belém, [s.d.].

SPHAN. **Processo nº 644 – T – 61**: Edificação Forte do Castelo. Belém, [s.d.].

SPHAN. **Processo nº 706 – T – 63**: Edificação Casa à Praça Caetano Brandão (ex-Largo da Sé), Antigo Hospital da Caridade. Belém, [s.d.].

SPHAN. **Processo nº 708 – T – 63**: Edificação Solar do Barão do Japurá (antigo); Rocinha (antiga) do Barão de Japurá, à Avenida Nazaré, s/n, pertencendo aos Irmãos Maristas. Belém, [s.d.].

TELLES, Augusto. [**Processo nº 708-T-63**]. Destinatário: Diretor. Rio de Janeiro, 22 abr. 1964. 1 carta, p. 4.

SÍTIOS PESQUISADOS

BLOG: Gautherot volta a Paris. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 23 maio 2016. *Blog*. Disponível em: https://blogdoims.com.br/gautherot-volta-a-paris/. Acesso em: 10 dez. 2021.

SITE: Belém – a Planta de 1881 e as vias republicanas de 1890. Belém: Fau/UFPA, 10 jun. 2017. *Site.* Disponível em: https://fauufpa.org/2017/06/10/belem-a-planta-de-1881-e-as-vias-republicanas-de-1890/. Acesso em: 9 jan. 2021.

SITE: Ordem do Infante D. Henrique. Lisboa: Ordens Nacionais, [s.d.]. *Site*. Disponível em: https://www.ordens.presidencia.pt/?idc=126. Acesso em: 26 maio 2022.

SEPLAN: Não há limites tão rigorosos entre o que é popular e erudito: entrevista com Paulo Chaves. Belém: Seplan, [s.d.]. *Site*. http://www.seplan.pa.gov.br/não-há-limites-tão-rigorosos-entre-o-que-é-popular-e-erudito-–-entrevista-com-paulo-chaves. Acesso em: 10 dez. 2021.